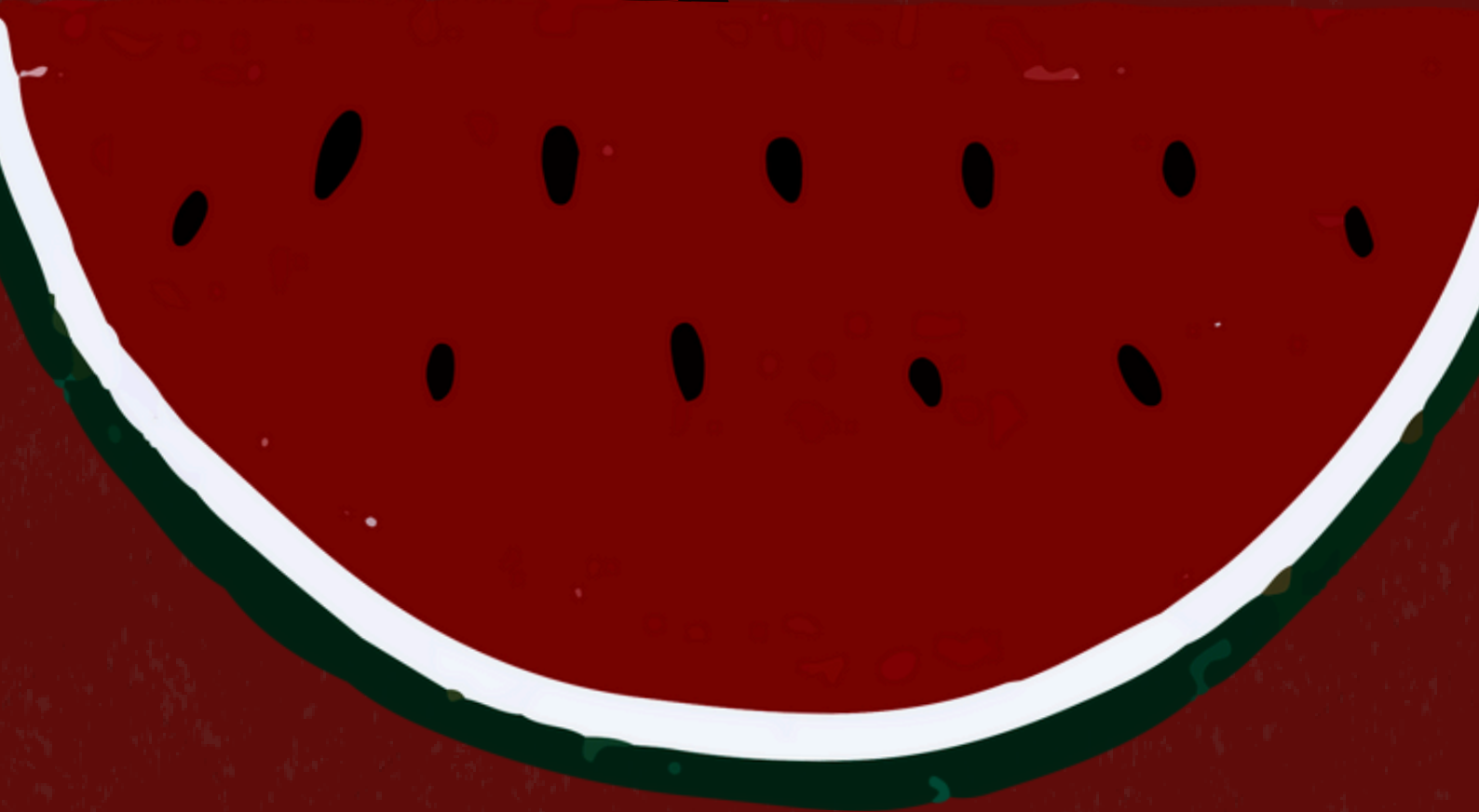


ISSN 2318-8855



revista
epígrafe

2024 v.13 n.1





Revista de Graduação em História
Edição Treze
Número Um
Ano 11 | Setembro de 2024
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO

EDITORIAL

Alonso de Lucena Goulart
Ana Flávia Santana
Eduarda Fernandes Lima
Eduardo Cação das Neves
Isaac Gabriel Silva
Larissa Galende Guidolin
Mayra Osman Vasconcellos
Vitor de Lima Gallina
Vitória Vaz de Ungaro
Vivian Daniele Rocha Gabriel

CONSELHO

EDITORIAL

Andréa Slemian – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Flavio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Julio Cesar Pimentel Pinto Filho - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcela Boni Evangelista - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Correia L. Pereira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Cortez Wissenbach - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Filomena Coelho – Departamento de História, Universidade de Brasília
Mauricio Cardoso - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Soares Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Comissão Editorial: Alonso de Lucena Goulart, Ana Flávia Santana, Eduarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves, Isaac Gabriel Silva, Larissa Galende Guidolin, Mayra Osman Vasconcellos, Vitor de Lima Gallina, Vitória Vaz de Ungaro, Vivian Daniele Rocha Gabriel

Capa e ilustração: Isaac Gabriel Silva

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Prof^a. Dr^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Paulo Alberto Nussenzeig

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretor: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

revistaepigrafe@usp.br

Facebook: Revista Epígrafe

Instagram: @revistaepigrafe

Twitter: @REpigrafe

Editorial: “(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada”	06
<i>Euarda Fernandes Lima</i>	
<i>Eduardo Cação das Neves</i>	
<i>Isaac Gabriel Silva</i>	
Artigos	
A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre <i>Torto Arado</i> e o Ensino de História	18
<i>Claraelisa Martins Mariano</i>	
Abjurados e instruídos: a repressão ao protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)	36
<i>Matheus Jesus de Santana</i>	
As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a <i>Ilíada</i> e <i>O Último Olimpiano</i>	60
<i>Aryella Pereira</i>	
As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”	76
<i>Marina de Almeida Spinola</i>	
Emendar e prescrever: a ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI	103
<i>Diovani Matheus Marques</i>	
Memória e disputa em torno do legado de Marielle Franco: a(s) placa(s) como lugar de memória	126
<i>Ingrid Rocha de Sousa</i>	
<i>Kíria Samanta da Silva</i>	
O cineasta e o historiador: imaginação história e visões da nação em <i>Paixão dos Fortes</i> (1946)	142
<i>Guilherme Colombara Rossatto</i>	
O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional	169
<i>Luiz Eduardo Larosa</i>	

Resenha 197

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

Gabriela Ramos

Ensaio 208

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Vinicius Panisset

Entrevista

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente” 222

Alonso de Lucena Goulart

Eduardo Cação das Neves

Vitor de Lima Gallina

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

Editorial

Eduarda Fernandes Lima

Eduardo Cação das Neves

Isaac Gabriel Silva

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v13i1222-259

As publicações acadêmicas têm grande importância na vida universitária - especialmente no começo desta jornada. Já na graduação, temos nosso primeiro contato com a pesquisa e, desde o início, sabemos que publicar nossas produções não é apenas um meio para construirmos currículos e seguirmos nessa carreira, mas também é base do próprio debate científico. Publicações são os blocos que constroem a ciência. No entanto, além de autores, podemos atuar como editores, uma vez que os pesquisadores também são aqueles que formam os quadros editoriais das revistas e periódicos acadêmicos. E assim como a primeira publicação é de enorme importância para um aluno de graduação iniciando sua carreira, fazer parte do corpo editorial de uma revista científica é uma experiência que possibilita a construção de nossas trajetórias e contribui para um novo olhar sobre a produção científica.

A Revista Epígrafe, fundada em 2013, é feita por alunos de graduação e para alunos de graduação. Um projeto que surgiu da vontade de jovens pesquisadores da Universidade de São Paulo de possibilitar o acesso às pesquisas realizadas por

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

estudantes nos vários departamentos de História existentes no Brasil afora. Há onze anos, publicamos artigos, entrevistas, ensaios e resenhas produzidos por graduandos da área de história, dando oportunidades para autores estreantes que sonham em trilhar o árduo caminho da ciência. Nossa Revista é colaborativa e de livre acesso, como a ciência deve ser e como desejamos que a universidade seja. Editores, pareceristas, revisores, autores... Todos nós estamos iniciando nossas carreiras, trabalhando e construindo juntos um projeto que busca defender a ciência acessível e de qualidade para todos. O trabalho na Epígrafe é também a primeira experiência de muitos dos nossos editores, um marco importante para nossa trajetória acadêmica bem como o é para os autores que publicam conosco.

Fazer parte do corpo editorial da Revista é uma experiência única e uma grande responsabilidade - há muitas tarefas entre a submissão e a publicação. É um trabalho em equipe, que exige pesquisa, conversa e muito aprendizado. É uma mudança de perspectiva sobre o fazer científico e exige um enorme compromisso com nossos autores e leitores. Muitos não sabem, mas o trabalho que realizamos na Epígrafe é voluntário para todos os envolvidos e, felizmente, muitos estudantes continuam acreditando nesse projeto, permitindo que ele continue existindo. Este editorial é simbólico nesse sentido pois marca uma mudança radical no nosso corpo editorial: até o final de 2024, a Epígrafe contará com uma nova comissão discente. Para que pudessem seguir adiante, seja rumo ao Mestrado ou para construírem sua própria história para além dos muros da Universidade, os antigos membros da nossa Revista precisaram se despedir do projeto, abrindo espaço para uma nova geração de estudantes, que certamente irão inspirar grandes transformações na Revista, sem nunca deixar de acreditar no caráter democrático e colaborativo que baseia nossos valores. Esse processo de mudança foi - e tem sido - muito trabalhoso, porque exigiu

Eduarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves e Isaac Gabriel Silva

que parássemos nossas atividades regulares para olhar um pouco para tudo o que temos feito até aqui e pensarmos onde queremos chegar nessa nova fase da Epígrafe. Foi um processo de diálogo intenso entre duas gerações de graduandos, com diferentes ideias e referências, e esse editorial - assim como a presente edição - é resultado desse trabalho conjunto.

Para os novos integrantes da Revista, a responsabilidade assumida se mostrou tremenda, e algumas das situações que se apresentaram durante a realização do processo editorial foram, por vezes, bastante desafiadoras. Apesar disso, sempre foi possível contar com os membros mais antigos, que se esforçaram ao máximo para fazer do momento de transição do corpo editorial o mais tranquilo possível, mesmo diante de diversas turbulências.

Como é sabido por todos aqueles que estão inseridos no mundo acadêmico, ou que tentam adentrá-lo, fazer ciência no Brasil é algo extremamente difícil. Devido à falta de bolsas de incentivo suficientes para atender toda a demanda, e ao descrédito que as diferentes áreas das ciências - e principalmente, as humanidades - sofrem cotidianamente, o panorama geral é, muitas vezes, desmotivador para os jovens cientistas. O trabalho editorial não escapa desse cenário, e revistas discentes como a Epígrafe, apresentam desafios inerentes à sua composição. Nós, editores graduandos, lutamos para conseguir equilibrar as atividades da Revista com as demandas da graduação, do mundo do trabalho e de nossas próprias pesquisas. Tamanho esforço só é possível e só vale a pena pela fé que possuímos na produção acadêmica como um fator fundamental para a construção de um mundo novo, enquanto elemento transformador da realidade.

Mais do que nunca, sabemos a importância de cultivar e defender espaços de divulgação científica como o que a Revista Epígrafe proporciona. Em 2022,

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

conseguimos derrotar a extrema-direita na eleição presidencial, mas estamos longe de nos vermos livres de sua ameaça de forma definitiva. A realidade é que ainda vivemos em um país onde a epidemia de *fake news* e revisionismo parece não ver fim e estão se potencializando com avanço sem precedente das Inteligências Artificiais (IAs), uma ferramenta com muitas possibilidades e que ainda estamos longe de aprender a dominar. Como sabemos, em momentos assim, as ciências humanas são os principais alvos de ataque e deslegitimação. Mas, afinal, qual o papel de nós, historiadores (e editores), em face desse cenário desolador? Qual o papel das publicações e periódicos acadêmicos em um mundo digital dominado pela desinformação? Essas perguntas não são simples de serem respondidas, se mantendo acesas nos debates historiográficos recentes.

Porém, falar sobre isso em 2024 é fundamental, porque esse ano marcou um momento importante nas disputas eleitorais em todo o mundo e, nos últimos anos, observamos um espiral de destruição nunca visto - nos mais diferentes sentidos - coordenado por políticos e grupos extremistas que ocupam posições de poder no mundo todo. No primeiro semestre, por exemplo, a Europa realizou suas eleições para o parlamento e os partidos de extrema-direita saíram vitoriosos com a maioria dos assentos. O mesmo pôde ser observado em diversas eleições locais. Nos Estados Unidos, por sua vez, observamos aflitos uma disputa presidencial que ameaça colocar Donald Trump novamente no poder. Já no nosso quintal, os brasileiros retornaram às urnas para as eleições municipais, mas os resultados também não foram tão animadores quanto os dos nossos vizinhos do hemisfério norte. Para aqueles que acompanharam os debates e propagandas eleitorais Brasil afora, o que mais observamos entre os candidatos de extrema-direita foram mentiras absurdas sendo

Eduarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves e Isaac Gabriel Silva

espalhadas pelas redes sociais, acompanhado de revisionismos ilógicos e ataques diretos a grupos sociais marginalizados.

Esse cenário evidencia como, há tempos, a internet tornou-se o principal campo de batalha das disputas ideológicas e, infelizmente, a extrema-direita não apenas conseguiu dominar o algoritmo das redes, como tornou-se sua proprietária e, agora, avança a passos largos nessa guerra. Muitos têm culpado os setores de esquerda por uma suposta incapacidade intelectual de utilizar essas mesmas armas no debate, mas não achamos que esse seja o caso. Afinal, como vencer em um jogo na qual o inimigo faz as regras, mas não as dita? Como funcionam os algoritmos e como vencê-los para superar essa onda de desinformação? Essas respostas também não são simples, mas até descobrirmos, não podemos desistir. Mesmo com todas as adversidades, nós, enquanto produtores e divulgadores de conhecimento científico, precisamos lutar pelo nosso lugar nesses espaços, nos apropriando das tecnologias e plataformas e defendendo a importância do pensamento crítico e da metodologia rigorosa na produção do conhecimento. Precisamos nos fazer presentes e ouvidos.

Enxergamos a Revista Epígrafe como resultado desse processo constante de ocupação e resistência, e acreditamos que ela (assim como outros periódicos espalhados pelas universidades brasileiras) seja uma plataforma indispensável para a difusão do saber científico produzido dentro da historiografia e, conseqüentemente para a defesa do estado democrático no qual opera a produção científica. É nesse papel fundamental que depositamos nossa esperança enquanto jovens editores, pesquisadores, historiadores, e enquanto cidadãos. É para que esse canal de comunicação permaneça aberto, que a Comissão Editorial segue lutando, mesmo diante das dificuldades. Cada um dos novos artigos, resenhas e ensaios publicados na Revista Epígrafe, representam uma vitória da ciência em tempos de barbárie, e cada

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

uma dessas vitórias faz valer a luta. Junto com diversas outras plataformas acadêmicas resistimos em meio ao caos da desinformação, criando raízes sólidas e frutíferas.

Mais que uma introdução à atual edição, este escrito visou explicitar que, mesmo com as mudanças no corpo editorial, a Comissão se compromete a preservar e continuar os esforços de todos os editores que passaram pela Revista para auxiliar na construção de um ambiente científico inclusivo e democrático. Além de destacar a importância do nosso trabalho enquanto preservadores desse espaço fundamental do mundo acadêmico.

Por fim, antes de seguirmos para os artigos que poderão ser lidos a seguir, gostaríamos de abrir espaço nesse editorial para destacar, em especial, a questão do genocídio palestino, que teve uma vertiginosa escalada desde o final do ano passado e nós, enquanto historiadores em formação, não podemos deixar de nos atentar ao que vem acontecendo. Hoje, somam-se milhares de mortos, desaparecidos e feridos por toda Gaza e regiões vizinhas. Não estamos falando de supostos terroristas, como a narrativa israelense busca defender, mas de civis: crianças, homens, mulheres e idosos que lutam por suas vidas apenas com o sentimento de esperança e resistência enquanto são, literalmente, soterrados por uma máquina colonizadora brutal, financiada pelas grandes potências mundiais. Como o intelectual palestino Edward Said já nos salientou: “Nós não podemos lutar pelos nossos direitos e pela nossa história, assim como pelo futuro, sem antes nos armarmos com as armas do criticismo e da consciência dedicada” (Tradução nossa)¹. Um dos nossos papéis enquanto historiadores e futuros historiadores talvez seja exatamente esse: auxiliar

¹Original: “We can not fight for our rights and our history as well as future until we are armed with weapons of criticism and dedicated consciousness.”. SAID, Edward W. *The End of the Peace Process: Oslo and After*. In. **Vintage**, 2007. p.233.

Eduarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves e Isaac Gabriel Silva

na formação do criticismo e na tomada dessa consciência e, para isso, voltamos ao que discutimos anteriormente: Precisamos nos fazer presentes e ouvidos. Precisamos ocupar espaços e expandir nossas produções para além do ambiente acadêmico.² Em momentos como esse, marcados por genocídio e destruição, precisamos estar armados com nossos argumentos para falar em prol e dar voz às vítimas.

A capa da presente edição busca, na medida do possível, homenagear e evidenciar a importância da resistência palestina nesse momento. O slogan “Do Rio ao Mar”, destacada no centro da capa, foi usado pela primeira vez em 1964 pela OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e carrega consigo o peso de uma luta que perpassa gerações e o sentimento de esperança de um território palestino unificado e independente, em que seu povo possa caminhar sem medo das margens do Rio Jordão até às águas do Mediterrâneo, assim como foi por séculos. Já a melancia tornou-se um símbolo de resistência palestina frente à censura imposta por Israel e outros governos ocidentais. Como explica brilhantemente a poeta americana Aracelis Girmay em seu poema “Ode to the Watermelon”³, a fruta foi escolhida pelo povo palestinas pelas suas cores, que espelham a bandeira:

*“(...) in Palestine,
where it is a crime to wave
the flag of Palestine in Palestine,
watermelon halves are raised
against Israeli troops
for the red, black, white, green*

² Aproveitamos também a oportunidade para convidar nossos leitores a conhecer o Centro de Estudos Palestinos (CEPAL), que foi inaugurado esse mês na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A fundação deste centro representa um passo importantíssimo para o avanço das discussões sobre a causa Palestina no Brasil e no Mundo.

³ GIRMAY, Aracelis. Ode to the Watermelon. In. **Teeth**. Connecticut: Curbstone Press, 2007.

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

of Palestine. Always,”

Infelizmente, na edição atual não recebemos trabalhos que toquem na história da Palestina e dos palestinos, mas esperamos trazer em breve um dossiê com a temática, visto a importância desse debate. Enquanto isso não se concretiza, na presente edição você poderá encontrar outros artigos com temáticas variadas. Os textos publicados abordam questões como o desaparecimento de vítimas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, as narrativas homéricas em diferentes literaturas, a construção dos discursos históricos no cinema, as disputas políticas pela História e pela Memória, e outros assuntos que serão apresentados a seguir.

O ensaio *“Caronte Ocioso: ensaio sobre mortos e desaparecidos políticos”*, de Vinicius Panisset, abre a edição. Nele, o autor analisa a privação de rituais fúnebres como uma das consequências do desaparecimento forçado de opositores durante a Ditadura Civil-Militar, identificando nessa privação o prolongamento da dor pelos familiares das vítimas. Ainda sobre aqueles que caíram na luta pela justiça social, o texto *“Memória e disputa em torno do legado de Marielle Franco: a(s) placa(s) como lugar de memória”*, escrito por Kíria Samanta da Silva e Ingrid Rocha de Sousa, investiga as disputas pela memória de Marielle Franco, assassinada em 2018. O escrito investiga se a fixação de tais placas em homenagem à vereadora acaba por se tornar um “lugar de memória”, conforme conceituado por Pierre Nora (1993). O artigo questiona se as disputas em torno das placas, bem como a identificação de grupos políticos, movimentos sociais e minorias com o legado da vereadora, permite a classificação das “placas” como tal.

No âmbito dos embates pela escrita da história, o artigo *“As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas ‘Brasil Paralelo’ e ‘Guia do Politicamente Incorreto’*”, de Marina De Almeida Spinola, busca compreender as

Eduarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves e Isaac Gabriel Silva

diferenças e semelhanças entre os revisionismos ideológicos feitos pela direita no Brasil, especificamente pelo Guia do Politicamente Incorreto e pelo Brasil Paralelo.

O artigo "*O socialismo africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional*", de autoria de Luiz Eduardo Larrosa, se debruça sobre a influência do conflito sino-soviético no processo e descolonização do continente africano, analisando as suas determinações históricas e geopolíticas, e os impactos do conflito no ideário pan-africanista. O texto traça um panorama entre as imposições e apropriações do socialismo no continente africano, ao mesmo tempo que problematiza a ideia hegemônica de um conflito entre o comunismo e o imperialismo, evidenciando as cisões internas entre os dois gigantes socialistas.

Acerca das relações entre história e cinema, o artigo "*O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em Paixão dos Fortes (1946)*", de Guilherme Colombara Rossatto, parte de uma avaliação do faroeste como gênero cinematográfico atrelado ao discurso nacional dos Estados Unidos, para examinar a forma como o filme *Paixão dos Fortes* (1946) de John Ford lida com essa temática e por meio da ficção, consolida velhos mitos nacionais e oferece interpretações que, por meio da ficcionalidade, extrapolam a história e as explicações historiográficas.

Saindo da História Contemporânea, o texto "*Abjurados e instruídos: a repressão ao protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas*", de Matheus Jesus de Santana, utiliza da bibliografia acerca das inquisições ibéricas, da Reforma Protestante, das formas de exercício do poder e um conjunto de 263 processos inquisitoriais com a acusação de luteranismo, para conjecturar como a perseguição religiosa aos protestantes ocorreu em Portugal nos séculos XVI e XVII. Ainda no âmbito da história portuguesa, "*Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI*", de Diovani Matheus Marques,

“(...) que sejamos armados pelas armas do criticismo e da consciência dedicada.”

analisa as constituições sinodais promulgadas por D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa, num contexto de fortalecimento das políticas catequéticas em diferentes dioceses de Portugal. A partir do mapeamento das críticas feitas pelos sacerdotes à cristandade, o autor investiga o espaço reservado às vidas dos leigos nessas produções e busca compreender o papel que era atribuído aos exercícios devocionais presentes nesses documentos.

Já no campo da literatura e suas relações com a História, em seu artigo *“As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a Ilíada e O Último Olimpiano”*, Aryella Pereira analisa a obra de Rick Riordan, *“O último Olimpiano”* a fim de comparar, a partir dos preceitos do herói homérico da Ilíada, seus próprios heróis e Percy Jackson, para assim investigar o potencial da literatura infantojuvenil como um instrumento de compreensão das sociedades antigas. Em *“A Cultura Afro-Brasileira através da literatura: as ligações entre Torto Arado e o Ensino de História”*, Claraelisa Mariano parte das perspectivas de Antonio Celso Ferreira e de Antonio Candido para demonstrar a viabilidade da utilização do romance *“Torto Arado”*, de Itamar Vieira Junior, no Ensino de História, e apontando nessa relação uma forma de transgredir as fronteiras entre História e Literatura, trazendo os estudos históricos para a realidade dos alunos.

Esta edição conta também com uma resenha, intitulada *“Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro”*, de Gabriela Ramos, que versa sobre a obra *O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade*, de David Graber e David Wengrow, publicada pela Companhia das Letras em 2022.

Por fim, a presente edição se encerra com uma entrevista realizada com Anita Fattori, doutoranda do programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor

Euarda Fernandes Lima, Eduardo Cação das Neves e Isaac Gabriel Silva

Marcelo Rede e da Professora Doutora Cécile Michel, da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne com a pesquisa "Mulheres e Redes Comerciais na Assíria dos séculos XX e XIX AEC".

A entrevistada compartilhou com a Epígrafe os caminhos que percorreu durante a graduação, sua experiência atuando como professora de História do Ensino Básico, seu ingresso na pós-graduação e as oportunidades que teve de participar de escavações arqueológicas na Turquia. Além disso, Anita relata as dificuldades que enfrentou para estruturar suas pesquisas sobre as mulheres na Antiguidade Oriental, as influências de diferentes autoras em seu recorte de gênero, e tece reflexões acerca da atual situação dos estudos sobre o Antigo Oriente-Próximo no Brasil.

A Comissão Editorial da Revista Epígrafe deseja uma boa leitura a todes!

São Paulo, 24 de outubro de 2024.

artigos



A Cultura Afro- Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o ensino de História

Claraelisa Martins
Mariano*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i118-35

Resumo: A partir da aprovação da Lei 10639/03, de 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório a aplicação da temática História e Cultura Afro-Brasileira no âmbito escolar de todo território nacional. O continente africano é constituído por uma História heterogênea e vasta, mas as representações em livros didáticos não condizem com essa estória. Entretanto, como aplicar toda essa diversidade cultural em sala de aula e romper com todos esses preconceitos existentes, principalmente em relação às religiões de matriz africana? Isso é um desafio para os professores de ensino básico, que muitas vezes enfrentam condições precárias em seu ambiente de trabalho e encontram dificuldades para ministrar diversas disciplinas e conteúdos. Assim sendo, o intuito principal deste trabalho é demonstrar a relevância da literatura como fonte histórica e sua aplicação em sala de aula. Para isso, iremos nos embasar nos estudos de Ferreira (2017) e Candido (1985) e, a partir dessa ligação, demonstrar a viabilidade da utilização do romance “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, como um recurso didático-pedagógico. Esse recurso já foi demonstrado por Moura (2019), Correia (2012), Bittencourt (2009) como eficaz para o ensino de história. Transgredindo as fronteiras entre História e Literatura e ampliando as possibilidades no ensino de determinados assuntos, trazendo para o ambiente escolar um contexto histórico em que o discente sintasse tocado e não alheio, trazendo a História para sua realidade.

Palavras Chaves: História; Ensino; Torto Arado.

* Graduada em História - Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Inconfidentes. E-mail para contato: profclaraelisamartins@gmail.com.

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

Introdução

A partir da aprovação da Lei 10639/03, de 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatória a aplicação da temática História e Cultura Afro-Brasileira no âmbito escolar de todo território nacional. Essa conquista advém de uma luta constante de militantes e intelectuais negros, e possibilitou a valorização da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. Contudo, a lei entrou em contraste com a realidade da educação brasileira, tanto no ensino público quanto no privado, uma vez que estes mantêm raízes firmes em “[...] desigualdades raciais, pois, elevava os valores eurocêntricos que reproduziam as desvantagens históricas e a exclusão dos negros [...]” (DE SOUZA BISPO; DA SILVA, 2008, p.16). Ou seja, a educação contribui para a perpetuação de uma única história, ignorando as demais vertentes que tentam jorrar pelas veredas abertas.

O continente africano é constituído por uma História heterogênea e vasta, repleta de civilizações e suas culturas, permeadas de diferentes acontecimentos. No entanto, as representações em livros didáticos não condizem com essa história. Pouquíssimas páginas retratam a diversidade cultural do continente, perpetuando a estereotipação que toda cultura afro-brasileira sofre. Existe uma restrição de uma História traçada e ligada somente à escravidão, Lima (2004) afirma que “[...] exclusão deliberada de algum aspecto desta História pode implicar na criação de uma identidade ou de uma autoimagem distinta da realidade daquele grupo humano[...]” (LIMA, 2004, p.65).

Assim, múltiplas interpretações distorcidas das sociedades africanas, principalmente ligadas ao processo da escravidão, contribuem para uma compreensão totalmente equivocada do que verdadeiramente constitui a cultura afro-brasileira.

Entretanto, surge a questão de como aplicar toda essa diversidade cultural em sala de aula e romper com os preconceitos existentes, especialmente em relação às religiões de matriz africana, e como isso pode ser transposto para a realidade do professor de ensino básico da escola pública brasileira, que muitas vezes enfrenta condições precárias em seu ambiente de trabalho. Nesse contexto, é importante discutir questões sobre as religiões de matriz africana de forma não estereotipada, e uma forma de fazer isso é através do livro "Torto Arado", de Itamar Vieira Junior, que estabelece uma interdisciplinaridade entre História e Literatura.

Assim sendo, o objetivo principal é demonstrar a relevância da literatura como fonte histórica e sua aplicação em sala de aula. Essa ligação produz muitos frutos para os discentes, segundo Moura (2019) “[...] a intenção é de pensar a ampliação do conceito de fonte histórica e de linguagem pedagógica, estimulando a dinamização do processo de ensino de aprendizagem[...]” (MOURA, 2019, p.11). A História configura-se como um campo vasto, possibilitando o diálogo com outras áreas do conhecimento. Ao transportar esse conhecimento para a sala de aula, o docente consegue construir um conhecimento histórico de impacto e qualidade.

Explorando essas possibilidades, torna-se viável a utilização do romance “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, como um recurso didático pedagógico para a discussão em sala de aula sobre as religiões de matriz africana. Itamar Vieira Junior escreve seus romances a partir de suas vivências. Nascido em Salvador, Bahia, geógrafo de formação e doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA (Universidade Federal da Bahia). Possui um local de fala ímpar, pois percorreu grande parte das localidades que estão retratadas no romance e esteve em contato com comunidades quilombolas. Todo esse conhecimento advém da sua carreira no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

Neste trabalho, o foco será direcionado a um de seus romances de grande fama, dentro e fora do Brasil. Tendo como pano de fundo o sertão baiano e o povoado fictício de Água Negra, o enredo nos conduz a um mergulho na realidade brasileira, por vezes deixada de lado. Entrando em histórias de conflitos de terra, em situações análogas à escravidão. Mesmo após 134 anos da Lei Áurea, os traços do escravismo ainda rondam boa parte da sociedade brasileira.

Contudo, o romance também direciona um olhar especial para as questões culturais, tais como a religião, mostrando de uma forma única e respeitosa todo o ritual existente, “Na viagem à Água Negra conduzida por Itamar Vieira Junior, fica uma certeza: *Torto arado* é um romance definitivo, como há muito não se via no Brasil.” (TOLENTINO, 2021, p.2).

História e Literatura: os caminhos possíveis

Os caminhos que ligam a Literatura à História são recentes. Durante muito tempo, a literatura não era considerada uma fonte historiográfica. Quando a História tornou-se uma disciplina acadêmica, a mesma virou sinônimo de documento e expressão de autoridade e verdade. Esse pensamento foi difundido pela Escola Metódica francesa, segundo Ferreira (2017):

Foi nessas circunstâncias que as fontes escritas, preferencialmente oficiais, ganharam o status de documentos verdadeiros para uma historiografia preocupada, sobre tudo, com o encadeamento cronológico dos acontecimentos políticos nacionais. Nessa perspectiva, os textos literários, assim como fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica. (FERREIRA, 2017, p.63)

Assim sendo, durante muito tempo, mais precisamente até o início do século XX, a historiografia negou o grande potencial da literatura e artes visuais, restringindo-se a uma História documental e cronológica dos acontecimentos políticos. Contudo, a historiografia passou por uma metamorfose, ligada principalmente ao pensamento difundido pela revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e March Bloch em 1929. Essa escola/revista abriu a possibilidade de novas fontes serem utilizadas para a construção do pensamento histórico. Segundo Ferreira (2017) "A História das Mentalidades, particularmente, abriu espaço para a investigação dos textos literários." (FERREIRA, 2017, p. 63).

No Brasil, a relevância da literatura para a pesquisa histórica vem sendo discutida há muitos anos por intelectuais, e um dos nomes que se destaca é o de Antonio Candido. Ele afirma que, ao contrário do que acontece em outros países, a literatura tem sido aqui "[...] mais do que filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida e do espírito" (CANDIDO, 1985, p. 130). Portanto, podemos concluir que houve um processo constante de transformação nos métodos de pesquisa das ciências humanas. Sevcenko afirma que "Tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais" (SEVCENKO, 2003, p. 28) principalmente na área da história, que passaram a usar a literatura como uma fonte, já que esta ampliou os olhares sobre assuntos que estavam restritos aos documentos, mostrando novas possibilidades e caminhos a serem percorridos.

Partindo desse sentido, conclui-se que é nesse caráter narrativo em tom de resgate e denúncia onde reside a riqueza da literatura enquanto fonte histórica e testemunho histórico, pois é a partir disso que é possível compreender características de uma sociedade, analisando questões sociais. Toda narrativa é fruto de uma escolha, de um

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

tempo e de um espaço determinado (MOURA, 2019, p.20).

Contribuições da Literatura no ensino de História

A partir do processo de expansão das fontes históricas, promovido pela escola dos Annales, o ensino de História também sofreu alterações. Segundo Correia (2012) “Houve uma ampliação dos objetos de estudo, dos temas, dos problemas e das fontes históricas utilizadas em salas de aula.” (CORREIA, 2012, p. 181). Desde essa ampliação, difundiu-se a ideia de que o ensino de História não poderia estar restrito aos livros didáticos. No entanto, ainda que tenham ocorrido essas transformações, os materiais de ensino ainda configuram-se como o principal método de ensino difundido pelas escolas públicas do Brasil.

Outro ponto que merece destaque é a questão do ensino e aprendizagem no campo da história. Uma das maiores dificuldades dos docentes é situar o contexto histórico-cultural da aprendizagem, tornando possível o aprendizado de forma significativa. Segundo Bittencourt (2009):

[...] em História, não se entende como apreensão de conteúdo apenas a capacidade dos alunos em dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens em fazer comparações com outras épocas. (BITTENCOURT, 2009, p.106.)

O ensino de História exige que o conhecimento seja dinâmico, algo que toque os alunos e os conduza à reflexão sobre como a História por vezes faz-se presente no atual

contexto histórico. Não podendo ser algo estático, olhar para o passado e reconhecer determinadas características atuais é uma necessidade pungente.

E assim, a literatura surge como uma ponte de ligação entre o ensino aprendizagem e a história. Os recursos literários trazem consigo a possibilidade de uma contextualização mais afunda de assuntos estudados “[...] além disso, traz uma vivacidade para as análises acerca de determinadas sociedades e períodos históricos[...]” (MOURA, 2019, p.24), carregando consigo uma riqueza de detalhes que por vezes escapam aos documentos “oficiais”.

Portanto, tendo em vista o atual cenário, muitas são as demandas direcionadas para o ensino de História. Assim, a literatura age como uma forma de recriar sentidos sociais, históricos e culturais, revitalizando o ensino histórico. Como afirma Moraes (2009):

Por tudo isso, estudar História a partir da literatura é uma forma de cruzar saberes e fronteiras, já que a literatura de forma privilegiada permite conhecer os desejos não realizados, os conflitos e tensões sociais, inserindo os personagens em contextos de disputa e relações de poder. (MORAES, 2009, p.07).

Contudo, como recriar um ambiente propício para a leitura e como implementar isso no ensino de História sem tornar maçante para os alunos? O intuito é tornar viável a compreensão de que a literatura representa uma janela, uma ampliação dos horizontes. A literatura tem um poder humanizador e com isso os alunos atuaram como transformadores do mundo em que vivem.

Através da literatura, pode-se estudar formas de viver de determinadas sociedades, fatos históricos e até mesmo mentalidades. Mas, principalmente, ouvir a voz de sujeitos

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

históricos, muitas vezes invisíveis para algumas vertentes da historiografia (MORAES, 2019, p. 07).

Torto Arado, Itamar Vieira Junior

O livro “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, foi publicado primeiramente em terras portuguesas e, com isso, alcançou o Prêmio Leya 2018. Contudo, ele só foi publicado no Brasil em 2019, mas logo caiu no gosto do público, sendo aprovado tanto pela crítica literária quanto pelo leitor comum. Recebeu dois prêmios importantes para a literatura brasileira: o Jabuti e o Oceanos, ambos em 2019.

Tendo como pano de fundo o sertão baiano, mais especificamente o povoado fictício de Água Negra, o enredo nos leva a imergir em uma realidade brasileira muitas vezes ignorada, explorando narrativas de conflitos agrários. Contudo, o romance também direciona um olhar especial para as questões culturais, tais como a religião, principalmente as de matrizes africanas, mostrando de uma forma única e respeitosa todo o ritual existente. Como mencionado anteriormente, Itamar Vieira Junior fala de seu lugar social, trazendo as representações que sempre estiveram presentes em seu cotidiano.

“Torto Arado” mostra, em seu enredo, um drama familiar. Já em seu início e ao longo de toda a história, a relação das irmãs Bibiana e Belonisia torna-se o eixo central, “o fio de corte” ou o elo que conecta toda a trama. Nas primeiras páginas, o leitor depara-se com um fato marcante na vida das irmãs. Ambas, ainda crianças, resolvem mexer em uma mala de Donana, avó delas. Obviamente fizeram tudo escondido da

matriarca da família. Nesse ato, encontraram um objeto reluzente, uma faca com fio de corte afiadíssimo, e com isso, advém um fascínio em ambas e uma vontade de levar à boca o objeto. A primeira a levar o artefato a boca foi Bibiana e logo em seguida Belonisia, Donana surpreende as duas com sua chegada e Belonisia que estava com a faca na boca levou um susto e, como consequência, teve sua língua decepada. O que lhe relega uma vida inteira condenada ao silêncio.

Junto com o sabor de metal que ficou em meu paladar se juntou o gosto do sangue quente, que escorria pelo canto de minha boca semiaberta, e passou a gotejar de meu queixo. O sangue se pôs a embotar de novo o tecido encardido e de nódoas escuras que recobria a faca. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.15.)

Outras duas figuras centrais que vão acompanhar toda a História são Zeca Chapéu Grande e Salustiana Nicolau, os pais das meninas, ambos trabalhadores da Fazenda Água Negra. É a partir desses personagens que somos convidados a dar um mergulho em um Brasil profundo (TOLENTINO, 2021). Temáticas como fome, seca, relações de poder são exploradas em seus minuciosos detalhes, essas relações que por vezes são esquecidas ao “[...] nos conduzir pelo Brasil de dentro, faz emergir os conflitos de terra que trazem medo e morte, com vistas a assegurar os privilégios seculares em detrimento da ascensão de gerações inteiras [...]” (TOLENTINO, 2021).

Para além das relações conflituosas, “Torto Arado” nos apresenta uma cultura e religião específica: o Jarê, que constitui uma religião de matriz africana, difundida principalmente na região da Chapada da Diamantina, segundo Chagas “As crenças africanas trazidas por elas misturaram-se às dos indígenas, o que levou todas as entidades a serem subsumidas como caboclos.” (CHAGAS, 2022, p.2). Assim sendo, o intuito deste texto é demonstrar a possibilidade de utilização de trechos ou capítulos

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

de “Torto Arado”, nas aulas de história, principalmente em temas como religiões de matriz africana, realizando uma demonstração concisa de como eram realizados os rituais/ festas dessa religião em específico.

Torto Arado nas aulas de história: um ensino sobre religiões de matriz africana

O livro “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, abre a possibilidade de análise das características presentes sobre a religião Jarê, predominantemente difundida na Chapada da Diamantina, que possui como ponto de diferenciação sua “[...] cultura econômica [...] diferente das regiões que a cercavam por uma determinada exclusividade: a cultura das pedras preciosas, basicamente o diamante.” (SENNA.; AGUIAR, 1980, p.75) portanto, toda construção social e histórica pode ser interpretada como um “hiato cultural”.

É nesse cenário que se torna difundido o Jarê, principalmente relacionado à busca por diamantes “Isto significa que o diamante tem o seu dono previamente escolhido pelo destino. É comum o garimpeiro procurar o ‘Curador de Jarê’, para saber se é dono de alguma pedra [...]” (SENNA.; AGUIAR, 1980, p.76). Nesse sentido é importante compreender a origem do Jarê, Senna e Aguiar demonstram que existe certa relação com os cultos de base angolana, mas que se superpõe a influência dos nagôs.

Em seu livro, Itamar Vieira Junior mostra com riqueza de detalhes todos os rituais que ocorrem na casa de Zeca Chapéu Grande, toda a História é permeada e tem um fio condutor que abre e encerra o livro, esse é o espírito de Santa Rita Pescadeira:

Dona Miúda, viúva que morava sozinha num descampado no final da estrada para o cemitério da Viração e que sempre acompanhava as brincadeiras em nossa casa, foi quem recebeu o espírito. Quando ela se anunciou como Santa Rita Pescadeira, os tambores silenciaram e uma comoção tomou conta dos presentes. Era possível distinguir os questionamentos no meio da audiência, se a encantada de fato existia ou não, e por que até então não havia se manifestado, já que aquele Jarê era tão antigo quanto a fazenda e os desbravadores daquela terra. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 81.)

No desfecho do livro, ocorre o retorno de uma figura encantada que finalmente conecta os pontos que faltavam para elucidar o mistério de Santa Rita Pescadeira. Itamar Vieira Junior descreve minuciosamente todo o processo pelo qual essa entidade encantada penetra no corpo de Bibiana e posteriormente a vincula a Belonisia.

Deslizei para o leito de Bibiana como um sopro. Primeiro quis confortar sua dor, que crescia como a capoeira num campo abandonado. Adentrei seu fôlego para ocupar o vazio de seus olhos, para que a minha presença fosse tão intensa como se a envolvesse em abraços. Mas havia esquecido a energia de cavalgar um corpo, e como era bom estar de novo envolvida dos rios de sangue, da chama de um peito que pulsava vivo, dos olhos embotados, dos desejos e da liberdade. Levantei Bibiana da cama, andei de um lado a outro, ergui seus braços a cada volta que dava na sala, venerei com as pontas dos dedos cada fração da pele escura. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 257.)

Ao entrar em contato com Belonisia, Santa Rita Pescadeira observa as diferenças, mostrando o contraste entre as irmãs e concomitantemente a ligação com a religião do Jarê, que tem como uma de suas bases a religiosidade indígena e o respeito à natureza, algo muito forte dentro dessa cultura.

Seu nome era coragem. Era da linhagem de Donana, a mulher que pariu no canavial, que ergueu casa e roça com a força de seu corpo. A mulher que sentiu as dores do parto e deitou em silêncio, mordendo os lábios para parir mais um filho. A que enterrou dois maridos, e só não enterrou o último porque o sangrou

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

como se sangra uma caça. Foi cavalgando seu corpo que senti que o passado nunca nos abandona. Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo suportando a crueldade que lhes foi imposta. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.259.)

Além disso, torna-se evidente em “Torto Arado”, o quão importante a religião é para aquela comunidade, principalmente calcada na figura de Zeca Chapéu Grande. É Bibiana quem nos conta, em um primeiro momento, essa experiência que sempre esteve presente em seu lar:

Eram pessoas com encosto ruim, conhecidos e também desconhecidos de todos. Eram famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande, curador de Jarê, que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam. Desde cedo, havíamos precisado conviver com essa face mágica de nosso pai. Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinha sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não havia nos hospitais, e da sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela terra. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 34.)

Com isso, temos a representação de Zeca Chapéu Grande, era em sua casa que ocorriam todos os encontros e eventos, que eram pautados todos no “Jarê”, que buscando uma definição é “[...] o Jarê, apesar de ter em suas bases a cultura dos nagô, ao se misturar com a religiosidade indígena e com os preceitos cristãos, distingue-se daquela religião [o candomblé].” (CHAGAS, 2022, p.2).

Outro ponto importante na construção dessa religião são as festas de Jarê. A narradora nos mostra com riquezas de detalhes como eram realizadas, no contexto do seu universo. No dia de São Sebastião, por exemplo, havia uma grande festa de celebração:

No dia de São Sebastião, santo de devoção de nosso pai e celebrado na sua data de nascimento, havia a maior festa, a que mais agregava gente e a que mais trazia devotos de fora da fazenda. Muitos vinham de longe para seguir os rituais da brincadeira para festejar com bebidas e comidas as dádivas que haviam recebido dos encantados. Nós, crianças, permanecíamos distantes das atividades principais, os mais novos em brincadeiras ao redor da casa; os mais jovens disputando a atenção dos adultos. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 45.)

A partir da seleção desses trechos é possível levantar discussões em sala de aula sobre a relação do sagrado com a natureza na religião do Jarê. Como essa religião trata a natureza e as relações que os humanos estabelecem com ela. Esperamos que isso fará com que os alunos repensem suas experiências, trazendo a vivência deles para a sala de aula e estudando toda historicidade existente, buscando fontes e observando de onde vieram esses ensinamentos e como eles perduraram até hoje na cultura afro-brasileira.

A relação com o feminino também pode ser explorada, a História da ancestralidade, em como as sociedades africanas eram organizadas e em como isso reflete na obra “Torto Arado”. Estabelecendo uma relação com a cultura Yorùbá em que se acredita que o feminino tem um papel crucial na continuidade da humanidade e que as mulheres assumiam alguns papéis importantes, tais como, a administração do reino (AKÍNÚLÍ, 2011). Assim, construindo uma ponte com o livro que conta com mais personagens femininos e as narradoras são mulheres, tornando-se uma questão de suma importância para ser abordada na sala de aula, demonstrando aos alunos os papéis de gênero dentro das sociedades e como isso reflete nos dias de hoje.

A obra “Torto Arado” traz consigo uma representação única e polida dessa religião tão regional do Brasil, respeitando e não estereotipando seus conceitos. O livro pode ser usado em sala de aula, separando alguns trechos, inclusive os que foram utilizados neste texto, ou capítulos que retratam o assunto. A partir disso, o professor

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

poderá guiar um debate sobre as religiões de matriz africana e a principal visão difundida sobre ela, colocando em contraponto com o que é apresentado nos trechos selecionados.

O docente pode solicitar aos alunos uma revisão bibliográfica, utilizando os livros didáticos e analisando como as religiões de matriz africana são tratadas, e a partir disso, elaborar um texto mostrando as diversas visões sobre esse tema, fazendo uso de trechos e capítulos de “Torto Arado”. Também é possível promover uma discussão sobre intolerância religiosa nos tempos atuais e como as religiões como Jarê, candomblé e umbanda sofrem com esse preconceito, e quais são as raízes dessas ações. Aqui cabe o recorte de algumas notícias atuais de depredação de terreiros e casas ligadas a essas religiões.

Como uma prática efetiva, o docente pode solicitar aos alunos a produção de cartazes e/ou a organização de seminários sobre o tema. É possível retirar um dia da semana para realizar a exposição, no caso, poderia ser usada a religião Jarê como base e os trechos de “Torto Arado” como suporte para desconstruir estereótipos sobre o assunto.

A partir dessa aproximação entre História e Literatura, é possível efetivar a Lei 10639/03, que determina a inclusão da História e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Essa medida se torna benéfica tanto para o docente quanto para o discente, pois permite que sejam explorados temas relevantes e necessários para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes. Através dessa conexão entre disciplinas, a interdisciplinaridade pode ser promovida, diminuindo as fronteiras existentes entre elas e ampliando os saberes abordados em sala de aula. Segundo Moura:

Pode ser construídos roteiros a partir do livro e oficinas de debate, onde cada grupos de alunos podem construir pontos de análise dentro da obra. As oficinas podem ser apresentadas em coletivo, como forma de compartilhar e reelaborar conhecimentos. Enfim, é necessário criar possibilidades de leitura, análise e debate que ultrapassem a sala de aula e a avaliação. (MOURA, 2019, p. 39.)

Portanto, a utilização do livro "Torto Arado" em sala de aula levanta muitas possibilidades, de um revisionismo, de questões e entendimentos que antes não existiam e alinhados com a História torna-se um ensino de qualidade e que estará inserido no contexto dos alunos. A partir dessas representações minuciosas, abre-se a possibilidade de análise e leitura para as aulas da disciplina de História, quando a temática estiver relacionada à cultura Afro-Brasileira e à religião do Jarê, presente na obra. Isso possibilita a reflexão sobre como essa cultura influenciou e contribuiu para a formação da sociedade brasileira. Além disso, é uma tentativa de atrair os alunos para o universo da literatura e, ao mesmo tempo, transformar o ensino de História, mostrando que existem outras fontes além dos "documentos oficiais".

Considerações Finais

A partir da compreensão e expansão das fontes históricas, torna-se possível estabelecer uma interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento e sua aplicação em sala de aula. A literatura, quando cultivada de maneira adequada, sem imposições excessivas de leitura, pode se tornar uma grande aliada entre alunos

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

e professores, carregando consigo um poder transformador.

Dessa forma, o ensino de História abre-se a muitos diálogos, sendo múltiplo e dinâmico. Por isso, a conexão com a literatura se torna altamente viável no contexto escolar “[...] para evitar que o ensino da disciplina História não seja um sistema fechado, baseado em repetições de informações descontextualizadas e distantes dos alunos.” (MOURA, 2019, p.40)

Por todos esses pontos discutidos, “*Torto Arado*” é uma obra que pode ser explorada em diversos âmbitos, seja nas aulas de História, Literatura ou até mesmo Geografia, tornando a sala de aula em um ambiente mais atraente e mostrando que a História é ampla e heterogênea, possibilitando uma aprendizagem mais efetiva na “[...] construção de suas identidades e subjetividades.” (MOURA, 2019, p.41). Ampliando as possibilidades, é possível demonstrar aos alunos que as fontes históricas vão além dos “documentos oficiais”, levando-os à compreensão de que o texto literário pode ser uma importante fonte de análise histórica, e assim, contribuindo para uma educação mais crítica e reflexiva.

[...] é passado, é história, é escolha e é ótica de um ator social em um determinado tempo. Assim sendo suas linhas tecem experiências que auxiliam o estudante a construir um conhecimento histórico vivo, dinâmico e circular que ultrapassa o que é transmitido pelo professor e pelo livro didático, elementos fundamentais nas aulas, mas não únicos e donos do conhecimento total. (MOURA, 2019, p. 40.)

O livro “*Torto Arado*” apresenta um grande potencial para ser utilizado em sala de aula, acompanhado de uma leitura orientada, de análises e discussões, por meio de diálogos entre docentes e discentes. Ele pode contribuir para uma educação mais

inclusiva e diversa, que valorize a História e a cultura dos povos afro-brasileiros, combatendo o preconceito e a discriminação. Além disso, o livro traz à luz do debate questões tão pungentes da nossa sociedade como a intolerância religiosa, mostrando a importância do ensino da História de forma crítica e reflexiva, buscando sempre a compreensão e respeito às diferenças culturais e religiosas. Portanto, a utilização do livro em sala de aula pode ser uma forma eficaz de promover uma educação mais justa e igualitária, construindo uma sociedade mais consciente e inclusiva.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros). **Literatura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional.

CHAGAS, Sylvania Núbia. Torto arado ou torto encanto: o Jarê contando história. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 66, 2022.

CORREIA, Janaina dos Santos. O uso da fonte literária no ensino de história: diálogo com o romance "Úrsula" (final do século XIX). **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 179-201, 2012.

DE SOUZA BISPO, Denise Maria; DA SILVA, Luiz Gustavo Santos. Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 1, n. 1, p. 2, 2008.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 61-91.

A Cultura Afro-Brasileira através da Literatura: as ligações entre *Torto Arado* e o Ensino de História

LIMA, Mônica. Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil. In: **Cadernos Pedagógicos PENESB**, n. 4, p. 65-77. Niterói: Editora da UFF, 2004.

MOURA, Vanessa Pereira de et al. **O uso da literatura no ensino de história: possíveis trilhas com o romance O Mulato, Aluísio Azevedo**. 2019.

MORAES, Dislane Zerbinatti. Literatura e história na escola: aprendizagens e desafios mútuos. **Simpósio nacional de letras e linguística; simpósio internacional de letras e linguística. Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009

SENNA, Ronaldo; AGUIAR, Itamar. Jarê: instalação africana na Chapada Diamantina. **Afro-Ásia**, n. 13, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras.

TOLENTINO, Luana. O Brasil profundo em *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior. 2021. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/resenhas/Itamar_Vieira_Jnior_reseha_Torto_Arado.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. 1ª Reimpr. São Paulo: Todavia, 2019.

Abjurados e instruídos: a repressão ao protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Matheus Jesus de Santana*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v13i136-59

Resumo: O presente artigo insere-se na discussão sobre o protestantismo frente às fortes perseguições religiosas, via Santo Ofício ocorridas em Portugal, com o recorte temporal entre 1536-1648. A partir de bibliografias sobre as Inquisições Ibéricas, a Reforma Protestante, as formas de exercício do poder e dados seriados de 263 processos inquisitoriais com a acusação de luteranismo, foi possível estimar como a perseguição religiosa aos protestantes ocorreu em Portugal. Com as leituras e dados mobilizados, foi detectado, quantitativamente, os ritmos e o auge da repressão ao protestantismo no reino lusitano, bem como estimulam os caminhos para aprofundar essa temática.

Palavras-chave: História da Inquisição; História da Reforma Protestante; História Moderna; História de Portugal; Protestantismo em Portugal.

* Graduação em História / Membro da Cátedra Jaime Cortesão (USP | Camões) / Contato: matheusjesus@usp.br. Agradeço ao Prof. Dr. Daniel Strum pelo acolhimento e orientação na Iniciação Científica. Também sou grato a Prof^a Dr^a Vera Lucia Amaral Ferlini, pela cordialidade e suporte junto à Cátedra Jaime Cortesão.

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Eis que o semeador saiu a semear¹: introdução à problemática

É notória e muito bem documentada a perseguição que atingia fortemente judeus e muçulmanos que habitavam o reino lusitano, bem como em toda a Península Ibérica. Para além dos cristãos-novos e mouriscos, outros estratos sociais foram alvo do Santo Ofício e um grupo que não é tão visitado na bibliografia são os protestantes. Apesar dos capítulos de livro, artigos e teses que tangenciam o tema, é necessário estudos mais aprofundados sobre a perseguição inquisitorial a possíveis protestantes em solo português se deve principalmente a uma quantidade muito menor de acusados em relação a outros agrupamentos sociais. Ou pelo menos, trabalhos que tragam uma classificação seriada das fontes, como é possível a partir do que será exposto adiante.

O protestantismo é um movimento de caráter cismático dentro do cristianismo ocidental no século XVI e assim surge o movimento da Reforma Protestante. Luteranismo é uma das principais e primeira vertente religiosa da Reforma, iniciada em 1517 pelo monge agostiniano Martinho Lutero, iniciando-se dentro do Sacro-Império Romano-Germânico e depois irradiando para os territórios centrais e do norte da Europa. Em Portugal, os inquisidores cunharam a acusação de luteranismo, que era generalizadora e pode se referir a protestantes no geral, independente se o acusado partilhava dos princípios defendidos por Lutero ou por outro reformador como Zwinglio, Calvino ou os anglicanos². Já nas décadas de 1520 e 1530, as tensões do

¹ Versículo completo: E de muitas coisas lhes falou por parábolas e dizia: Eis que o semeador saiu a semear. Mateus 13:3 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

² Mesmo que se encontre nos registros inquisitoriais acusações de 'calvinismo', grande parte dos processados são indiciados por 'luteranismo', assim, ao longo deste artigo os termos protestantismo e luteranismo, e suas derivações, serão utilizados como sinônimos.

protestantismo já eram percebidas em Portugal, seja pela troca de cartas entre o rei português, Manuel I, para Carlos V, ou pelo Monitório de 1536 trazer a punição para a heresia luterana (BRITTO, 2010, p. 37-45).

Com isso, esse estudo busca entender a dinâmica da repressão ao luteranismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648), pois com o aprofundamento na leitura da bibliografia, chegou-se a hipótese que a repressão promovida pela Inquisição portuguesa extrapolava o campo religioso, tendo implicações políticas, sociais e econômicas. A seguir, serão apresentados caminhos que possibilitam diagnósticos iniciais de como se deu a repressão inquisitorial aos ditos 'luteranos', os ritmos dessa perseguição e algumas hipóteses auxiliadoras na interpretação desse momento histórico, reflexo das lutas religiosas e pela consolidação política dos reinos europeus no início do XVI. Por menor que tenha sido a perseguição aos luteranos, ela serve como base para uma compreensão sobre as disputas em torno do poder numa Europa de rápidas transformações.

Uma parte das sementes caiu à beira do caminho³: a bibliografia inicial

Como já mencionado, não há uma abundância de trabalhos com recorte tão bem definido. Todavia, é possível a partir de uma série de recortes montar esse quebra-cabeça da repressão ao protestantismo em Portugal. A inquisição espanhola é um ponto de partida por conta de suas similaridades histórico-políticas com o reino português, proximidade geográfica, e um impacto maior por parte de grupos protestantes, até mesmo por Carlos V ser monarca hispânico e do Sacro-Império que irradiava os ares da Reforma. Em ambos os casos, há uma percepção inicial da

³ Versículo original: E, ao semear, uma parte caiu à beira do caminho, e, vindo as aves, a comeram. Mateus 13:4 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

ocorrência de um período repressivo mais acentuado das inquisições ibéricas ao herege protestante.

O movimento de repressão inquisitorial ao protestantismo na Espanha é estudado pelo historiador belga Werner Thomas, delimitando seu objeto de estudo a partir de 1517, início da Reforma, até 1648 com a Paz de Vestfália (THOMAS, 2001, p. x-xiii). Thomas compreende na inquisição espanhola a postura de mantenedora da ordem e da ideologia monárquica espanhola, e a repressão ao protestantismo contribuiu para colocar o catolicismo como marca principal da identidade da coroa hispânica, contudo o fim deste movimento foi necessário na segunda metade do século XVII, já que havia uma nova realidade política entre os reinos europeus (THOMAS, 2001, p. 377-378).

Esse recorte espanhol é aplicável em partes ao caso português, afinal, a inquisição portuguesa só inicia suas atividades em 1536 e já incluía os protestantes como alvo desde sua fundação, como aponta Bethencourt⁴. Por isso, essa pesquisa tem o recorte temporal de a partir 1536 e se encerra em 1648, pois assim como na Espanha, a perseguição aos luteranos praticamente cessou após os Tratados de Münster e Osnabruque⁵, sendo mais um forte indicativo que essa repressão foi além do campo religioso. Lembrando que a Paz de Vestfália foi um tratado de paz que deu fim à Guerra dos 30 Anos e oficializou o reconhecimento dos Países Baixos, protestantes, como um território independente da coroa espanhola.

⁴ Lembrando que a inquisição espanhola é fundada em 1492 e perseguia principalmente os cristãos-novos ligados ao comércio. Assim, com o advento da Reforma em 1517, a coroa espanhola já tinha a sua disposição e operante o aparato persecutório. (BETHENCOURT, 2004, p. 34-43)

⁵ Refere-se aos tratados que consolidaram a Paz de Vestfália (1648). (THOMAS, 2001, p. x-xiii)

Muito embora possa se estabelecer esse recorte bem estrito (1536-1648), é interessante também pensá-lo numa perspectiva de longa duração desde o início da Reforma. Desde as primeiras notícias sobre o movimento protestante chegando em Portugal, e posterior a Paz de Vestfália, mais contextualizado ao campo diplomático de como se desenvolveu a relação do Reino com as demais nações protestantes.

Mesmo com um recorte geográfico tão bem definido, não é possível entender a história portuguesa sem relacioná-la com o que ocorria no continente europeu. O protestantismo se trata de um fenômeno do exterior, muitos dos detidos pelo Santo Ofício eram estrangeiros. Logo, é necessário que a pesquisa expanda seu recorte geográfico para depois retornar a Portugal. *Naissance et affirmation de la Réforme* (1973), obra clássica do historiador francês Jean Delumeau e *The Oxford Handbook of the Protestant Reformations* (2017) organizado pela historiadora alemã Ulinka Rublack são textos componentes de uma base bibliográfica importantes para se ter uma amplitude para além da Reforma e de Portugal.

Mesmo com as diferenças que essas obras têm entre si, elas elucidam a existência de uma conjuntura crítica no espaço europeu na primeira metade do século XVI. O poder religioso católico romano se enfraquece e as monarquias se aproveitam dessa janela de oportunidade, para fortalecerem o seu poder. As confessionalizações são uma das ferramentas que os Estados adotam para manter a tutela de suas igrejas locais e gerar uma normatização da sociedade se valendo de uma lei cristã, tanto católica quanto protestante, por isso se tem a dimensão que a repressão praticada por católicos também ocorre nos estados que aderiram à Reforma (DELUMEAU, 1973, p. 161-162).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Há que se mencionar também a importância do humanismo nesse processo. Diferente do protestantismo que sempre fora rejeitado, o humanismo teve seu espaço na corte e no horizonte do rei português João III que patrocinava iniciativas e pensadores humanistas em Portugal (KAPP, 2016, p. 24-25). Entretanto, com o avanço das tensões entre católicos e protestantes, os humanistas por não se alinharem à ortodoxia católica, foram se tornando alvos da inquisição acusados de luteranismo, como estudou a historiadora Amanda Cieslak Kapp (KAPP, 2016, p. 221). A historiadora busca compreender como as acusações de protestantismo poderiam representar, na verdade, anseios humanistas focando nos processos de humanistas portugueses, Fernando Oliveira e Damião de Góis. Para além da divergência comum entre humanistas e protestantes em relação à ortodoxia da Igreja de Roma, haverá pouco diálogo com o trabalho de Kapp por conta dos processos trabalhados nesse artigo tratarem de perfis diferentes.

Outra parte caiu em solo rochoso⁶: caminhos interpretativos

Com isso, é difícil não relacionar todas essas perspectivas com as ideias dos autores franceses como Pierre Bourdieu (2006) e Michel Foucault (2021), que auxiliam na expansão do escopo teórico deste trabalho. Bourdieu estudou especificamente a religião, entendendo que esta é uma expressão simbólica com implicações materiais, fazendo um intercâmbio com as estruturas de poder e pensamento, às vezes servindo a manutenção da ordem social vigente (BOURDIEU, 2006, p. 35-49). Foucault foca nas relações entre poder e verdade, ou como os saberes e suas instituições são dependentes do poder (FOUCAULT, 2021, p. 132, 291). As ideias desses autores são

⁶ Versículo completo: Outra parte caiu em solo rochoso, onde a terra era pouca, e logo nasceu, visto não ser profunda a terra. Mateus 13:5 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

perfeitamente aplicáveis ao pensar o funcionamento e impactos da perseguição inquisitorial portuguesa, pois aprofundam as noções de que essa manutenção do poder da ordem vigente são fundamentais para entender a repressão ao protestantismo.

Pensar a junção dessas ideias e debates, é pensar Portugal e suas instituições religiosas a serviço do poder e de uma identidade política e social que está em reafirmação. Entender a repressão ao protestantismo é entender as ferramentas que cooperavam à manutenção dessa ordem vigente.

Com isso em vista, a pesquisa posiciona como se deu a perseguição a esses protestantes em Portugal, pensando na religião como elemento de coesão nacional no reino. A defesa do catolicismo e a recusa do pluralismo religioso tornou-se essencial na afirmação da soberania monárquica. Afinal, a perseguição religiosa em Portugal neste início do século XVI ocorreu com os judeus, os muçulmanos e o protestantismo nascente se encontra nesse quadro.

Outra caiu entre os espinhos⁷: visões sobre o conceito de heresia

Um conceito chave para entender a perseguição religiosa nesse alvorecer da modernidade é a noção de *heresia* para essa sociedade portuguesa do século XVI. Para o teórico polonês Leszek Kochakowicz a etimologia de heresia vem do termo grego *airésis*, cujo significado é *escolha*. Airésis já era empregado na cristandade desde o Novo Testamento e foi utilizado pelo apóstolo Paulo para denominar seitas e partidos religiosos da sua época e demais grupos dos quais o religioso tinha discordâncias

⁷ Versículo completo: Outra caiu entre os espinhos, e os espinhos cresceram e a sufocaram. Mateus 13:7 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

(KOCHAKOWICZ, 1987, p. 301). Assim, é um termo utilizado para diferenciação e separação dentro do contexto religioso desde a sua origem.

Para a Igreja Católica, a definição utilizada por Paulo de Tarso não se perdeu, pois a heresia ainda poderia ser utilizada para se referir a grupos religiosos, e para entender as escolhas do homem (que são más escolhas por conta de sua natureza corrompida). Porém, em termos do direito canônico, o herege é aquele que está dentro da cristandade, batizado e conhecedor da doutrina, que nega em partes ou totalmente a autoridade da Igreja e tenta de alguma forma renovar a doutrina. Assim, é um inimigo interno, o mais perigoso de todos.

A reação ao elemento herético varia de acordo com o perigo que ele traz à institucionalidade. A heresia pode refletir tanto anseios morais e religiosos quanto políticos e materiais, por isso cada caso deve ser estudado na sua especificidade. Nos fins do século XIII a Igreja começa a receber muitas críticas dogmáticas que se apoiavam na própria doutrina cristã, os indivíduos que contestavam eram considerados hereges. Na definição do teólogo francês Marie-Dominique Chenu, o herege é aquele que escolhe uma verdade parcial a partir de uma verdade global, o herege pode ser considerado um crítico dos valores espirituais de uma sociedade (NOVINSKY, 1992, p. 11).

Para Jean Delumeau, a heresia é uma das partes que compõem os medos da elite. Desde o século XIV a cristandade é ameaçada e o protestantismo provoca uma ruptura sem remediação, levando Igreja e Estado a possuírem um inimigo em comum (DELUMEAU, 2009, p. 586). As variedades de perseguição variam e Delumeau exemplifica com o caso ibérico de perseguição a judeus e mouriscos, enquanto a

Europa Central se dedicava à repressão dos protestantes e feiticeiros. O medo é o que leva a maior parte das perseguições pelo poder político e religioso na Europa da Idade Moderna.

Na prática, contudo, foi preciso estabelecer prioridades que variaram segundo os tempos e os lugares. Na Espanha do século XVI e do começo do XVII, urge expulsar os judeus e os mouros e vigiar os conversos. Assim, as pessoas não se inquietam excessivamente com feiticeiras. Em compensação, em muitos países da Europa ocidental e central em que não há essas preocupações, perseguem-se ora os heréticos - aqui protestantes e ali católicos, ora as feiticeiras. E parece sem que isso no entanto seja uma regra que, quando se combatem uns, esquecem-se um pouco os outros. (DELUMEAU, 2009, p. 586-7).

Interessante notar nesta passagem os horizontes do autor, a perseguição ao protestantismo em solo ibérico não é algo notável. Com isso, mais uma vez é possível se defrontar com uma visão praticamente consolidada de que as Inquisições Portuguesas e Espanholas não se preocuparam tanto com os luteranos, pois os mouriscos e judaizantes eram tidos como uma ameaça maior.

Nesse período inicial do século XVI, as autoridades tendiam à centralização do poder, aqueles que se desviavam da norma eram perseguidos. O herético é aquele que escapa daquilo que é tido como sagrado pela norma e logo são considerados como agentes do profano, ou, demoníacos (DELUMEAU, 2009, p. 592). O poder, religioso e civil, que se centralizava cada vez mais, não tolerava desvios. Um dos efeitos da Reforma foi acentuar no catolicismo romano a aversão às heresias.

Nos seus primeiros anos pós 1517, Martinho Lutero tinha uma posição mais tolerante para com as heresias, porém quando o luteranismo passa a se institucionalizar e se tornar a religião de alguns estados, o monge muda de posição e defende que o poder civil regule a parte religiosa e garanta uma única religião como oficial. A mistura do poder político-religioso levou a dura repressão (DELUMEAU, 2009,

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

p. 599-602). E o caso da Coroa portuguesa é muito semelhante, no sentido da Igreja Católica ser parte fundamental daquela sociedade, o poder religioso e político caminhavam juntos e a repressão dos protestantes e demais grupos não católicos em Portugal também. Nesse sentido, é comparável analisar a repressão ao protestantismo junto com o humanismo, embora o humanismo não se tornou um crime de heresia, os inquisidores passaram a tratar as ideias humanistas como ameaças ao catolicismo e o rei passou a ceder lugar para setores mais ortodoxos (MARQUES, 1978, p. 300). Até mesmo porque os humanistas portugueses nunca preconizaram uma ruptura com a Igreja Romana, até mesmo Damião de Góis que conviveu brevemente com Filipe Melâncton, o pupilo de Lutero, não se filiou ao protestantismo (KAPP, 2016, p. 32).

Ainda na visão de Delumeau, a partir da segunda metade do século XVII, as reformas (tanto protestante quanto católica) se consolidam e outros fatores sociais se estabilizam, assim os temores gerais da sociedade ocidental são atenuados e conseqüentemente a perseguição aos hereges é reduzida (DELUMEAU, 2009, p. 623-625). Essa datação vai de encontro com o recorte deste artigo, 1648, assim sendo mais um indicativo do processo de lutas religiosas geral e que influencia Portugal também.

O objetivo central ao se trabalhar com o conceito de heresia deve ser compreender o herege como aquele que foi condenado pelas autoridades eclesiásticas e não necessariamente aquele que tem ideias errôneas (KOCHAKOWICZ, 1987, p. 304). O sentido correto de um conjunto de doutrinas, a ortodoxia, pode ser entendida a partir da heresia, já que em grande parte ela se estrutura para combater aquilo que foge do que é *ortho*, do já estabelecido. A análise da ortodoxia permite entender que para a heresia surgir e ser considerada como tal, depende muito do contexto histórico e das circunstâncias, pois muitos dos doutores da Igreja, como São Tomás de Aquino,

foram renovadores da doutrina católica romana e não foram perseguidos. O efeito da heresia é gerar perigo à ordem estabelecida, ordem esta que almeja preservar sua estrutura. O fato da península ibérica ter tido a coexistência de judeus e muçulmanos é o que tornou estas sociedades extremamente permeáveis às ideias heterodoxas.

Outra, enfim, caiu em boa terra e deu fruto⁸: os processados

Seguindo a bibliografia, outra ideia prevalecente é dos protestantes e seus propagadores em solo ibérico serem em sua maioria estrangeiros. Nos levantamentos de Werner Thomas, 2557 estrangeiros foram indiciados pela inquisição. Outro fator elencado por esses autores é de quando o indiciado por luteranismo era natural da península ibérica, ele muito provavelmente pertencia às elites pensantes (clérigos, juízes, médicos, entre outras funções letradas). Essa ideia é corroborada na leitura da obra clássica de Menéndez y Pelayo, *Historia de los heterodoxos españoles*, pois aqueles que foram pegos pela inquisição nos autos de fé de Sevilha e Valladolid, entre 1558 a 1560, pertenciam a altas castas da sociedade (MENÉNDEZ Y PELAYO, 2009, p. 281-287). Em essência, esses perseguidos eram membros letrados da sociedade, que passaram anos viajando e estudando no exterior em contato com as ideias luteranas, e ao retornar ao solo ibérico montam pequenos núcleos. E mesmo Fernand Braudel numa passagem do Mediterrâneo aborda que o fenômeno protestante na Espanha foi a grupos restritos, não era um fenômeno popular ao que tudo indica (BRAUDEL, 2014, p. 126-132).

O caso português segue tendência parecida como pode ser verificado no caso do colégio das Artes de Coimbra no ano de 1550, em que clérigos estrangeiros e

⁸ Versículo completo: Outra, enfim, caiu em boa terra e deu fruto: a cem, a sessenta e a trinta por um. Mateus 13:8 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

portugueses que estudaram no exterior foram presos por demonstrarem simpatia às ideias protestantes (BETHENCOURT, 2000, p. 73) (KAPP, 2015, p. 219-220). Sendo assim, faz parecer que os grupos mais visados pelo Santo Ofício seriam esses ibéricos ligados a atividades intelectuais. Entretanto, ao fazer o levantamento nos registros da Inquisição portuguesa, encontrou-se que o grupo profissional mais perseguido entre esses luteranos eram os mercadores, até mesmo entre os portugueses⁹. A partir desses dados, é um debate que necessita aprofundamento, compreender essas diferentes percepções e porque mercadores eram um alvo preferencial e que tipo de ameaça traziam.

Naturalidade	Qtd.	(%)
Portugueses	49	18,63%
Estrangeira	210	79,85%
Não identificado	4	1,52%

Tabela 1 - *Estrangeiros e portugueses processados*. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (via DigitArq)

Profissões	Qtd.
Mercador	31
Marinheiro	13
Criado	11
Alfaiate	7
Carpinteiro	7
Ourives	7
Bufarinheiro	6
Calceteiro	6
Clérigo	6

⁹ Esses dados foram recolhidos a partir da plataforma DigitArq cuja base documental vem dos arquivos da Torre do Tombo, onde localiza-se atualmente os processos da inquisição portuguesa. Para uma melhor interpretação, eu compilei as fichas dos processos numa tabela que vem a ser uma base de dados sobre esses protestantes acusados em Portugal.

Tabela 2 - *Número de acusados por profissão*¹⁰. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (via DigitArq)

Da naturalidade dos réus, a maioria eram provenientes da França, contando com 88 franceses acusados de luteranismo, seguidos por 49 portugueses, 54 flamengos e neerlandeses, 23 ingleses, 18 alemães, 10 neerlandeses e outros 29 de demais localidades do continente europeu. Dados semelhantes foram levantados pela historiadora portuguesa Isabel M. M. Drummond Braga (2002), no seu trabalho sobre os estrangeiros na inquisição portuguesa num recorte de 1536 a 1700. Nos processos de protestantismo que a autora levanta, ela encontrou 92 franceses, 66 flamengos e holandeses, 37 ingleses, 29 alemães e 24 de outras naturalidades (BRAGA, 2002, p. 244). A diferença entre nossos levantamentos pode residir na forma como os dados são inseridos na plataforma DigitArq, vinculada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e conforme o site é alimentado com mais informações. Todavia, a discrepância é relativamente baixa.

A maioria das penas concedidas a esses réus consistiam em abjurações, instruções e penitências espirituais. No processo do ourives francês Pedro Tonlner, que durou de 1549 até 1551, ele havia recebido uma pena de cárcere perpétuo por confessar suas culpas. Porém, alguns meses depois foi solicitado que o réu deixasse a prisão com o pagamento em “fiança para poder cuidar de sua mulher que está muito enferma em cama e não tem quem cuidar por ser mulher estrangeira [...]” (Inquisição de Lisboa, proc. 10940, fl. 30). Ao final, Pêro pagou um alto valor de 60 cruzados para ser liberto, valor razoável, mas que em vista de sua profissão poderia ser empenhado e somar aos cofres do Santo Ofício.

¹⁰ No total, foram detectadas 105 profissões diferentes atribuídas aos réus, porém, nesta tabela foram selecionadas as profissões mais recorrentemente indiciadas.

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Nos registros analisados, foram encontrados apenas oito casos da pena capital de relaxamento, sendo na maioria franceses, depois flamengos e apenas um português. Dentre esses oito relaxados, destacam-se dois, Robert Hix (1556) (Inquisição de Lisboa, proc. 11665-1) e Pêro Flamengo (1556) (Inquisição de Lisboa, proc. 8345). O primeiro tratava de um flamengo tecelão de panos, o segundo também originava de Flandres e era um calceteiro¹¹, para além da origem comum, ambos eram relapsos, ou seja, já haviam sido indiciados pelo Santo Ofício e voltaram ao hall de acusações. Como apontou Novinsky, os réus que voltavam aos cárceres da inquisição tinham mais chances de receber a pena capital (NOVINSKY, 1992, p. 62), como foi o caso de Hix e Flamengo.

Em termos de culpas, um ímpeto dos inquisidores é extrair das confissões a falta de cumprimento dos ritos e doutrina católica. No caso, é recorrente nas confissões e nos acórdãos¹² acusar os réus de não respeitarem a quaresma, não crerem na autoridade da Igreja, não acreditarem no purgatório e deixarem de observar os feriados santos, ou mesmo ter estado em companhia de alemães é um fator relevante para os inquisidores como no caso do mercador flamengo Henrique Martes (Inquisição de Lisboa, proc. 10399). Não parece estar no horizonte dos inquisidores debater as polêmicas teológicas do mérito das obras ou da fé na salvação que está na gênese do cisma protestante (DELUMEAU, 1973, p. 82-83), o objetivo era mais corrigir as condutas desviantes que o luteranismo trazia em relação à ortodoxia católica e a manutenção da autoridade da Sé Romana.

¹¹ Responsável por colocar as pedras de calçadas e demais vias de passagem.

¹² Documento que reúne as acusações contra um réu, o acórdão é aprovado após uma decisão colegiada dos inquisidores.

Somando-se todas essas problemáticas, a ideia evidente é que o protestantismo em Portugal não se estabeleceu, não criou uma base orgânica como é observável no caso espanhol de Sevilha e Valladolid (1558-1560), ou em outros locais fortemente católicos como a Polônia e Romênia que foram impactados, mesmo que rapidamente por grupos protestantes bem constituídos (MURDOCK, 2017, pp. 105-108). É preciso expandir o leque do perfil de acusados de luteranismo em Portugal, por mais que o grupo tenha sofrido uma baixa letalidade, ainda assim se faz necessário compreender que motivações levaram ao indiciamento destes réus.

Quem tem ouvidos para ouvir, ouça¹³: apontamentos dos processos inquisitoriais

Até que ponto o protestantismo representou ou não uma ameaça à identidade religiosa da monarquia portuguesa? Para tentar trazer luz a essa questão, foram recolhidos dados de 263 indiciados por luteranismo dentro desse recorte, as informações são o nome, data de início do processo, profissão do réu, naturalidade e condenação. E através desses dados foi possível perceber alguns movimentos.

Anteriormente, já fora citado que por meio do material consultado foi possível estimar que cerca de 89% dos acusados não eram portugueses e o período de repressão inquisitorial mais intensa aos protestantes se estende até a Paz de Vestfália, praticamente cessando após 1648, sendo algo já percebido por Werner Thomas e que se aplicou no caso português também. Ou seja, há uma convergência muito boa com o que ocorreu no tribunal inquisitorial espanhol.

Para além desses dados quantitativos, por intermédio dos processos inquisitoriais e da pesquisa bibliográfica é possível traçar um perfil social e geográfico

¹³ Versículo completo: Quem tem ouvidos [para ouvir], ouça. Mateus 13:9 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

dos acusados de luteranismo em Portugal. O próximo passo deve ser a leitura e interpretação destes processos com intenção de entender as motivações para essa perseguição, a partir de dados como: a origem do réu, profissão e penalidades sofridas no período entre 1536 e 1648, atentando-se ao perfil socioeconômico e as práticas ideológicas que despertaram a preocupação dos delatores e juízes da Inquisição.

Também como um resultado parcial desse conjunto de 263 processos, chama atenção os ritmos dessa perseguição ano a ano e de década a década. E para essa alta no número de perseguidos, há algumas hipóteses a serem trabalhadas, que não necessariamente anulam-se umas às outras e devem ser encaradas como o indicativo de uma conjuntura do que estava acontecendo naquele momento no continente europeu e em Portugal.

Como pode ser visto na tabela e gráfico a seguir, o pico de processos ocorreu em 1561, com 29 processos:

Anos	Réus	Anos	Réus	Anos	Réus
1536	2	1568	1	1595	2
1542	2	1569	10	1597	1
1543	2	1570	5	1601	1
1546	1	1571	5	1602	1
1549	5	1572	1	1603	1
1550	3	1573	1	1604	5
1551	1	1574	3	1608	1
1552	4	1575	2	1610	2
1553	4	1577	3	1611	3
1554	5	1578	1	1615	2
1555	7	1579	1	1617	1
1556	11	1582	3	1618	2
1557	8	1583	4	1619	1
1558	13	1584	4	1628	1

1559	13	1587	3	1630	1
1560	6	1588	5	1631	1
1561	29	1589	1	1633	1
1562	10	1590	5	1635	1
1563	4	1591	7	1637	1
1564	3	1592	6	1638	1
1565	6	1593	4	1645	2
1566	3	1594	5	1647	1
1567	8				

Tabela 3 - *Número de acusados ano a ano*¹⁴. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (via DigitArq)

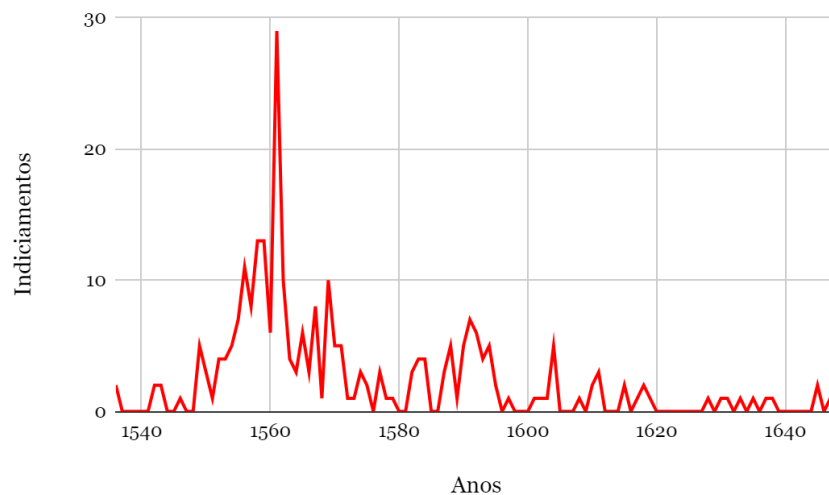


Gráfico 1 - *Indiciamentos por luteranismo em cada ano até 1648*. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

É preciso ressaltar que todos os dados sobre os processos ainda não estão disponíveis no DigitArq, já que desses 263 indiciamentos apenas um não está localizado no Tribunal Inquisitorial de Lisboa, enquanto Isabel Braga localizou outros 15 e 22 processos nas Inquisições de Évora e Coimbra, respectivamente (BRAGA, 2002, p. 244). Ainda assim, ambos os trabalhos e levantamentos estão em consonância. Afinal, embora se tenha à disposição livros, artigos e teses que debatam o protestantismo em

¹⁴ Nessa tabela foram omitidos os anos em que não houve acusações

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Portugal, há poucos levantamentos quantitativos sobre esses casos. A partir dessa análise seriada é possível perceber os ritmos de perseguição, a intensidade da perseguição e assim relacioná-la com as conjunturas internas e externas em relação à Portugal. Na tese da historiadora Rossana Gomes Britto sobre os casos de luteranos no Brasil (2010), são classificados a procedência e a acusação desses 11 réus brasileiros e ingleses.

Uma primeira hipótese é que o final dos trabalhos no Concílio de Trento (1545-1563), indicam também um momento de reorganização das forças católicas e isso é corroborado por Delumeau em outro livro, *Civilização do Renascimento*. Nele, o autor aponta que na década de 1560 houve uma queda do crescimento do protestantismo em virtude do concílio e o estabelecimento da Reforma Católica, mais conhecida como Contrarreforma (DELUMEAU, 1994, p. 126-138).

A segunda hipótese é que esse pico pode ser consequência dos autos de fé em Sevilha e Valladolid entre 1558 e 1560, que foram fundamentais para reprimir os protestantes que atuaram mais intensamente nesses territórios espanhóis, e de algum modo pode ter alarmado as autoridades portuguesas.

A terceira hipótese, também é levantada a partir de uma das obras de Delumeau que cita revoltas iconoclastas ocorridas em 1560 nas regiões francesas de Provence e Dauphiné (DELUMEAU, 1973, p. 161), havendo a possibilidade dessas revoltas alertaram os inquisidores portugueses que perseguiram ainda mais protestantes no ano seguinte, a fim de não ocorrer o mesmo em Portugal.

Como mencionado, essas hipóteses não anulam umas às outras e todas podem estar correlacionadas e representarem o sintoma da catolicidade romana que reagiu

coordenadamente ao avanço protestante. E detalhe, não ocorreram muitas penas capitais, apenas oito. Entretanto, sete dessas penas se enquadram num recorte temporal entre 1552 e 1569, ou seja, vão de encontro com o período de maior repressão inquisitorial ao protestantismo em Portugal.

Estabelecer uma cronologia da perseguição aos protestantes em Portugal é fundamental, correlacionando-a com diferentes conjunturas históricas e de que maneira o protestantismo ameaçava a soberania régia, se essa perseguição se relaciona com um contexto externo. Tais tendências podem ser atribuídas ao fato de que o movimento protestante se iniciou e se concentrou nos principados do Sacro-império, irradiando-se para o resto da Europa ao longo do século XVI e XVII, não sendo possível desassociar a perseguição às motivações externas e que extrapolavam o campo religioso.

Porque a vós outros é dado conhecer¹⁵: conclusões e direções

A leitura da historiografia e o levantamento de fontes permitem confirmar a importância da religião católica apostólica romana e da Santa Sé na consolidação da ordem monárquica em Portugal. A Inquisição cumpriu um papel fundamental nesse processo de afirmação da monarquia, transformando o estrangeiro em inimigo da ordem. Com isso o protestantismo foi duramente reprimido no reino português, assim como o judaísmo e o islamismo. A fator de diferenciação do luteranismo, foi a sua condição externa à Península Ibérica, causando distúrbios em menor grau à ordem vigente, mas potencialmente perigoso.

¹⁵ Versículo completo: Ao que respondeu: Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas àqueles não lhes é isso concedido. Mateus 13:11 (BÍBLIA SAGRADA, 1999).

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

Ao fim deste artigo percebe-se que há mais perguntas do que respostas, mais apontamentos do que direcionamentos. Porém, há um mantra entre os historiadores de que o nosso ofício é responsável por fazer os bons questionamentos, afinal, as fontes e documentos não falam por si só (BLOCH, 2002, p. 79). Aqui está a defesa de um objeto de estudo pouco visitado, porém, seu brio permanece. A falta de respostas não é um demérito e sim um caminho a ser percorrido e aprofundado em pesquisas posteriores. Por mais que os protestantes não eram alvo por excelência dos inquisidores, ainda assim eram um alvo e podem revelar muito sobre a identidade de um reino lutando contra as pressões internas, junto à preocupação e reação a um cenário externo, uma tensão dialética entre a manutenção do poder real e religioso, e, as relações com os outros reinos e que passavam por tensões semelhantes.

Para concluir, realizar esses levantamentos com essa problemática assemelhou-se em alguns momentos à parábola do semeador, uma passagem bíblica muito cara à cultura do cristianismo ocidental, classe social fundamental para este artigo. Por vezes pareceu como as sementes que caíram pelo caminho, em solo rochoso, entre espinhos e não deram frutos, porém, foi demonstrado que se trata de um solo fértil e com imensas possibilidades a serem aprofundadas.

Por isso, é preciso reafirmar, por mais que soe óbvio: a repressão ao protestantismo em Portugal vai além da repressão aos protestantes em Portugal. Ao observar esses dados, os ritmos, as nacionalidades, é preciso observar o jogo de tensões que o século XVI e XVII carregam, como os conflitos da religião estiveram em diálogo com a política e economia, e a forma em que o poder se estrutura, o estabelecimento de nova uma ordem, bem como as transformações culturais e de consciência ocorridas nesse espaço que abarca as Reformas e Contrarreformas, os

Matheus Jesus de Santana

humanismos, protestantismos e ortodoxias. Nessa multiplicidade se insere a perseguição inquisitorial dos protestantes em Portugal, é preciso compreendê-la nos intermédios com esses fatores e visando a totalidade.

Basta semear o solo e a videira florescerá.

Referência bibliográfica

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BETHENCOURT, Francisco. Rejeições e polémicas. in: AZEVEDO, Carlos Moreira. **História religiosa de Portugal**. Vol 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução: João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: Ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Génesis y estructura del campo religioso. In: **Relaciones**, Zamora de Hidalgo, vol. XXVII, n. 108, p. 29-83, 2006.

BRAGA, Isabel M. R. Drumond. **Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa: Séculos XVI-XVII**. Lisboa: Hugin, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II: Volume 2**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 126-132.

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

BRITTO, Rossana Gomes. **Os pecados do Brasil: luteranos e inquisição séculos XVI e XVII**. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento. v. 1**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DELUMEAU, Jean. Heresia e ordem moral. In: **História do medo no ocidente (1300-1800)**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DELUMEAU, Jean. **Naissance et affirmation de la Réforme**. Paris: Nouvelle Clio - PUF, 1973.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

KAPP, Amanda Cieslak. Reformas religiosas em Portugal do século XVI: protestantismo e humanismo erasmista nos autos da inquisição. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 211-229, 2015. DOI: 10.20873/vol7n1pp211-229.

KAPP, Amanda Cieslak. A "heresia luterana" em Portugal dos quinhentos: ecos do humanismo e das reformas religiosas. **Temporalidades**, v. 8 n. 3, p. 23-46, 2016.

KOCHAKOWICZ, Leszek. Heresia. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). Enciclopédia Einaudi: Mythos/logos Sagrado/profano. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, v. 12, p. 301-306.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: Das origens às revoluções liberais**. Lisboa: Palas, 1978, v. 1.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino. **Historia de los heterodoxos españoles: Libro IV**. Barcelona: Linkgua ediciones. 2009.

MURDOCK, Graeme. Geography of Reform. In: RUBBLACK, Ulinka (org). **The Oxford Handbook of the Protestant Reformations**. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 105-108.

NOVINSKY, Anita W. **A Inquisição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

PAIVA, José Pedro. The Impact of Luther and the Reformation in the Portuguese Seaborne Empire: Asia and Brazil, 1520–1580. **Journal of Ecclesiastical History**, Vol. 70, No. 2, April 2019.

PAIVA, José Pedro. Inquisição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?. **Revista de História das Ideias**, n. 11, Coimbra, 1989. p. 85–102.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Rui. **Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confessionalização do Ocidente, 1530-1685**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

THOMAS, Werner. **La represión del protestantismo en España**. Lovaina: Leuven University Press, 2001.

ULINKA RUBBLACK (org.). **The Oxford Handbook of the Protestant Reformations**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Abjurados e instruídos: a repressão do protestantismo em Portugal e suas possibilidades historiográficas (1536-1648)

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

Aryeilla Pereira*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i160-75

Resumo: A literatura infantojuvenil possui grande importância no despertar de jovens para a leitura. Entretanto, teria ela o potencial de ser um instrumento para a compreensão do passado? O presente artigo tem por objetivo analisar a obra de Rick Riordan *O último Olimpiano* a fim de comparar a partir dos preceitos do herói homérico da *Ilíada*, seus próprios heróis e Percy Jackson, para assim investigar o potencial da literatura infantojuvenil como um instrumento de compreensão das sociedades antigas. Para a investigação, utilizou-se a Análise de Discurso Francesa, e a História da Recepção a fim de perceber e estudar características e comportamentos que nos mostrem um dos pontos centrais da pesquisa: a aparição dos preceitos que guiavam o guerreiro na Antiguidade e na contemporaneidade. Conclui-se que a releitura feita por Rick Riordan facilita a compreensão contemporânea do guerreiro homérico. A aproximação feita pelo autor não ocorre por coincidência por ser um arquétipo heroico universal, mas é sim fruto de trabalho do mesmo a partir de suas leituras e referências da tradição clássica.

Palavras-chave: Literatura Infantojuvenil; Percy Jackson; Antiguidade; Herói; Recepção

* Graduanda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membra do Laboratório de História Antiga (Lhia). Email para contato: arymoulin@gmail.com

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve
comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

História e Literatura: uma antiga relação que perpetua até hoje

“Clío se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir” (PESAVENTO, 2006, p. 2). Tanto a História quanto a Literatura são narrativas que explicam e criam sentido sobre o mundo, e sempre se renovam no tempo e no espaço. Entretanto, elas apresentam um traço antigo de conservação entre si: os homens sempre expressaram pela linguagem o mundo visto e não visto através de diferentes formas, como a oralidade, a música e a escrita (PESAVENTO, 2006, p. 2). Reconhecemos, então, que a relação estabelecida entre a História e a Literatura se mostra bem antiga.

A crise do marxismo e do estruturalismo fez com que as certezas, que até o momento eram inabaláveis, da escrita da história se perdessem. A partir desse contexto, a História passa a expandir seu campo de conhecimento, fazendo uma aproximação multidisciplinar com diversas disciplinas, entre elas a literatura (SANTOS, 2007, p. 118). Dialogando em termos historiográficos, as crises que ocorreram fizeram com que nascesse uma incapacidade de se escrever uma História total, como era proposto por Braudel. Esses acontecimentos abriram, então, um espaço para que assim acontecesse um investimento no estudo da cultura (RODEGHERO, 2009, p. 2).

Visualizar a Literatura como um documento para a pesquisa histórica é uma questão que já vem sendo discutida. Como abordado por Bruna Moraes da Silva (2019, p. 37), quando a História nasce como uma disciplina no século XIX, a documentação oficial era vista como a única e verdadeira fonte do saber histórico, enquanto a Literatura era colocada em segundo plano, sendo vista apenas como uma mera invenção. Entretanto, nos dias atuais podemos observar com “nossos olhos” que a Literatura pode facilitar em muito o contato com culturas, períodos, universos

que nós historiadores temos contato. As obras literárias têm a posse de historicidades que devem ser ponderadas para se entender o texto e o que vem além do texto (SILVA, 2019, p. 38).

Devido a isso, queremos observar, aqui, o potencial da Literatura infantojuvenil como um instrumento de compreensão do passado, em específico o das sociedades antigas. Para isso, propomos um diálogo entre uma Literatura contemporânea e uma Literatura grega. Entretanto, é necessário fazer ressalvas antes sobre esta. Dialogando ainda com a Bruna Moraes da Silva:

Falar de literatura na Antiguidade grega pode se tornar um tema de debates entre estudiosos. Isso porque, além das obras produzidas nesse contexto não terem sido assim concebidas em seu momento de criação, não há um consenso, até mesmo atualmente, acerca do que seja um texto literário (SILVA, 2019, p. 36)

Ao dialogar sobre o potencial da Literatura, nosso interesse se encontra na habilidade comunicativa de contar histórias, transmitir saberes, criar sentido sobre o mundo e observar que a aproximação feita entre a tradição literária antiga e a literatura contemporânea não visa o estabelecimento de uma origem casual, mas tem a intenção de criar uma reflexão crítica sobre como ambas acabam desempenhando um papel educativo em seus contextos e um ideal de herói. Para isso, temos como metodologia a Análise de Discurso francesa, principalmente a partir das ideias de Maingueneau, utilizando-a a fim de analisar e perceber características e comportamentos que nos mostrem um dos pontos centrais dessa pesquisa: a aparição dos preceitos que guiavam o guerreiro na Antiguidade e na contemporaneidade. Ademais, propomos com essa mostrar o potencial da literatura infantojuvenil como um instrumento para compreender a Antiguidade grega. Para evidenciar tal potencial, propomos uma breve comparação entre Percy Jackson, protagonista da obra *Percy Jackson e os Olimpianos*, criado por pelo autor norte

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

americano Rick Riordan, e os guerreiros da *Ilíada*, cujas histórias são cantadas por Homero. Utilizaremos como base para nos orientar, os preceitos que guiavam o herói homérico, mas também dialogaremos de forma breve sobre a *recepção*, mais especificamente, a releitura que Riordan faz da Antiguidade Grega. Operacionalizamos, então, duas documentações: uma contemporânea, que foi publicada originalmente em 2009, e outra da Antiguidade grega, cuja possível criação ocorreu por volta do século VIII a.C.

Rick Riordan começou a criar a história de Percy Jackson sem muita pretensão. Seu filho pediu para que ele lhe contasse histórias sobre deuses gregos e heróis. Como foi professor de mitologia por um tempo, tinha um grande repertório para contar a ele. Quando seu repertório se finalizou, ele criou algo novo, com os mesmos personagens, a pedido também de seu filho¹. De acordo com Joanna Paul (2017), os livros de Riordan se enquadram entre as novas concepções de mitologia clássica, representando uma tentativa de sustentar e revitalizar a mitografia; o autor, mesmo criando um novo cenário, consegue manter as essências das divindades e heróis mitológicos.

A história do herói Percy Jackson conquistou os corações e mentes infantojuvenis não apenas nos livros, mas também nas telas dos cinemas, com dois filmes sobre a saga lançados em 2010 e 2013. Tanto na literatura, como nos filmes, é abordado de forma bem-humorada as aventuras enfrentadas por um jovem meio-sangue, também chamado de semideus², que acaba de descobrir sua verdadeira identidade e se encontra em um novo universo, repleto de mitologia,

¹ Em uma entrevista para a Folha de São Paulo e 2010, Riordan aborda como ocorreu a ideia da série Percy Jackson. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0908201019.htm>. Acesso em: 24 de set.de 2021.

²Metade humano, metade deus; aqueles que são filhos de um humano com um deus.

deuses e monstros. O primeiro livro da saga de Percy Jackson foi lançado nos EUA em 2005, entretanto, para esse breve artigo, iremos trabalhar apenas com o quinto e último livro da série, intitulado *O Último Olimpiano*, que foi publicado em 2009. A escolha do último livro como documento de comparação ocorreu devido à percepção da consolidação de Percy como um herói, e ainda mais, sob a perspectiva da presente pesquisa, como um herói homérico, segundo os preceitos que guiam um guerreiro.

Nossa segunda documentação é a *Ilíada*, obra poética de gênero épico, que tem como tema central a ira do herói Aquiles e suas consequências. O poema descreve, também, os eventos da tomada de Tróia, além de abordar outros momentos memoráveis como o Catálogo das Naus e o sequestro de Helena (NAGY, 2017, p.36). A épica também prevê, ao longo de seus cantos, a morte de Aquiles. A narrativa é atribuída à figura do célebre *aedo* Homero. Existem diversas questões acerca da “verdadeira” época em que a *Ilíada* - e também a *Odisseia* - foram publicadas. Tais questões são encontradas na chamada “Questão Homérica”. Embora seja difícil estabelecer uma data precisa para a cristalização dos poemas homéricos, a convenção historiográfica, a qual optamos por seguir, coloca sua composição datada por volta do século VIII a.C., período mais aceito pelos homeristas da atualidade, pois, os temas que são vinculados à idade heroica presentes nos épicos são igualmente representados nos vasos áticos dos 770-700 a.C., dando assim mais ênfase para hipóteses de leitura no período a respeito da mesma idade (CORVISIER, 1996, p. 11). Além disso, os poemas de Homero já teriam sido escritos neste século, levando em consideração a invenção do alfabeto helênico. Eles seriam a expressão de um ponto de vista aristocrático que se encontrava em colapso com as mudanças estruturais que caracterizavam o século VIII a.C. (MORRIS, 2003, p. 23;45)

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

Analisaremos, assim, a figura de heróis, a partir das obras de Homero e Riordan. Ambos os autores apresentam um vínculo interessante entre seus personagens principais, assim como Percy Jackson é um meio-sangue, Aquiles apresenta a mesma característica. Apresentar um meio-sangue ao longo de sua narrativa é apenas uma das características que podem ser encontradas entre obras dos autores escolhidos. Ademais, ambos autores apresentam outros vínculos entre si: na *Ilíada*, desde o início o heroísmo e a morte estão ligados em um vínculo concreto e misterioso (CLARKE, 2004, p. 75). Com as histórias de Riordan, ocorre o mesmo. Seus heróis estão sempre a caminhos de grandes e perigosas odisséias, nas quais podem voltar como grandes heróis ou morrer na tentativa. A releitura feita por Riordan nos mostra grandes semelhanças, não só entre os nossos heróis, mas também em relação aos mitos da Antiguidade Grega.

A capacidade de reescrever o passado: História da *Recepção*

O universo criado por Rick Riordan nos concede a possibilidade de ter um novo contato com personagens e mitos da Grécia Antiga. O autor traz uma nova interpretação desse período, nos apresentando novos personagens e a relação desses com aqueles que já existem no passado mitológico grego. Riordan faz uma leitura do passado no presente, trazendo uma nova visão e adaptando histórias já conhecidas para a mente juvenil. Dentro da História, nasceu recentemente um campo que dialoga sobre a adaptação de textos da antiguidade para o presente, sobre a reformulação do passado para ser colocado em uma nova realidade, chamado *História da Recepção*.

Como abordado pelo professor Anderson Zalewski Vargas, em uma entrevista para o dossiê da *Revista Heródoto* sobre as recepções da história, esse assunto

ganhou atenção dos historiadores brasileiros recentemente, sendo ainda um campo incerto, não completamente consolidado, sendo entendido no momento como uma teoria. Entretanto, é possível encontrar a sua gênese. *A História da Recepção* teria o seu começo, então, por volta do final dos anos 90, com a obra de Charles Martindale que, como abordado pelo próprio, seria uma alternativa historicizante da *Estética da Recepção*, criada por Hans Robert Jauss, nos anos 60 (VARGAS, 2019, p. 8). Entretanto, o que seria *recepção*? De acordo com o trabalho de Lorna Hardwick e Christopher Stray, “Por ‘recepções’ entendemos a maneira em que o material grego e romano foi transmitido, traduzido, fragmentado, interpretado, reescrito, repensado e representado” (HARDWICK, STRAY, 2008, p.1).

Pensando por essa definição juntamente com a questão abordada por Vargas em seu texto, “podemos ainda nos perguntar sobre como ela reformulou a visão do passado, instaurando uma nova realidade” (VARGAS, 2019, p. 11). Podemos dialogar diretamente sobre a reformulação feita por Riordan. Esse nos apresenta uma reformulação da antiguidade grega, fazendo uma releitura e a colocando em uma nova realidade, criando assim um novo universo fantasioso: a antiguidade está viva no século XXI, os deuses do Olimpo ainda existem, o próprio Olimpo se encontra em Nova York. Como abordado no próprio livro, a chama que, primeiramente, se acendeu na Grécia, depois em Roma, agora se encontra nos Estados Unidos (RIORDAN, 2014, p. 80-81). Refletindo sobre *Percy Jackson e os Olimpianos* a partir da teoria da recepção, e levando conosco as definições abordadas anteriormente, conseguimos compreender e questionar a releitura feita por Riordan.

O motivo de Riordan ter começado a criação de Percy Jackson não foi pensando, em primeiro momento, em como abordar mitologia com seus alunos de uma forma que tornasse o ensinamento mais fácil, foi algo muito mais pessoal.

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

Entretanto, não podemos negar a influência que essa releitura possa ter tido na vida de jovens, de acordo com o próprio autor. No lugar de transportar as crianças para um passado clássico distante, o autor faz com que a antiguidade passe por uma releitura, fazendo com que as crianças se sintam inclusas dentro desse universo de mitos, com isso, seu potencial didático pode ser fortalecido (PAUL, 2017). Entender a História Antiga não é uma tarefa fácil, entretanto, a releitura de Riordan pode ter facilitado muito o aprendizado de diversos jovens. Sendo assim, levando em consideração todos os pontos vistos acima sobre a *recepção*, podemos passar a observar mais atentamente a releitura do herói homérico feito por Riordan, mais especificamente a sua interpretação dos preceitos dos heróis de Homero e como esses aparecem em Percy.

***Ilíada* e *O Último Olimpiano*: seus heróis unidos por um código de conduta**

Ser corajoso, habilidoso no campo de batalha, ter destreza, não fugir do combate, buscar alcançar a honra e a glória, são características que esperamos encontrar nos heróis. Tais características estão presentes no código de conduta do guerreiro, e são mencionadas na tese de Bruna Moraes da Silva, a qual utilizaremos como principal referencial³. Em sua tese, Silva analisa diversos casos heróicos, onde encontramos presentes os guerreiros homéricos.

É inegável que umas das maiores semelhanças entre os nossos heróis é o próprio heroísmo. São trajetórias belas onde também se enfrentam grandes dificuldades. Ainda assim, por mais que apresentem semelhanças, os heróis são de história distintas, de duas épocas e gerações opostas, de onde podemos tirar diversas

³ Esta pesquisa está em sua fase inicial, portanto, estaremos nos baseando exclusivamente na tese de Bruna Moraes.

questões culturais, sociais, filosóficas e ontológicas do ser humano. Tanto Percy quanto os heróis homéricos são personagens de obras que irão apresentar uma leitura e interpretação do ser humano. Os nossos heróis, mesmo em épocas distintas, apresentam a possibilidade de criar leitores (SILVA; SANTOS, 2018, p. 28) como mais uma de suas semelhanças. Tanto a *Ilíada* como *O Último Olimpiano*, “nos mostram como a leitura é algo belo, poético, vivo e está para além de prisões, pois a leitura é rebelde e vadia” (CHARTIER, 1998, p. 7). Torna-se possível perceber, então, que temos a possibilidade de encontrar diversas semelhanças entre os nossos heróis, mas partiremos agora para tentar encontrar o que viemos buscar aqui: a aparição dos preceitos que guiam a conduta do guerreiro homérico em nosso herói contemporâneo.

Partiremos da mesma ordem de Bruna Moraes da Silva, em sua tese (2019). Destacamos aqui como primeiro preceito a *timé* do guerreiro. Essa é traduzida por honra e status, sendo demonstrada pelo guerreiro dentro do campo de batalha. Seria entendida como “o valor da pessoa frente aos próprios olhos e aos olhos dos outros” (SILVA, 2019, p. 128). Escolhemos para representar esse preceito o herói Aquiles, conhecido como o maior dos aqueus a receber honras, podendo ser comparado com um deus. Um dos momentos de *timé* presentes na *Ilíada* ocorre com Aquiles, quando é falado para o mesmo que os aqueus o honrarão, sendo assim, o maior dos Aqueus a receber honras (*Ilíada* IX, vv. 302-3). Ademais, temos como momento da honra sendo vista pelo olhar de outros, quando ele devolve o corpo de seu rival Heitor (*Ilíada* XXIV, vv. 110-111).

Em Percy Jackson, podemos encontrar o seu momento de *timé* quando ele, e outros meio-sangues, após o fim da última batalha com Cronos, passam a receber honrarias e recompensas dos deuses pelos seus feitos no campo de batalha (*O Último*

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

Olimpiano, p. 352-356). A honra do guerreiro será demonstrada principalmente dentro do campo de batalha, através de sua liderança, habilidades bélicas e até mesmo do seu poder de fala (SILVA, 2019, p. 128). Durante toda a última batalha, que cerca quase todo livro, Percy demonstra grande liderança, tentando administrar da melhor maneira possível todas as frentes de batalha contra o exército de Cronos em diversos lugares de Manhattan.

Outro preceito encontrado no herói homérico é o *aidós*, que pode ser traduzido como 'vergonha' e refere-se ao medo da desaprovação ou da condenação pelos outros, o que faz um homem permanecer e lutar bravamente (SILVA, 2019, p. 130). Esse conceito pode ser compreendido de duas maneiras: (1) no âmbito militar, como observado nos discursos dos heróis que ocupam posições de liderança; (2) no âmbito civil, como vergonha diante da sociedade e da opinião pública. Considerando essa dualidade, na *Ilíada*, abordaremos o *aidós* no contexto militar com Eneias. Dentro da épica homérica, podemos encontrar o *aidós* nas falas e expressões dos líderes, como observado quando ele repreendem Heitor e os troianos aliados, questionando e desaprovando o fato de terem sido empurrados pelos Aqueus para Ílion e subjugados pela covardia (*Ilíada* XVII, vv. 334-7) (SILVA, 2019, p. 132).

Em *O Último Olimpiano*, após descobrir a sua verdadeira profecia, Percy se encontra nervoso e preocupado, pois acha que irá morrer ao fim da mesma: "Um meio-sangue, dos deuses antigos filho; Chegará aos dezesseis apesar de empecilhos; Num sono sem fim o mundo estará; E a alma do herói, a lâmina maldita ceifará; Uma escolha seus dias deve encerrar: O Olimpo preservar ou arrasar." (*O Último Olimpiano*, p. 58). Durante esse momento, sua companheira de acampamento e melhor amiga, Annabeth, o chama de covarde (*O Último Olimpiano*, p. 78-79), pois sabia que após ele

descobrir toda a verdade, ele sentirá medo. Nesse momento, Percy sente vergonha, trazendo assim a segunda maneira de se encontrar o *aidós*. Esse preceito seria a mais potente força moral que o homem homérico conhece (DODDS, 2002, p. 26), sendo assim, após escutar isso de sua amiga, seria como se Percy fosse exortado a sentir coragem para enfrentar sua profecia e descobrir seu possível fim, se tornando ainda mais parecido com um herói homérico.

Mais um preceito que encontramos no guerreiro era a *areté*, traduzido por força, habilidade, coragem, rapidez, sabedoria, destreza e poder de persuasão (SILVA, 2019, p. 135). Acompanhamos o raciocínio de Silva quando essa aborda um momento de *aristeía*, que significaria então “ser ou tentar ser o melhor e mais bravo em batalha, demonstrando uma série de proezas e adquirindo, por vezes, uma força sobre-humana, que acaba por aniquilar tudo a sua frente” (SILVA, 2019, p. 135). O maior exemplo de *aristeía* durante a *Ilíada* se encontra desde o Canto XVIII, quando Aquiles descobre a morte de seu companheiro, Pátroclo, e se estende até o momento da morte de seu rival Heitor.

Percy demonstra seu momento de *areté*, durante a batalha final de *O último olimpiano*, (*O Último Olimpiano*, p. 332-339). Enquanto luta contra Cronos que está “se hospedando” dentro do corpo do meio-sangue Luke, Percy, além de demonstrar grande proeza na luta, também demonstra grande sabedoria. Em determinado momento da batalha, Luke consegue ter poder novamente de seu corpo, mas o mesmo só consegue ter esse momento de lucidez, devido à sabedoria de Percy, que começa a se comunicar com seu amigo, como se soubesse que o mesmo pudesse ouvi-lo mesmo tendo se tornado um receptáculo. Após conseguir dominar seu próprio corpo, Luke pede para Percy sua faca, pois apenas ele saberia o ponto fraco do seu corpo para se matar e matar o Titã.

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

Outro preceito, que pode até mesmo ser confundido com a *areté*, é a *andreía*, (SILVA, 2019, p.136), normalmente traduzida como coragem e força. Ela também pode apresentar outros nomes, como *alké/thársos/ēnorén*, e estava ligada à capacidade do guerreiro de “superar o medo a fim de alcançar uma meta pré-concebida” (BALOT, 2004, p. 407). Trazemos então uma fala de Agamêmnon, que estimula e encoraja seus companheiros a “serem homens” e preparar os seus corações (*Ilíada*, V, vv. 529-532), demonstrando “ardor (*áلكimon*) combativo” (SILVA, 2019, p. 138).

Durante *O Último Olimpiano*, um dos maiores momentos de *andreía*, de Percy, é quando o mesmo mergulha no Rio Estige (*O Último Olimpiano* p. 136-140), conquistando, assim, sua quase imortalidade, mas também enfrentando seu “calcanhar de Aquiles” para que pudesse se tornar forte o suficiente para lutar contra Cronos. Antes do seu mergulho, o medo acompanhou Percy, medo de não estar preparado para mergulhar, caso contrário o rio o destruiria, queimando corpo e alma. Ao longo da passagem, Percy se encontra com a Aquiles e este diz para que ele não seguisse seus passos, assim como disse para Luke que mergulhou no rio para que seu corpo se tornasse forte o suficiente para ser um receptáculo para Cronos. Mesmo com as falas de Aquiles, Percy se mostra irreduzível demonstrando coragem e força para superar seu medo e alcançar sua meta pré-concebida: derrotar Cronos.

Portanto, quando o herói é dotado de honra, habilidade, coragem, força e sabedoria, ele é levado a alcançar um único fim, a sua glória. Os preceitos relacionados ao alcance da glória são *kléos* e *kûdos*, “dependeria não apenas da performance do guerreiro, mas também na excelência daquele que está sendo combatido” (SILVA, 2019, p. 143). A *kléos* seria então concebida pelos deuses e alcançada pelo próprio guerreiro devido às suas ações ou de todo o grupo do qual ele

faz parte (SILVA, 2019, p, 143), enquanto *kûdos*, “diz respeito à glória que vingará na memória social. Ele seria alcançado estritamente pelo próprio indivíduo e não poderia ser cedido a outra pessoa” (SILVA, 2019, p, 144). Sendo assim, o guerreiro Aquiles se mostra um bom exemplo para os últimos preceitos: o mesmo não é somente rememorado pela sua bela morte, vivendo assim imortalmente dentro do seio da épica homérica, mas também o ato de matar o seu rival Heitor (*Ilíada*, XXII, v. 361) pode ser destacado como uma de suas maiores façanhas e uma grande conduta de bravura dentro da épica, garantindo assim que sua glória fosse eterna (SILVA, 2019, p, 151).

Já nosso herói contemporâneo não é apenas lembrado por ter salvado o Olimpo, mas também por todas as suas batalhas ganhas, que podem ser vistas ao longo de todos os cinco livros da saga. Em todas as suas missões, Percy volta como um herói vitorioso, fazendo com que se mostre merecedor da glória. Mesmo voltando vitorioso de diversas batalhas, o momento glorioso de Percy ocorre quando o mesmo salva o Olimpo, e não foi apenas uma batalha para isso. Percy demonstra sabedoria em perceber que os olímpianos podem estar sendo enganados, mas igualmente atesta sua coragem quando enfrenta todos os seus medos para mergulhar no Estige para que assim se tornasse forte o suficiente para vencer. Seu momento de *kléos* ocorre quando Zeus decide lhe oferecer a imortalidade devido aos seus feitos, e seu momento de *kûdos* ocorre quando Percy salva o Olimpo e a humanidade de uma guerra mortal.

Diferentemente de Aquiles, Percy não terá uma imortalidade dentro de uma épica homérica, onde o mesmo poderia ser lembrado para sempre quando a poesia fosse cantada, mas terá sua imortalidade conquistada dentro da mente infantojuvenil, onde nunca será esquecido como aquele herói jovem que teve a

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

capacidade de apresentar e ensinar para diversas idades, sobre a Antiguidade e Mitologia Grega, através de odisseias e batalhas enfrentadas por aquele que ficou conhecido ao final da série de livros como o Herói do Olimpo.

Considerações Finais

O universo da literatura fantástica de *Percy Jackson e Os Olimpianos*, criado por Rick Riordan, nos possibilita ter um novo contato com personagens e mitos da Grécia Antiga. O autor faz uma nova interpretação da Antiguidade e, em sua obra, nos apresenta novos personagens que se relacionam com aquelas figuras tradicionais da mitologia e da história. O autor faz uma releitura do passado antigo no presente, adaptando histórias já conhecidas para o público infanto-juvenil em novas narrativas, tornando assim o ensino facilitado devido às pontes didáticas que o próprio faz com a Antiguidade.

A partir da breve comparação presente neste artigo, concluímos que: (1) a releitura feita por Riordan facilita a compreensão contemporânea do guerreiro homérico, visto que os preceitos que guiavam o herói homérico são também encontrados em Percy Jackson; (2) a existência de um potencial didático no uso da literatura infantojuvenil enquanto instrumento facilitador da compreensão do passado; (3) a aproximação feita por Rick Riordan não ocorre por uma mera coincidência por conta de ser um arquétipo heroico Universal, mas ser, sim, fruto de um trabalho intencional do autor a partir de leituras e referências a obras da tradição clássica.

Referências bibliográficas

Documentação:

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. v. 1.

RIORDAN, Rick. **Percy Jackson e os Olimpianos: O último olimpiano**. Trad. de Raquel Zampil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Bibliografia:

BALOT, R. K. Courage in the democratic polis. **Classical quarterly**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 54, n. 2, p. 406-423, 2004.

BITTENCOURT, Renato N. A conduta dos heróis na épica de Homero. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 103, p. 114-123, 2009

CLARKE, Michael. Manhood and Heroism. *In*: FOWLER, R. (Org.). **The Cambridge Companion to Homer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 71-90.

CORVISIER, J-N. **Les Grecs à L'époque Archaïque** (milieu du IXe siècle à 478 av. J.C.). Paris: Ellipses, 1996.

HARDWICK, Lorna; STRAY, Christopher. **A Companion to Classical Receptions**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2010, v.1.

PAULL, Joanna. The Half-Blood Hero: Percy Jackson and Mythmaking in the Twenty-First Century. *In*: ZAJKO, Vanda; HOYLE, Helena (Org.). **A Handbook to the Reception of Classical Mythology**. Malden: Wiley, 2017, p. 321-242.

MORRIS, I. **Burial and ancient society: the rise of the Greek city-state**. Cambridge: The Cambridge University Press, 2003.

NAGY, Gregory. **O Herói Épico**. Trad. de Félix Jácome Neto, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

PESAVENTO, S. J. **História & Literatura: uma velha-nova história**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. Sandra Pesavento e Grande Pergunta. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v.6, n. 3, Julho/ Agosto/ Setembro de 2009.

As releituras do Herói Homérico na literatura infantojuvenil: uma breve
comparação entre a *Ilíada* e *O Último Olimpiano*

RIORDAN, Rick. **Percy Jackson e os Olimpianos**: o ladrão de raios. Trad. de Ricardo Goveia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SILVA, Adriely Cristina D., SANTOS, Diogo R. R.. O heroísmo épico e as leituras das contemporaneidade: um diálogo entre Aquiles e Percy Jackson, em Homero e Rick Riordan - pensando na formação de leitores. **Ibanceira**, Pará, v.12, p. 121-133, 2018.

SILVA, Bruna Moraes da. **Do herói ao cidadão**: uma análise comparada das representações sociais do guerreiro entre Homero, Eurípedes e Tucídides (séculos VIII e V a.C.). Tese (Doutorado em História Comparada)- Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

VARGAS, Anderson Zalewski. As recepções e as conformações de passado e presente. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 07-17, 2019.2.

Webgrafia:

FIBE, Cristiane. Vivemos uma renascença da literatura feita para crianças: autor de “Percy Jackson e os olimpianos”, cujo último livro da saga chega amanhã às livrarias, diz que Harry Potter renovou o gênero. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0908201019.htm>. Acesso em: 24 set. 2021.

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”*

Marina de Almeida Spinola**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v13i176-102

Resumo: A História passa por constantes mudanças e interpretações. Assim, são construídos revisionismos historiográficos para contemplar os vários debates possíveis. Porém, surgem também os revisionismos ideológicos que, em vez de contribuir para reflexões, servem como propaganda para ideais de um grupo ou para o apagamento de responsabilidades sobre violências passadas. O Guia do Politicamente Incorreto e o Brasil Paralelo são duas plataformas de revisionismo ideológico da direita; porém, apesar de adotarem posicionamentos parecidos, defendem discursos diferentes. Desse modo, é essencial entendermos suas diferenças e semelhanças nos discursos a fim de compreender as intenções e públicos de cada produção.

Palavras-chave: Revisionismo, História Pública, Guia do Politicamente Incorreto, Brasil Paralelo, História.

* Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam nessa jornada revisionista, desde meu orientador Marcos Napolitano, a minha família e amigos, que ouviram sobre minha pesquisa por horas, e especialmente, agradeço a todos que preferem o caminho do conhecimento histórico ao do revisionismo ideológico.

** Graduação em 2024 / Contato: marinaspinola590@gmail.com

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

Introdução

A História é uma ciência sujeita a revisões constantes, seja porque descobriram novas fontes e documentos, seja porque uma discussão entre autores resultou em uma nova visão; isso possibilita novos debates e uma multiplicidade de pontos de pesquisa; portanto, são necessárias revisões, com a intenção de atualizar e expandir a historiografia. O revisionismo, de acordo com o historiador Marcos Napolitano, é o “processo de revisão de conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias” (NAPOLITANO, 2021, p. 98). A revisão histórica faz parte da ciência histórica e pode resultar em uma nova perspectiva sobre eventos que anteriormente considerávamos bem conhecidos ou sobre os quais tínhamos informações imprecisas. Entretanto, o problema não são os historiadores revisionistas, que usaram arquivos inexplorados ou basearam seus trabalhos sobre uma documentação nova (TRAVERSO, 2012), e sim quando essa revisão parte de discursos enviesados para promover a ideologia de um grupo.

Neste artigo serão analisadas duas plataformas midiáticas que seguem a linha do revisionismo ideológico: O *Guia do Politicamente Incorreto*, programa de televisão do *History Channel*, baseado na obra de Leandro Narloch; e *Brasil: A última cruzada*, produzida pelo grupo Brasil Paralelo. Apesar de ambas terem um forte discurso antiesquerda, elas foram feitas para grupos de direitas diferentes.

O revisionismo historiográfico visa buscar novas fontes, métodos e hipóteses, para renovar e revisar debates historiográficos para enriquecer a ciência histórica. Por exemplo, o trabalho revisionista da historiadora Silvia H. Lara, escritora de textos como *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico* (1992) e *Do plural ao singular*

(1996), que resgata a subjetividade e a memória dos escravos, coloca esses personagens, que antes eram negligenciados ou desrespeitados, como sujeitos de suas próprias histórias. O problema começa quando o revisionismo parte “unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fonte e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um termo histórico, quase sempre polêmico” (NAPOLITANO, 2021, p.99). Um revisionismo que não tem preocupação com método, mais afeito à manchetes sensacionalistas; que se apropria de forma descontextualizada de trabalhos historiográficos, que se pauta com anacronismo, no uso acrítico de fontes primárias, com intuito de, ao final, defender uma tese dada a princípio sobre o passado incômodo e sensível. Esse é o revisionismo ideológico.

O filósofo Terry Eagleton, em seu texto *Ideologia: uma introdução* (1997) explora a relação entre ideologia e poder ao dissertar que aquela é qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais (EAGLETON, TERRY, 1997). É também o pensamento que está na origem dos movimentos políticos e que dá coesão à sociedade, logo, são estratégias discursivas. Para ele, nem toda ideologia é necessariamente negativa, se auxiliar no esclarecimento dos processos pelos quais pode ser efetuada tal libertação diante de crenças letais. Contudo a base ideológica desses revisionismos não tem preocupação em ser inclusiva, e sim excludente (FREIRE, Paulo, 2011).

Tanto o revisionismo ideológico quanto o negacionismo não possuem preocupação em revisar e ampliar conhecimentos sobre o passado. A proposta é a de deturpar o conhecimento, por meio de mentiras e explicações enviesadas sobre momentos históricos considerados polêmicos. O negacionismo poderia ser definido como a negação *a priori* de um processo, evento, ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorridos no passado

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

(NAPOLITANO, 2018, p.83). O maior exemplo disso, e que deu origem a essa corrente, foi a negação da *Shoah*, o Holocausto judaico durante a Segunda Guerra Mundial, com o discurso da extrema-direita antisemita como um “elemento de coesão ideológica e, simultaneamente, como uma estratégia de tentar se viabilizar politicamente por meio da negação dos crimes contra a humanidade cometidas pelo regime Nacional-Socialista alemão”. (DE CASTRO, 2015, p.5)

O revisionismo ideológico e o negacionismo procuram interferir na História Pública, a partir do questionamento do trabalho historiográfico institucionalizado e acadêmico. A História Pública, resumidamente, segundo o historiador Robert Kelley, refere-se ao “emprego de historiadores e do método histórico fora da academia” (KELLEY 1978, p. 30). Esse campo surge no Brasil por demanda de um público que prefere aprender uma História fora do ambiente acadêmico. Assim, surgem revistas especializadas de divulgação com grandes tiragens, e, por outro lado, “uma agressiva produção ‘historiográfica’ que insiste em se autopromover como uma ‘nova história’ – não acadêmica, diferente e superior àquela”. (MALERBA, 2014, pp.32). Contudo, a concepção deste artigo não está em uma História não profissional, e sim em como suas produções cruzam a barreira do revisionismo.

Uma das razões dos revisionismos ideológicos estarem ganhando reconhecimento é porque o discurso acadêmico e o do professor do ensino básico estão sendo desqualificados como estratégia política. Muito disso devido à polarização político-ideológica da sociedade brasileira e de outras ao redor do mundo. Tal desvalorização é justificada com dois argumentos: o primeiro é de que os “historiadores não são ‘neutros’, e por causa da suposta ‘hegemonia marxista’ na área e nas universidades, são meros doutrinadores de crianças e jovens inocentes”

(NAPOLITANO, 2021, p.104); já de acordo com o segundo, os historiadores emitem suas opiniões, disfarçadas de pesquisa científica, para ocultar sua vontade de “doutrinar ideologicamente o estudante no presente ao estudar o passado”. (NAPOLITANO, 2021, p.104)

O *Guia do Politicamente Incorreto sobre a História do Brasil* é um livro escrito pelo jornalista Leandro Narloch, em 2009. No ano de 2017, começaram as produções da série baseada na obra, exibida no canal de televisão fechada *History Channel*. O *youtuber* Felipe Castanhari foi o apresentador da primeira temporada, porém, como não aprovou o resultado final, não voltou para a segunda temporada. Castanhari foi uma espécie de “Cavalo de Tróia” para o público jovem que acompanhava seu canal no Youtube, *Nostalgia*, que, às vezes, faz vídeos sobre História, já que funcionou como um atrativo para o grupo que acompanhava seus projetos. No entanto, a série ficou muito mais ideológica que seus vídeos, além de o apresentador se encontrar em algumas situações em que precisou proferir falas desrespeitosas. A segunda temporada estreou em 2020 no History, com um apresentador novo, o jornalista Eduardo Bueno, um dos primeiros a entrar na onda da História Pública e ganhar muito dinheiro com seus livros sobre História. Dessa vez, a produtora optou por sair de um alinhamento ideológico de direita e abordar outros temas fora do livro de Narloch; por isso, essa temporada não será considerada para o artigo. O foco será mantido na primeira.

O Brasil Paralelo, por sua vez, é um grupo criado em 2016, que produz material audiovisual sobre variados temas, como educação, história, jornalismo, cinema e política. Seus criadores dizem que estão em uma “realidade paralela”, em que divulgam “verdades” supostamente omitidas pela mídia e pela esquerda, que para os revisionistas, é uma ideologia dominante no meio acadêmico. Em 2017, eles lançaram

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

a série *Brasil: A última cruzada*, uma produção de seis episódios que aborda desde a história de Portugal, um pouco antes da colonização, até a Era Vargas. Em 2022, eles colocaram no *streaming BP Select* a versão remasterizada da série, com novos conteúdos e com melhor resolução. Além disso, a fim de alavancar a divulgação da série e forçar a assinatura no *BP Select*, vários episódios foram retirados do canal deles no YouTube. Em razão disso, para a pesquisa, tive que optar por canais paralelos.

A história que a escola não te ensina

Tendo em vista o que caracteriza um revisionismo ideológico, é possível explorar algumas estratégias dessa corrente e verificar em que medida elas se encaixam nas séries do *Guia do Politicamente Incorreto* e do *Brasil: a última cruzada*. A comparação mais detalhada priorizará os episódios que discutem a escravidão. Contudo, para mostrar que certas falas, e comportamentos, são identificáveis em diferentes momentos da produção, serão exibidos fragmentos de outros episódios que ajudam a elucidar o argumento apresentado.

Uma das estratégias de revisionismo ideológico, recorrente em ambas as produções, é a de defender a necessidade de outras versões sobre um evento histórico (NAPOLITANO, 2021). Isso está presente no livro de Narloch: “Por isso é hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta. Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela” (NARLOCH, 2011, p.10). Na série usam essas provocações na abertura dos blocos temáticos em cada episódio:

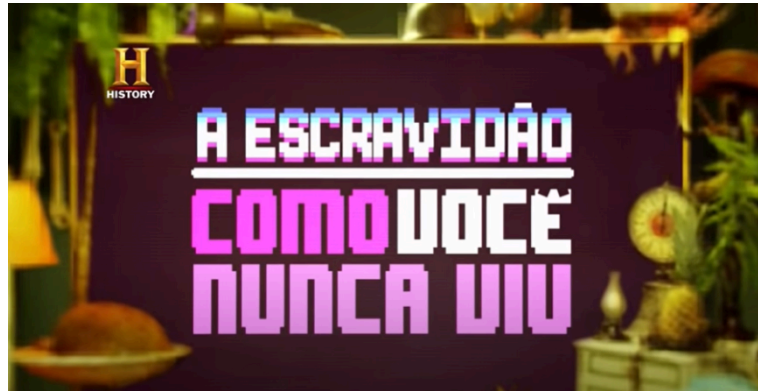


Imagem 1: Imagem da troca de um bloco temático na série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018).

Na série do *Brasil: última cruzada*, os episódios, logo no começo, já reforçam a ideia de contar uma história que não nos foi ensinada pela escola, a ideia de que esconderam de nós o nosso passado e de que precisamos revisar esses conteúdos. O apresentador Filipe Valentim, no primeiro episódio diz “Você está prestes a conhecer uma história de sacrifício, virtude e coragem, que por muito tempo nos foi negada”. (ONLINE, 2017, “Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo” [vídeo, arquivo MP4], 0:05).

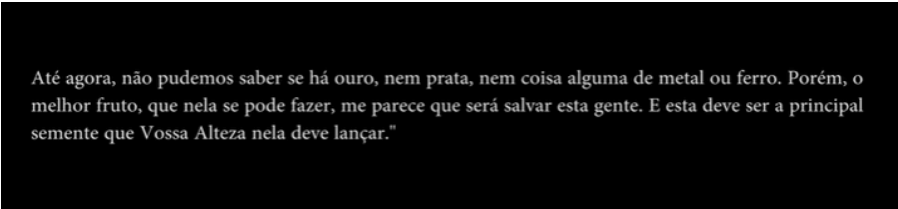
Outra estratégia explorada é a de reivindicar o reconhecimento de procedimentos metodológicos de análise semelhante aos dos historiadores não revisionistas (NAPOLITANO, 2021). Essa tática aparece de forma mais evidente nos livros de Narloch, mas também é visível na série, quando, por exemplo, a escravidão entra no debate.

O historiador Renato Venâncio, em sua obra *O Incorreto no Guia Politicamente Incorreto*, desmonta os discursos ideológicos de Narloch, especialmente, sua seletividade com as fontes. Para falar sobre os bandeirantes, Narloch diz que nossa visão a respeito desses homens “como ‘homicidas sádicos’ é inspirada em relatos jesuítas” (NARLOCH, 2011, p.36), e por isso são de um viés tão negativo. Porém, para

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

falar de Zumbi dos Palmares, Narloch desconsidera que os quilombolas de Palmares não deixaram registros escritos, assim utiliza em suas obras informações provenientes de documentos feitos “por holandeses (e alemães que os acompanhavam), portugueses e fazendeiros que atuavam em Câmaras Municipais” (VENÂNCIO, 2012, p.23), ou seja, grupos que estavam contra Palmares, e então seria favorável para eles “pintar aquele espaço como pior do que as senzalas, um antro de ladrões, assassinos e estupradores” (VENÂNCIO, 2012, p.23).

Já o que ocorre em diversos episódios do Brasil Paralelo é o uso de uma fonte primária, como a Carta de Pero Vaz de Caminha, no segundo episódio, para legitimar sua narrativa, sem realizar a análise desse documento, o que é parte fundamental do trabalho do historiador. Em vez de fazer a crítica, o programa faz uso de trecho para validar a expedição portuguesa e a futura catequização forçada aos povos indígenas.



Até agora, não pudemos saber se há ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro. Porém, o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.”

Imagem 2. Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha apresentada na série Brasil: A última cruzada. Fonte (Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. Canal no YouTube Brasil Paralelo Online, 11/10/2017)

Se essas produções são de revisionismo ideológico, é necessário explorar quais ideologias estão em debate. Para ilustrar melhor essa comparação entre as séries, será usado de exemplo o tema da escravidão. Ressalto que a ideia não é desconstruir, desmentir ou justificar as falas e trazer um debate historiográfico, como Renato Venâncio realizou em sua obra, mas trazer pontos nos discursos utilizados para pensarmos até onde a linha do revisionismo é cruzada e pode se tornar ideologia excludente e desrespeitosa.

O Brasil Paralelo faz sua série *Brasil: A última cruzada* em ordem cronológica e esse tema aparece no segundo episódio (*A Vila Rica*) para falar do funcionamento do sistema e no quinto (*O Último Reinado*) para exaltar a abolição. Já o “Guia” é uma série com episódios temáticos independentes, despreocupado em seguir uma cronologia histórica, o que, provavelmente, está relacionado com o fato de ser um programa televisionado em emissora fechada, e desse modo o telespectador não perderia um conector se não assistisse a algum capítulo. Assim, no “Guia” o tema é explorado, principalmente, no terceiro episódio, com cerca de 40 minutos, e nele foram entrevistadas 10 pessoas: Eduardo Bueno, Eduardo Gianetti, José Vicente, Ivanir dos Santos, Leandro Narloch, Mary del Priore, Pedro Doria, Ronaldo Vainfas, Tiago Cordeiro e Tom Farias. Entre as especializações a que mais prevalece é a de jornalista, além de também terem escritores, economistas, historiadores e um babalorixá. Nos episódios do BP, considerando apenas os recortes sobre escravidão, temos seis minutos no episódio *A Vila Rica* e 10 minutos em *O Último Reinado*. Ou seja, em uma série que tem pretensão de apresentar a história do Brasil em seis episódios, com cerca de uma hora cada um, aproximadamente 16 minutos são usados para falar sobre escravidão, assim, se considerarmos 360 minutos de série, apenas 4,4% da série discutiu esse tema. No episódio dois, são entrevistados: Adriano Gianturco, Alberto da Costa e Silva, Paulo Cruz, Olavo de Carvalho e Thomas Giulliano. No quinto episódio, entrevistam-se dez pessoas: Adriano Gianturco, Aristóteles Drummond, Bruno Garschagen, Dom Bertrand, Leandro Narloch, Luiz Felipe D’ávila, Olavo de Carvalho, Paulo Cruz, Rafael Nogueira e Thomas Giulliano.

Para falar sobre a escravidão, o “Guia” optou por falar mais da mobilidade social entre os escravos, sugerindo uma certa meritocracia liberal e negligenciando o caráter estrutural da escravidão; além de discutir, de maneira leviana, com piadas e

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

sarcasmos, a miscigenação, um evento que envolve violências sexuais. O revisionismo ideológico da série é ressaltado quando os entrevistados dão a entender que a sociedade contemporânea tende a exagerar sobre os males da escravidão, por isso priorizam apresentar casos de negros que prosperaram durante essa época. Esses “cases de sucesso” em vez de trazer uma reflexão sobre como pouquíssimos foram exceção à regra, na verdade diminui o lugar das vítimas na narrativa histórica (VENÂNCIO, 2012), com uma intenção de reduzir a importância do movimento negro, que parece estar “reclamando” sem motivo. Essa tática foi usada por Narloch na sua obra sobre escravidão, *Achados e perdidos da História: Escravos: A vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela história* (NARLOCH, 2017), e em sua coluna na Folha sobre as ‘sinhas pretas’: *Luxo e riqueza das ‘sinhas pretas’ precisam inspirar o movimento negro* (NARLOCH, 2021). O episódio tem pretensões históricas, traz a presença de personalidades conhecidas, como Mary del Priore e Eduardo Bueno, e apresenta várias teses debatidas na historiografia geral; entretanto, o episódio perde muito ao analisar esse tema por um viés ideológico e até mesmo desrespeitoso, em pró do polemismo sensacionalista. Exemplo disso é quando se fala da morte de Zumbi dos Palmares. Castanhari diz “o Zumbi teve uma morte violenta pra cacete. E eu não tô brincando (...) costuraram a ‘parada’ dele na garganta, mano. Não ficou bonito, não foi uma imagem legal não. E isso mostra a raiva que os portugueses tinham do dono do quilombo”. (LIBERTÁRIOS, 2018, “Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD”, [vídeo, arquivo MP4], 18:09.)¹

O BP, nos curtos minutos que usou para falar da escravidão, dividiu o tempo em basicamente dois discursos: a fala repetitiva e valorativa da falha moral da

¹Apesar dos vídeos originais serem encontrados no canal do History Channel, eles estão separados por blocos, para a pesquisa foi preferido utilizar vídeos completos.

escavidão. Assim, no lugar de uma discussão crítica, pende para o emocional, e ao mesmo tempo tenta normalizar a prática, como se fosse comum no mundo inteiro, especialmente no continente africano. Logo, os portugueses seriam apenas “homens de sua época”, isentos de culpa, que visavam apenas ao crescimento econômico do país. Exemplo disso é quando Adriano Gianturco diz “escavidão, do ponto de vista moral/étnico, não há nenhuma dúvida, (...) é uma aberração moral (...) O ponto é, do ponto de vista histórico, infelizmente, foi uma normalidade no mundo inteiro, por grande parte da história, na verdade”. (ONLINE, 2017. “Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo” [vídeo, arquivo MP4], 34:04).

No quinto episódio, que aborda a abolição da escravidão, a Princesa Isabel é o centro das atenções, e a discussão se concentra em seu caráter e sua coragem, enquanto se enfatiza a necessidade de sermos gratos a ela, independentemente das críticas que o movimento negro possa fazer, conforme sugerido pelas declarações de Paulo Cruz. Isso acaba sendo uma abordagem valorativa, em vez de uma análise crítica da história. E D. Pedro II, apesar de, segundo eles, ser abolicionista, não poderia acabar com a escravidão, pois corria o risco de eclodir uma Guerra Civil como ocorrera nos EUA; esse foi, inclusive, o argumento empregado por Narloch nesse episódio (AMARELO, 2019). Em momento algum fala-se de um ativismo ou revolta por parte dos negros e escravizados, ou da população em geral. O “crédito” pela abolição é direcionado praticamente à princesa. Isso fica evidente quando o economista Aristóteles Drummond tem a seguinte fala “e foi a Princesa Isabel que disse, quando sugeriram a ela, ‘você pode estar assinando a abolição e o fim da monarquia’, ela disse ‘eu pago qualquer preço para libertar esses homens’” (AMARELO, 2019. “Brasil Paralelo: A Última Cruzada - Capítulo 5: O Último Reinado” [vídeo, arquivo MP4],

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

52:58)². Um dos entrevistados da série é Dom Bertrand, neto da princesa Isabel, que usa do momento para falar das virtudes da princesa e se emociona. Por fim, eles encerram o tema com a fala de Thomas Giulliano, de que a forma como a escravidão foi superada no país seria motivo de orgulho (AMARELO, 2019), ou seja, um silenciamento e alienação sobre o racismo estrutural. Dessa forma, eles não levam em consideração que o racismo não só permanece como é um elemento que integra a organização política e econômica da sociedade (ALMEIDA, 2018, p.15). Essa visão é diferente da apresentada pelo “Guia”, que encerra o episódio falando sobre o racismo contemporâneo, que na visão da série é “culpa” da República, e não consequência dos séculos de exploração passados.

Nenhum dos programas ao falar de escravidão fala dos escravizados, é sempre uma visão que vem das classes de cima, a monarquia, a aristocracia. O que é muito diferente, por exemplo, do revisionismo de Silvia Lara, que em seu trabalho *Campos da Violência* não somente quebra a oposição sobre o caráter benevolente ou cruel da escravidão como também trata de entender como funcionava a relação de dominação. Para a historiadora existiam duas maneiras de analisá-la, examinando a lógica senhorial e o ponto de vista dos escravos. Incluir a visão escrava da escravidão redimensionou a abordagem de temas e questões que até então haviam orientado os estudos sobre a escravidão no Brasil (Entrevista com Silvia Hunold Lara, 2018).

Ainda por meio do tema da escravidão conseguimos reparar em algumas diferenças cruciais entre os dois programas, não só no discurso, mas também estéticas. O “Guia”, em termos audiovisuais da série, tem uma estética dissonante do *Brasil: A última cruzada*, aquele visa parecer mais “despojado”, com convidados de

²A Brasil Paralelo, em 2022, retirou os episódios de três a seis do canal, pois iria relançar a série remasterizada, logo, por estratégia mercadológica, não era possível ver esses vídeos por lá.

camiseta, falando palavrão e fazendo piadas, como a fala de Castanhari mencionada anteriormente sobre Zumbi dos Palmares. O Brasil Paralelo, por sua vez, apresenta pretensões de parecer um documentário mais sóbrio. O que lembra a tese de Napolitano de as fontes audiovisuais “serem consideradas por alguns, tradicional e erroneamente, testemunhos quase diretos e objetivos da história, de alto poder ilustrativo, sobretudo quando possuem um caráter estritamente documental” (NAPOLITANO, 2005, p.235). Por conseguinte, esse argumento vale para o “Guia” também; todavia, o BP opta por um formato com o propósito de trazer legitimidade para sua obra ao dar aos espectadores uma ideia de que podem confiar no que está sendo falado. As entrevistas são contextualizadas em um ambiente com luz mais escura, os convidados parecem mais sérios, com roupa social e fundos de biblioteca ou escritório. A abertura da série *Brasil: A última cruzada* também é mais requintada, com o nome da série em dourado e a sequência de símbolos como a coroa monárquica e o brasão de Portugal; de fundo toca a música *Da Pacem Domine*, cantada por The Chant of The Templars, que seria o “canto dos templários”, grupo antecessor da Ordem de Cristo, que financiou a expedição de Pedro Álvares Cabral; enquanto a abertura do “Guia”, além de mais curta, é formada por colagens de personagens históricos e a música de fundo é um *rock*.

Entre os recursos audiovisuais, a série opta por animações e apresentação de imagens para ilustrar a fala dos convidados, enquanto o “Guia” também utiliza dessas técnicas, mas além disso faz uso de encenações, como, por exemplo, quando um ator “dá vida” a um quadro de Debret, trazendo situações de alívio cômico. Outra característica interessante na série de Narloch é terem optado por usarem um cenário para o apresentador Castanhari muito similar com o que ele usava em seus vídeos no canal Nostalgia na época, o que retoma a ideia de que o *youtuber* foi uma

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

atrativo para aumentar a audiência da série, em uma tentativa da produção de trazer os milhares de inscritos de seu canal para o canal do *History*.



Imagem 3: Cena ilustrada da morte de Zumbi na série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia Politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018).



Imagem 4: Cena da abertura da série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia Politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018).



Imagem 5: Encenação dentro da obra de Debret na série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia Politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018).



Imagem 6: Cenário de Castanhari na série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia Politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018).



Imagem 7: Cenário de Castanhari em seu canal Nostalgia. Fonte: (Como Os Beatles mudaram a história da música - Nostalgia. Canal no YouTube Canal Nostalgia, 15/06/2017).

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”



Imagem 8: O convidado Eduardo Bueno na série Guia Politicamente Incorreto. Fonte: (Guia Politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD, Canal no YouTube Cortes Libertários, 04/02/2018)



Imagem 9: Cena da abertura da série Brasil: A última cruzada. Fonte (Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. Canal no YouTube Brasil Paralelo Online, 11/10/2017)



Imagem 10: Imagem para ilustrar contato entre indígenas e portugueses na série Brasil: A última cruzada. Fonte (Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. Canal no YouTube Brasil Paralelo Online, 11/10/2017)



Imagem 11: O convidado Rafael Nogueira na série Brasil: A última cruzada. Fonte (Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. Canal no YouTube Brasil Paralelo Online, 11/10/2017)

Outro ponto interessante de comparação entre as plataformas é a escolha dos entrevistados. O “Guia”, como foi mencionado, tem a preocupação de trazer pessoas conhecidas pelo grande público, sem falar de figuras que participam dessa “História Pública” da série e trazem pontos interessantes para o debate, como o babalorixá Ivanir dos Santos e o advogado José Vicente, que também é reitor na Universidade Zumbi dos Palmares. Apesar da proposta da série ser a de um debate caracterizado por vários matizes ideológicos, as falas que mais possuem tempo de tela no episódio são as que geram polêmicas, principalmente as proferidas pelos jornalistas Leandro Narloch e Tiago Cordeiro. Exemplo disso é quando Cordeiro diz que “não é nenhuma ofensa ao movimento negro, ou a nenhuma bandeira de ninguém, questionar (...) essa lenda de que os portugueses invadiam a costa da África e roubavam e pilharam e traziam um escravo sofredor” (LIBERTÁRIOS, 2018. “Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 2 - HD” [vídeo, arquivo MP4], 21:36) e sim que eles eram derrotados de guerra e que se não viessem para o Brasil teriam a mesma vida na África. Ao afirmar isso, o jornalista minimiza o que foi o tráfico negreiro e coloca diferentes tipos de escravidão em um mesmo patamar, além de desrespeitar o lugar dos escravizados e do movimento negro contemporâneo.

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

O BP além de trazer nomes de pessoas comumente associadas ao conservadorismo, como Flavio Morgenstern, Rodrigo Constantino (esse aparece somente no sexto episódio), Olavo de Carvalho, e seu aluno Rafael Nogueira, a grande diferença está nos nomes relacionados com a “família real” brasileira, como Dom Bertrand, Luiz Philippe de Orléans e Bragança e Dom Duarte Pio de Bragança, o que demonstra uma das principais diferenças entre as duas séries, já que o BP, apesar de seguir uma linha liberal e antiesquerda, aprecia mais o modelo monárquico que o republicano, com um forte saudosismo a essa época.

Para além dos episódios sobre a escravidão, também é interessante refletir sobre algumas semelhanças entre as duas plataformas que aparecem de forma mais evidente em outros episódios. Tanto em uma série quanto na outra, há um forte posicionamento antiesquerda, apresentado sob uma perspectiva liberal. Por exemplo, no episódio dois, *Ditadura à brasileira*, sobre a ditadura de 1964, Leandro Narloch diz “se teve alguma qualidade da ditadura brasileira, foi ter nos afastado de uma ditadura comunista, talvez a gente tivesse que ter um feriado nacional do Brasil pra comemorar o dia em que a gente se livrou de uma ameaça comunista” (LIBERTÁRIOS, 2018. “Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 2 - HD” [vídeo, arquivo MP4], 12:34). E no episódio três, *Guilhotina da Igualdade*, ao falar da Revolução Francesa, Flávio Morgenstern diz “o lema dos jacobinos por sinal deixava bem claro o que é esquerda. O lema deles era: nós precisamos enforcar o último rei nas tripas do último padre. isso é esquerda” (SANTOS, 2020. “A guilhotina da igualdade – Ep. 3” [vídeo, arquivo MP4], 11:14).

Além do discurso antiesquerda, também é um ponto comum nas duas séries um discurso contra o professor e os historiadores acadêmicos. No segundo episódio

Luiz Felipe Pondé diz “a esquerda brasileira que se diz ter combatido pela liberdade mente, grande parte dos professores de história também mente porque eles também são de esquerda.” (LIBERTÁRIOS, 2018. “Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 2 - HD” [vídeo, arquivo MP4], 1:57) E no episódio cinco da série do BP, o historiador Rafael Nogueira tem a seguinte fala “Solano Lopes (...) conhecido como um ditador, mas um ditador que é bem visto (...) é (...) um paralelo de um professor de escola vestindo a camisa do Che Guevara conta, porque é um paralelo com Cuba, então eles gostavam” (AMARELO, 2019. “Brasil Paralelo: A Última Cruzada - Capítulo 5: O Último Reinado” [vídeo, arquivo MP4], 30:17). Essas falas contra o professor de História retomam a ideia citada anteriormente de que os revisionismos ideológicos ganham força por meio da desvalorização do professor, visto, de forma generalizada, como um doutrinador de esquerda mal-intencionado.

Outro discurso parecido entre os dois, porém usado com mais peso e frequência na série do Brasil Paralelo, é de uma crítica muito negativa à República em prol de uma valorização do regime monárquico no Brasil, de preferência, o Segundo Reinado. Inclusive, são nesses episódios que temos convidados que foram entrevistados nas duas séries, como Paulo Rezzutti e Valdirene Ambiel. Ambos os programas apresentam a monarquia como a melhor época da história brasileira, com legados positivos e uma postura elogiosa. Falas do sétimo episódio na série do “Guia”, como a de Paulo Schmidt “na minha opinião, a monarquia foi o período áureo da História do Brasil” (ALEATÓRIOS, 2019. “Guia Politicamente Incorreto - Episódio 07” [vídeo, arquivo MP4], 36:26) e “os elementos mais retrógrados do Império foram os que compuseram a República Nova, então é por isso que a República foi um desserviço, um regresso na verdade” (ALEATÓRIOS, 2019. “Guia Politicamente Incorreto - Episódio 07” [vídeo, arquivo MP4], 41:25) possuem uma certa semelhança

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

com falas presentes no quinto episódio da série *Brasil: A última cruzada*, como a de Luiz Philippe de Orléans e Bragança “vivíamos aí uma *Belle Époque* brasileira” (AMARELO, 2019. “Brasil Paralelo: A Última Cruzada - Capítulo 5: O Último Reinado” [vídeo, arquivo MP4], 37:22), e a de Thomas Giulliano de que “o Brasil passou a deixar quatro séculos de legado, tudo aquilo que maturou o desenvolvimento político do país (...) ficou para trás a expectativa de um futuro que nunca chegou” (AMARELO, 2019. “Brasil Paralelo: A Última Cruzada - Capítulo 5: O Último Reinado” [vídeo, arquivo MP4], 1:13:00).

Entretanto, como já foi mencionado, a série *Brasil Paralelo* explora mais o tema da monarquia, já que é uma linha ideológica fundamental da produção, e aborda o assunto de maneira idealizada. A diferença no discurso entre os dois programas é evidente quando o *Guia Politicamente Incorreto*, dentro do seu viés de polemismo, em um dos blocos do episódio “fofoca” sobre as amantes de D. Pedro II, que são menos comentadas que os casos extraconjugais de seu pai; enquanto o *Brasil Paralelo* usa do quinto episódio para construir a imagem de um D. Pedro II sábio e líder, e quer afastá-lo dessa imagem mais “romântica”, usualmente associada com D. Pedro I.

Finalmente, é possível perceber que o *Guia Politicamente Incorreto* parte de uma argumentação valorativa, muitas vezes maniqueísta, com uso seletivo de teses historiográficas, exploradas como “polemismo sensacionalista”, além de uma generalização de casos excepcionais individuais para absolver o sistema e diminuir o lugar das vítimas na reflexão histórica, como uma propaganda de preconceitos (VENÂNCIO, 2012), por exemplo, diminuir a importância do movimento negro dos dias de hoje. “Sob a bandeira do ‘politicamente correto’, mal se disfarça uma visão

altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil” (MALERBA, 2014, p.38). Já a série *Brasil: A última cruzada*, por sua vez, segue um discurso de matriz conservadora, a defesa do modelo monárquico como governo político no Brasil, e a construção de um projeto civilizador eurocêntrico e cristão; afinal, a série é a “última cruzada”. A ideia é retomar um patriotismo supostamente perdido no período republicano, um “antídoto”, como eles dizem. Como notou o historiador Roldão Pires Carvalho, o Brasil Paralelo se passa como série de história, mas é uma propaganda ideológica. Para ele, a série pode ser considerada um ticket conservador-liberal, um conjunto de ideias e propostas prontas (CARVALHO, 2020). A narrativa da série lembra muito a escrita do diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, que em suas obras, como a *História Geral do Brasil* (VARNHAGEN, 1870) foi explícito em “defender a supremacia europeia, branca, cristã e monárquica como parâmetro de sua escrita da história nacional. O supremacismo de sua leitura do passado era consciente e coerente com o projeto que defendia para o futuro” (LIMA, 2019, p.23). Uma visão esperançosa com relação ao “futuro branqueamento da população por meio da imigração de colonos europeus. Note-se que as políticas legitimadas por essa visão da história nacional têm tido efeitos gravíssimos para a violência racial no Brasil desde a época da Abolição” (LIMA, 2019, p.23). Esse tipo de discurso, depois de tantos séculos, já não deveria mais entrar em pauta como legítimo.

Conclusão

O revisionismo historiográfico é uma corrente muito importante para atualizar os debates, apresentar uma multiplicidade de vozes de agentes históricos que antes eram silenciados e renovar a ciência histórica com o objetivo de melhorar a compreensão sobre o passado. Ainda assim, existe um lado negativo dessa produção,

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

que é quando esse conteúdo é utilizado para sustentar discursos ideológicos no presente, para promover agendas políticas e também distorcer ou ignorar fatos históricos para estimular determinadas ideias ou interesses. Nesse sentido, esses revisionistas fazem um errôneo uso das fontes para sustentar suas interpretações, além de desconsiderar evidências documentais que contradizem seus discursos, o que pode gerar uma compreensão distorcida ou parcial dos eventos históricos. Nos casos mais extremos, esse revisionismo ideológico pode atravessar a barreira do negacionismo, o que pode ter implicações graves para a construção da memória coletiva e para a garantia dos direitos humanos. Portanto, a disseminação de um revisionismo irresponsável pode ter graves consequências sociais, incluindo desinformação, preconceito, conflitos sociais e dificuldades em lidar com traumas históricos. Desse modo, é importante ter cuidado ao lidar com a história e garantir que as informações sejam precisas e contextualizadas.

Duas plataformas foram discutidas nesse artigo: O *Guia Politicamente Incorreto*, baseado em uma obra de mesmo nome que foi *best-seller* no Brasil, e o *Brasil: A última cruzada*, produzida pela Brasil Paralelo, que a cada dia ganha mais assinantes e apoiadores. Apesar das várias semelhanças entre as duas, sendo a mais expressiva o discurso antiesquerda e contra um "professor doutrinador", o que é importante analisarmos são suas diferenças, pois elas evidenciam que são feitas para públicos-alvos diferentes; logo, a intenção discursiva desse revisionismo ganha maior abrangência, seja na televisão por assinatura com polemismo sensacionalista, seja pelo YouTube ou *streaming* com um projeto de educação eurocêntrico, católico e de apoio à monarquia.

O direito à liberdade de expressão é inquestionável, “mas não deve ser confundido com o direito de ser reconhecido e legitimado por ‘negar a verdade

histórica” (NAPOLITANO, 2021, p.109). Ao defender a liberdade de alguns, corre-se o risco de diminuir o lugar de outros, no caso dos revisionismos, das minorias, que por tantos séculos já foram negligenciadas na historiografia. A História deve ser entendida como um processo complexo e multifacetado, que envolve múltiplas perspectivas e interpretações, e precisa ser abordada com rigor metodológico e ético. Desse modo, o papel dos historiadores é crucial na construção de uma memória coletiva responsável e crítica, que seja capaz de enfrentar os desafios do presente e do futuro com base no conhecimento e na reflexão sobre o passado.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. **A propaganda do ticket conservador-liberal-uma análise do potencial ideológico do discurso do ativismo de direita**. Questões Transversais, v. 8, n. 15, 2020.

DE CASTRO, Ricardo Figueiredo. **O Negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública**. Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 22, n. 28, p.5-12, 2015.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma Introdução. São Paulo; Unesp/Boitempo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

KELLEY, Robert. Public History: its origins, nature and prospects. **The Public Historian**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

LARA, Sílvia H. Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico. **Revista de História**, V.3, N.1, 1992.

_____, Sílvia H. **Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos**. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, A. N. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i54.12336. Disponível em:

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>.
Acesso em: 30 mar. 2023.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014. DOI: 10.15848/hh.v0i15.692. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 28 mar. 2023

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel**. Fontes históricas. Tradução . São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano_M_2_1457648_AHistoriaDepoisDoPapel.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, J.; Pinsky, C.B. **Novos combates pela História**. Desafios, Ensino. São Paulo, Contexto, 2021.

NARLOCH, Leandro. **Achados e perdidos da História: Escravos: A vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela história**. São Paulo: Estação Brasil, 2017.

_____, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Leya, 2012. (Primeira edição em 2009)

_____, Leandro. **Luxo e riqueza das ‘sinhas pretas’ precisam inspirar o movimento negro**. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2021/09/luxo-e-riqueza-das-sinhas-pretas-precisam-inspirar-o-movimento-negro.shtml>).

“O racismo tem uma história” – Entrevista com Silvia Hunold Lara. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 44, núm. 3, pp. 518-524, 2018. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em debate**. Historiografia brasileira em perspectiva. Tradução . São Paulo: Contexto, 1998.

SILVIO, Almeida. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Unipop, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2 v., Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1870.

VENÂNCIO, Renato. **Incorreto no Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. Resenha do livro: Guia politicamente incorreto da história do Brasil, 2012.

Vídeos

ALEATÓRIOS, Vídeos. Guia Politicamente Incorreto - Episódio 07. Youtube, 31 de janeiro, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=c8JvbbdFDhs&t=3>>. Acesso 29 de março de 2023.

AMARELO, Brasil Verde. Brasil Paralelo: A Última Cruzada - Capítulo 5: O Último Reinado. Youtube, 12 de janeiro de 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NvPnd8E1o7c>>. Acesso em 29 de março de 2023.

LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 2 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2GiwPpYjjZg&t=62s>> . Acesso em 29 de março de 2023.

_____, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>>. Acesso em 29 de março de 2023.

ONLINE, Brasil Paralelo. Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. YouTube, 11/10/2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_oWZz9bfNSk&t=2062s>. Acesso em 29 de março de 2023.

SANTOS, Marcelo. A Guilhotina da Igualdade - Ep 3. Youtube, 8 de setembro de 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RzcYm26EsmY>>. Acesso em 29 de março de 2023.

Imagens

Imagem 1: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>> .

As semelhanças e diferenças no discurso sobre História nas plataformas “Brasil Paralelo” e “Guia do Politicamente Incorreto”

NOSTALGIA, Canal. Como Os Beatles mudaram a história da música - Nostalgia. YouTube, 15/06/2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3V6JCvdVYwY>>.

Imagem 2. ONLINE, Brasil Paralelo. Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. YouTube, 11/10/2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_oWZz9bfNSk&t=2062s> .

Imagem 3: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>>.

Imagem 4: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>> .

Imagem 5: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>> .

Imagem 6: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>> .

Imagem 7: NOSTALGIA, Canal. Como Os Beatles mudaram a história da música - Nostalgia. YouTube, 15/06/2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3V6JCvdVYwY>>.

Imagem 8: LIBERTÁRIOS, Cortes. Guia politicamente Incorreto - History Channel - Episódio 3 - HD. Youtube, 04/02/2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mvjbyrrb6aE&t=1s>> .

Imagem 9: ONLINE, Brasil Paralelo. Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. YouTube, 11/10/2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_oWZz9bfNSk&t=2062s> .

Imagem 10: ONLINE, Brasil Paralelo. Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. YouTube, 11/10/2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_oWZz9bfNSk&t=2062s> .

Marina de Almeida Spinola

Imagem 11: ONLINE, Brasil Paralelo. Ep. 2 - A Vila Rica - A Última Cruzada - Brasil Paralelo. YouTube, 11/10/2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_oWZz9bfNSk&t=2062s> .

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

Diovani Matheus Marques**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1103-125

Resumo: Entre meados do século XV e início do século XVI, num contexto de fortalecimento de políticas catequéticas em diferentes dioceses de Portugal, bispos de Braga e do Porto produziram importantes obras pastorais visando corrigir o comportamento dos fiéis e criar parâmetros de conduta. Entre os diversos opúsculos produzidos, se destacaram as constituições sinodais promulgadas por D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa, que não apenas denunciaram práticas taxadas de pecaminosas, mas também catalogaram alguns exercícios espirituais que clérigos e leigos deveriam conhecer para reproduzir no cotidiano. Partindo das constituições de D. Luís Pires (1477), de D. Diogo de Sousa, promulgadas no Porto (1496) e também em Braga (1505), bem como de um guia espiritual anexo às constituições portuenses de 1496, intitulado Sumário Breve, este artigo pretende analisar as críticas direcionadas ao comportamento dos leigos e os exercícios espirituais prescritos pelos prelados a esses fiéis, com o objetivo de compreender o processo de formação espiritual idealizado por esses bispos portugueses no período pré-tridentino.

Palavras-chave: Arcebispos do norte de Portugal (Braga e Porto); Constituições de sínodos; Exercícios Espirituais.

* Dedico este artigo aos meus pais, Aparecido César e Maria Helena, aos meus irmãos, Diogo e Emilly, aos meus amigos, Felipe, Flávia e Akemi, ao meu orientador, Leandro Alves Teodoro, e a FAPESP, que pôde financiar a minha pesquisa (Processos 20/14541-7 e 22/03666-9).

*Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: diovanimatheus7@gmail.com

Introdução

E porquanto tal e tanto mal carga sobre nossos ombros e, no dia do espantoso juízo, havemos de dar conta de tudo ao grande Pastor, que o demandará da nossa mão, ordenamos celebrar este presente sínodo santo para o qual, por nossas cartas patentes, vos chamamos todos para mais cumpridamente vermos e sabermos as coisas que são necessárias nele fazer por serviço de Deus e emenda e corregimento nosso e de vós todos e da dita nossa igreja metropolitana e de todas as outras igrejas e mosteiros e benefícios de todo nosso arcebispado e para saúde das almas nossa e vossas e de todos os nossos súditos e para bom exemplo e edificação deles (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 75).

Tais foram as palavras proferidas por D. Luís Pires no início do sínodo que celebrara na diocese de Braga no ano de 1477. Assumindo-se como responsável pela salvação das almas dos fiéis, o arcebispo da sé bracarense mandou escrever constituições sinodais visando não apenas aperfeiçoar a formação e conduta dos padres, mas também dos leigos que habitavam naquela região. Assim, esperando que os clérigos paroquiais pudessem repassar aos leigos as informações sinodais que lhes competia, o prelado de Braga direcionava críticas aos fiéis, deixando explícito quais os comportamentos que homens e mulheres deveriam abandonar em seu cotidiano, e dando grande atenção à denúncia de atos pecaminosos praticados no interior das igrejas que, impróprios para o ambiente, desrespeitavam a santidade do local.

Ao mesmo tempo que fazia essas críticas, D. Luís Pires ordenava aos clérigos paroquiais que reservassem um momento para instruir os leigos e fazê-los aprender os saberes mais basilares da fé cristã, e assim estarem munidos com as armas espirituais para combater o pecado. Dessa forma, este bispo recomendava aos paroquiais que ensinassem aos fiéis algumas orações, como o *Pater noster*, a *Ave Maria* e o *Credo in Deum*, além do estímulo à memorização dos preceitos da lei, dos artigos da fé, dos pecados mortais e das obras de misericórdia (GARCIA Y GARCIA, 1982,

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

p. 109). Com essas ordenações, o arcebispo de Braga esperava que uma maior interação dos fiéis com os assuntos da fé pudesse desprendê-los da vaidade humana e conduzi-los a um modo de vida mais devoto, através do desenvolvimento de hábitos virtuosos, acompanhado pelo abandono de práticas pecaminosas.

Seguindo um caminho semelhante ao que fora traçado por D. Luís Pires, D. Diogo de Sousa, que fora bispo no Porto (entre 1496 e 1505) e em Braga (entre 1505 e 1532), também publicou uma série de documentos pastorais para corrigir a má conduta de clérigos e leigos que habitavam nas prelazias que administrava. Afirmando sua preocupação com o crescimento da malícia humana ao longo daqueles anos (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 140), D. Diogo de Sousa escreveu constituições sinodais nas dioceses do Porto (no ano de 1496) e de Braga (em 1505) criticando o comportamento pecaminoso reproduzido pelos leigos no cotidiano e ressaltando a necessidade desses fiéis melhorarem suas condutas no interior das igrejas. Sendo muitos semelhantes entre si, o que revela problemas comuns de ordem moral enfrentados pelas duas dioceses naqueles anos (TEODORO, 2019, pp. 9-10), os sínodos celebrados no Porto e em Braga por D. Diogo de Sousa sublinham o mal comportamento reproduzido pelos fiéis, que estavam sujeitos a prática de jogos, festas e danças dentro das igrejas, práticas que, consideradas impróprias a este ambiente, prejudicavam a ligação espiritual do fiel com Deus durante a missa e a celebração dos sacramentos.

D. Diogo de Sousa, assim como D. Luís Pires, não se restringiu em apenas criticar o comportamento dos leigos: em complemento ao seu programa de correção moral, o “Príncipe *Umanizzato*” – como era conhecido D. Diogo de Sousa, em razão de sua formação humanista (SOARES, 2011, pp. 535-536) – também ordenava aos

clérigos paroquiais que admoestassem os fregueses que frequentavam as paróquias para conhecerem melhor os rudimentos da fé. Assim, na 28ª constituição do sínodo celebrado em Braga, intitulada *Do que hão de ensinar os abades e capelães aos fregueses os domingos*, este bispo advoga por um ensino mais ordenado da doutrina cristã, chegando a estabelecer os conteúdos que deveriam ser aprendidos pelos leigos de acordo com o calendário que se utilizava naqueles anos:

mandamos que daqui em diante todos os abades, reitores e capelães das igrejas do dito nosso arcebispado, do dia de Natal até o dia de Páscoa, todos os domingos que obrigados forem celebrar e dizerem as missas, a oferta delas, ensinem seus fregueses em modo que, o bem possam aprender por linguagem, os preceitos e mandamentos e pecados mortais, declarando-lhe suas circunstâncias; e do dia de Páscoa até Santa Maria de Agosto, ensinem o Pater noster e Ave Maria e os artigos da fé e obras de misericórdia corporais e espirituais; e de Santa Maria de Agosto até o Natal, lhes ensinem e declarem os sacramentos da Igreja e os cinco sentidos e virtudes teológicas e cardeais (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 162).

Tal constituição expõe o compromisso assumido por D. Diogo de Sousa em relação a instrução moral dos leigos, revelando semelhanças entre o projeto pastoral deste prelado e as políticas de ensino da fé cristã idealizadas por D. Luís Pires. Por outro lado, embora ambos demonstrassem essa preocupação com a correção moral dos leigos, é possível notar um trabalho mais minucioso idealizado por D. Diogo de Sousa, em razão deste bispo, sobretudo, estabelecer um plano catequético mais desenvolvido, que previa uma participação mais ativa do pároco em sua freguesia ao longo do ano litúrgico.

D. Diogo de Sousa ainda produziu um outro documento importante nestes anos, a fim de consolidar saberes e costumes devotos sobre os homens e mulheres daquele tempo. Em anexo às constituições sinodais produzidas no Porto no ano de 1496, D. Diogo de Sousa mandou produzir um guia espiritual, intitulado *Sumário*

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

Breve, que tratava de forma mais completa sobre a formação moral e espiritual dos leigos. Devendo estar presente em todas as igrejas do arcebispado para consulta (DE SOUSA, 2019, pp. 312-313), este guia espiritual se destinava aos clérigos para que estes soubessem como proceder em relação ao ensino da fé cristã aos leigos, sendo bastante didático ao detalhar as formas de se pecar, os mandamentos a serem seguidos, os sacramentos que todo cristão deve participar, as orações e rezas necessárias e as obras de misericórdia que os cristãos deveriam praticar (DE SOUSA, 2019, p. 310). Apresentando uma linguagem bastante simples, a fim de que todos os clérigos, até os mais ignorantes, pudessem compreender os ensinamentos deixados ali, o *Sumário Breve* aprofundava a discussão estabelecida nos sínodos em relação à educação moral e espiritual dos leigos, visando, sobretudo, uma maior participação dos fiéis na vida religiosa da freguesia. É neste contexto, durante os séculos XIV, XV e XVI, que se intensifica a produção de obras pastorais em língua vernácula, de diferentes tamanhos e de fácil absorção de seu conteúdo, objetivando atingir os cristãos com distintos graus de instrução (TEODORO, 2019, pp. 21-22). Com estas pretensões, tais foram as palavras de D. Diogo de Sousa no início do *Sumário Breve*, que, reconhecendo a ignorância dos clérigos, buscava introduzir um modelo catequético com uma linguagem mais acessível, a fim de que esses párocos pudessem compreender e repassar as instruções aos leigos:

Para que os ditos abades e capelães possam fazer isso melhor e não tenham escusa, dizendo que não sabem, nem têm escritas as ditas coisas – as quais, antes de *eles* serem promovidos à ordem sacerdotal são obrigados a saber –, mandamo-las pôr em forma nestas nossas constituições, em estilo mais breve e mais baixo que podemos, tendo esperança *de* que os abades e capelães possam ter cópia de livros, e, *por isso*, muitos saberão largamente o que à sua salvação e de seus súditos é necessário (DE SOUSA, 2019, pp. 312-313).

As obras desses dois bispos revelam um cenário típico vivenciado pela

crisandade portuguesa do início da Idade Moderna. Num contexto em que as práticas do cotidiano eram avaliadas como “virtuosas” ou “pecaminosas” (SOTO RÁBANOS, 2006, pp. 444-445), os prelados se assumiam como responsáveis diretos pela salvação espiritual dos fiéis, o que lhes exigia uma postura mais ativa em relação a instrução moral das pessoas, sobretudo dos leigos. Assim, com o objetivo de aperfeiçoar a política pastoral em seus bispados, os prelados convocavam os membros da alta cúpula do clero em assembleias, chamadas sínodos diocesanos, buscando discutir a situação religiosa vivenciada na prelazia e levantar sugestões para contornar os eventuais problemas identificados (PAIVA, 2000, pp. 240-241). Entre os vários assuntos trazidos à baila nestas reuniões, cabe ressaltar o espaço que alguns bispos destinaram para tratar da vida espiritual dos leigos. Sendo feitas ordenações por parte desses prelados em favor da correção moral dos fiéis e da defesa de um modelo catequético mais completo, estes arcebispos almejavam elevar a devoção dos leigos através da desnaturalização de práticas pecaminosas e da aprendizagem dos saberes mais essenciais da fé. Visando uma maior difusão deste e dos demais assuntos discutidos nessas assembleias, os bispos ordenavam as pautas e as transcreviam em constituições sinodais (PAIVA, 2000, p. 242), as quais eram enviadas ao clero secular e que tinham por função informar e orientar os paroquiais em relação às dificuldades apontadas nos sínodos.

Assim, promulgadas no sínodo de 1496, as constituições portuenses de D. Diogo de Sousa foram impressas em 1497 para atingirem um público maior de clérigos e terem todas as suas lições conservadas, uma vez que as versões em manuscrito, copiadas diretamente nos sínodos, poderiam perder parte dos direcionamentos do prelado (TEODORO, 2019, pp. 22-23). Num momento de efetivação de uma política pastoral mais abrangente, a prensa móvel foi uma grande

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

aliada dos prelados do Porto e de Braga. Além da impressão das constituições do Porto de 1496, D. Diogo de Sousa também mandou imprimir as constituições de Braga de 1505. É importante destacar que foram os prelados de Braga que mais promulgaram sínodos ao longo dos séculos XIV, XV e XVI em Portugal (MARQUES, 2014, pp. 95-96), além de serem os principais incentivadores do impresso como divulgação de material catequético: a obra *Sacramental*, por exemplo, escrita por Clemente Sánchez de Vercial entre 1421 e 1423, teve duas de suas edições impressas na sé bracarense entre os anos finais do século XV e início do XVI (MACHADO, 2010, p. 15).

A partir desta breve demonstração, é possível avaliar o contexto em que D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa estavam inseridos, o qual cada momento da vida cotidiana do fiel, cada aspecto mezinho do seu dia a dia, estava em disputa dentro de um espectro antagônico entre salvação e condenação. Assim, partindo da análise das constituições sinodais produzidas por D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa, bem como do *Sumário Breve*, produzido por este último, este trabalho pretende analisar a atuação pastoral destes dois bispos a fim de compreender quais críticas eles faziam sobre o comportamento dos leigos no cotidiano e quais práticas eles prescreviam a esses fiéis. A partir disso, o artigo também busca examinar o papel dos exercícios espirituais – como a confissão, a eucaristia e a prática de obras de misericórdia – na formação espiritual de homens e mulheres, o que resultaria no desenvolvimento de um modo de vida considerado mais virtuoso, segundo o que era proposto pelos prelados diocesanos.

Críticas sobre a conduta dos leigos: propostas de desnaturalização das práticas

pecaminosas

Durante a segunda metade do século XV, num contexto de difusão de medidas que prezavam por uma renovação espiritual e moral dos cristãos em Portugal (CARVALHO, 2016, pp. 64-65), D. Luís Pires, prelado da arquidiocese de Braga, pediu que fossem transcritas as constituições do sínodo que celebrara em 1477 para informar a todos que residiam na prelazia a respeito dos temas abordados na referida reunião sinodal. Entre os diversos assuntos tratados nesse documento, destaca-se algumas constituições que denunciavam os problemas de ordem moral que estavam presentes na comunidade paroquial daquele tempo, como a conduta reproduzida pelos leigos nos interiores das igrejas. Sobre esta temática, através da 22ª constituição do seu sínodo, intitulada *Que as portas das igrejas sempre estejam fechadas, senão enquanto fizerem os ofícios divinos*, D. Luís Pires ordenou que as portas das igrejas permanecessem fechadas durante os momentos em que não ocorriam as missas e os outros serviços sagrados, a fim de evitar a prática de atos pecaminosos no interior do templo religioso:

Item, porque a casa de Deus é casa de oração e muitas vezes por negligência dos abades, beneficiados e tesoureiros delas é tornada em cova de ladrões e se fazem nelas muitos males, furtos e pecados e obras sujas e desonestas, por culpa e negligência dos sobreditos que as deixam devassas com as portas abertas todo o dia e às vezes de noite. Porém mandamos aos sobreditos que façam por guisa que as portas das igrejas e mosteiros sempre sejam bem fechadas assim de dia como de noite e não sejam abertas senão aos tempos devidos, *scilicet*, quando se ouvirem cantar e rezar as Oras e fazer os outros ofícios divinos ou ministrar alguns sacramentos ou fazer algumas exéquias ou se sobrevier algum malfeitor para se acoitar à igreja. Mas em todo outro tempo sempre sejam fechadas e não consintam a pessoas algumas que ali vão folgar, desenfadar, passear nem ter festa nem calma nem comer nem beber (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 96).

Tal constituição é bastante reveladora ao demonstrar as motivações que

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

levaram o bispo a determinar o fechamento das igrejas durante os momentos em que não eram realizados os ofícios divinos. Encarando a igreja como um ambiente sagrado, que tinha por finalidade ser o espaço para a celebração dos sacramentos e proporcionar uma maior devoção entre os fiéis, o prelado condenava clérigos e leigos que, fazendo descaso aos ofícios sagrados realizados durante missas e vigílias, realizavam práticas que fugiam do propósito devocional. Entre essas práticas indevidas citadas pelo prelado, se destacam a realização de festas, comilanças e bebedeiras dentro das igrejas por parte dos fiéis, atos que, ao invés de promoverem uma purificação espiritual dos leigos e uma maior ligação entre Deus e o homem, despertavam os prazeres da carne (SOTO RÁBANOS, 2006, pp. 416-417).

Todavia, este não é o único momento no sínodo que D. Luís Pires critica os fiéis que frequentavam as igrejas: a temática da 22ª constituição se estende a outras partes do documento pastoral escrito pelo prelado bracarense. Novamente afirmando que as igrejas eram locais de santidade e que tinham uma maior eficácia para alcançar a misericórdia de Deus, o bispo de Braga, na 23ª constituição sinodal, intitulada *Que não comam nem bebam nem façam vodos dentro das igrejas*, proibia a realização de banquetes e festas no interior das igrejas por parte dos fiéis, sob pena de excomunhão (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 96-97). No que se refere mais precisamente ao comportamento dos cristãos durante as vigílias, as constituições 14, *Da vigília do Natal*, e 26, *Que os que fazem vigílias nas igrejas não façam jogos nem cantem nem bailem*, também esboçam críticas semelhantes: exigindo maior devoção e solenidade dos cristãos durante a realização de vigílias dentro das igrejas (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 90), Luís Pires denunciava atitudes pecaminosas realizadas pelos fiéis, representadas pela realização de jogos, bailes e cantorias, práticas que, segundo o prelado, despertavam a luxúria e a desonestidade, descredibilizando o ofício divino

da vigília (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 99-100). Ainda cabe ressaltar que tais práticas pecaminosas também estavam presentes na constituição 33, intitulada *Que não façam jogos nas missas novas nem cantem nem bailem*, em que o arcebispo proibia homens e mulheres de cantar, dançar e realizar jogos desonestos nas missas, alegando que os fiéis, com tais blasfemarias, mais se assemelhavam aos gentios do que aos cristãos (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 107).

Embora D. Luís Pires tenha se dedicado em reverter o comportamento pecaminoso dos leigos no interior das igrejas, não parece que este prelado conseguiu erradicar o problema, uma vez que D. Diogo de Sousa, bispo de Braga em anos subsequentes, também denunciou a má conduta dos fiéis no interior dos templos religiosos (SOARES, 2011, pp. 540-541). Na 48ª constituição do sínodo que celebrara na sé bracarense em 1505, intitulada *Que quando fizerem vigílias nas igrejas não façam coisas desonestas*, D. Diogo de Sousa, afirmando o caráter sagrado do templo cristão, também proibiu a realização de bailes, cantigas, danças e jogos durante as vigílias, além de condenar outras práticas, como a realização de fogueiras por parte dos fiéis para se aquecerem nos dias frios ou mesmo para cozinharem algum alimento durante o ofício divino. Repreendendo tais práticas que, segundo o prelado, alimentavam a ira de Deus sobre seu povo, este arcebispo pedia aos leigos que fizessem o ato da vigília com “toda honestidade e devoção”, a fim de que Deus pudesse revelar “aquele bem que por tal vigília deseja ter” (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 179).

A presença de críticas semelhantes em sínodos produzidos por dois prelados diferentes revela a permanência dessas práticas por parte da população que habitava nas prelazias do norte de Portugal, por mais que esses dois bispos tenham se esforçado para erradicá-las. Num contexto em que a salvação dos fiéis estava em

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

disputa, muitos bispos portugueses escreveram constituições sinodais buscando corrigir o comportamento dos cristãos. No entanto, muitas dessas tentativas não pareciam surtir efeitos significativos, uma vez que muitos padres, por possuírem uma formação precária, não conseguiam compreender o que estava escrito naqueles documentos pastorais, sobretudo os textos que eram escritos em latim (PEREIRA, 1978, p. 71). Frente a estas dificuldades, é neste período que alguns prelados, como Luís Pires e Diogo de Sousa, passaram a se dedicar à produção de documentos pastorais – como tratados de confissão, pequenas sínteses sobre a doutrina cristã e constituições de sínodos e de concílios – que apresentavam uma linguagem mais simplificada para que os clérigos paroquiais pudessem entender e repassar as informações ali presentes aos fiéis de sua paróquia (TEODORO, 2019, pp. 21-22)

Além das críticas que abordavam o comportamento dos leigos no interior das igrejas paroquiais, os sínodos promulgados por esses dois arcebispos também denunciavam fiéis que não compareciam às missas e aos ofícios divinos que eram celebrados pela comunidade paroquial. Para tanto, na constituição 28 do seu sínodo, *Que não façam saimentos nos domingos e festas principais*, D. Luís Pires ordenava o comparecimento dos leigos nas missas e nas demais confraternizações organizadas pela igreja paroquial aos domingos, sob pena de excomunhão aos desobedientes (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 101). A temática dessa crítica também se faz presente na 54ª constituição escrita por este prelado, na qual o bispo, a fim de garantir a presença dos fiéis nas missas, ordenava aos comerciantes que não abrissem os seus estabelecimentos ao público durante a pregação aos domingos, o que possibilitaria aos cristãos de estarem presentes na missa para ouvir os conselhos divinos e, assim, saberem como conduzir suas vidas de maneira mais devota (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 127-128).

D. Diogo de Sousa, de forma semelhante ao que fizera o outro prelado bracarense, também pedia aos leigos que não fizessem exéquias aos domingos e nos dias em que eram realizadas as festas paroquiais ao promulgar a constituição nº 53 do sínodo bracarense. Indo mais além, a fim de enfatizar a importância do comparecimento dos fiéis nestes eventos sagrados, Diogo de Sousa dedicou constituições nos sínodos que celebrara para abordar as festas que todo cristão deveria guardar e jejuar, esperando que os leigos pudessem deixar de lado, durante aqueles momentos, suas atividades ligadas ao mundo temporal e pecaminoso para se conectarem aos assuntos do plano espiritual e, assim, poderem desenvolver virtudes (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 179-180). Desta forma, na 49ª constituição do sínodo celebrado em Braga, *Das festas que hão de guardar e jejuar*, que possuía correspondência com a constituição 60 do sínodo do Porto (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 403-405), o bispo declarava:

estabelecemos que se guardem todos os domingos do ano em que entra Páscoa, Pentecostes, Trindade. E também se guardarão três dias das oitavas de Páscoa e dois dias de oitavas de Pentecostes; e também a Quinta-Feira de Lava Pés e a Sexta seguinte, até o ofício acabado; e mais o dia da Ascensão e Corpo de Deus e a Quarta-feira de Cinzas, até tomarem a cinza e se acabar a missa nos lugares onde se faz o ofício. E todas as outras festas que nos itens são declaradas (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 180).

Inseridos num contexto em que os leigos andavam afastados de suas igrejas (FERNANDES, 2000, p. 15), os dois bispos abordados aqui viam nas constituições sinodais um meio importante para orientar os padres sobre como reaproximar e integrar os fiéis às suas paróquias. Assim, eram comuns algumas recomendações sinodais que exigiam dos paroquiais uma manutenção mais rigorosa dos templos, com a finalidade de que esses locais pudessem abrigar os fiéis que ali estavam de forma mais cômoda. Tal foi a atitude de D. Luís Pires, que, através das constituições 19 e 20 do sínodo que celebrara em solo bracarense, instruía os religiosos sobre

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

como proceder em relação aos panos que ficavam no altar e sobre como lavar os ornamentos da igreja (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 93-95).

Sobre D. Diogo de Sousa, vale destacar que, enquanto prelado e senhor de Braga, este bispo buscou promover transformações arquitetônicas na sé, como reformas em igrejas e mosteiros, que permitiram uma reaproximação dos fiéis às dependências da igreja (COSTA, 1962, p. 24). Tomando medidas que prezavam pela aproximação dos fiéis às paróquias, esses bispos esperavam que os leigos se integrassem à comunidade cristã e tomassem consciência de suas práticas pecaminosas, passando a não mais cometê-las em favor da salvação de suas almas.

Recomendações catequéticas e a busca pela naturalização de valores devotos

Embora tenham tecido duras críticas aos leigos em relação às suas condutas, os dois bispos portugueses abordados neste texto ainda propuseram procedimentos de correção e de naturalização de valores virtuosos para salvação das almas dos fiéis. Assim, ao mesmo tempo que faziam críticas em relação ao comportamento dos cristãos no interior das igrejas, os prelados do norte de Portugal produziram textos catequéticos mais simplificados, que conduziria os leigos a uma progressiva desnaturalização das práticas pecaminosas que estavam enraizadas nas atitudes do cotidiano. Assim, com tais pretensões, D. Luís Pires ordenava aos clérigos que ensinassem aos leigos as orações e rezas que todo cristão deveria conhecer, como o *Pater noster*, a *Ave Maria* e o *Credo in Deum*, além de outros saberes ligados aos mistérios da fé, como os preceitos de lei, os pecados mortais, os artigos de fé e as obras de misericórdia (GARCIA Y GARCIA, 1982, pp. 108-109). Reconhecendo o desleixo dos clérigos paroquiais em relação ao estado ignorante que se encontravam

os leigos, o bispo esperava que o ensino desses saberes mais basilares da fé pudesse dar recursos espirituais aos fiéis para que evitassem as tentações pecaminosas do cotidiano, aumentando-lhes a fé e a devoção (TEODORO, 2019, pp. 23-24). Além disso, visando um efetivo aprendizado sobre esses princípios da fé, o bispo ainda acrescentava que os preceitos da lei, os artigos da fé, as obras de misericórdia e os pecados mortais fossem ensinados aos leigos apenas por linguagem vernácula (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 109), fato que contribuía bastante para a memorização desses conteúdos, tendo em vista que boa parte das pessoas, inclusive clérigos, possuíam um baixo grau de instrução, desconhecendo o latim (PEREIRA, 1978, pp. 38-41).

D. Diogo de Sousa, por sua vez, também pediu aos clérigos paroquiais um maior empenho no ensino daquilo que era mais necessário à salvação dos fiéis, declarando, na constituição 28 do sínodo de Braga, intitulada *Do que hão de ensinar os abades e capelães aos domingos*, que os leigos fossem ensinados a rezar o *Pater noster* e a *Ave Maria*, e que aprendessem alguns outros rudimentos essenciais à vida cristã, como os mandamentos, as obras de misericórdia, os preceitos de lei e os pecados mortais (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 162). As mesmas orientações estão presentes na 30ª constituição do sínodo do Porto, que, idêntica à constituição 28 do sínodo de Braga, transpassava a preocupação do prelado com uma formação moral completa dos leigos. Assim, o bispo pedia aos abades, reitores e capelães das igrejas que ensinassem os fiéis, do Natal até a Páscoa, os preceitos, os mandamentos e os pecados mortais e suas circunstâncias, da Páscoa até Santa Maria de Agosto lhes ensinassem o *Pater noster*, a *Ave Maria*, os artigos da fé e as obras de misericórdia, e de Santa Maria de Agosto até o Natal ensinassem aos leigos os sacramentos da Igreja, os cinco sentidos e as virtudes teologais e cardeais (GARCIA Y GARCIA, 1982, p. 377).

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

Num período marcado pela intensa busca de reforma do comportamento dos fiéis, esses arcebispos diocesanos tiveram um importante papel na naturalização dos ritos por parte dos cristãos (PAIVA, 2016, pp. 547-548). Carregando a responsabilidade da salvação dos fiéis que habitavam em suas arquidioceses, os prelados portugueses, tal como fizeram D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa, se esforçaram para estimular nos leigos a memorização dos rudimentos da fé e as orações, a fim de que esses fiéis pudessem, com tais saberes, se desvencilharem das práticas pecaminosas e se voltarem ao desenvolvimento de virtudes (PAIVA, 2016, pp. 548-549).

Inserido neste contexto de busca pela instrução moral dos leigos, cabe ainda dizer que D. Diogo de Sousa, em complemento ao que escrevera na constituição nº 30 do sínodo celebrado no Porto, , escreveu o *Sumário Breve*, um documento catequético que detalhava como os clérigos deveriam ensinar os assuntos da fé aos leigos e que esmiuçava diversos temas da fé a fim de responder as possíveis dúvidas dos cristãos.

Fazendo parte deste contexto de busca por uma maior devoção dos leigos no cotidiano, o *Sumário Breve* expõe algumas das ideias dos prelados do período em relação à formação moral dos leigos. Ao listar e recomendar uma variedade de práticas espirituais, vistas como essenciais à vida do cristão, os bispos esperavam que a celebração de alguns sacramentos, como a confissão auricular, a eucaristia e a extrema-unção, pudesse estimular os fiéis a se familiarizarem melhor com os rudimentos da fé e aprenderem a avaliar suas condutas cotidianas (TEODORO, 2019, pp. 32-33). Assim, ao apresentar os sete pecados mortais, por exemplo, o prelado dava detalhes sobre as circunstâncias que resultavam na prática de um pecado mortal (DE SOUSA, 2019, p. 328), com a intenção de que o fiel, às vésperas do ato confessional, pudesse identificar se tinha ou não praticado uma ofensa que pudesse

condenar sua alma. O documento também trazia à baila os sacramentos em geral, afirmando quais desses ofícios que os cristãos deveriam participar (entre eles, o batismo, a confissão e a eucaristia), e identificando suas origens e justificativas, a fim de legitimar sua celebração e convencer o fiel a participar desses ofícios divinos (DE SOUSA, 2019, pp. 329-331). Em um contexto em que cada aspecto da vida cotidiana estava em jogo, convencer o fiel a participar do ato confessional, por exemplo, era um passo importante dentro desse processo de correção moral dos leigos, tendo em vista que, entre as autoridades religiosas, existia uma crença no potencial do reconhecimento da culpa como forma de redenção (SOTO RÁBANOS, 2006, p. 445). Em razão disso, cabe também mencionar como o *Sumário Breve* buscava instruir os religiosos em relação a condução do processo confessional, sendo estabelecidos modelos de absolvição que deveriam ser utilizados pelos clérigos quando o fiel se confessava (DE SOUSA, 2019, pp. 336-338), o que corrobora com a ideia de que havia uma profunda preocupação dos prelados em relação à salvação dos cristãos de suas arquidioceses.

Além de fornecer detalhes sobre os mandamentos, sobre a forma com que se deveria conduzir o processo confessional e sobre as formas de se pecar, o documento catequético produzido por D. Diogo de Sousa também dava grande atenção e estímulo à prática das obras de misericórdia. Assim, no tópico “Título das obras de misericórdia”, o arcebispo do Porto declarou:

De duas maneiras se pode pecar mortalmente, a saber, por comissão e por omissão. Por comissão é quando o homem comete e faz o que não deve; por omissão é quando o homem não faz aquilo que, por nossa lei e razão, é obrigado a fazer. E, para que estas duas maneiras de pecar os homens afastem de si, cumpre que se acostumem a obrar virtuosamente, porque dos autos e das obras virtuosas contínuas se geram e fazem os hábitos e costumes virtuosos, e o mesmo vale para o contrário. Portanto, há aí algumas obras que se chamam de misericórdia, nas quais os homens devem desprender parte do

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

que Deus lhes deu, tanto os bens do corpo, engenho e ciência, quanto dos bens exteriores de sua fazenda (DE SOUSA, 2019, pp. 333-334).

O trecho em questão traz algumas informações relevantes em relação ao contexto de produção do *Sumário Breve*. Ao declarar que a não realização das obras de misericórdia por parte dos cristãos induziria a prática de um pecado por omissão (ou seja, um pecado baseado na não realização de algo que era obrigado a fazer), D. Diogo de Sousa põe em evidência o julgo dualista que eram colocadas as atitudes do cotidiano, classificadas como pecaminosas ou virtuosas. Assim, para evitar que os fiéis gastassem seu tempo livre pecando para sua condenação, o prelado recomendava aos leigos a prática de algumas obras de misericórdia – como dar de vestir e comer aos necessitados, prestar ajuda aos enfermos, consolar os tristes e enlutados ou mesmo conceder perdão àqueles que estavam arrependidos de seus males – na expectativa de que essas práticas pudessem sensibilizar as almas dos fiéis e, aos poucos, gerar hábitos e costumes virtuosos nestes cristãos (DE SOUSA, 2019, p. 334).

É válido mencionar que é neste contexto que são dados os primeiros passos na consolidação das confrarias de misericórdia em Portugal por parte de bispos e autoridades laicas (SILVA, 2003, p. 36), agentes que eram os principais responsáveis pela promoção de um reino mais devoto e preparado ao final dos tempos. Neste sentido, cabe abordar que o prelado D. Diogo de Sousa, autor do *Sumário Breve* e defensor da prática das obras de misericórdia, teve um papel determinante na criação das confrarias da Misericórdia no Porto e em Braga, as quais foram agasalhadas pelo arcebispo em capelas claustrais da sé de cada prelazia: a capela de São Tiago no claustro da sé do Porto e a capela de Jesus no claustro da sé de Braga (BESSA, 2011, p. 508). Fazendo parte de um projeto pastoral maior, a edificação

dessas confrarias de misericórdias por parte do prelado humanista dialogava com o seu projeto pastoral proposto nas constituições sinodais que celebrara nas dioceses de Braga e do Porto, bem como no guia espiritual *Sumário Breve*, almejando uma profunda participação dos fiéis na realização de obras caritativas.

Assim, a partir da análise desses documentos pastorais, é possível afirmar o papel assumido por D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa na tentativa de promover uma aprendizagem mais ordenada dos saberes da doutrina cristã ao promoverem a divulgação de textos de caráter prescritivos, tendo como objetivos principais uma maior integração dos fiéis aos assuntos da fé e uma participação mais ativa dos mesmos na celebração dos sacramentos, que levaria a um progressivo afastamento desses cristãos das práticas pecaminosas e ao desenvolvimento de um modo de vida mais virtuoso, segundo o que era proposto pelos prelados daquele período.

Considerações finais

Partindo para uma conclusão deste artigo, cabe dizer que a exposição das constituições sinodais produzidas pelos bispos D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa, bem como o documento *Sumário Breve* produzido por este último, expõe o compromisso assumido por esses prelados em tentar reformar a conduta dos fiéis que habitavam em suas arquidioceses, sobretudo dos leigos, em prol da salvação de suas almas.

Ao criticarem o comportamento reproduzido pelos fiéis no interior das igrejas e incentivarem a divulgação de textos prescritivos, que davam orientações a respeito da oferta dos sacramentos e do ensino da doutrina cristã aos leigos, estes bispos do Porto e de Braga esperavam que os fiéis, ao acatarem as instruções deixadas nos sínodos, pudessem substituir progressivamente as práticas pecaminosas que

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

estavam naturalizadas no cotidiano por um modo de vida mais devoto. De outra maneira, pode-se dizer que estes prelados esperavam que a aprendizagem de alguns saberes essenciais e a prática de exercícios espirituais por parte dos leigos proporcionasse uma efetiva naturalização de valores devotos na vida desses sujeitos, fazendo com que esses cristãos pudessem ter um cotidiano mais santo e estarem preparados para o fim dos tempos (DELUMEAU, 1989, p. 61).

Por fim, cabe ainda ressaltar que, inseridos num contexto maior, de profunda preocupação entre as autoridades laicas e religiosas em relação à conduta reproduzida pelos cristãos no cotidiano, os documentos pastorais trabalhado aqui expõem algumas informações a respeito das discussões de fundo teológico e moral que promoviam os bispos nesse período, permitindo a compreensão das regras sociais que deveriam reger a vida de homens e mulheres dessa época e dos valores cultivados por essas pessoas durante os anos finais do século XV e do início do XVI (PEREIRA, 1978, p. 72).

Fontes

DE SOUSA, Diogo. **Constituições de Braga de D. Diogo de Sousa**: Edição, estudo e notas. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: e-Spania Books, 2019. Disponível em: <<http://books.openedition.org/esb/1820>>. Data de acesso: 21 de março de 2023.

DE SOUSA, Diogo. "Sumário Breve". In: TEODORO, Leandro Alves. **Guias dos Costumes Cristãos**: Os Primeiros Opúsculos Pastorais em Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 309-339.

"Sínodo de D. Luís Pires, 11 de Dezembro de 1477". In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (ed.). **Synodicon Hispanum**: Vol.2, Portugal. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1982, pp. 73-137.

"Sínodo de D. Diogo de Sousa, 15 de Dezembro de 1505". *In*: GARCIA Y GARCIA, Antonio (ed.). **Synodicon Hispanum**: Vol.2, Portugal. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1982, pp. 138-190.

"Sínodo de D. Diogo de Sousa, 24 de Agosto de 1496". *In*: GARCIA Y GARCIA, Antonio (ed.). **Synodicon Hispanum**: Vol.2, Portugal. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1982, pp. 354-414.

Referências Bibliográficas

BESSA, Paula. D. Diogo de Sousa, fundador das Misericórdias do Porto e de Braga: rumos do gosto em obras da sua encomenda. *In*: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa**. Porto: CEPESE, 2011, pp. 507-514.

CARVALHO, Joaquim Felix De. A liturgia em Braga. **Didaskalia**, v. 37, n. 2, pp. 139-184, 2007.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. **Antes de Lutero**: A igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

CONDE, Antonio Linage. La religiosidad como elemento activador de la cultura. *In*: ESTRADA, Francisco López (Coord.). **La cultura del románico**: siglos XI al XIII, letras, religiosidad, artes, ciencia y vida. Madrid: Espasa Calpe, 1997, pp. 269-340. COSTA, Avelino de Jesus da. **D. Diogo de Sousa**: Novo Fundador da Cidade de Braga. Braga: Pax, 1962.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. *In*: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). **História Religiosa de Portugal**, v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-47.

JR, Eugene F. Rice. Revolution and Reformation in the Church: The Problem of Authority. *In*: JR, Eugene F. Rice. **The Foundations of Early Modern Europe**, 1460-1559. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1970, pp. 122-146.

LE GOFF, Jacques. Reis. *In*: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean- Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 395-414.

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

MARSHALL, Peter. **The Reformation: A Very Short Introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

MARQUES, José. A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos. **Via spiritus**, n. 9, pp. 317-347, 2002.

MARQUES, José. O senhorio de Braga, no primeiro terço do século XVI. *In*: **D. Diogo de Sousa e o seu tempo: actas, simpósio no V Centenário do início da sua missão como Arcebispo de Braga (1505-1532)**. Braga: Câmara Municipal de Braga – Pelouro do Turismo; Faculdade de Teologia-Braga (UCO), 2006, pp. 45-68.

MARQUES, Maria Alegria. O saber e os saberes na legislação sinodal portuguesa da Idade Média. **História Revista**, v. 18, n. 1, 2014.

MATTOSO, José. Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa. **CAM - Artigos em Revistas Científicas Internacionais**, n. 11, pp. 641-662, 1983.

MULLETT, Michael. **A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Europeia**. Lisboa: Gradiva, 1985.

PAIVA, José Pedro. Doutrina, modelos, aprendizagens e comportamentos. *In*: PAIVA, José Pedro (coord. científica). **História da Diocese de Viseu**. Viseu; Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, vol. 2, pp. 547-561.

PAIVA, José Pedro. La réforme catholique au Portugal. Les visites pastorales des évêques. **Arquivos Do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, v. XLIII, pp. 159-175, 2002.

PAIVA, José Pedro. O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640). **Revista Portuguesa de História**, n. 40, pp. 383-397, 2009.

PAIVA, José Pedro. Sínodos Diocesanos. I. Época Medieval e Moderna. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, IV, 2000, pp. 240-247.

PALOMO, Federico. **A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

PEREIRA, Isaías da Rosa. A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses. **Lusitania Sacra**, n. 10, pp. 37-74, 1978.

ROSA, Maria de Lourdes. Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais. **Lusitania sacra**, vol. 2, série 21, pp. 75-124, 2009.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. 1. Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SILVA, Francisco Ribeiro da. A Misericórdia do Porto no século XVI: notas de investigação. **O Tripeiro**, 7ª série, ano XXII, nº 2, pp. 36-38, 2003.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. O arcebispo de Braga D. Diogo de Souza “Principe umanizzato” do renascimento e o seu projecto educativo moderno. **Humanitas**, n. 63, pp. 527-561, 2011.

SOTO RÁBANOS, José María. Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la baja edad media hispana. **Hispania Sacra**, v. LVIII, n. 118, pp. 411-447, 2006.

SOUSA, Pio Gonçalves de. D. Diogo de Sousa: Arcebispo e Senhor de Braga. *In: D. Diogo de Sousa e o seu tempo*: actas, simpósio no V Centenário do início da sua missão como Arcebispo de Braga (1505-1532). Braga: Câmara Municipal de Braga – Pelouro do Turismo; Faculdade de Teologia-Braga (UCO), 2006, pp. 31-33.

TEODORO, Leandro Alves. Estudo Introdutório. A Instrução Elementar em Língua Portuguesa. *In: TEODORO, Leandro Alves. Guias dos Costumes Cristãos: Os Primeiros Opúsculos Pastorais em Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 21-45.

TEODORO, Leandro Alves. Introdução. *In: DE SOUSA, Diogo. Constituições de Braga de D. Diogo de Sousa*: Edição, estudo e notas. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: e-Spania Books, 2019, pp. 5-24. Disponível em: <<http://books.openedition.org/esb/1820>>. Data de acesso: 21 de março de 2023.

TEODORO, Leandro Alves. Instruções religiosas para o bem falar (Portugal/Castela - séculos XIV e XV). **Revista Tempo**, v. 23, n. 1, pp.127-138, 2017.

TORRES, Amadeu. D. Diogo de Sousa no contexto cultural do Renascimento. *In: D. Diogo de Sousa e o seu tempo*: actas, simpósio no V Centenário do início da sua

Emendar e prescrever: A ação pastoral de bispos do norte de Portugal entre finais do século XV e início do XVI

missão como Arcebispo de Braga (1505-1532). Braga: Câmara Municipal de Braga – Pelouro do Turismo; Faculdade de Teologia-Braga (UCO), 2006, pp. 35-44.

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

Ingrid Rocha de
Sousa*
Kíria Samanta da
Silva**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1126-141

Resumo: O homicídio que vitimou Marielle Franco e Anderson Gomes, em 2018, ocupa ainda destaque na história política recente do Brasil. Ainda sem solução para o crime, não obstante passados 5 (cinco) anos do ocorrido, ganhou corpo o movimento de nomeação de diversas ruas e praças com o nome da vereadora assassinada, o que despertou debates animosos nos mais diversos espaços. Desta sorte, o presente trabalho investiga se a fixação de tais placas em homenagem a Marielle Franco acaba por se tornar um “lugar de memória”, conforme conceituado por Pierre Nora (1993). Questiona-se se toda a disputa em torno das placas, bem assim a identificação de grupos políticos, movimentos sociais e minorias com o legado da vereadora, autoriza classificar as “placas” como tal. Para tanto, como metodologia, a pesquisa aborda qualitativamente, por meio de revisão de literatura, postagens nas redes sociais digitais como *Facebook* e *X (Twitter)*, além de sessões de comentários em portais de notícias e no site oficial em homenagem à vereadora, o “*institutomariellefranco.org*”. Ademais, a atenção para os lugares que a placa foi colocada e seus usos oficiais. Como conclusão, compreendemos que o esforço empreendido por ambos os lados em torno da trajetória de vida, de luta e da própria morte da Vereadora como empreendimentos de memória, ora lançando mão do lugar de memória em que consistiu e consiste a placa de homenagem, ora ocupando na forma de discurso ou narrativa, seja em defesa das mesmas bandeiras de Marielle, seja tentando esmaecer seu legado.

Palavras-chave: Identidade; Lugar de Memória; Marielle Franco.

*Graduação em História pela Universidade Federal do Ceará. Contato: ingridrochads@gmail.com

**Graduação em História pela Universidade Federal do Ceará. Contato: kiriasamanta@gmail.com

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

Introdução

Marielle Francisco da Silva, ou Marielle Franco, como era conhecida a vereadora do Município de Rio de Janeiro/RJ, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi assassinada no dia 14 de março de 2018. (Gonçalves *et al*, 2018, *on-line*). O homicídio, que também vitimou seu motorista Anderson Pedro Gomes, ocorreu no bairro Estácio, na região central da cidade. Sua assistente Fernanda Chaves, que também se encontrava no veículo, alvejado com 13 tiros, foi a única sobrevivente (Gonçalves *et al*, 2018, *on-line*). Marielle era mulher, negra, nascida na periferia carioca, sendo conhecida na política por lutar em prol dos direitos humanos, da mulher e, principalmente, das regiões da periferia.

Logo após sua morte, o fato converteu-se em um novo embate, dessa vez simbólico, com disputas de narrativas a respeito do próprio homicídio, da trajetória de vida e trabalho da vereadora e até mesmo de sua vida pessoal. Com maior destaque, avolumaram-se projetos em sua homenagem, celebrando a memória da parlamentar, assim como da luta e das bandeiras defendidas por ela. Uma destas iniciativas foi a fixação de uma placa com o nome e resumo da vida da vereadora na Praça da Cinelândia, próximo à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, lugar onde Marielle exercia seu mandato.

Aquela placa, no entanto, repercutiu de tal forma que, desde sua fixação, passando por episódios em que réplicas foram retiradas ou mesmo destruídas, é possível verificar todo o esforço empreendido, por todas as forças em disputa, em torno da memória de Marielle. Se, de um lado, a família, os amigos, colegas de partido, correligionários, membros de movimentos sociais e comunidades etc. podiam se ver representados pela placa, simbolizando a luta da vereadora, outros

grupos, porém, buscavam, com a mesma energia, deslegitimar a homenagem, esmaecendo as próprias bandeiras de Marielle.

A partir dessa feita, o presente trabalho dedica-se a investigar a dinâmica entre os empreendimentos de memória iniciados a favor e contra Marielle, tendo como ponto central o início dos debates em torno de seu assassinato e, de forma mais efervescente, as disputas envolvendo a placa criada em sua homenagem. Pretende-se, verificar se a placa Marielle Franco pode ser classificada como um “lugar de memória”. Conceito esse cunhado por Pierre Nora (1993) de modo a referir-se como certos lugares, objetos ou ritos se tornam referências na construção e preservação de uma memória coletiva.

Nesse artigo, a placa de Marielle é tomada como um lugar onde se tem comoção de um grupo de indivíduos para preservar a memória da vereadora e seu ativismo político. Também debruça-se sobre as disputas entre as diferentes interpretações e discursos, dados ao passado e, nesse caso, ao passado da vereadora, de modo a construir novas narrativas sendo elas positivas ou não.

Nesse sentido, são os objetivos do presente artigo: (i) analisar o caráter do conteúdo dos discursos da veiculação das notícias de seu assassinato; (ii) analisar o discurso em torno da placa (e de outros lugares de memória com a insígnia de Marielle), dando conta de sua perfeita adequação ao conceito de “lugar de memória”.

No que se diz respeito da metodologia, partiu-se, de um lado, da revisão de literatura, por meio de fontes bibliográficas impressas ou *on-line*, que abordem os temas debatidos durante o texto. Tendo como bibliografia basilar os escritos dos historiadores Pierre Nora e Elizabeth Jelín, pois trabalharam os conceitos usados

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

durante a pesquisa, como por exemplo, os de “trabalhos da memória” usado pela autora e os “lugares de memória” por Nora.

E, por outro lado, adotou-se como técnica de coleta de dados, a consulta às seções de comentários de postagens na *internet*, em sites de notícias como G1 (portal de notícias de jornal O Globo), Folha de São Paulo e *El País*, assim como comentários de redes sociais como o *Facebook* e *X (Twitter)*, e sites oficiais criados em homenagem a vereadora como o site Marielle Franco. Todos eles envolvem os debates sobre o assassinato de Marielle e a utilização de sua placa em espaços públicos e privados. Classifica-se a pesquisa, desta sorte, como bibliográfica e documental, sendo também descritiva quanto a seus objetivos, e pura quanto à utilização de seus resultados.

A Placa de Marielle Franco: um lugar de memória em disputa

Marielle Francisco da Silva foi, em sua primeira disputa eleitoral, a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos (Candidatos, 2016, *on-line*). Um número expressivo em um país que ocupa o 152º lugar entre 190 países de assentos nas câmaras ocupados por mulheres, segundo dados do IBGE em 2017 (IBGE, 2018, p. 9), especialmente para uma mulher negra, lésbica e pobre. Antes da vitória, Marielle foi durante dez anos assessora parlamentar do deputado estadual Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com o qual dividia a legenda. Durante esse período, trabalhou em prol da prestação de atendimento psicológico e jurídico à policiais vítimas de violência no trabalho ou familiares de vítimas de homicídios.

Durante seu mandato, apresentou 116 proposições e 16 projetos de lei. Posicionava-se no espectro à esquerda da política, autodeclarada feminista, teve

como pauta a luta em defesa dos direitos humanos e a denúncia de ações militares violentas na favela, especificamente durante a intervenção federal militar no Rio de Janeiro decretada pelo então presidente Michel Temer. A parlamentar também era crítica dos abusos de autoridade da Polícia Militar, tendo por vezes denunciado casos de despotismo por parte de policiais contra moradores de favelas. (Cariello; Romeo, 2018, *on-line*).

Seu trabalho, no entanto, foi interrompido em 14 de março do ano de 2018. Marielle foi executada por quatro dos treze tiros que atingiram o veículo no qual a vereadora se encontrava. O motorista Anderson Pedro Mathias Gomes também morreu no crime que até hoje permanece sem solução. A partir desse acontecimento, começou uma disputa enérgica em torno da memória, da trajetória de vida e da própria morte da vereadora, especialmente no que diz respeito à criação e fixação de placas em sua homenagem.

Para adentrar no conceito de Nora (1993), um lugar de memória se dá quando há vínculos entre a permanência de uma memória de um ocorrido e certos elementos físicos (como um lugar que pode ser um espaço ou objeto físico), com o esforço de lhe entregar significado a esses lugares. Quando não se é possível identificar os investimentos humanos usados para atribuir e estabilizar significados em um elemento (lugar) ou não possuem a intenção de memória, esse elemento não poderia ser identificado como um "lugar de memória". Portanto, o caso estudado da ativista política Marielle Franco, encaixa-se no conceito de "lugar de memória" como um monumento comemorativo, devido ao investimento e esforço por parte de um grupo em transformar o acontecimento de sua morte em uma memória. Ou seja, dar significado a um lugar através de uma memória.

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham 'qualquer coisa' em comum. [...] Cabe aos historiadores analisar essa 'qualquer coisa', de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (Nora, 1997, v.2: 2226.)

A notícia da morte da parlamentar incitou, desde o início, comentários e discussões em inúmeras plataformas virtuais, assim como mobilizações em redes sociais. A questão da violência urbana no Rio de Janeiro era a primeira pauta nesses debates, seguida de tentativas de explicar as motivações do crime ou de apontar causas e culpados.

O recorte foi de uma sessão de comentários em uma postagem da página do sítio de notícias *G1*, na rede social *Facebook* (Vereadora, 2018, *on-line*). Tal postagem, referindo a chamada noticiado pelo próprio portal (Gonçalves *et al.*, 2018, *on-line*) acerca do assassinato de Marielle e Anderson, contou com mais 2,4 mil comentários e 3,8 mil compartilhamentos, segundo contagens da própria rede social. Precocemente, alguns sujeitos sociais¹ tentaram despolitizar o acontecido, associando-o à violência no Rio de Janeiro, como um crime aleatório, sem pretensões políticas, apenas "mais uma vítima" do crime:

Usuário Rocinha em 14 de março - "Infelizmente foi mais uma vida perdida pra violência desenfreada de uma cidade sem lei, não devemos rir ou falar abobrinhas com relação ao posicionamento político dela, não é hora para isso. Meus sentimentos."

¹ Todos os nomes foram alterados para fins de publicação.

Ingrid Rocha de Sousa
Kíria Samanta da Silva

Usuário Vidigal em 14 de março - "Sinto grande pesar, mas na hora que principalmente os políticos, passarem a apoiar o cidadão de bem ao invés de bandidos, teremos um país mais justo e menos mimimi de vítimas da sociedade."

Outros tentaram minimizar a morte de uma pessoa pública, questionando sobre a falta ou escassez de menções a respeito de outras vítimas de crimes:

Usuário Cidade de Deus em 14 de março - "Fico muito triste com a morte da vereadora, mas gente assassinaram também uma mulher a dois dias no Rio e não está sendo divulgada pela mídia, Dra. Gisele Palhares Correa, médica da comunidade do rio, e no entanto ninguém está comentando, porque? São valores diferentes ou se não está no meio político não vale a pena divulgar? Fica a dica"

Houve comentários da mesma sessão, que tentaram culpar o próprio posicionamento político do Partido ao qual Marielle fazia parte:

Usuário Cantagalo em 14 de março - "Sem nada de compaixão. Quem defende bandidos, rouba toda a condição do estado suprir a população de serviços mínimos, proíbe dos pais de educar os filhos inclusive com trabalho. Essa morreu podendo fazer algo pela sociedade, e os pais que morreram pagando impostos e trabalhando?"

Usuário Morro do Dendê em 14 de março - "Ela é daquele partido que diz que esse tipo de gente que matou ela é apenas vítima da sociedade, que é a favor da liberação das drogas, que é contra a polícia e o seu candidato a prefeito dizia em campanha que para a segurança pública do Rio não precisava de mais policiais e sim de mais iluminação. Será que estava muito escuro na hora do assassinato?"

Usuário Vila Cruzeiro em 14 de março - "Foi apenas uma vítima da sociedade q estava exercendo sua profissão defendida pelos direitos humanos e pelo próprio Psol, agora quando for descoberto quem efetuou os disparos eles vão fazer de tudo para ressocializar o vagabundo, parece que o jogo virou não é mesmo".

Outras teorias se formaram, identificando o homicídio como execução e questionando os motivos e executores do crime:

Usuário Maré em 14 de março - "Sim foi uma execução!!! A pergunta que tem que ser feita não é se foi ou não execução a pergunta é: Porque ela foi

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

executada??? O que ela estava fazendo que fez com que alguém mandasse executa-la???? Estas perguntas é que devem ser respondidas e com isto vem as prisões, agora será que a POLICIA do RJ está inocente para responder isto sem problema?????"

A idoneidade moral e a vida pessoal de Marielle também foram questionadas. Grupos e políticos alinhados à direita do espectro político, como o Movimento Brasil Livre (MBL), propagaram em suas redes sociais falsas notícias a respeito de seus relacionamentos, alegando que ela "se envolvia com bandidos e é 'cadáver comum'". Ainda no campo político, o deputado pelo Partido DEM, Alberto Fraga, publicou em seu *Twitter* pessoal: Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora da facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou foi a PM." (Mendonça; Marreiro, 2018, *on-line*). A repercussão foi polêmica e o parlamentar excluiu sua postagem e suas redes sociais em seguida.

Informações essas que foram simultaneamente desmentidas pelo sítio *Aos Fatos*, que averiguou que Marielle nunca havia sido casada com nenhum ex-traficante, que a idade de sua filha não batia com a alegada idade na qual a vereadora teria engravidado e que a eleição dela não teria tido conexão com o Comando Vermelho na Maré (Nalon; Cunha, 2018, *on-line*), visto que "a vereadora foi eleita com 46.500 votos, dentre os quais apenas 1.600 foram eleitores da Maré e arredores" (Mendonça; Marreiro, 2018, *on-line*).

A memória do caso da vereadora é atravessada de "dimensões múltiplas" (NORA, 1984, p. 132) perpassando pelas dimensões políticas, etnográficas, psicológicas e historiográficas, adentrando pelas dimensões sociais de gênero e raça. Portanto, é um lugar simultaneamente material simbólico, pois tem significado para

determinado grupo e funcional quando é utilizado na função de deixar remanescente a figura da vereadora, assim como a resistência desse grupo em relação ao outro.

Na tentativa de guardar uma memória que se desassociasse das notícias falsas envolvendo o nome de Marielle, homenagens foram executadas, como a confecção de placas com o nome de Marielle Franco; assim como na venda de tais placas e a utilização das mesmas por grupos engajados a colocá-las em lugares públicos com grande circulação de pessoas.

A luta se dá, então, entre atores que exigem o reconhecimento e a legitimidade de sua palavra e de suas demandas. [...] Nesses momentos, memória, verdade e justiça parecem confundirem-se e fundirem-se, porque o sentido do passado pelo qual se está lutando, é, na verdade, parte da demanda de justiça no presente. (JELÍN, 2002, p. 43)

A primeira placa foi colocada na parede de esquina da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, espaço político onde exercia seu cargo quando foi morta. Para uma maior visibilidade, pessoas públicas também hastearam a placa em eventos com grande audiência, que foi o caso do ator Wagner Moura ao levar a placa para o Festival de Berlim, evento para premiação de filmes, onde o autor estreou "Mariguella" (Wagner, 2019, *on-line*).

Assim como há os que tentam fazer das placas um lugar de memória, há também os que não querem que isso aconteça: "há também forças sociais que se preocupam em apagar e transformar, como se, ao mudar a forma e a função de um lugar, se apagará também a memória." (JELIN, 2002, p.54) Dessa forma, a direita se utilizou desse objeto para tentar apagar a memória e, em um comício, os candidatos a deputados Rodrigo Amorim e Daniel Silveira, o primeiro deles vestido com uma camiseta que estampava o rosto do então presidente Jair Bolsonaro, quebraram

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

uma dessas placas. Ao lado dos candidatos, constava ninguém menos que o então candidato a governador do Rio, Wilson Witzel, o qual viria a pedir desculpas à família de Marielle pela cena (Nogueira, 2018, *on-line*).

A reação fez o efeito esperado em seu nicho de eleitores e, após ter vencido as eleições como o deputado mais votado no Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim emoldurou a placa destruída e a pendurou em seu escritório. É nessa disputa que ficam perceptíveis os empreendimentos de memória conceituados por Elizabeth Jelin, que explica o esforço e mobilização de certos grupos para determinadas causas.

No campo que ocupamos, o das memórias de um passado político recente em um cenário conflitivo, há uma luta entre ‘empreendedores da memória’, que buscam o reconhecimento social e de legitimidade política de uma (sua) versão ou narrativa do passado. E que também se ocupam e se preocupam em manter visível e ativa a atenção social e política sobre seu empreendimento.” (JELÍN, 2002, p. 48)

Em contrapartida, foi lançada a campanha de recolocação “Mil placas para Marielle” da placa, convocada pelo site humorístico *Sensacionalista* que arrecadou, através de doações, R\$ 26.627 em menos de 24h para a produção de 1000 novas placas que foram distribuídas no local. Após esse fato, outras placas foram produzidas e colocadas em vários espaços ao redor do mundo, além de nomear ruas, praças e logradouros. Podemos inferir que houve investimentos para manter tal objeto como um lugar de memória. Ainda nesse ponto podemos citar Elizabeth Jelin, quando ela aponta que esses empreendimentos influem sobre a *história oficial*².

Podem tentar influenciar e mudar o sentido e o conteúdo da *história oficial* ou dominante sobre um período com o fim de eliminar distorções históricas ou fazer públicos e legítimos os relatos que estavam nas *catacumbas*, ocultos, censurados e silenciados. (...) Podem elaborar rituais, participar de

² A história oficial se qualifica como a “elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada.” (Prestes, 2010, p. 92)

comemorações, requerer marcar simbólicas de reconhecimento em memoriais, monumentos ou museus. (JELIN, p. 50, 2002)

As redes sociais foram o território dessas narrativas, principalmente de grupos alinhados à direita política, que, por meio delas, colocaram suas opiniões sobre o caso, assim como atacaram os grupos de esquerda que protestavam pela morte e pela quebra da homenagem. Nesse sentido, compreende-se como a disputa em torno da memória coletiva é algo presente nos atos de propositura ou negação de homenagens, como nos casos de nomeação e renomeação dos espaços públicos das cidades contemporâneas e da colocação ou retirada das placas nesses lugares.

A placa descreve quem foi Marielle, sua trajetória política, o ano de nascimento e de morte, que é bem explicitado, com dia e mês por extenso, conferindo certo emblematismo à data. Também destaca as pautas com as quais se envolvia em vida. Atenção para o CEP constante ao sopé, na faixa branca característica, indicando, também de forma emblemática, o n. “20260-080” e o bairro “Estácio”, exatamente o local em que fora assassinada junto de seu motorista. O portal “Rua Marielle Franco” conta ainda, além da disponibilização da imagem em arquivo, com informações das mais diversas com vistas à impressão em gráfica e ao registro da placa em mapa exibido no próprio sítio, o qual dá conta de já diversas placas fixadas por todo o mundo.

Portanto, apesar dos esforços para apagar a memória da vida e morte de Marielle Franco, o que ocorreu foi o efeito contrário. As demandas por justiça e menções a seu nome em manifestações de rua e em redes sociais permanecem. Em outros países seu nome foi homenageado, como Paris, que nomeou um jardim com seu nome. Esse espaço se encontra junto a estação de trem Gare de l’Est, uma das maiores estações da cidade. (Jardim, 2019).

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

Outras homenagens foram estabelecidas ao decorrer dos anos. Segundo o site *Wiki Favelas*, que mapeou e mapeia em todo mundo manifestações que homenageiam Marielle, desde grafites, lambe-lambe, placas de ruas e espaços públicos, a mural, e até mesmo tatuagens, venda de roupas e produtos. O mapeamento é frequentemente atualizado para acrescentar novas ações. (Ferreira, 2019) Além disso, publicação de História em quadrinhos – *HQs* narrando a trajetória e luta da vereadora.

Conclusões

O crime que vitimou a Marielle e seu motorista Anderson Gomes, deixando como sobrevivente apenas sua assessora Fernanda, permanece como capítulo inacabado - e do qual não se sabe o desfecho ainda - na história política recente. Afastada qualquer tentativa de se desenviesar politicamente o homicídio, a memória da vereadora foi e ainda é bastante disputada, despontando nesse embate grupos mesmo antagônicos: enquanto uns buscam deslegitimar sua trajetória e desbotar o crime que a vitimara, outros procuram, incessantemente, reafirmá-la como mulher, negra, militante e vítima da violência.

Nesse cenário, a placa - ou as placas - erigida em sua homenagem, trazendo grafado o que Marielle representou em vida e representa, mesmo após sua morte, despontou em diversos lugares como símbolo dessa memória. Com efeito, como reação a essa fixação da placa inicialmente na Praça da Cinelândia, as disputas em torno da memória sobre quem era Marielle Franco se intensificaram. Apesar de não ter sido reconhecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a placa tornou-se uma forma de lembrar que a vereadora não foi apenas morta, mas executada. Porém, devido ao momento polarizado, onde os embates entre as ditas esquerda e direita se intensificaram, a placa se torna um lugar de memória conflituoso, onde esses dois

grupos vão buscar se sobressair sobre o outro para que a história de Marielle seja lembrada da forma que esses grupos querem. Contudo, cabe ressaltar que aqueles que se posicionam à direita do espectro político buscam fazer com que sua versão se torne homogênea através da disseminação de notícias falsas (como a informação na rede social Facebook que dizia que Marielle era esposa do traficante Marcinho VP e por isso foi morta) que rapidamente se espalharam através dos compartilhamentos e *likes*.

Mais de 18.000 placas que foram impressas e fixadas ao redor do mundo se tornam um lugar de resistência e memória. Dessa maneira, além de ser um meio de se lembrar a trajetória política de Marielle Franco, a placa também serve como uma forma de lembrar que o seu assassinato de fato ocorreu e que continua não resolvido.

Referências Bibliográficas

As mais novas dúvidas em torno da investigação do assassinato de Marielle, **BBC News**, Brasil, em 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50517116>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Candidatos a vereador no Rio de Janeiro - RJ, Eleições 2016, **Gazeta do Povo**, Especiais, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultados-eleicoes-2016-primeiro-turno/rio-de-janeiro-rj/vereador/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Candidatos do PSL destroem placa com homenagem a Marielle Franco, **Isto É**, 04 out. 2018. Disponível em:

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

<https://istoe.com.br/candidatos-do-psl-destroem-placa-com-homenagem-a-marielle-franco/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CARIELLO, Gabriel. ROMEO, Madalena. Marielle Franco: Negra, moradora da Maré e a quinta vereadora mais votada do Rio, **O Globo** [on-line], em 16 mar. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/marielle-franco-negra-moradora-da-mare-a-quinta-vereadora-mais-votada-do-rio-22491120>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FERREIRA, Hércules da Silva X.; Mapeamento das homenagens a Marielle Franco. **WikiFavelas**, 11 set. 2023. Disponível em:

https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapeamento_das_homenagens_a_Marielle_Franco. Acesso em: 25 fev. 2024

GONÇALVES, João Ricardo; LEITÃO, Leslie; ARAÚJO, Marina; TEIXEIRA, Patrícia. Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio, **G1 Rio**, 14 mar. 2018. Disponível em:

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&fbclid=IwAR0oVm-oOLkvretKSx2WXF_1OkTLHQYF2tiGT8suYxb2UoK2ARx0l5S4seg. Acesso em: 21 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero. Indicadores sociais da mulher no Brasil, Estudos e Pesquisas, **Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, em 8 jun. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

Jardim em homenagem a Marielle Franco é inaugurado em Paris, **G1**, 21 set. 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2019/09/21/jardim-em-homenagem-a-marielle-franco-e-inaugurado-em-paris.ghtml>

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores. S.a., 2002.

Marielle e seu motorista foram baleados dentro do carro, **G1** - O Portal de Notícias da Globo, Facebook [postagem], 14 mar. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/g1/posts/2062043853847689>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARIELLE Franco. **Portal** / Memorial oficial na internet. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MENDONÇA, Heloísa; MARREIRO, Flávia. MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória, **El País**, em 19 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP, Diretoria de Análise de Políticas Públicas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: mar, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

NALON, Tai; CUNHA, Ana Rita. Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo comando Vermelho, **Aos fatos** [portal de notícias on-line], em 17 mar. 2018. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/nao-marielle-nao-foi-casada-com-marcinho-vp-nao-engravidou-ao-16-e-nao-foi-eleita-pelo-comando-vermelho/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: As mais novas dúvidas em torno da investigação do assassinato de Marielle, BBC News, Brasil, em 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50517116>. Acesso em: 23 nov. 2019. Acesso em: 23 fev. 2024.

OLIVEIRA, Davi. Após ataques, campanha por placas de Marielle já arrecada R\$ 28 mil, **Agência Brasil**, Política, em 4 out. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/apos-ataques-campanha-por-placas-de-marielle-ja-arrecada-r-28-mil>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(a) como lugar de memória

PRESTES, A. L. O historiador perante a história oficial. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 91–96, 2010. DOI: 10.9771/gmed.v2i1.9607. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607>. Acesso em: 24 fev. 2024.

RUA Marielle Franco [portal na internet]. Disponível em: <https://www.ruamariellefranco.com.br/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Wagner Moura lança 'Marighella' no festival de Berlim e posa com placa de Marielle Franco, **G1**, em 15 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2019/02/15/wagner-moura-lanca-marighella-no-festival-de-berlim-e-posa-com-placa-de-marielle-franco.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2019.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

Introdução

No decorrer da história recente dos Estados Unidos, grande parte de sua chamada indústria cinematográfica foi mobilizada com o objetivo de representar importantes momentos históricos para a nação. Diversas películas atuam como legitimadoras dos códigos por trás da coesão do país, garantido a perpetuação de discursos e estruturas fundamentais para uma larga parcela da população:

[...] é de muitos modos uma expressão sem paralelo da cultura nacional, uma expressão que moldou a auto-imagem da nação de maneira onipresente e explícita... Os conceitos de realidade social construídos em filmes de Hollywood servem claramente como discursos legitimadores na vida da nação, uma função que é especialmente visível na maneira pela qual o passado nacional é representado em filmes norte-americanos que representam a tendência geral da produção (BURGOYNE, 2002, p. 19).

Dentro de tal tradição, o faroeste é um dos gêneros mais importantes, ainda que tenha perdido muito de seu impacto diante das massas na virada entre os anos 1960 e 1970, pois imagina o encontro entre civilização e barbárie, elegendo a fronteira como o lugar do conflito e nascimento do país. Os faroestes lidam com variadas temáticas acerca dos EUA, seja quanto ao presente de seus idealizadores, seja para documentar certos fatos sobre o passado dos *cowboys*, foras da lei, aventureiros, indígenas e pistoleiros. A figura do “homem do oeste” com trajes, ações e diálogos típicos, irá ser transposta para diversos outros gêneros, influenciando em um dita “evolução” do cinema norte-americano e formando personagens que nada mais são do que pistoleiros fora do lugar, tentando entender o mundo e defendendo uma certa ideia de moralidade.¹

¹ O “homem do oeste” é uma presença pelo cinema estadunidense. Ele é detentor de uma liberdade irrestrita, resolvendo os dilemas da sociedade pela violência. É um arquétipo muito explorado pelos filmes americanos, pois utiliza dessa violência, enquanto pistoleiro, para lidar com a formação da nação. Mais tarde, suas características se transformarão no *self-made man*, pois assim como seu ancestral, que domou o Oeste pela sua vontade, o homem norte-americano deve se utilizar das circunstâncias para prosperar. Para apresentar uma parcela dessa questão, cito dois filmes: *Tubarão*

Nas palavras de André Bazin, em texto fundacional para a crítica cinematográfica francesa dos anos 1940-1950, trata-se do gênero americano por excelência: “O *western* é o único gênero cujas origens quase se confundem com as do cinema, e que quase meio século de sucesso sem eclipse mantém sempre vivo.” (BAZIN, 1991, p. 199). Como o crítico pontua, essa potencialidade do faroeste é, no mínimo, notável e pode nos dizer muito sobre o país que deu origem a tal tipo de cinema, pois a cultura, de uma forma complexa, não sendo apenas um reflexo puro da realidade, indica certos caminhos para o historiador.

O cenário do oeste americano, muitas vezes, acaba representando uma infinidade de temas e temporalidades, ganhando o contorno de uma mitologia. É importante para compreensão da mentalidade nacional que fundamenta certos aspectos da política e sociedade estadunidense. O faroeste formula uma imagem fundacional do país que irá ressoar por diversos outros campos e tempos. Tais fatores místicos

[...] estão na literatura dos EUA até o século XX, atravessando gêneros literários e diferentes fases históricas econômicas. De fato, as origens da fórmula do *western* antecedem o aparecimento do gênero cinematográfico. Sua genealogia inclui a música *folk* colonial, as narrativas do cativo, os livros de James Fenimore Cooper e os romances populares do século XIX. Quando o *western* surge nas telas de projeção, vê-se diante da necessidade, como obra de ficção e como produto cultural, de incorporar ou rejeitar elementos místicos preexistentes e de definir esteticamente as eventuais incorporações. Por exemplo, como retratar a figura do índio ou como representar a natureza (VUGMAN, 2012, p. 161).

(1975) de Steven Spielberg e *Gran Torino* (2008) de Clint Eastwood. O primeiro transporta essa figura para o alto mar, representado no personagem de Roy Scheider, o chefe de polícia da pacífica cidade litorânea, cuja missão é derrotar a presença maligna do tubarão e assegurar o bem estar da comunidade. No barco, inclusive, o personagem carrega seu coldre e revólver, pronto para desferir balas contra o animal marinho. Já o segundo, o protagonista Walt Kowalski, se aproveitando da mística em torno de Eastwood, é transposto para a contemporaneidade, deslocado de seu próprio tempo e confiante na violência como solução para seus problemas.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

No presente artigo, iremos nos concentrar em *Paixão dos Fortes* (1946), *western* dirigido por John Ford e protagonizado por Henry Fonda como Wyatt Earp, um dos personagens históricos mais famosos dos EUA, que também acabou ganhando ares quase místicos por meio da literatura e do próprio cinema. O filme acompanha um dos eventos do Velho Oeste mais rodeados de lendas e rumores: o tiroteio de *O.K. Corral* e a atuação de Earp como xerife da cidade de *Tombstone*, conhecida por seu caráter violento e caótico.

Ford baseou-se em lendas e rumores sobre um evento tão discutido no imaginário popular e acabou tomando diversas liberdades. O cineasta conheceu Earp em algum momento dos anos 1920, quando ele era um consultor para diversos filmes e afirmava ter se inspirado nas palavras do próprio.² Mesmo assim, John Ford não preocupava-se com a complexidade dos fatores históricos (e nem deveria), “O que importava em *Paixão dos Fortes* era a interpretação histórica, o significado dado por Ford ao seu relato sobre a chegada da civilização ao Oeste.” (FARAGHER, 1997, p. 158). Este retrato é fictício, dependente do sentimentalismo para retratar Earp como mais um dos amaldiçoados pela fronteira, destinado a vagar pelas areias de um país ainda em formação.

Aqui, nosso objetivo não é deslegitimar a abordagem de Ford em favor de uma perspectiva histórica, condenando o filme por seus eventuais erros, mas sim, demonstrar como Ford opta por imaginar um dito passado, sempre em diálogo com seu presente, para reafirmar as bases de uma nação que se encontrava no pós-

² As afirmações de Ford devem ser vistas de modo crítico, tal qual todas as abordagens sobre o passado. Em seu filme, não há uma reprodução exata dos fatos, mas um conjunto de lendas que estão enraizadas nos próprios acontecimentos em torno dessa figura tão importante e discutida. AUGUSTO, Sergio. A história segundo John Ford. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de janeiro de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/29/mais/11.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

Segunda Guerra Mundial e por isso, necessitava de heróis e finais felizes. O país saiu vitorioso do conflito, disseminando o *american way of life* para outras nações, ainda assim, a guerra causou efeitos na população. Sob a superfície de um momento de paz e reencontros, os EUA passavam por transformações e atritos internos. A população do país enfrentava certa ansiedade e necessitava dos valores comunitários presentes no *western*, que por um lado, tornou-se mais sombrio após o conflito mundial, com destaque para a obra de Ford (MCBRIDE, 2001, pp. 418-420).

O interessante da investigação reside no trabalho de Ford com tais mitos, os realocando em uma outra temporalidade e usando da história para ressignificar um conto bastante conhecido entre os estadunidenses. Mesmo assim, Ford ainda acrescenta certo pessimismo ao seu relato do oeste americano, conduzindo seus personagens por uma trajetória que nunca chega ao que eles de fato desejam. Eles podem até vencer os vilões, mas estão longe de serem plenamente felizes com as conclusões e despedidas que antecedem os créditos finais.

Desse modo, pretendemos alocar o filme entre o presente e o passado, como uma espécie de ponte entre dois modos de enxergar a nação, preenchida por certas doses de imaginação e presunção histórica, moldando os fatos à mensagem que o cineasta busca transmitir para o público. Neste empenho, iremos mobilizar leituras que situam o cinema em relação à história e o papel do próprio faroeste como agente histórico primordial para o que os Estados Unidos almejam ser enquanto nação.

Cinema e História

É possível conhecer a realidade através de diversos modos, como as artes, as ciências e as religiões, tendo-se em vista a noção de processo histórico, em detrimento de fatos particulares com ares de espetáculo. Trata-se de um conhecimento paulatino, firmado a partir da experiência sensorial, na visualização de

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

uma obra de arte ou pela humildade perante os outros meios de conhecimento (FICO, 2021, p. 28).

Ou seja, por meio da história, os fatos e produções humanas acabam ganhando novos contornos e podem ser analisados a partir de sua própria existência, retroalimentando-se ao mesmo tempo em que geram novas questões para outros indivíduos. Sendo parte de um processo, ela confere materialidade àquilo que outrora não encontrava correspondência entre os estudiosos.

Ao gerar debates e obras sobre determinados processos históricos, nós acabamos criando novas ideias, pois muito mais importante do que a maneira como os fatos se conectam e sucedem, é a interpretação dos mesmos em um dado momento ou sociedade, revelando muito sobre aqueles que optam por escrever o passado. “Assim, o que está em pauta nunca são os fatos de per si, mas o peso, a posição, a combinação e a importância que eles trazem com referência uns aos outros na elaboração de explicações.” (JENKINS, 2001, p. 60).

O discurso é responsável pela organização e interpretação das fontes pelo historiador. Os fatos existem, contudo, é inegável que os estudos históricos apresentam alguns elementos de suposição e imaginação para gerar materialidade. Afinal, a investigação sempre é um pouco incompleta, necessitando da agência de uma figura tão poderosa como o historiador, que relaciona contradições tão latentes de um passado que eles nunca conhecerão. O poder dessa figura é essencial na escrita da história.

Ao tratar das fontes cinematográficas, o processo se torna ainda mais complexo, pois passamos a lidar com um distinto tipo de transmissão de saberes, códigos e uma linguagem bastante específica. O historiador não é um crítico de

cinema, preocupado com qualidades estéticas e formais para construir um artigo de opinião; seu trabalho é penetrar na forma fílmica para entender a sua visão de mundo, de passado e de si mesmo.

Entre os estudos históricos comprometidos em analisar o cinema em sua multiplicidade teórica e metodológica,

[...] critica-se a ideia do caráter imprevisto da encenação ficcional do passado, trazendo uma outra verdade sobre a sociedade. Para essa corrente, ficção e história, no campo do cinema, não se autoexcluem, interferindo mesmo no gênero documentário, que a princípio seria a negação da ficção. Enfim, cinema é manipulação e é essa sua natureza que deve ser levada em conta no trabalho historiográfico, com todas as implicações que isso representa (NAPOLITANO, 2008, p. 247).

Em resumo, o cinema não deve ser lido apenas pelo contexto de determinadas produções. O filme manipula os elementos presentes em sua própria constituição, acarretando, para o historiador, um cuidado em interpretar os discursos da ficção como paralelos aos outros aspectos do mundo que buscamos compreender. Como todas as descrições sobre o passado, o cinema também deixa de incluir muitas ações e ideias, afinal, todos os passados que imaginamos são imperfeitos, com imperfeições distintas. Os fragmentos de evidência são moldados em significados pelos profissionais competentes, já que a própria historiografia se reconhece imperfeita, mas a história hollywoodiana não, eliminando as complexidades e ambiguidades de tais análises (CARNES, 1997, p. 9).

Assistir um filme, por conseguinte, é um processo complexo para o espectador, pois o mesmo está sendo diretamente influenciado pelas imagens montadas à sua frente, mesmo que de forma inconsciente:

No cinema, as relações entre visível e invisível, a interação entre o dado e o imediato e sua significação, tornam-se mais intrincadas. A sucessão de imagens criada pela montagem produz relações novas a todo instante e somos sempre

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

levados a estabelecer ligações propriamente não existentes na tela. A montagem sugere, nós deduzimos (XAVIER, 2003, p. 33).

Trata-se de uma multiplicidade de temas em vários planos, buscando atrair quem assiste para um mundo dito falso, mas que afirma diversos fatores do tempo presente de seus autores. E na maioria dos casos, o que é feito para agradar a audiência e fazê-la se sentir feliz consigo mesmo, apresenta uma importante ligação com a forma como ela pensa e interage com o mundo ao seu redor (ROSENBAUM, 1997, p. 3).

De todos os principais problemas imbricados na teoria fílmica, a impressão de realidade é um dos mais importantes, pois diversos filmes nos dão a impressão de estarmos testemunhando um espetáculo real, operando uma credibilidade muito forte e facilmente convencendo o público acerca daquilo que ocupa a tela (METZ, 2014, p. 16). Justamente por isso, o trabalho do historiador com o cinema é tão instigante, abrindo uma gama de possibilidades para a compreensão dos indivíduos e ideias entrelaçados pelas películas:

Nessa perspectiva, que nos parece mais fecunda, o filme se traduz como uma "pluralidade de canais", conforme expressão do professor e crítico de cinema Ismail Xavier. Portanto, nem as "manipulações" são evitáveis pelo diretor, nem as contradições internas do filme representam indício de "falsificação", tornando-se um trunfo de análise para o historiador... Portanto, a questão da autenticidade e da objetividade do registro, importantes na perspectiva clássica de Ferro, pouco importam. Trata-se de buscar os elementos narrativos que poderiam ser sintetizados na dupla pergunta: "o que um filme diz e como o diz?" (NAPOLITANO, 2008, p. 205).

Entre a significação e a intencionalidade, se encontra o papel do historiador: esmiuçar as características estéticas e as inserir em um quadro maior, a partir de um movimento duplo, no qual cinema e realidade formulam a si mesmo e ao outro. A história, ao adentrar a forma de transmissão das mensagens cinematográficas, pode

decodificá-las e apresentar uma interpretação deveras original sobre uma época, um país ou uma ideologia.

Olhar para si mesmo

Como dito anteriormente, o faroeste esteve presente por quase toda a história do cinema, desde *O Grande Roubo do Trem*, filme de 1903 que já apresentava um certo fascínio dos idealizadores e público sobre a violência de um dito Oeste sem leis, regido a partir da força bruta e de quem empunhava o revólver. Em seu apogeu, a produção deste gênero funcionava em escala quase industrial, sendo lançados à base das centenas em um curto período de tempo e elevando atores como Randolph Scott, Alan Ladd e John Wayne ao estrelato. Hoje em dia, é fácil esquecermos da importância do *western* na confecção das narrativas modernas, influenciando um amplo leque de produções e cineastas dos mais diferentes tipos.

Em sua maioria, até mesmo com a evolução do gênero para as décadas de 1950 e 1960, por exemplo, tais filmes conversavam com uma teorização do conceito de fronteira na formação dos Estados Unidos (ainda que em alguns casos, de modo crítico). O tratamento dado por esses filmes à temática fronteira é diverso, contudo, certos parâmetros originários, mesmo quando mobilizados em formato revisionista, ainda eram importantes na construção das tramas, cenários e, mais ainda, de um universo do Oeste norte-americano.

Para certas análises, com destaque para os textos de Frederick Turner (1893), a fronteira era uma forma nacionalizante do espaço geográfico, impedindo o localismo e garantindo maior mobilidade para a população, para então, garantir o aspecto democrático dessa sociedade em formação (TURNER, 2004, pp. 47-48). Esse espaço era tanto historicamente formado, quanto parte de lendas e construções discursivas,

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

as manipulando da forma que melhor convinha para a mensagem política dos escritos.

Com isso, livros, pinturas e outras fontes criavam uma ideia de fronteira no imaginário estadunidense, muito anterior ao intento de Hollywood em filmar essas cenas e mitos:

Evidentemente grande parte dos textos que tratavam do Oeste de forma romanceada justificaram a incorporação dos territórios, legitimaram o genocídio indígena e louvaram a ação do norte-americano rumo à transformação do mundo considerado selvagem. O mito da fronteira ofereceu também legitimidade às ações que poderiam ser rejeitadas nas regiões consideradas civilizadas do Leste, pois a fronteira era o espaço, no qual vigorava a ausência de regras ou de hierarquias. O poder central estava longe e as regras deveriam ser estabelecidas de acordo com ocasião e a necessidade (JUNQUEIRA, 2000, p. 102).

Com o advento dos anos 1970 e 1980, essas teses mais antigas sobre a fronteira passaram a ser criticadas, principalmente os mitos em volta das ideias de Turner. Influenciados pelas análises da Nova História Social e diversos outros textos preocupados com a “voz dos excluídos”, as novas teses da *New Western History*, ressaltavam a complexidade social e cultural do oeste, oferecendo uma visão mais equilibrada acerca da expansão do capitalismo estadunidense, marginalização de minorias sociais e as conotações racistas e nacionalistas por trás do próprio termo “fronteira” (AVILA, 2005, p. 400).

Em outras palavras, o *western* é uma categoria formulada a partir do encontro entre o mito e a tese, com todas as problemáticas que uma união como essa poderia ocasionar para aquele que assiste e aquele que os produz:

Na verdade, seria vão o esforço de reduzir a essência do western a qualquer um de seus componentes formais. Os mesmos elementos são encontrados em outras partes, mas não os privilégios que parecem se ligar a eles. Logo, o western deve ser outra coisa que não a forma... Tais atributos formais, pelos

quais o western comumente é reconhecido, são apenas os signos e símbolos de sua realidade profunda, que é o mito (BAZIN, 1985, p. 201).

No caso do faroeste, já na década de 1940, certas convenções passam a ser questionadas, pela introdução de uma moralidade um pouco mais dúbia entre seus personagens e sugerindo problemáticas novas.³ Se o cenário era o mesmo, as motivações e conflitos mudaram, gerando outros dilemas para os roteiristas, que deveriam, de certa forma, atualizar os mitos dos quais se alimentaram e pelos quais formularam uma visão dos Estados Unidos. Se a sociedade mudou, os filmes acabariam mudando. Não de uma forma plástica, imediata, mas recheada de contradições e diferentes perspectivas.

Com a chegada dos anos 1950, temos a eclosão do chamado “faroeste psicológico” em filmes como *O Matador* (1950) e *Os Brutos Também Amam* (1953), preocupados em refletir sobre figura do pistoleiro enquanto elemento fundador da violência e questionando os efeitos que tantas mortes teriam em sua personalidade e convivência com os outros. Aqui, o protagonista sempre é um sujeito deslocado, vivendo em sua própria mente e atormentado por um mundo que exige violência demais dele. O pistoleiro se torna um sujeito que sofre pelos seus atos.

É um tipo de personagem semelhante ao Doc Holliday do filme aqui analisado, abalado pelas decisões violentas e pessoas que abandonou no passado. No presente, esses personagens possuem laços de sociabilidade quase inexistentes, apenas esperando utilizar da violência como meio de redenção. No caso de Holliday, ao auxiliar Earp contra os vilões, sua relação com a morte torna-se menos condenável.

³ A afirmação pode ser exemplificada por filmes como *Consciências Mortas* (1942) e *Sua Única Saída* (1947). O primeiro é feito durante a Segunda Guerra Mundial e não se apoia em um mero conflito entre o bem o mal, questionando essas categorias e levando o espectador por diversos debates sobre a legitimidade da justiça. Já o segundo, feito no pós-guerra, é influenciado por elementos do filme *noir* e adentra as sequelas psicológicas deixadas pelo passado violento de seu protagonista, muito distante do herói clássico do Oeste.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

Ele não pode reconstruir seus laços com a irmã (personagem analisada a seguir), mas vê em Earp, o homem que poderia ter sido.

De certa, a história do faroeste enquanto gênero confunde-se com a mudança dos olhares, no presente, acerca do passado do oeste norte-americano e suas implicações para a sociedade e as instituições estadunidenses. O gênero fala sobre si mesmo a todo momento, dialogando ou criticando suas próprias noções. É uma forma cinematográfica maleável, dependente de si mesma para continuar se reproduzindo. Ainda entre os anos 1940 e 1950, segundo algumas análises, o *western* estava olhando para si mesmo com uma certa carga de cinismo, dispensando a ingenuidade e adotando uma maior sinceridade acerca do que os idealizadores pretendiam demonstrar. Assim, esse processo acompanha uma maior conscientização em torno da retórica do gênero e a mensagem se torna muito mais pessoal e sutil do que um mitologia imutável (BAZIN, 1985, p. 215).

Ou seja, por mais que certos padrões tenham sido estabelecidos, algumas regras eram maleáveis e não há um caminho comum para todas as obras lançadas em um determinado período. Certos filmes, por exemplo, antecipam certas tendências e transformam a maneira como o gênero enxerga o passado e a si mesmo, reagindo à sua própria mitologia e provocando instigantes debates sobre sua própria existência.

Um pouco à frente, os filmes acabam ganhando certas conotações políticas, sempre sugeridas por aspectos ao redor da trama, mas de todo modo presentes. O caso mais emblemático é do embate entre as duas visões de mundo em *Matar ou Morrer* (1952) e *Onde Começa o Inferno* (1959). O primeiro era uma crítica ao Macarthismo e a paranoia da sociedade contra a ameaça do comunismo,

representada pela cidade que vira as costas para o xerife, não auxiliando-o na caça aos bandidos. Já o segundo é uma espécie de resposta ao filme estrelado por Gary Cooper, criticando-o como antiamericano e detentor de uma visão negativa sobre a figura do *cowboy*. Mesmo assim, “[...] ambos os filmes evidenciam a incompatibilidade entre o *westerner* e a comunidade... o herói já não encontra a redenção de sua violência na salvação da civilização.” (VUGMAN, 2012, p. 173).

No caso do cineasta John Ford, mesmo com suas torções dos fatos históricos a favor de seus interesses estéticos, os seus interesses localizavam-se nesses mitos fundadores dos EUA, em uma obra que aborda múltiplos temas, mesmo tão restrita à aridez de *Monument Valley*, Arizona, sua locação preferida e uma espécie de marca registrada de vários dos seus filmes. Ford, em muitos momentos, se apresenta como agente de uma memória social, documentando aquilo que a população estadunidense (em suas várias gerações) precisa escutar e reproduzir. O seu método não é tão rigoroso, tampouco deve:

O filme histórico fala uma linguagem que é metafórica e simbólica, uma linguagem que cria uma série de realidades aproximadas ou possíveis, mais do que uma realidade literalmente verdadeira - embora ela também apresente pontos de intersecção com o literal. Trata-se de uma linguagem por meio da qual o filme levanta os mesmos tipos de questões acerca do passado que os historiadores, mas que precisamos aprender a 'ler'... (ROSENSTONE, 2010, p. 77).

Com suas imagens icônicas, o diretor atua no registro de modos de vida diferentes daquele de suas plateias, mas importantes para chegarem até sua própria temporalidade, assumindo um claro tom melancólico em grande parte de sua produção. As questões estão longe de serem resolvidas e em um plano geral, a nação se transforma em um enigma. Mesmo assim, esses fatores devem ser lembrados constantemente e Ford usa a câmera como um meio de preservação de um passado. O próprio Ford, que passou por momentos de desilusão com a sociedade

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

norte-americana entre as décadas de 1940 e 1960, precisava de tais lembranças. Por meio deste movimento, a categoria temporal acaba destrinchada em vários pedaços, detentores de realidades próprias e passivos de interpretação por parte do cineasta. John Ford se aproveitou da sucessão e exclusão de tempos como nenhum outro diretor, construindo um mundo muito particular, mas ainda dependente de diversos elementos que influenciaram a História dos Estados Unidos.

O número de temas e características vinculados à obra de Ford é monumental, influenciando uma infinita gama de cineastas (estadunidenses ou não). Ainda na década de 1940, com *Sangue de Heróis* (1948), Ford começa a criticar algumas lendas nacionais, se utilizando do contexto pós-guerra civil para discutir as armadilhas da política, o problema com a mitificação de certas figuras militares e governamentais e a falsidade de uma história que se coloque como oficial.

Já em *O Homem que Matou o Facínora* (1962), um de seus últimos filmes, o fato é substituído pelo mito e a verdade não funciona como sustentáculo para as instituições, que precisam ser moldadas a partir da mentira, para então, contribuir para um melhor futuro, no qual os mentirosos e violentos não serão mais necessários:

A civilização chegou, dominando a paisagem inóspita. Vai domar o deserto e enquadrar selvagens e refratários às suas normas universalizadoras. Cindirá com seus prédios, suas cercas e sua estrada de ferro os horizontes que se perdiam de vista. A civilização vence a planície, a pradaria. Anuncia novos tempos. John Ford fala de um período de transição, quando o novo questiona o velho antes de se afirmar. *O Homem que Matou o Facínora* traz a necessidade da adaptação, da conformação e da acomodação. Quem não conseguir se enquadrar deverá sair de cena (GUIMARÃES, 1994, p. 43).

Assim, o cinema de Ford é bastante pautado pela crise de identidade do indivíduo que se reflete em uma análise sobre a nação e a comunidade social. O herói fordiano, apesar de, na maioria das vezes, acabar sozinho, condenado à vagar pelo

deserto⁴, é fruto de uma sociedade que opta por ignorar certos aspectos negativos de si mesma. A partir de tais contradições, surge a violência como forma de regeneração; o problema, com o avanço do tempo do próprio cineasta, é que o conflito perde seu lugar, sendo substituído pela melancolia profunda.

Paixão dos Fortes

Paixão dos Fortes foi lançado em 1946, ou seja, apenas um ano após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, um conflito que influenciou diretamente John Ford e seu trabalho, pois o cineasta, assim como vários outros, alistou-se na Marinha norte-americana e filmou diversas batalhas no Pacífico para o governo (que resultaram no documentário *A Batalha de Midway* de 1942). Ele retornou para os EUA com um olhar transformado, para dizer o mínimo: fora das câmeras, o peso dos combates foi sentido em suas ações e reflexões, influenciado em sua visão de mundo e modificando o sentido que o mesmo colocava nas imagens. Dentre os grandes cineastas do período, foi um dos primeiros a se alistar, solicitando mudança da reserva para a ativa, quando já tinha 46 anos, movido por um senso de dever e o temor de não agir em um momento tão crucial para o país (HARRIS, 2016, pp. 6-8).

Tal mudança de perspectiva pode ser observada na filmagem de *Paixão dos Fortes*, outro exemplo da melancolia mencionada no tópico anterior. Utilizando um relato supostamente verídico, Ford se apropria da história para tratar da futilidade do indivíduo e sua passividade perante as forças do destino:

⁴ Em *Rastros de Ódio* (1956), por exemplo, um dos seus filmes mais famosos, o protagonista Ethan Edwards não pertence ao plano familiar, excluído da vida em comunidade e apenas necessário na medida em que o mundo demanda certa violência. Com a chegada da civilização, seu lugar é incerto e ele precisa lidar com a própria solidão. Há outros casos no cinema de Ford, como o final de *A Mocidade de Lincoln* (1939), no qual o personagem histórico se encontra sozinho entre os trovões, para posteriormente, ser eternizado na História (pela imagem de sua estátua) e no final do próprio *Paixão dos Fortes* (1946), que iremos tratar com mais propriedade a seguir.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

Ou seja, permite esclarecer o modo como ele lança indagações que, sem dissolver a feição heroica de seus protagonistas e seus códigos marciais, sugerem uma articulação problemática entre o imaginário que celebra o indivíduo como pilar, instância fiadora de um ideal de sociedade, e as condições concretas de sua ação marcada por uma rede de interesses e relações sociais de poder (XAVIER, 2014, p. 173).

Se os homens fazem a sua própria história, mas não com livre e espontânea vontade, tampouco a partir de circunstâncias escolhidas, pois as herdamos assim como se encontramos (MARX, 2011, p. 25), Ford inverte o processo, se preocupando muito mais com a potencialidade da história; com as possibilidades que o passado abre em relação ao presente. “O filme de John Ford mente sobre o passado, mas localiza na história de Earp um logos para a história dos Estados Unidos.” (FARAGHER, 1997, p. 161). O cineasta cria suas próprias circunstâncias, escolhe o sentimento de seus homens históricos e não se limita a fidelizar tudo o que filma. Ford modificou o roteiro de forma drástica, se livrando de diversas sequências desnecessárias e diálogos muito expositivos, se concentrando nos aspectos visuais e transformando o filme em uma tensa peça moral (MCBRIDE, 2001, p. 441).

As mudanças não são apenas sentidas no campo estético: a forma como Ford produzia filmes também se modificou. Logo após a guerra, ele recusou uma extensão de seu contrato com a Fox e passou a trabalhar de modo mais independente. Ele escolhia e produzia seus próprios filmes, para então, vendê-los ao estúdio (HARRIS, 2016, p. 564). A produção e filmagem de *Paixão dos Fortes* foram relativamente livres de polêmicas. Contudo, mesmo com as tentativas de Ford em manter controle sob a obra, algumas modificações foram feitas pelo produtor Darryl Zanuck. Hoje, temos acesso à uma outra versão, mais próxima dos desejos artísticos de Ford e encontrada nos arquivos da UCLA (restaurada pela mesma instituição).

Na trama, a questão da identidade é fundamental. Tomemos um exemplo: ao se apresentar aos Clanton (família responsável pelo assassinato do irmão de Earp e os grandes vilões do filme), o protagonista, primeiro, declara o posto que assumiu como xerife, para depois, pausadamente, dizer o seu nome: "*Earp, Wyatt Earp*", deixando o recinto logo a seguir. O peso do nome fala por si só e Ford ressalta o ponto de vista do patriarca Clanton, assustado com tal revelação. Em um mesmo plano, os Clanton (pai e filhos) emergem das sombras e da chuva e Wyatt desce as escadas já no ambiente iluminado. Há um maior foco nos rostos, comprimindo o ambiente e ressaltando a tensão entre aqueles sujeitos, que como todos sabem, irão se enfrentar ao final da obra.

Mais tarde no filme, a vingança pessoal de Earp (motivo principal para ele assumir o cargo de Xerife do *Tombstone*) é transformada em um dever cívico, pois o papel do mesmo dentro daquela comunidade cresce. Ele não é apenas uma figura mesquinha, preocupada com um acerto de contas pessoal, mas um homem que deve proteger a cidade de si mesma. "Há em Wyatt, um imperativo categórico que permita que o interesse pessoal em vingança seja substituído pela legitimidade da execução das leis." (HUTSON, 2003, p. 204, tradução nossa). Sua luta gera bons frutos (a morte dos Clanton e uma certa pacificação da cidade), porém sua presença ali ainda é deslocada. Ele não se encontra totalmente em tal dever comunitário, tampouco pode viver uma vida conjugal com Clementine. Do outro lado, a identidade é um problema para Doc Holliday (Victor Mature), que tenta fugir de seu passado durante grande parte do filme, representado na figura de sua irmã, Clementine (Cathy Downs). Holliday teme até mesmo o futuro, pois sua doença já lhe condenou à morte e espera se redimir a partir da violência no conflito final, assumindo o papel dos bons e justos (Earp).

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

Assim, a força moral de cada personagem irá construir uma comunidade melhor do que a retratada no início do filme, mas nenhum deles poderá usufruir dela. Para Ford, a redenção existe apenas à serviço de um país melhor em seu próprio tempo. O problema era que para sua visão do Oeste possuir vitalidade, era necessária uma continuidade entre ela e os EUA contemporâneos. Isto já era difícil nos anos 1940 e nos anos 1960, se tornará impossível (WOOD, 2001, p. 35).

O western, nas mãos de Ford, ainda é uma narrativa fundacional. As mudanças estão na forma como o cineasta escolhe retratar tais histórias, conferindo doses de pessimismo e ambiguidades. Ao não encontrar respostas em seu presente, os dilemas de John Ford extrapolam as categorias temporais e modificam o passado:

Com filmes e história, temos de ser contraintuitivos para entender que, por mais realista que pareça, o filme dramático nunca pode ser um reflexo, mas tem que ser, como uma obra escrita, uma construção do passado. Uma narrativa prefigurada pela consciência do historiador/cineasta. Uma luta sobre o significado do presente e do futuro ambientada no passado. Um argumento sob a forma de um enredo; um enredo sob a forma de um argumento. Um argumento que também é um tipo de visão do mundo, uma visão que pode manter uma certa força e validade mesmo depois de muito tempo da eventual suplantação dos dados nos quais ela se baseia (ROSENSTONE, 2010, pp. 87-88).

Em um outro momento, somos apresentados à um ator que chega em *Tombstone* para interpretar a peça Hamlet de William Shakespeare. Por conta de alguns problemas, ele acaba no *saloon* da cidade, recitando o monólogo de Hamlet sobre sua indecisão perante o trono. Holliday se concentra para ouvir as palavras sobre a morte e o famoso "*ser ou não ser*". Ford captura a atenção no rosto de Mature, que se localiza à frente de Earp e com a face um pouco encoberta pelas sombras, como se o destino estivesse próximo. Um pouco adiante, há um *close-up* no rosto de Holliday, envolto pela fumaça, para então, ele completar o monólogo e recitar as palavras acerca da morte (a "*terra desconhecida*"). Trata-se de uma união entre

imagem e palavra que visa demonstrar como os personagens reagem ao universo à sua volta, com todos os seus problemas e questões não finalizadas.

A preocupação do diretor reside na imagem, na história que é contada a partir de movimentação; pelo plano, Ford localiza as essências de cada personagem e os conflitos que os movem. A banda sonora e outros fatores também possuem sua importância, claro, mas é a partir dessa união de fatores que o movimento é criado. Afinal de contas, o cinema não é meramente uma reprodução do movimento, mas o próprio movimento com toda a sua realidade, lhe conferindo uma convicção inédita e injetando a realidade do movimento na irrealidade da imagem (METZ, 2014, p. 28). Nada ali retratado no filme é verdadeiro; tudo é representação, mas o papel do cineasta é imprimir traços de realidade naquelas imagens, convencendo o público sobre os fatos apresentados. No decorrer do filme, nós acreditamos nas paixões de Earp, nos dilemas que ele irá enfrentar (representados pelas características malignas dos Clanton) e na pureza de Clementine.

As emoções, para Ford, são mais importantes do que um senso de realidade, tão importante para certos espectadores de filmes históricos. As ações de seus personagens são emotivas por natureza, sem pensar muito naquilo que fazem. Earp está buscando respostas para um dilema muito maior, que reside no interior de seus pensamentos. O dilema de uma nação ainda em formação; de uma civilização que já conquistou muito, mas ainda dependente de algumas relações violentas.

O clímax do filme, o duelo de *O.K. Corral*, dura apenas seis minutos, porque o foco de Ford está muito mais ligado à jornada de Earp, seu encontro com Clementine e as posteriores decepções acarretadas pelo mesmo. O enfoque escolhido pelo diretor para contar a história, é no contraste entre felicidade individual e o cumprimento de um dever moral em relação à comunidade e seu irmão assassinado.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

Earp é irmão e xerife ao mesmo tempo; uma dupla existência que se soma ao seu amor impossível por Clementine. A relação da última com Earp é platônica, nunca chegando a se realizar totalmente. Há sempre um fator externo no caminho dos dois, no resultado que poderia ter sido entre duas pessoas que claramente se apaixonaram.

Ocorre um contraste entre o amor que sente por seu irmão e Clementine e a violência que Earp emprega para defender os dois (ou na defesa da imagem do primeiro, que necessita de justiça). Em todas as cenas que encontra Clementine, sua postura e tom de voz se apaziguam, características realçadas pela atuação de Fonda. Seus passos são lentos: ele busca se aproximar dela, contudo, o dever e a honra lhe impedem. A violência espreita, modificando as ações de um homem, que no fundo, ainda quer ser uma boa pessoa.

A partir da repetição da canção tema *My Darling Clementine* (título original do filme), o nome da “maldição” do protagonista passa a ressoar por larga parcela do filme, lembrando o espectador a respeito da incompatibilidade entre os interesses pessoais do protagonista e a formação da nação. Em dado momento, diante do túmulo de seu irmão, Wyatt se enxerga nele, comentando sobre perspectivas perdidas e o fato de seu irmão mais novo não ter tido sequer uma chance. Ele também não tem sua chance para ser feliz, por mais que queira viver com Clementine, acaba tendo que cuidar da família, dos valores daquele Velho Oeste em formação rumo à uma nação.

Há uma separação física entre os dois que é reafirmada pelo cenário a todo momento, como na cena no interior do hotel, em que Clementine ocupa a frente do plano e Earp se localiza ao fundo. Ao entrar no local, Earp se aproxima para começar

uma conversa, mas os dois ainda estão separados pela porta, em uma composição geométrica. A partir da *Mise-en-scène*, o cineasta os distingue como duas presenças marcantes para a cidade, sem outros personagens para interromper suas conversas. Seus contatos são quase privados, como se apenas o espectador pudesse compreender o amor compartilhado pelos dois. Logo depois, na varanda do Hotel, os dois são divididos por uma estaca de madeira, não podendo nem mesmo ocupar o mesmo espaço. Aqui, a disposição e localização dos atores é fundamental, como em todo o cinema clássico estadunidense.

Clementine e Wyatt Earp somente se encontram juntos em uma cena, que dura menos que o próprio clímax, na qual dançam para celebrar a construção da igreja de *Tombstone*. Neste momento, ao som de “*Shall We Gather at the River*” (canção presente em diversos outros filmes de Ford), a bandeira dos EUA e a cruz da igreja ganham destaque, representando a civilização que se aproxima do Oeste norte-americano. Wyatt e Clementine se unem apenas em prol do desenvolvimento da nação, dançando sob a fundação de algo novo (simbolizado no chão de madeira onde a dança ocorre), detentor de uma ordem que não necessita da violência desmedida. A construção do país, assim como a construção da igreja, levará um dado tempo, mas ressoará por várias gerações de estadunidenses.

Ainda assim, a separação persiste no final, com uma despedida que é filmada com um plano geral que aumenta a presença do cenário, evidenciando a distância entre os dois (aliada à presença de uma cerca que os separa materialmente). Nesta cena final, o diálogo entre os dois é complementado pelo modo de filmar de Ford. Nos últimos segundos, o foco reside em Clementine, sozinha diante das areias do Oeste e de um país que somente virá a ser. A profundidade de campo é usada para

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

indicar como Earp já se encontra longe, seguindo seu caminho histórico em um longo silêncio, interrompido apenas pela canção tema e os créditos finais.

Desse modo, Ford calcula algumas possibilidades em relação ao passado (ficcional no filme, não rigoroso como a prática historiográfica), intercalando diferentes temporalidades e problemáticas em um mesmo espaço- o da imagem em movimento- recriando as condições para que o país continue a existir pacificamente consigo mesmo:

'Deve-se sempre buscar a simplicidade', declarou certa vez, a um jornalista, John Ford, que em *Paixão dos Fortes* restringe a história de Earp ao essencial... O que importava em *Paixão dos Fortes* era a interpretação histórica, o significado dado por Ford ao seu relato sobre a chegada da civilização ao Oeste (FARAGHER, 1997, p. 158).

Os historiadores, obviamente, devem se ater ao método, aos fatos, contudo, nunca sabem todos os aspectos do passado, sem chegar à uma verdade absoluta acerca do tal. Os fatos são elaborados pelo historiador, a partir de seu enquadramento em categorias como problemas, métodos e hipóteses, pois,

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los... uma grande finesse de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir (BLOCH, 2002, pp. 54-55).

Com esses elementos essenciais, Ford analisa a história a partir da memória social, com "[...] *uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa.*" (WHITE, 1994, p. 65). Sim, Ford não é um historiador, mas um cineasta, por isso, ele extrapola os fatos históricos, para utilizá-los como melhor convém para a trama que busca construir e os significados que transmitirá ao público:

Guilherme Colombara Rossatto

Cineastas criam filmes, e não teorias sobre filmes, e muito menos teorias sobre a história, o que significa que precisamos buscar em suas produções acabadas, e não em suas intenções declaradas, o entendimento do pensamento histórico que encontramos na tela (ROSENSTONE, 2010, p. 39).

De um modo geral, sua utilização da história é um meio de convencimento, uma manipulação dos espectadores, se apoiando na legitimidade que a mesma possui (mas que não é reproduzida em seu filme) e na força da memória em torno de Wyatt Earp para apresentar o seu ponto de vista dramático sobre o mesmo. Retornar ao Velho Oeste permite um balanço sobre o avanço do *western* até então e uma conversação com aspectos alheios ao gênero e à identidade dos personagens retratados. O conflito ganha contornos nacionais, ainda que localizado em uma cidade específica; as preocupações de Ford, ao se utilizar do sentimentalismo, se encontram na racionalização da nação.

Conclusão

Em *Paixão dos Fortes*, Ford simula um diálogo com o passado e suas obsessões pessoais, sem deixar de tratar do discurso nacional e da maleabilidade dos mitos do Oeste. Ao modificar fatos históricos, ele se utiliza da poesia e do sentimentalismo para realocar algumas questões e representar a humanidade de seus personagens por meio da imagem. Aqui, o cineasta ultrapassa a sugestão histórica, pois preenche diversas lacunas e resolve transformar os fatos em narrativa, nos oferecendo um impressionante trabalho de mescla entre imaginação histórica e discurso ficcional.

Em uma comparação sem mediação alguma, é impossível analisar seu filme a partir do instrumental do historiador. Uma outra forma de leitura é necessária, apontando para as modificações que o mesmo opera, com o objetivo de relegar características nacionais à jornada de Earp. Ford utiliza a ficção para representar os sentimentos e angústias desse personagem histórico, o deixando mais próximo dos

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

espectadores. O diretor combina fatores humanos e monumentais em uma mesma figura, nos fornecendo tanto uma história de amor, quanto uma narrativa fundacional sobre a civilização no Oeste. Afinal de contas, “Todos os filmes históricos são ficcionais. Mesmo quando baseados em registros, eles precisam reconstruir, de um modo puramente imaginário, a maior parte daquilo que mostram.” (SORLIN, 1980, p. 21, tradução nossa).

Indiretamente, as ações de Ford também possuem um significado histórico, pois ao reproduzir a memória social, o cineasta se torna tanto agente, quanto submisso em relação às construções de um passado universal para os Estados Unidos. O país é severamente dependente desse tipo de filme, calcado na oralidade e em uma cultura popular (muito forte neste passado) que perpetue a nação, desde que as estruturas nunca sejam amplamente questionadas, ameaçando a ordem e o futuro das próximas gerações:

Como Platão enfatizou, a representação de uma coisa não é a coisa em si; no entanto, uma comparação entre várias representações é instrutiva. Os cineastas têm dito a que vêm, em relação ao passado. Ora falam com eloquência, ora dizem tolices. Algumas vezes suas criações passam despercebidas; outras, suas verdades são pouco reconhecidas. Mas eles falam quase sempre, de uma maneira que achamos fascinante. Reconhecemos a priori a capacidade única do cinema de simular diálogos em torno do passado (CARNES, 1997, p. 10).

Assim, mesmo que distante de uma fidelidade aos fatos, a visão de Ford se apresenta como instigante ao historiador, pois demonstra os impasses de uma nação que depende dos mesmos mitos e fundamentos para sobreviver à passagem do tempo. A jornada de Earp se alastra ao Século XX, debatendo como as questões individuais possuem relação com a história dos EUA.

John Ford viaja ao Velho Oeste, com o objetivo de buscar soluções históricas e mitológicas para os problemas que o atormentavam no presente. Ele era engajado politicamente e por isso, pretendia que a audiência participasse de seus filmes, refletindo sobre as raízes dos problemas da nação (MCBRIDE, 2001, p. 429). O protagonista e o cineasta acabam unidos pelo mesmo dilema, em um cenário que apesar de artificial e dependente da ficção, revela importantes pontos para os estudiosos do passado.

Referências bibliográficas

AVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 369-413, jan./dez. 2005.

BAZIN, André. **O cinema**: ensaios. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BURGOYNE, Robert. **A nação do filme**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FARAGHER, John Mack. A história de Wyatt Earp. In: CARNES, Mark C (org). **Passado imperfeito**: a história no cinema. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História** – desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

GUIMARÃES, José Eugenio. Western e história: a nostalgia de um mundo findo. **Cadernos da Democracia** (n. 2, abril de 1994), editado por Adriana de Arezzo para o Núcleo de Estudos Antonio Gramsci, Niterói, RJ.

HARRIS, Mark. **Cinco voltaram**: uma história de Hollywood na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016.

O cineasta e o historiador: imaginação histórica e visões da nação em *Paixão dos Fortes* (1946)

- HUTSON, Richard. (2003). John Ford's My Darling Clementine (1946). **Representations**, Vol. 84, No. 1 (November 2003).
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. O imaginário da conquista do Oeste e as representações sobre a América Latina na revista Seleções do Reader's Digest. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, nº 23, Jul/00, p. 97-108.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MCBRIDE, Joseph. **Searching for John Ford**. Nova York: St. Martin's Press, 2001.
- METZ, Christian. **A significação no cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROSENBAUM, Jonathan. **Movies as politics**. Berkeley, Calif London: University of California Press, 1997.
- ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SORLIN, Pierre. **The film in History: restaging the past**. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1980.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na História americana. In: KNAUSS, Paulo (org). **Oeste Americano: Quatro ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. RJ: Ed. UFF, 2004.
- VUGMAN, Fernando Simão. Western. In: MASCARELLO, Fernando (org). **História do cinema mundial**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- WOOD, Robin. "Shall we gather at the river?": the late films of John Ford. In: BERNSTEIN, Matthew; STUHLAR, Gaylyn (ed). **John Ford made westerns: filming the legend in the sound era**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2001.
- XAVIER, Ismail. John Ford e os heróis da transição no imaginário do Western. **Novos estud.- CEBRAP nº100** São Paulo nov. 2014.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena**: melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac E Naify, 2003.

Filmografia

Paixão dos Fortes [Título original: My Darling Clementine]. Direção: John Ford. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1946. (97 min.).

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

Luiz Eduardo Larosa*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v13i1169-195

Resumo: O presente artigo pretende se debruçar sobre a influência do conflito sino-soviético no processo e descolonização do continente africano, analisando as suas determinações históricas e geopolíticas. Analisando desde o florescimento do ideário pan-africano e suas contradições e mediações com a plataforma marxista até as causas e distensões do movimento comunista internacional que culminariam no racha sino-soviético, o trabalho pretende traçar um panorama entre as imposições e apropriações do socialismo no continente, problematizando, por fim, a ideia hegemônica de um conflito entre comunismo e imperialismo, mostrando as cisões internas entre os dois gigantes socialistas e a importância da apropriação desse ideário marxista para o desenvolvimento de países africanos que aderiram essa plataforma.

Palavras-chave: África; China; Descolonização; Socialismo; URSS

* Graduando em: Universidade Federal do Paraná. Contato: luizeduardolarros@gmail.com

Introdução

Em muitas esferas existe uma concepção reducionista acerca da influência do comunismo nos países recém-independentes no continente africano. Um ideário permeado pelo dualismo da Guerra Fria que opõe o projeto estadunidense ao projeto soviético. Na realidade, o projeto socialista após a Segunda Guerra Mundial está longe de ser homogêneo, já que as tensões da Terceira Internacional Comunista (*Komintern*), as diferenças do Pacto de Varsóvia, a ruptura sino-soviética e as realidades locais dos países africanos logo após a desagregação dos impérios coloniais criavam empecilhos para um projeto uniforme de socialismo no continente. Apesar de se especular uma proximidade ideológica entre China e União Soviética de início, a experiência no continente africano remonta grandes desacordos entre os dois gigantes socialistas.

As rupturas do movimento comunista internacional que alçava cada vez mais influência no mundo a partir da disseminação do marxismo-leninismo e de processos revolucionários em diversos continentes começavam a criar novos polos de contestação ao socialismo soviético. A ruptura sino-soviética, iniciada nos fins da década de 1950 e intensificada no decorrer da década de 1960, é um exemplo de que o polo do socialismo se descentralizava do Kremlin. Todas estas mutações terão grande influência na África e nos seus processos de descolonização, porém, enfrentarão também os percalços inerentes às questões nacionais dos países agora independentes do continente.

As contradições entre projetos distintos de socialismo e as suas influências nos processos de descolonização e afirmação dos países africanos, assim como os principais casos de embate entre União Soviética e China, serão explorados mais detidamente no decorrer do artigo.

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

Pan-Africanismo e Marxismo: aproximações e distanciamentos

A dominação na África por parte dos países europeus começou a ganhar novos contornos após 1960. Diferentemente do contexto de partilha da África na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885, após a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, os países europeus ainda se pautavam pela necessidade de levar civilização para os “povos bárbaros” africanos, porém, a situação encontrada nas colônias era muito diferente daquela no contexto pré-guerra. Era um momento de internacionalização da economia, a era do capital monopolista, em que por meio da dominação financeira de um sistema econômico que vinha se complexificando, a exploração dos países da periferia do capitalismo poderia se exercer por zonas de influência no continente. Nas palavras de Vladimir Lenin:

O capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados”. A partilha desse “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque. (LENIN, 2011, p. 110-111)

Os monopólios têm cada vez mais facilidade para se expandir além de suas fronteiras, manejando mais influência e poder sobre os estados nacionais. Essa situação contribuiria para gerar o cenário ideal para um desenvolvimento de um ideário nacionalista e socialista na África, contudo, as iniciativas de organização anticolonial partem de diversas questões, sendo a racialização uma das principais. Não somente o sistema se tornaria mais complexo — entrando em intersecção com as mais diversas opressões perpetradas pela empresa colonial até então — mas a resistência contra a subserviência e a dominação também tornam-se mais complexas, já que novas necessidades de afirmação da soberania eram geradas.

Nesse sentido, o Pan-africanismo aparece como um movimento de extrema importância para a análise do despertar anticolonial em África. Este foi um movimento intelectual fundamental para dar sustento à causa das independências africanas no século XX. O movimento que tem início no fim do século XIX, propunha a luta em prol da valorização étnico-racial da população negra, pensando desde a conjuntura diaspórica até as problemáticas referentes à libertação africana do colonialismo europeu. Esse ideário pan-africano passa por diversos processos e mutações durante o tempo, contudo, a sua concepção de uma integração no continente africano é valiosa para compreendermos como ocorre o processo de florescimento do nacionalismo e do anticolonialismo em África. Posteriormente, há uma aproximação do Pan-Africanismo com o Marxismo no entreguerras que é de grande relevância para a compreensão das acepções teóricas do movimento a partir desse momento. Após o fim da Primeira Guerra Mundial passa a existir uma maior aproximação da África anglófona com o Marxismo por meio de figuras como Azikiwe Nandi (1904-1996), Jomo Kenyatta (1894-1978) e Kwame Nkrumah (1909-1972), ao mesmo tempo, há também uma grande aproximação com a África francófona por meio de figuras como Cheikh A. Diop (1923-1986), Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008), Leopold S. Senghor (1906-2001), Leon Damas (1912-1978) e Alioune Diop (1910-1980).

A princípio, a tradição marxista esteve mais próxima da África anglófona mas, é principalmente após a intensa repressão de movimentos sociais em finais da década de 1940 e início da década de 1950 que, por meio da Assembleia Democrática Africana — com influência do PCF (Partido Comunista Francês) — o marxismo começa a ter mais espaço entre a intelectualidade francófona africana. (BARBOSA, 2021, p.65)

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

Essa relação torna-se perceptível nas questões acerca da produção de uma historiografia pan-africanista que cada vez mais se propunha a interpretar a condição do negro em meio aos dilemas do mundo moderno. É o momento em que as relações étnico-raciais são incorporadas aos termos do capital, uma vez que se pensa a importância do escravismo e da classificação racial para o sustento da estrutura capitalista global. Contudo, haviam discordâncias por conta de uma secundarização do aspecto racial nestas conformações ligadas ao marxismo, principalmente a partir da década de 1930. (BARBOSA, 2012, p.144-145). Esse questionamento é recorrente quando se observa a influência do socialismo e do marxismo em África, as dicotomias entre raça e classe convergem-se e contradizem-se nos processos de descolonização.

Um momento emblemático nessa construção foi o V Congresso Pan-Africano (1945), na cidade de Manchester, que delimitou o cerne da luta pan-africanista. O V Congresso Pan-Africano funcionou como uma ruptura com os anteriores, uma vez que neste a maioria dos delegados não mais era formada por uma classe de brancos liberais e negros americanos e europeus, agora, as figuras centrais eram os líderes africanos como Azikiwe Nandi (1904-1996), Jomo Kenyatta (1894-1978) e Kwame Nkrumah (1909-1972). Foi neste congresso em Manchester que — apesar das divergências das diversas tendências pan-africanistas (sindicalista, garveyista, liberal, comunista) — que a compreensão geral da luta pan-africanista passou a centrar-se no objetivo comum da descolonização da África (BARBOSA, 2021 .p. 65). Como na resolução final do V Congresso Pan-Africano:

Nós estamos determinados a sermos livres; queremos educação, o direito a ter uma vida decente; o direito para expressar nossos pensamentos e emoções, a adotar e criar formas de beleza. Sem isso, morreremos mesmo se estivermos vivos. Nós demandamos autonomia e independência para a África Negra até e não mais que o possível para que neste “Único Mundo” grupos e povos possam governar a si mesmos, sujeitos a inevitável Unidade Mundial e Federação. (DU BOIS, W. E. B. 1944)

Nesse contexto, Kwameh Nkrumah surge como uma importante figura nessa configuração do Pan-Africanismo. Ele foi um importante líder ganês e esteve à frente da independência de Gana em 1957. Tendo sido influenciado pelo intelectual marxista George Padmore — cujo qual fora até seu ministro — pensou em uma plataforma pan-africanista socialista, que colocasse o estado como o centro da vida social e econômica.

Logo a capital Accra tornou-se um importante centro de encontros e integração de líderes africanos como a Conferência dos Estados Independentes da África (1958) e a Conferência dos Povos Africanos (1958). Kwameh Nkrumah tinha como intuito uma forte integração entre os países africanos, uma vez que Gana fora um dos primeiros países a conquistar a independência no continente, pôde perceber a fragilidade econômica a que seu país estava exposto, sendo um país pequeno geograficamente, majoritariamente agroexportador e com poucos recursos financeiros, educacionais e científicos (BARBOSA, 2021, p. 67). Em termos geopolíticos, após a sua independência em 1957, Gana adotou uma política de neutralismo ativo, aproximando-se da URSS e da China e declarando-se partidário do Pan-africanismo. (VISENTINI, 2012. p. 32)

Em sua obra *Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo (1967)*, Nkrumah teoriza sobre a necessidade de uma África unida na batalha contra o neocolonialismo:

Do mesmo modo que a pressão de massa tornou impossível a um líder africano se opor à independência, hoje a pressão de massa lhe torna impossível se opor abertamente à unidade africana, Os que são contra a unidade só demonstram sua posição através de meios indiretos: sugerindo que estamos indo depressa demais para ela; que êste ou aquele plano é impraticável ou que há dificuldades processuais que lhes impedem dar assistência na formação de um plano prático para a unidade. A causa da unidade africana é muito poderosa e a massa do povo está certa. Somente quando as fronteiras artificiais que a dividem forem eliminadas, a fim de criar unidades econômicas viáveis e finalmente uma só unidade africana, a África será capaz de se desenvolver industrialmente, em seu próprio interesse e, a longo prazo, no interesse de uma economia mundial sadia. É necessária uma

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

moeda comum e comunicações de todos os tipos precisam ser desenvolvidas para permitir o livre curso de bens e de serviços. (NKRUMAH, 1967. p. 28)

Nestes termos, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa. Esses fatores serviam para configurar uma relação tipicamente neocolonial.

Contudo, principalmente a partir de 1960, muitos líderes de África passaram a enxergar esse esforço de integração como uma tentativa de colonialismo interno, em que os estados que conseguiram suas independências mais cedo partiam de uma tentativa de anexar os territórios recém-independentes. Como argumentou o líder da Tanzânia Julius Nyerere em uma cerimônia na Universidade da Zâmbia em 1966:

Nenhum dos Estados-nação da África são unidades 'naturais'. Nossas fronteiras atuais são – como já foi dito muitas vezes – o resultado de decisões europeias na época da Corrida pela África. Elas são insensatas; elas atravessam grupos étnicos, muitas vezes desconsideram as divisões físicas naturais e resultam em muitos grupos linguísticos diferentes sendo englobados dentro de um Estado. Para que os Estados atuais não se desintegrem, é essencial que sejam tomadas medidas deliberadas para promover um sentimento de nacionalidade. Caso contrário, nossa atual multidão de pequenos países, quase todos nós pequenos demais para sustentar uma economia moderna autossuficiente, poderia se dividir em unidades ainda menores – talvez baseadas no tribalismo. Então, um novo período de dominação estrangeira seria inevitável. Nossas lutas recentes seriam desperdiçadas. Deixe-me repetir; a fim de evitar conflitos internos e mais desunião, cada Estado-nação é forçado a promover sua própria nacionalidade. Isso não envolve apenas ensinar lealdade a uma unidade específica e a uma bandeira específica, embora isso seja sério o suficiente. Também envolve a organização deliberada de uma parte da África econômica, social e constitucionalmente, para servir os interesses gerais do povo dessa parte da África e (em caso de conflito) não os interesses de outra parte, ou da África como um todo. (LANGLEY, 1979. n.p)

Aqui aparece uma das grandes contradições do processo de descolonização africana: As mediações entre nação e integração. Prossegue Nyerere:

Tudo o que tenho dito até agora se resume a isso: a atual organização da África em Estados-nação significa inevitavelmente que a África se afasta, a menos que sejam tomadas medidas contrárias definidas e deliberadas. A fim

de cumprir suas responsabilidades para com o povo que levou à liberdade, cada governo nacionalista deve desenvolver sua própria economia, suas próprias organizações e instituições e seu próprio nacionalismo dominante. Isto é verdade por mais dedicados à causa da unidade africana que os diferentes líderes nacionais possam ser. Pois embora seja certamente verdade que, a longo prazo, toda a África, e todos os seus povos, seriam mais bem servidos pela unidade, é igualmente verdade, como Lord Keynes teria dito, que “a longo prazo estamos todos mortos” (LANGLEY, 1979, n.p)

Claramente, haviam discordâncias entre os líderes acerca do método a ser empregado na tentativa da tão sonhada integração africana. Nesse momento, o Pan-Africanismo passa a se fragmentar cada vez mais, e formam-se frações como o Grupo de Brazzaville (1960) — mais tarde, Monróvia (1962) — e o Grupo de Casablanca (1961). É com o fracionamento do Pan-Africanismo — em meio ao contexto da Guerra Fria — que o marxismo consegue aparecer cada vez mais como uma alternativa para alguns líderes. (BARBOSA, 2021, p. 69)

A plataforma soviética

Sempre existiu uma preocupação por parte dos bolcheviques no que diz respeito à questão colonial (MENDONÇA, 2019, p.130-132). Marx, muito antes da Revolução de Outubro, ao analisar sobre a questão das colônias, tratando mais especificamente da questão indiana colocou:

A profunda hipocrisia, a intrínseca barbárie da civilização burguesa se apresentam diante de nós sem disfarces, assim que das grandes metrópoles, onde ela assume formas respeitáveis, voltamos os olhos para as colônias, onde passeiam desnudas. (MARX, 1853, n.p)

Lenin, posteriormente, também trataria da questão em suas *Teses para o III Congresso da Internacional Comunista* (1921), em uma abordagem mais prática permeada pela experiência soviética na Revolução de Outubro:

As massas trabalhadoras dos países coloniais e semicoloniais, que constituem a imensa maioria da população da Terra, foram já despertadas para a vida política desde princípios do século XX, sobretudo pelas revoluções da Rússia, da Turquia, da Pérsia e da China. A guerra imperialista de 1914-1918 e o Poder Soviético na Rússia transformam definitivamente essas massas num fator ativo

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

da política mundial e da destruição revolucionária do imperialismo, embora os filisteus instruídos da Europa e da América, incluindo os chefes das Internacionais II e II 1/2, continuem obstinados em não ver isto. Esses países são encabeçados pela Índia britânica, onde a revolução cresce com tanto maior rapidez quanto maior importância adquire ali, por um lado, o proletariado industrial e ferroviário, e, por outro lado, quanto mais feroz se torna o terror dos ingleses, que recorrem cada vez com maior frequência aos massacres (Amritsar), aos açoites públicos, etc. (LENIN, 1977, n.p)

Nessa linha, Vladimir Lênin em sua obra *A Revolução proletária e o renegado Kautsky (1918)*, afirma a necessidade do internacionalismo proletário na luta contra o capital:

Se um alemão sob Guilherme ou um francês sob Clemenceau disser: tenho o direito e o dever, como socialista, de defender a pátria se o inimigo a invadir — este raciocínio não é de um socialista, de um internacionalista, de um proletário revolucionário, mas de um *filisteu nacionalista*. Porque neste raciocínio desaparece a luta revolucionária de classe do operário contra o capital, desaparece a apreciação de *toda* a guerra no seu conjunto, do ponto de vista da burguesia mundial e do proletariado mundial, isto é, desaparece o internacionalismo e fica um nacionalismo miserável e inveterado. Ofendem o meu país, o resto não me importa: eis a que se reduz esse raciocínio, eis onde reside a sua estreiteza nacionalista e filistina. É como se alguém raciocinasse assim em relação à violência individual contra uma pessoa: o socialismo é contra a violência, por isso prefiro cometer uma traição a ir parar à cadeia. (LENIN, 1977, n.p)

A internacionalização da revolução foi um importante parâmetro da literatura marxista, contudo, esta máxima enquanto política de estado da União Soviética propriamente não foi linear, principalmente quando pensamos na sua atuação em África. A URSS teve momentos de maior e menor proximidade no continente, ela pode ser dividida em quatro períodos distintos: De 1917 a 1945 em que há uma influência direta balizada por partidos comunistas europeus e pelo movimento pan-africanista, de 1945 a 1965 com o apoio direto e indireto à criação de novos estados independentes na África, de 1965 a 1975 que se compõe majoritariamente por relações diplomáticas e o último a partir de 1975 que vigora em meio a derrota dos Estados Unidos no Vietnã que leva ao enfraquecimento de sua capacidade de

intervenção na África e o reforço da influência soviética (THIAM; MULIRA, 2011, p. 965-966). Até então, a União Soviética ainda não gozava de grande influência no continente, já que até o fim da liderança de Stalin, a URSS ainda não provinha de grande aderência no continente africano, sendo sua entrada bastante indireta. Por exemplo, ainda havia a dependência da realização de estudos ocidentais e testemunhos de enviados para o continente, conjuntamente ao contato com os partidos comunistas aliados em Portugal e França. Por meio da internacionalização do órgão de relações internacionais aumenta a projeção da atuação soviética na África e no mundo. (DREW, 2014, p. 31-32)

Por conta disso, entre 1945 e 1960, a União Soviética utilizou-se de diferentes formas de apoio à luta africana, desde o estímulo ao estudo de História da África — o Instituto Etnográfico de Leningrado, atual São Petersburgo, desenvolveu um grande programa de pesquisa acerca de toda a documentação até então conhecida sobre a África subsaariana desde o século XI — (MENDONÇA, 2019, p. 133) até o estímulo via *Komitern*, que passou a apoiar organizações de caráter nacionalista que começavam a surgir no continente, como o Congresso Nacional da África Ocidental Britânica, a Associação Central Kikuyo e o Congresso Nacional Africano (CNA) (MENDONÇA, 2019, p.133). Mais tarde, contudo, à época das independências, desde o final da década de 1950 e início da década de 1960, a União Soviética e outros países comunistas até obtinham grande prestígio em África, mas a incidência de partidos comunistas ainda era pouca.

Vale ressaltar que, naquele contexto, a concepção da política externa da URSS passava pela percepção de que havia um cerco internacional capitalista contra o país. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) atuava nas relações com os demais partidos marxistas por meio do Departamento Internacional (DI). Os membros deste

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

departamento eram alocados após a devida formação que era orientada em dar os aportes necessários para as relações com outros países, este órgão fora subordinado ao próprio Comitê Central (CC) do PCUS.

Nesse sentido, os movimentos de libertação na África começam a receber apoio do *Komitern* por meio de partidos comunistas europeus como o Partido Comunista Francês (PCF), o Partido Comunista Britânico (BCP) que teria influência na formação de grandes líderes marxistas africanos como Jomo Kenyatta (1894-1978), do Quênia, e Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro e o Partido Comunista Português (PCP) no auxílio de figuras como Agostinho Neto, fundador do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) e Amílcar Cabral que lideraria a organização do Partido Africano para a Independência de Guiné, o (PAIGC)

Projetos diversos: as rupturas do movimento comunista internacional

Durante o tempo, o movimento comunista passou por diversas fases, já que os processos de cisão entre diferentes grupos no interior do movimento persistem desde o seu início. Para a nossa análise, é de grande importância classificarmos a Terceira Internacional Comunista (*Komitern*), que fora o órgão criado pelo PCUS (Partido Comunista da União Soviética) com o intuito de reunir os partidos comunistas ao redor do mundo, seguindo os preceitos do internacionalismo proletário. Esta diferia da sua antecessora, a Segunda Internacional — que deixaria de existir durante a Primeira Guerra Mundial — e fora amparada no Partido Social-Democrata Alemão (SDKP). Essa diferença deixa clara a nova conjuntura do movimento comunista internacional a partir de 1919 e os alicerces da URSS na tarefa de exportar a revolução pelo mundo.

A Segunda Internacional fundada em 1889, tinha seu núcleo fundado no maior partido de massas declaradamente marxista na Europa, o Partido Social-Democrata Alemão (SDKP), a grande maioria dos teóricos da Segunda Internacional eram majoritariamente a alta intelectualidade do Partido Social-Democrata como Karl Kautsky, Franz Mehring e Rosa Luxemburgo. Aqui é importante delimitar o caráter desta Internacional, já que aqui se vive um contexto de uma revolução ainda por fazer, ou seja, a tomada do poder por parte da classe trabalhadora dirigida por um partido de vanguarda ainda não era uma realidade no início do século XX. Como explicitou Rosa Luxemburgo:

Eu penso que é preciso destruir este Estado." A conquista do poder político permanece nosso objetivo final e o objetivo final permanece a alma de nossa luta. A classe operária não deve se colocar sob o ponto de vista decadente do filósofo: "O objetivo final não é nada, o movimento é tudo." Não, ao contrário, o movimento enquanto tal, sem relação com o objetivo final, não é nada, o objetivo final é que é tudo!. (LUXEMBURGO, 1898, n.p)

Essa é uma diferença fundamental para a nova Terceira Internacional, agora o contexto era completamente outro, já que esta, fundada por Vladimir Lênin em 1919, tinha outra atribuição, já que nascia em meio a edificação do socialismo na União Soviética e teria papel importante em legitimar o mais novo primeiro estado socialista da história (NETTO, 1981, p.25)

Essa situação causaria tensões, já que com o tempo vão surgindo novos movimentos de massa que culminariam em revoluções que dariam origem a novos estados socialistas como a República Socialista Federativa da Iugoslávia, a República Popular da China, a República Popular da Hungria, etc. Dessa forma, a correlação de forças vai mudando. A diversidade de projetos advindos de diferentes países, com diferentes construções históricas, com proletariados muito diversos e suas próprias questões nacionais entraram em choque com um certo "dirigismo" soviético a respeito da cooperação internacional para uma estratégia socialista mundial. A

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

estratégia socialista para os outros países de realidades materiais e histórico-culturais completamente distintas eram balizadas por uma interpretação mecânica muito centrada na realidade soviética, que fatalmente não poderia ser transposta para outros países, já que deveriam elaborar as condições de suas respectivas realidades.

A política do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) teve esse caráter na exportação da revolução pelo mundo, principalmente para Ásia e América, porém, estas outras correntes buscavam seus espaços e tinham projetos políticos próprios, mas não apenas isso, na tentativa de importação de um modo de socialismo, muitos países não enxergavam a realidade da revolução russa comparável ao seu próprio desenvolvimento industrial e agrícola. Em muitos casos, uma revolução com apelo por um protagonismo maior dos extratos camponeses da sociedade em um país até então pouco industrializado como a China encontrava maior sentido para a realidade africana. A hegemonia bolchevique vai definindo.

A China tem a sua revolução efetivada em 1949 — 32 anos depois da Revolução de outubro — em um contexto extremamente beligerante. Após ter sido sistematicamente dominada pelo imperialismo, enfrentou uma sangrenta guerra civil até chegar a tornar-se socialista. Após a guerra, era necessário criar as condições do desenvolvimento na China a partir das suas próprias particularidades. Uma das primeiras preocupações do novo país fora a sua industrialização, já no seu primeiro plano quinquenal foi grande o investimento na indústria, porém, os recursos que proporcionaram esse grande investimento proviam em grande parte da agricultura. Os camponeses chegaram a contribuir com cerca de 25% da sua produção para o aumento da capacidade produtiva industrial do país. Em *As dez grandes relações e tratamento correto das contradições no seio do povo* (1957), Mao Zedong criticou o

modelo soviético e propôs combinar o desenvolvimento da indústria pesada, da agricultura e da indústria leve. (POMAR, 2003. p. 92).

A China também daria um importante passo no que diz respeito à sua influência internacional. Em 1955, ocorreu a Conferência de Bandung, que foi um evento emblemático. Ademais os países organizadores, cerca de 29 nações participaram da conferência como: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, República Popular da China, Costa do Ouro, Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, República Popular do Vietnã (Vietminh), Estado do Vietnã e Turquia. Bandung é fundamental a partir do momento que suscita os termos de um não-alinhamento fundado em uma luta conjunta contra o imperialismo mas que não tinha interesse em estar condicionada ao arcabouço soviético. Este movimento reside na importância da unidade afro-asiática nos moldes de uma terceira via. O debate da época, inclusive, era acalorado a respeito da equivalência do imperialismo europeu com o dirigismo soviético nos países recém-descolonizados. Dessa forma, o despertar anticolonial que se propunha autônomo também ganhava adeptos em África (SCHMIDT, 2015, p. 58-59). Em Bandung, o dirigente chinês Zhou Enlai se preocupou em afirmar o comprometimento da República Popular da China contra o colonialismo:

Nos últimos tempos a conjuntura das regiões de Ásia e África tem sofrido enormes mudanças. Cada vez mais é maior o número de países afro-asiáticos que tem se libertado ou estão se libertando das amarras do colonialismo. Os países colonizadores já não podem seguir saqueando e oprimindo com os métodos do passado. A Ásia e a África de hoje não são as mesmas de antes. Muitos países de ambos os continentes são donos de seus próprios destinos após muita luta. Nossa conferência reflete estas mudanças históricas determinantes (...) Nossos países afro-asiáticos escolhem diferentes caminhos para alcançar a liberdade e a independência, mas é unânime a nossa vontade de consegui-las e consolidá-las. Independente das condições concretas de cada um dos nossos países, a maioria de nós necessitamos superar a situação de atraso resultado da colonização e alcançar cada um o nosso

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

desenvolvimento seguindo a vontade de nossos povos e sem interferência estrangeira. (ENLAI, 1955, n.p, tradução nossa)¹

É interessante pensar aqui, uma das diferenças principais entre o processo de edificação do socialismo em China e União Soviética. A República Popular da China tinha um apelo camponês mais elaborado que o soviético, uma vez que a classe camponesa fora a protagonista no processo de efetivação da revolução, enquanto ao pensarmos a conjuntura da estrutura agrária soviética, podemos observar a existência de uma aliança operário-camponesa, em que a principal contradição produtiva se baseava nas relações de trabalho assalariado nos grandes centros. Algo que seria catalisador de intenso debate até mesmo dentro do Partido Comunista da União Soviética, como no caso do *Kulaks*, que foram enfrentados até como inimigos do desenvolvimento agrário soviético por conta de suas relações econômicas no campo nos termos de uma “burguesia rural”.

O estopim para a cisão entre as duas potências foi após o Relatório Khrushchov² que estabelecia a desestalinização da União Soviética, em meio a isso, a República Popular da China rompe com a URSS e a coloca como um inimigo revisionista. Nas palavras do dirigente chinês Mao Zedong:

“No 22º Congresso do PCUS, a camarilha revisionista de Khrushchov desenvolveu seu revisionismo em um sistema completo, não apenas completando suas teorias antirrevolucionárias de “coexistência pacífica” e

¹No original: “Últimamente la fisonomía de las regiones de Asia y ha sufrido enormes cambios. Cada vez son más los países afroasiáticos que se han liberado o se están liberando de las trabas del colonialismo. Los países colonizadores ya no pueden seguir saqueando y oprimiendo con los métodos del pasado. La Asia y la Africa de hoy no son las mismas de ayer. Muchos países de ambos continentes son dueños de sus destinos tras esfuerzos prolongados. Nuestra conferencia refleja estos cambios históricos determinantes. (...) Nuestros países afroasiáticos escogen diferentes caminos para alcanzar la libertad y la independencia pero es unánime nuestra voluntad de conseguirlas y consolidarlas. Independientemente de las condiciones concretas de cada uno de nuestros países, la mayoría de nosotros necesitamos superar la situación de atraso producto de la colonización y lograr cada uno nuestro desarrollo según la voluntad de nuestros pueblos y sin interferencia foránea”

² Também conhecido como *Discurso secreto no XX congresso do PCUS*.

"transição pacífica", mas também declarando que a ditadura do proletariado não é mais necessário na União Soviética, e avançando nas teorias absurdas do "estado de todo o povo" e do "partido de todo o povo". O Programa apresentado pela camarilha revisionista de Khrushchov no 22º Congresso do PCUS é um programa de falso comunismo, um programa revisionista contra a revolução proletária e pela abolição da ditadura do proletariado e do partido proletário. A camarilha revisionista de Khrushchov abole a ditadura do proletariado por trás da camuflagem do "estado de todo o povo", muda o caráter proletário do Partido Comunista da União Soviética por trás da camuflagem do "partido de todo o povo" e pavimenta o caminho para a restauração do capitalismo por trás da "construção comunista em grande escala". (ZEDONG, 1964, n.p)

Esse rompimento encontraria eco na política externa dos dois países. Na década de 1960 a China adotaria uma posição de não-alinhamento, fundada na "Estratégia das duas zonas intermediárias" que definia que o país deveria ser oposição às duas superpotências — União Soviética e Estados Unidos. Dessa forma, pautando-se pela sua luta contra o imperialismo, contra o colonialismo e também contra o revisionismo — aqui representado pela URSS — a China teria uma aproximação com os países africanos com a finalidade de exportar os seus princípios comunistas para o continente (VISENTINI, OLIVEIRA, 2015, p.25). Inclusive, na Europa as tensões provenientes da desestalinização já ressoavam, uma vez que a unidade do campo socialista definhava, era cada vez mais difícil encontrar novos termos para uma assimilação de todos os Partidos Comunistas.

A desestalinização iniciada por Khrushchev e a retomada do princípio da coexistência pacífica acabou por demonstrar a fragilidade da hegemonia internacional da União Soviética, o que faria com que novos polos de poder dentro do movimento comunista internacional fossem criados. Nesses termos, a República Popular da China encontrou uma oportunidade de alicerçar os termos de sua liderança global (PONS, 2014, pp. 209-210) .

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

A partir daí, nos anos 1970, em que se pese o desgaste da hegemonia americana — dado o contexto da Guerra do Vietnã —, os Estados Unidos, por meio do presidente Nixon e do secretário de estado Kissinger, por conta dos altos custos políticos e econômicos no auxílio mundial contra União Soviética, promove a Doutrina Nixon, que de forma geral promoveu maior protagonismo a aliados em relação a segurança nacional e o mais importante, costurava uma aliança antissoviética estratégica com a República Popular da China (VISENTINI, 2012, p. 36). De forma geral podemos elencar três principais motivos para a retomada entre as relações entre Estados Unidos e China: 1) a entrada da China para o clube das potências nucleares, em 1964, que despertara a atenção da França de De Gaulle; 2) o racha sino-soviético em 1969; e, finalmente; 3) o declínio relativo do poder americano no início da década de 70 (FURTADO, 2010.p. 358). Aqui fica claro que a existência, a segurança e a hegemonia dos dois gigantes socialistas não existia somente face um ao outro, a afirmação e a legitimação frente ao ocidente também influenciava as variações ideológicas e principalmente geopolíticas. A partir daí, o continente africano seria fundamental para a luta pela hegemonia global.

A atuação em África

Em meio aos embates com os Estados Unidos, a África francófona se apresentava como um local de intensa disputa. A União Soviética atuou na Argélia, entretanto, diferentemente de outras regiões, a URSS preocupou-se em maior medida com a estabilidade francesa por compreender a França como uma possível zona de influência no continente europeu via Partido Comunista Francês (PCF), em contrapartida, os EUA pressionavam o governo francês para a realização de reformas para diluir a influência destes grupos. O principal grupo ao qual a URSS prestou algum apoio foi a FLN (Frente de Libertação Nacional) que se via como baluarte da libertação

africana do jugo do colonialismo (SCHMIDT, 2013, p.44). De início, tanto PCF (Partido Comunista Francês) quanto a União Soviética apoiaram indiretamente a luta dos nacionalistas argelinos pela independência, entretanto, com o início da guerra civil argelina a URSS retira o seu apoio a FLN por temer pela estabilidade no norte da África, pela desconfiança da sua base comunista e suas aspirações anticomunistas, apesar de ainda denunciar a repressão francesa na Argélia. Posteriormente, o próprio Partido Comunista Francês romperia com a FLN (SCHMIDT, 2013, p.48). Os embates da Frente de Libertação Nacional com o PCF e com os democratas franceses seriam recorrentes. Como coloca Fanon, um dos principais líderes da Revolução Argelina:

“Desde 1956, os intelectuais e os democratas franceses dirigem-se periodicamente a FLN. A maior parte das vezes, trata-se quer de conselhos políticos, quer de críticas a respeito de certa fisionomia da guerra de libertação. Esta atitude da *intelligentsia* francesa não deve ser interpretada como a consequência de uma solidariedade interna com o povo argelino. Esses conselhos e essas críticas explicam-se pelo desejo dificilmente reprimido de guiar, de orientar até o movimento de Libertação do oprimido. A este nível, a reflexão permite-nos descobrir uma particularidade importante do facto colonial argelino. No interior de uma nação é clássico e banal identificar duas forças antagônicas: a classe operária e o capitalismo burguês...A esquerda francesa, que não pode ficar indiferente e impermeável aos seus próprios fantasmas, adota na Argélia, no período que antecede a guerra de libertação, posições paradoxais” (FANON, 1980, p. 90-91).

Com o caso argelino, podemos perceber um fator central ao pensarmos os embates entre soviéticos e americanos que muitas vezes transpassa uma batalha somente ideológica. Principalmente quando pensamos no contexto da Guerra Fria, o jogo geopolítico é fundamental nesse processo e este também está bem colocado quando analisamos as relações entre os países comunistas.

Em Moçambique, a China daria apoio à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) por meio de treinamento militar, entretanto, a frente também receberia incremento soviético, dessa forma, adotando uma postura neutra perante o

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

desentendimento sino-soviético (SCHMIDT, 2013, p.28). Essa conformação de apoios também aconteceria na Rodésia, já que enquanto a União Soviética apoiava a ZAPU (*Zimbabwe African People's Union*) contra a minoria branca, estadunidenses e chineses apoiavam a ZANU (*Zimbabwe African National Union*). No que diz respeito a apoio econômico, a República Popular da China também enviou especialistas na área de agricultura e brigadas de trabalhadores, além de oferecer empréstimos a juros baixos para projetos em Egito, Argélia, Gana, Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia (SCHMIDT, 2013, p. 38). Mais detidamente, o primeiro grande investimento chinês na África seria a construção da TAZARA, uma grande linha ferroviária ligando a Tanzânia e a Zâmbia. Após a recusa de investimento de todos os países avançados em realizar a obra, a China propõe-se a sua realização em uma luta contra os regimes racistas da Rodésia do Sul, da África do Sul e de Portugal (THIAM, MULIRA, 2011, p. 973).

A China igualmente ofereceu a sua ajuda militar a vários movimentos guerrilheiros pró-chineses da África Austral, como o *Pan-African Congress of South Africa* e, sobretudo, os guerrilheiros da ZANU, treinados e equipados por peritos, em vários campos da Tanzânia e em Moçambique. Contando com o forte e amplo concurso dos chineses, eles conduziram o Zimbábue à independência política. Para a China, esta vitória era um exemplo do sucesso que atingira a sua ação, em prol das lutas de libertação africanas (THIAM, MULIRA, 2011, p. 974).

O caso de Angola

Angola aparece como um caso importantíssimo. Desde o fim da escravidão, começa a existir a necessidade de se substituir o mercado de pessoas escravizadas. Nesse sentido, são realizadas diversas incursões em busca de novos produtos. O mais bem-sucedido foi o café, porém, não existia mão de obra barata disponível aos

grandes fazendeiros. Logo, o governo metropolitano português instituiu o trabalho forçado que persistiu de 1878 até 1961 (VISENTINI, 2012, p. 47). Aqui podemos perceber que as relações econômicas em Angola não seguem a receita de uma contradição entre operariado e burguesia somente. As permanências dos termos da colonização geram novas condições de superação das opressões, questões essas que perpassam — mais ou menos fortemente — em toda a África.

No que se refere a atuação de China e URSS, em Angola a intervenção chinesa tem um contorno especial no que concerne a um enfrentamento direto com a linha soviética. Enquanto a União Soviética centrava o seu apoio no MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) comandado por Agostinho Neto, a República Popular da China teve como seu principal foco a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). A FNLA foi criada em 1962 e teve como seu principal líder Holden Roberto. A frente era localizada mais ao norte, próximo à fronteira com o Zaire e era predominantemente rural. Tinha como principal intuito atrair possíveis aliados ocidentais e preocupava-se bastante com a questão racial, denunciando a presença de brancos e mestiços no MPLA e se colocando como o representante do nacionalismo africano por excelência. (SCHMIDT, 2013; VISENTINI et. al., 2013). O movimento era fortemente anticomunista, porém, mesmo assim, em meio a reaproximação sino-americana após o início do governo Nixon. China e Estados Unidos apoiaram simultaneamente tanto FNLA quanto UNITA em repúdio aos soviéticos.

A UNITA foi criada em 1966 a partir de dissidentes da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), tendo como líder Jonas Savimbi (1934-2002). O reduto da UNITA era mais ao sul do país que compreendia majoritariamente as etnias Ngangela, Chokwe e Ovimbundu. No início a organização se declarava maoísta mas

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

posteriormente tende ao anticomunismo e passa a cooperar com o bloco ocidental capitaneado pelos Estados Unidos. Essa aproximação leva a suspensão de ações militares em 1971 e a cooperação com Portugal. (SCHIMIDT, 2013, p. 81). Savimbi, que antes se colocava como defensor do socialismo científico, em 1975 declararia que seu movimento seria orientado por uma perspectiva de aproximação com a Europa, o que fazia com que o movimento tivesse melhor aderência com os brancos residentes em Angola (FERNANDO, 2012, p. 163).

O choque entre os apoios soviéticos, chineses e americanos se materializaria após a descolonização de Angola em 1975. Após a Revolução dos Cravos (1974) em Portugal, ocorre o processo de descolonização das colônias portuguesas, a partir disso, passa a existir a necessidade de se organizar como seria a conformação do governo em meio a proposição de tantos projetos diferentes. Como coloca Paulo Fagundes Visentini:

“A FNLA tinha suporte dos Estados Unidos e do Zaire, enquanto a Unita era apoiada pela África do Sul e por colonos portugueses; já o MPLA foi auxiliado pelos países socialistas, particularmente por Cuba e União Soviética. O problema agora consistia em determinar como seria formado o governo independente de Angola, tendo em vista a forte oposição que existiu durante toda a guerra de libertação entre os três movimentos. No período compreendido entre 1974 e 1975 houve uma extensa manobra política entre as partes visando ganhar poder. Um mês após a Revolução Portuguesa, a FNLA havia recebido da China 450 toneladas de armas, além de instrutores militares (os chineses haviam deixado de apoiar o MPLA depois da ruptura com a URSS) e outros tipos de ajuda militar do Zaire e dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o MPLA voltava a receber armas e outras modalidades de assistência militar da URSS, de Cuba e de países do Leste Europeu. (VISENTINI, 2012, p.55)

Angola ainda receberia apoio do governo de Cuba, sendo extremamente importante na estabilidade angolana no enfrentamento às intervenções estrangeiras após a independência. (VISENTINI, 2012, p. 58). Com a aproximação Washington-Beijing e a resposta soviética, Angola passaria por uma sangrenta guerra civil. Percebe-se que Angola se transforma uma arena de batalha que não se resume

somente às concepções teóricas acerca do proletariado ou do campesinato angolano, mas também tendo um incremento geopolítico e econômico fundamental:

As forças cubanas (200 mil teriam lutado em Angola), além de cooperantes civis nas áreas social e econômica, eram, em sua maioria, voluntárias. No entanto, assessores soviéticos e do Leste Europeu, além de ajuda econômica, fizeram Angola cada vez mais dependente dos países socialistas, embora vendesse seu petróleo (explorado no litoral) e diamantes ao Ocidente. Aliás, o controle dos campos de diamantes, localizados no interior, era duramente disputado com a Unita, que se financiava, parcialmente, com essa riqueza. (VISENTINI, p. 59)

O MPLA forma um governo nos moldes de uma aliança operário-camponesa e acaba enfrentando as contradições de extratos camponeses para essa reconstrução. O país perde todo o seu potencial industrial com a saída de todo efetivo técnico do país com a descolonização. Outra questão importante são os componentes étnicos já citados, o quanto os termos de uma aliança entre operariado e campesinato reúne as condições de sanar as contradições da sociedade angolana?

Considerações finais

O conflito geopolítico e ideológico é evidente. A China passa a tentar contrabalancear a influência soviética na África, apresentando uma nova alternativa que diferia dos pressupostos do dirigismo da URSS para os países africanos. Muitos movimentos optariam pela via chinesa já que sua realidade nacional dada mais especificamente pelo caráter camponês e agrícola eram muito mais atrelados à proposta revolucionária chinesa. (THIAM, MULIRA, 2011, p. 364)

Dessa forma, é visível a complexidade dos diferentes projetos ideológicos que tinham interesse de se estabelecer na África. Excetuando os projetos que tinham como principal finalidade a continuidade da dominação imperialista — agora por outros meios — essa diversidade também estava presente nas alternativas que se apresentavam como comunistas. China e União Soviética se apresentam aqui como

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

blocos em profunda contradição e mediação. Enquanto está em jogo a internacionalização da revolução proletária nos termos do marxismo-leninismo, também entra como protagonista os embates relacionados à questão nacional que extrapolam até mesmo as diferenças sino-soviéticas, já que vigorando essa realidade, aparecem as próprias contradições locais de países africanos que não podiam entender como confluente a uma realidade estabelecida por um “modo de produção asiático.” (MENDONÇA, 2019, p.130)

Isso força os novos líderes africanos a pensarem em alternativas cada vez mais africanas para o dilema do neocolonialismo e o recrudescimento imperialista pós-independência. Mas como exposto, essa chamada “Questão Nacional”, principalmente aos marxistas africanos, não tinha sua essência dissociada do internacionalismo proletário e suas contradições flagrantemente sentidas nos processos revolucionários de abordagem marxista-leninista na África. Contudo, é fundamental considerar que apesar das diversas influências — materiais e ideológicas — de China e URSS, a apropriação do marxismo em África é importantíssima para a sua inserção. É visível que os termos de opressão do capital encontrados na União Soviética e China não são os mesmos de tantos países africanos que adotaram uma plataforma socialista, com aproximações e contradições. Desde o início, a África enfrentara diversas dificuldades:

Os problemas africanos eram imensos. As fronteiras desses países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos etnolinguísticos historicamente rivais eram reunidos num mesmo Estado, enquanto outros se encontravam separados por uma linha traçada à régua no mapa: o Estado antecedia à existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa analfabeta continuava a utilizar os diversos dialetos tribais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do

“tribalismo”, além do antagonismo entre assimilados e não assimilados à cultura europeia (VISENTINI, 2012, p.34)

Portanto, ao pensarmos desde as primeiras acepções do pan-africanismo, é necessário realizar um balanço do que foi a presença chinesa e soviética no continente. O internacionalismo proletário em diversos momentos se torna a justificativa para um jogo de influência. As preocupações anti-imperialistas de China e URSS fazem um rodízio entre a preocupação com a hegemonia norte-americana e a preocupação com qual das potências seria o polo dessa luta socialista. Por conta disso, a Guerra Fria como um todo, em muitos aspectos, demonstra um desenvolvimento acentuado das contradições no interior do bloco comunista, contradições estas que se somam as contradições do processo de descolonização em África que perpassam não somente pelas classes sociais mas também por aspectos culturais e étnicos. No que diz respeito ao conflito geopolítico no continente, como síntese, pode-se trazer a frase de Aimé Césaire, poeta, dramaturgo e ensaísta martinicano:

“O que eu quero é que o Marxismo e o comunismo sejam colocados a serviço dos povos negros, e não que os povos negros sejam colocados a serviço do Marxismo e do comunismo” (CÉSAIRE, 1957).

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

Referências bibliográficas

BARBOSA, M. S. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **África**, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

BARBOSA, M. S. Pan-africanismo e marxismo: aproximações e diferenças a partir do pensamento africano contemporâneo. **Revista Fim do Mundo**, nº 4, jan/abr 2021.

CÉSAIRE, Aimé. Letter to Maurice Thorez (1957). **Social Text**, 103, v. 28, n. 2, Summer 2010.

DU BOIS, W. E. B. (William Edward Burghardt), 1868-1963. Fifth Pan-African Congress final resolution, ca. outubro de 1945. **W. E. B. Du Bois Papers (MS 312)**. Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries.

DREW, Allison. **We are no longer in France: Communists in colonial Algeria**. Manchester: Manchester University Press, 2014.

ENLAI, Zhou. **Discurso em la Conferencia de Bandung**. Pronunciado na Conferência Afroasiática de países não -alinhados realizada em Bandung, Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955. Versão em castelhano. China Radio International (CRI), 2006. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/zhou/1955/abril-a.htm>>.

FANON, Frantz. **Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina**. Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERNANDO, E. **Jonas Savimbi: no lado errado da história**. Alfragide: Dom Quixote, 2012.

FURTADO, Diana. A mão e a luva: a China anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 46, p. 344-362, julho-dezembro de 2010.

LANGLEY, J. AYO. Julius Kambarage Nyerere, "The Dilemma of the Pan-Africanist" – 1966 in Ideologies of liberation. In **Black Africa, 1856-1970**. Rex Collings, Londres, 1979. Traduzido por: Guilherme Henrique. Disponível em: <<https://traduagindo.com/2022/08/24/o-dilema-do-pan-africanismo/>>.

LÊNIN, Vladimir. **Correlação das forças de classe à escala internacional**. In III Congresso da Internacional Comunista. Lisboa: Edições Avante!, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/06/13.htm>>.

LÊNIN, Vladimir. **A Revolução proletária e o renegado Kautsky**. in Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições Avante!, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/index.htm>>.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **Discurso pronunciado no congresso de Stuttgart da social-democracia alemã**. 1899. Leipzig: Jornal Leipziger Volkszeitung. 1898. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>>.

MARX, K. **Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia**. New York Daily Tribune, 1853.

MENDONÇA, M. G. de. **A Descolonização da África: Nacionalismo e Socialismo**. São Paulo: Sankofa, 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

NKRUMAH, Kwameh. **Neocolonialismo** – Último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PONS, Silvio. **The Global Revolution: A History of International Communism, 1917-1991**. Londres: Oxford, 2014.

SCHMIDT, Axel. La Conferencia de Bandung y la dialéctica de la toma de conciencia del Otro Mundo. **Humania del Sur**. Año 10, N° 19. Julio-Diciembre, 2015.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2013.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. A África e os países socialistas In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História geral da África: África desde 1935**. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012.

VISENTINI, P. G. F.; DE OLIVEIRA, G. Z. As relações sino-africanas: (Muitos) mitos e (algumas) realidades. Porto Alegre: **Revista de Relações Internacionais** – ESPM-POA, 2015.

O Socialismo Africano: a ruptura sino-soviética e a questão nacional

ZEDONG, Mao. **Sobre o Falso Comunismo de Khrushchev e Suas Lições Históricas para o Mundo**: Comentário à Carta Aberta do Comitê Central da CPSU (IX). Departamentos Editoriais da Renmin Ribao (People's Daily) e Hongqi (Bandeira Vermelha), 1964. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1964/07/14.html>>.

ensaios



Caronte Ocioso: ensaio sobre mortos e desaparecidos políticos*

Vinicius Panisset **

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1197-209

Resumo: Este ensaio tem por objetivo analisar a privação de rituais fúnebres como uma das consequências do desaparecimento forçado de opositores políticos durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A estratégia utilizada é efetuar um excuro histórico, breve e panorâmico, por diferentes períodos de modo a exemplificar a importância da realização desses ritos de passagem. Conclui-se que a ocultação dos cadáveres das vítimas e consequente impossibilidade da realização dos rituais fúnebres intensifica e prolonga a dor de familiares.

Palavras-chave: Desaparecidos Políticos; Ditadura Civil-Militar; História Social da Morte; Terrorismo de Estado

* A primeira versão deste texto foi apresentada como trabalho de aproveitamento da disciplina voltada a graduação, *A Morte e o Morrer no Ocidente (Séculos XIV-XX): Tópicos de Estudo* ministrada no segundo semestre de 2022 por Eduardo Holderle Peruzzo. Registra-se os agradecimentos ao professor pelo curso, pelas indicações de leitura e sugestões de melhorias. Quaisquer erros, claro, são de inteira responsabilidade do autor.

** Graduado em História pela FFLCH-USP, desenvolveu pesquisa de iniciação científica sobre o problema da filiação na literatura pós ditatorial contemporânea ao estudar os romances *A resistência*, de Julián Fuks e *Júlia*, de B. Kucinski. É pós-graduando do programa de História Social na mesma instituição investigando a obra do historiador francês Pierre Vidal-Naquet. Contato: viniciusmmp@usp.br

*“no último canto de ilíada / aquiles devolve a príamo / o corpo de seu filho heitor /
/ nesse momento aqui / no sul do sul do mundo / ainda não se tem notícia / dos
mais de duzentos desaparecidos na ditadura militar.”*
(ROMÃO, 2021, homero)

**

Introdução

A morte é reconhecidamente elemento natural e universal da vida, entretanto, elaborá-la simbolicamente por meio da cultura é capacidade exclusiva dos seres humanos. Isso se dá uma vez que as relações atuantes em cada organização social, devedoras do tempo histórico o qual estão inseridas, possuem particularidades, uma vez que à morte e aos mortos são atribuídos significados específicos (MEDEIROS, 2012). Em outras palavras, diversas práticas funerárias dizem respeito a concepções de vida após a morte e, além disso, carregam características da sociedade a qual os praticantes pertencem (BONNABEL, 2012 *apud* SANCHEZ, 2021). Ademais, parte-se do pressuposto de que o funeral representa um mecanismo para lidar com as demandas físicas, emocionais, sociais e psicológicas da morte (EKENGREN, 2013, *apud idem*).

Entendido como expressão cultural, os rituais fúnebres permitem enxergar diferentes atitudes perante esse fenômeno tão universal quanto antigo, dado que tal manifestação, somada à consciência do morrer, pode ser considerada aquilo que nos diferencia dos demais seres vivos. Além disso, ao assumir que a elaboração de atitudes funerárias é exclusivamente humana, o foco sobre esses “ritos de passagem de separação” (GENNEP, 2011)¹ permite transitar entre diferentes tempos históricos. Por último, aponta-se a necessidade de dissertar sobre o tema que, assim como o tabu do incesto para Claude Lévi-Strauss (1982), poderia ser inserido no limiar entre natureza e cultura porém, com o advento da modernidade, tornou-se assunto

¹ Para a definição de “ritos de passagem” segundo van Gennep e seus desdobramentos no âmbito da antropologia cf. ARNAULT; ALCANTARA E SILVA, 2016.

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

interdito. Conforme texto de 1936 do filósofo alemão impactado pelo nazismo, Walter Benjamin:

O ato de morrer, outrora o mais público e o mais exemplar da vida individual (lembremo-nos aqui das imagens da Idade Média nas quais a cama do moribundo vira um trono diante do qual se aglomera o povo que entra pelas portas abertas de sua casa), subtraiu-se aos poucos da atenção dos vivos no decorrer da época moderna. Outrora não havia casa, por vezes nem mesmo quarto, onde ninguém tivesse morrido [...]. Hoje em dia os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte [...] e quando chegam perto do fim, são depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais. (BENJAMIN, 2020, p. 35)

I

No contexto arqueológico é controversa a questão acerca da qual teria sido o primeiro hominídeo a enterrar seus mortos. A defesa de que foi o homem de Neandertal levanta dúvidas acerca do significado por detrás da prática, pois não há certeza se havia algum simbolismo ou se configurava costume meramente utilitário (BALZEAU, TURQ, TALAMO, *et al*, 2020). De qualquer modo, a tentativa de situar minimamente aquilo que configurou a primeira prática fúnebre é relevante, dado que “as origens das práticas funerárias têm importantes implicações na emergência da chamada capacidade cognitiva e comportamental.” (*idem.*, p.1).²

Com o passar do tempo, a ponto de apenas poder ser considerado completo quando são executados, diversas sociedades atribuíram sentido para esse fenômeno biológico por meio de rituais fúnebres regidos por convenções culturais. Tal fato foi realçado por dois autores – o primeiro, Elias Bickerman, cuja afirmação foi resgatada por Carlo Ginzburg: “A morte não constitui o fim da vida do corpo no mundo: não é o fato biológico, mas o ato social – os funerais – que separa os que vão dos que ficam” (*apud* GINZBURG, 2001, p.88).³ O segundo foi o helenista Jean-Pierre Vernant:

² No original: “The origin of funerary practices has important implications for the emergence of so-called modern cognitive capacities and behaviour.” Tradução própria.

³ O livro de Bickerman, citado pelo historiador italiano, é o *Die Römische Kaiserapotheose*, de 1929 [“A

A morte não é uma simples privação da vida, um decesso; é uma transformação em que o cadáver é ao mesmo tempo o instrumento e o objeto, uma transmutação do sujeito que se opera no corpo e pelo corpo. Os ritos funerários realizam essa mudança de estado [...] (1979, p.54-55)

No canto XXIII da *Ilíada*, por exemplo, o não cumprimento dos rituais fúnebres faz com que o espectro de Pátroclo, herói morto em batalha e, dessa forma, impossibilitado de ser sepultado, apareça em sonho e exija a Aquiles o cumprimento dos devidos ritos fúnebres para que sua alma traspusesse o rio Aqueronte e cruzasse os portões de Hades. Dali, Caronte, o barqueiro responsável por fazer as almas atravessarem os rios Estige e Aqueronte, não trasladava almas de corpos insepultos. Além disso, também é possível notar o pai de Heitor – o rei Príamo – deitando-se aos pés de Aquiles, pois o herói grego, furioso, arrastava e machucava o corpo do troiano todos os dias, o que inviabiliza seu sepultamento. Verifica-se, também na poesia grega arcaica, o desenvolvimento de um gênero poético destinado especialmente ao lamento fúnebre. Trata-se do *Treno*, subespécie mélica dedicada ao elogio do morto e ao consolo dos vivos, sobretudo dado ao caráter da “natureza universal da mortalidade e do sofrimento” (SWIFT, 2010, p.310). Tal tipo de canção pode ser verificado – dado o caráter fragmentário e ausente de parte do *corpus* grego antigo – nas canções de Simônides e Píndaro.⁴

Finalmente, porém já na Roma augustana, o poeta Propércio – após lamentar que sua amada Cíntia, de acordo com as convenções romanas, tenha sido enterrada no meio-fio de uma estrada⁵ – a escuta, sob a forma de fantasma, queixar-se da falta

apoteose romana do Kaiser”].

⁴ Provavelmente, a subespécie mélica seria fundida ou, ao menos, absorvida pela elegia. Tal qual atestado por VERNANT (1979, p.43): “*Hébes ánthos*, diz Homero, fórmula, que, retomada e desenvolvida pelos poetas elegíacos [...] inspirou de maneira muito direta a redação dos epitáfios funerários, em louvor dos guerreiros caídos na ‘flor da juventude’, isto é, mortos em combate.”

⁵ Pois vi Cíntia deitando-se na cabeceira de minha cama – / ela que recentemente foi enterrada no meio-fio barulhento – (PROPÉRCIO, *s/a, s/p.*). No original: “*Cynthia namque meo visast incumbere fulcro, / murmur ad extremae nuper humata tubae,*” (PROPÉRCIO, 4.7, vv. 3-4)

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

de rituais em seu enterro: “E era ainda mais difícil jogar jacintos de nenhum / valor e reverenciar meu túmulo com uma jarra quebrada? (PROPÉRCIO, s/a, s/p.).⁶

Isso posto, é possível estabelecer o caráter doutrinário das passagens, ou seja, para os povos antigos era ultrajante manter insepulto o cadáver (PACHECO, 2008). Temia-se, sobretudo, as consequências de tal condição: o esquecimento, o silêncio, a obscura indignidade e a ausência de fama (*kléos*); em suma, era temeroso não estar inscrito na memória coletiva (VERNANT, 1979). Adiciona-se, ainda, o fato de que os extremamente codificados rituais funerários antigos (por exemplo, toailete do morto, gritos, lamentações, gestos de luto) operavam a separação definitiva entre dois mundos – o dos mortos e o dos vivos –, a fim de assegurar a paz de uns e de outros, uma vez que, ao serem privadas dos funerais e abandonadas na errância, as almas insatisfeitas (como a de Pátroclo, Heitor e Cíntia) eram suscetíveis ao retorno e à tormenta dos vivos (FRONTISI-DUCROIX *in* GODELIER, 2017).⁷

Posteriormente, no período medieval, a Igreja Católica normatizou os rituais funerários por meio da *ars moriendi*. De acordo com o manual, para ser um bom cristão era necessário morrer da maneira correta, preferencialmente deitado no quarto de casa, sendo preciso confessar os pecados junto ao clérigo e receber a “bênção da morte” – a extrema unção. Também convinha estar cercado de amigos e familiares, o que permite caracterizar a morte na Idade Média cristã como fenômeno coletivo, “uma experiência social compartilhada a ser apoiada como uma passagem final” (ARIÈS, 2017, p.416). Com o objetivo de assegurar a passagem tranquila ao morrente e apaziguar, a partir do rito, o luto dos que ficavam, o limiar da morte estava sujeito, idealmente, ao regramento que deveria ser respeitado. Enfim, a última

⁶ No original: “hoc etiam grave erat, nulla mercede hyacinthos / inicere et fracto busta piare cado?” (PROPÉRCIO, 4.7, vv. 33–34). Agradeço à Letícia Ferreira por ceder sua tradução dos versos.

⁷ Para uma extensa exposição dos rituais funerários da Grécia arcaica cf. VERNANT, 1979, p.55–56; LORAUX, 1977.

etapa consistia em depositar o cadáver no túmulo em geral próximo a igrejas, capelas e ermidas a fim de acomodar o morto até o juízo final. (CYMBALISTA, 2011)

Na América portuguesa nos séculos XVI e XVII, tal demarcação religiosa do espaço mediador entre vivos e mortos foi implementada, a fim de viabilizar a colonização e por isso por meio do disciplinamento e destruição da cultura ameríndia. O contraste evidenciado no universo de administração mortuárias indígena chocou europeus devido à ausência de rituais fúnebres em razão do nomadismo, incompatível com os valores simbólicos do enterro cristão, e a antropofagia, antítese da sepultura consagrada. (*Idem.*)

II

Nas páginas desse discurso conheci algo mais: a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas — a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados. (FUKS, 2015, p.78)

No século XX, as ditaduras na América Latina se esforçaram para que sequestros seguidos de desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos em nome da segurança nacional não deixassem rastros.⁸ Como consequência, impõe-se rituais radicalmente diferentes daqueles usualmente configurados para as mortes, pois os desaparecidos são privados da sepultura e sua morte é dissociada do processo de naturalidade (CATELA, 2001). Dessa maneira, aos familiares é vedado o direito à memória e as vítimas condenadas à *danação da memória*⁹, cujo conceito é definido pela eliminação do corpo e de seu referencial simbólico:

Assim, muitos estudos se dedicaram aos mecanismos explícitos do esquecimento, pela eliminação de seu referencial empírico, principalmente simbólico. É o que se poderia chamar de procedimentos de *damnatio*

⁸ Para uma análise detalhada do caso uruguaio cf. PADRÓS, 2005, já para um exame comparativo entre Brasil e Argentina, cf. BAUER, 2014.

⁹ Exemplar da privação de um local de memória para as vítimas é o capítulo *Matzeivá* do romance *K. Relato de uma busca*, de B. Kucinski.

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

memoriae, condenação da memória, a exemplo da instituição vigente na Roma Imperial, para contrapor-se, quando conveniente, ao peso da memória epigráfica e monumental. Com a *damnatio memoriae*, que normalmente sucedia, por voto do Senado, ao assassinio de um imperador odiado, apagava-se seu nome de onde quer que estivesse gravado e se proscovia sua menção futura de qualquer ato cerimonial [...]. A *damnatio memoriae* é frequente em regimes totalitários, seja na sua instalação e preservação, seja na sua desagregação [...] (MENESES, 1992, p.17).¹⁰

Esse procedimento constituiu verdadeiro *modus operandi* da Ditadura Civil-Militar brasileira e foi aplicado contra a esquerda armada, “democrática” e até mesmo institucionalizada.¹¹ De tal maneira que familiares, privados do trabalho de luto e elaboração do trauma, buscam pelo paradeiro das vítimas. Em suma, a falta de elucidação dos paradeiros equivale a uma página rasgada da história do Brasil e à vedação de seu registro na memória social.

Assim, por impedirem que haja elo cultural entre vivos e mortos, a obstrução da verdade e a interrupção dos trabalhos de luto originam o trauma e, com efeito, a sensação fantasmagórica que lhe é característico. Isso ocorre pois a privação do sepultamento, segundo as crenças religiosas das famílias, desumaniza e despersonaliza as vítimas, relegando-os à condição de “almas errantes”, definida por Enrique Padrós da seguinte maneira:

Em realidade, o efeito psicológico mais efetivo contra a população era o fato de não poder realizar os rituais fúnebres com os quais mostravam seu luto e se despediam dos seus mortos. A impossibilidade de realizar a cerimônia de luto rompia o elo cultural entre vivos e mortos, e a comunidade era tomada pela insegurança, tristeza e depressão. (PADRÓS, 2005, p.636)

Como visto nos casos de Pátroclo e Cíntia, não raramente a imagem fantasmagórica é evocada para comparar a situação daquela pessoa que não

¹⁰ Hannah Arendt também sublinha a relação existente entre estados totalitários e o apagamento da memória: “Faz parte dos refinamentos dos governos totalitários de nosso século [XX] que eles não permitam que seus oponentes morram a morte grandiosa, dramática dos mártires. O Estado totalitário deixa seus oponentes desaparecerem em silencioso anonimato.” (2008, p.253–254)

¹¹ Nas fileiras da oposição institucionalizada, para citar um exemplo, evoca-se o caso Rubens Paiva e o romance *Ainda estou aqui*, de seu filho Marcelo Rubens Paiva.

conheceu nenhum rito de passagem. O historiador Philippe Ariès, por exemplo, ressalta que “um dos objetivos dos cultos funerários era impedir que os defuntos *voltassem* para perturbar os vivos.” (ARIÈS, 2017, p.36, ênfase do autor). Já Allan Kellehear afirma que além da morte biológica é preciso que o morto seja socialmente reconhecido como tal para evitar o estado liminar, intermediário e transitório dos fantasmas (2017, p.446). Acima de tudo, essas imagens vêm para sublinhar a inquietação causada pela não-realização dos ritos de separação. Exemplarmente, o pesquisador ítalo-brasileiro Roberto Vecchi recorre à metáfora para ressaltar a interpolação de tempos históricos: “Os fantasmas daquele tempo como um resto ainda opaco e pouco trabalhado, reemergem toda vez que os nós ainda irresolvidos da história do Brasil contemporâneo voltam à tona e recolocam o passado em jogo.” (2020, p.45).¹²

O desaparecido some da rede das relações sociais em que a existência constituía uma malha e passa a (não) existir somente no plano dessa condição nebulosa (VERNANT, 1979). Sem dúvidas é uma novidade jurídica, pois aquele que conhece esse estatuto incerto desconhece julgamento ou sentença, e seus familiares não elaboram a perda e nem mesmo podem executar o luto. Assim, o desaparecido não possui lápide, inscrição, sepultura ou túmulo que poderiam representar o local de culto representando o *locus* exato onde o corpo foi depositado (CATELA, 2001). Paradoxalmente, o desaparecido não está nem morto nem vivo; ele simplesmente não é, cuja situação de desconhecimento total significa dor e sofrimento para familiares e amigos.¹³ Conforme destacado pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh:

¹² Igualmente, Pedro Paulo Funari afirma que “não se pode apagar o passado. Quando se tenta isso, os traumas não desaparecem, mas ressurgem como recalque, a assombrar as gerações posteriores. A supressão da memória da violência passada induz à violência no presente. O respeito e a convivência em nada se beneficiam da negação da violência infligida no passado.” (2022, p.A4)

¹³ “Negaram-lhes a condição humana. Foram tratados como se não tivessem sensibilidade, enquanto tentavam sobreviver ancorados na memória dos pais, dos filhos, da esposa ou do marido. Foi lhes negado até o direito de estar em algum lugar em uma determinada data. O desaparecido sequer poderia vir a ser enterrado, pois não estava. Não estava nem está preso nem morto: simplesmente não

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Mais torturante do que uma certeza triste é a dúvida duradoura, que a cada dia renova a dor e a agiganta [...]. Justo é pedir a localização dos corpos, para que sejam trasladados e endereçados à sepultura próxima dos parentes vivos, em uma atitude de respeito aos vivos, a quem assiste o direito de velar seus mortos. (Processo n. I-44/82, fl. 20 *apud*. CAMPOS FILHO, 2018, p.212)¹⁴

Assim, o luto dos familiares torna-se o prolongamento da condição “estranha”¹⁵ do desaparecido político, definida pela pesquisadora Janaína Teles – ela mesma vítima da violência ditatorial – como “aquele sobre o qual *não havia a notícia da morte, um corpo ou atestado de óbito*” (TELES, 2020, p.286, ênfase da autora). Isso possui diversas consequências das quais uma é o apagamento da identidade pessoal da vítima e, em seu entorno, a elisão da fronteira entre tempos passado e presente.¹⁶ Tal confusão de tempos históricos se dá uma vez que uma das causas dessa *ferida* na memória caracterizadora do trauma é a frequente repetição da cena traumática (SELIGMANN-SILVA, 2000; FREUD, 2013).¹⁷ Em resumo, as famílias devem lidar com a “nebulosa” figura do desaparecido cuja característica definidora é a ausência: do corpo, do luto, do *locus* onde se pode chorar o morto, de um espaço e tempo de lembrança, de memória e de justiça (CATELA, 2001).

Com isso, pretende-se dizer que a maneira como foi conduzida a questão dos mortos e desaparecidos no Brasil — isto é, a partir do processo levado a cabo pelos próprios militares — obstruiu qualquer política de reparação histórica. Em que pese

está. Não está, não é. Considerado um ‘não-ser’. Por isso, a condição e o estatuto do desaparecido foi [sic] inédito no que diz respeito a ser vítima de uma dada estrutura repressiva, pois aquele não tinha direito a ser processado nem julgado.” (PADRÓS, 2005, p.659).

¹⁴ O contexto da exigência é a ação ordinária para prestação de fato proposta por 22 familiares de guerrilheiros do Araguaia, representados pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh, contra a União.

¹⁵ Sobre o conceito, cf. FREUD, 2019.

¹⁶ Mais informações acerca da expropriação da identidade individual das vítimas podem ser encontradas em PADRÓS, 2005, 7.1.2 (pp. 618-628).

¹⁷ Grande parte dos estudos de Freud, por sinal, sobrevém da observação e do tratamento de soldados da Primeira Guerra Mundial. O que não é gratuito uma vez que ressalta o potencial traumático e paradigmático de eventos bélicos cujo confronto entre aparelho repressivo e luta armada na América Latina constitui exemplo. Para o contexto europeu desse assunto, cf. BENJAMIN (2019); e na literatura, o personagem Septimus em WOOLF, 2017.

os avanços representados pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos de 1995 — medida que reconheceu o Estado brasileiro como responsável pelas mortes e desaparecimentos forçados, além de garantir certidões de óbito e indenizações para os familiares —, assim como a instalação da Comissão Nacional da Verdade; a interpretação do STF sobre a Lei de Anistia, mesmo que contrária à declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário, ainda impede qualquer ação jurídica contundente no que diz respeito a punição de agentes, mesmo que provadas as violações de direitos humanos e, portanto, não sendo coberto pela legislação local. Consequentemente, a postura conciliadora adotado pelo Estado brasileiro nos anos de “transição” prolongou indefinidamente o trauma dos familiares e legou aos seviciados essa segunda morte que é o esquecimento.

Vedado o acesso à memória, sendo apagadas da memória social, ressalta-se que essas pessoas foram vítimas da violência simbólica por parte dos agentes da ditadura, isso porque, ao não devolverem o corpo para que os familiares realizassem os rituais de passagem segundo as próprias crenças, os assassinos cometeram a violência final de caráter continuado, ou seja, que se perpetua para além do tempo histórico no qual os fatos se deram. Isso equivale a dizer que, para além do sofrimento causado pela eliminação física, existe ainda o ultraje que a interdição do acesso ao corpo e aos rituais fúnebres estabelece. Por isso, enquanto os corpos não forem restituídos aos que ficaram, Caronte permanecerá aguardando para transladar as almas.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um Relato sobre a Banalidade do Mal. Trad. de *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil* por José Rubens Siqueira, São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1963].

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos Nossos Tempos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 [1974], pp. 13–23; 24–103.

ARNAULT, Renan & ALCANTARA E SILVA, Victor. “Os ritos de passagem”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: USP/Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/os-ritos-de-passagem>.

BALZEAU, Antoine; TURQ, Alain; TALAMO, Sahra *et al.* “*Pluridisciplinary evidence for burial for the La Ferrassie 8 Neandertal child*”. **Scientific Report**, issue 10, nº 21230, 9 dez. 2020, pp. 1–10.

BAUER, Caroline S. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2ªed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Trad. de *Ursprung des deutschen Trauerspiels* por Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1925].

BENJAMIN, Walter. “Experiência e Pobreza” In: **O Anjo da História**. Org. e trad. João Barrento. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 83–90.

BENJAMIN, Walter. “O Contador de histórias. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. Trad. de *Der Erzähler. Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows* por Patrícia Lavelle. In: **O Contador de Histórias e outros textos**. São Paulo: Hedra, 2020.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: A esquerda em armas. 2ªed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2018, livro eletrônico.

CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EdUFF, 2001.

CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro – séculos XVI e XVII. São Paulo: Alameda, 2011.

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos**: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2023.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. Trad. de *Trauer und melancholie* por Marilene Carone. Introdução e notas de Marilene Carone; Textos de Maria Rita Kehl, Modesto Carone e Urania Tourinho Peres. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FREUD, Sigmund. **O Infamiliar**; seguido de: O Homem da areia de E.T.A. Hoffmann. Trad. de *Das unheimliche* por Ernani Chaves; Pedro Heliodoro Tavares; Trad. de *Der*

Sandmann por Romero Freitas; Posfácio Christian Dunker. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FRONTISI-DUCROUX, Françoise. "A Morte na Grécia Antiga" In: GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a Morte**: Invariantes Culturais e Práticas Sociais. São Paulo: SESC, 2017, pp. 45-55.

FUNARI, Pedro Paulo. Mortos na Ditadura. **O Estado de São Paulo**, 17/12/2022, p.A4.

FUKS, Julián. **A resistência**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

GENNEPP, Arnold van. **Os Ritos de Passagem**. Trad. de *Les Rites de Passage* por Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2012 [1909].

GINZBURG, Carlo. "Representação: a palavra, a ideia, a coisa". In: **Olhos de Madeira**: Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 85-103.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Christian Werner. São Paulo: Ubu, 2018.

KELLEHEAR, Allan. **Uma História Social do Morrer**. Trad. de *A Social History of Dying* por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2016 [2007]. (Edição original: Cambridge: Cambridge University Press)

KUCINSKI, B. K. – **Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Trad. de *Les structures élémentaires de la parenté* por Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982 [1949].

LORAU, Nicole. La "belle mort" spartiate. In: **Ktèma**: civilisations de l'Orient, de la Grèce et de Rome antiques, n°2, 1977. pp. 105-120.

MAYER, Gabriela. "A Cova Rasa do Brasil". **Piauí**, n° 194, 17 de nov. 2022.

MEDEIROS, Flavia. **"Matar o Morto"**: A construção institucional dos mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia/UFF, PPGA, Niterói, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n° 34, 1992, pp. 9-24.

PACHECO, Antônio de Pádua. **A Honra, A Glória e A Morte na Ilíada e na Odisseia**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

Caronte Ocioso: Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

PADRÓS, Enrique S. “A política dos desaparecimentos e o terror de estado”. In: **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968–1985): Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2005, pp. 613–672.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PIMENTEL NETO, Helio. **Abomináveis na grandeza**: uma leitura a contrapelo do *kleos* na *Ilíada*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – FFLCH/USP, São Paulo, 2022

PROPERTIUS. **Elegies**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

ROMÃO, Luiza. **Também Guardamos Pedras Aqui**. São Paulo: Nós, 2021. Ed. Digital.

SANCHEZ, Marina Duarte. “As Práticas Funerárias das Elites Merovíngias no Norte da Gália: Ostentação e Destruição de Riquezas”. In: CORDEIRO, Gabriel R.S.; FONSECA, José Francisco; SANCHEZ, Marina Duarte; SILVA, Isabela Alves (Orgs.) **Idade Média e História Global**. Publicação da III Jornada de Estudos Medievais. 1ªed. São Paulo: Pensante, 2021, pp. 385–403.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A história como trauma”. In: SELIGMANN, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000, pp. 73–98.

SWIFT, L. A. **The hidden chorus**. Oxford: University Press, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. “Eliminar ‘sem deixar vestígios’: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil”, **Revista M.**: Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer, v.5, nº10, pp. 265–297, 2020.

VECCHI, Roberto. “A Impossível memória do Araguaia: um patrimônio sem memorial?”. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; THOMAZ, Paulo C. **Literatura e Ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020, pp. 45–58.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Revista Discurso**. São Paulo, nº 9, p. 31–62, 1979. [Trad. de *La belle mort et le cadavre outragé* por Elisa Kossovitch e João Adolfo Hansen]

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. Trad. de Claudio Alves Marcondes; prefácio de Alan Pauls. 1ªed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017 [1925].

resenhas



Gabriela Ramos*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1211-220

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

GRAEBER, David; WENGROW, David. O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Núcleo de História Comparada Mundial - COMMUN/UFF. Contato: gdoscher@id.uff.br

O livro *O Despertar de Tudo: Uma Nova História da Humanidade*, lançado primeiramente no Reino Unido, chegou ao Brasil em agosto de 2022, traduzido por Claudio Marcondes e Denise Bottmann e publicado pela editora Companhia das Letras. O *best seller*, de acordo com o *The New York Times*, é fruto de um esforço conjunto entre o antropólogo estadunidense David Graeber e o arqueólogo britânico David Wengrow. A obra foi construída durante mais de dez anos e surgiu como um exercício de distração a partir de reflexões e conversas entre os autores, que resultaram em 696 páginas, sendo mais de 50 delas dedicadas somente à bibliografia.

A partir da leitura, é possível perceber como a trajetória acadêmica e pessoal de ambos os pesquisadores influenciaram as ideias e a escrita do livro. David Graeber se graduou pela Universidade do Estado de Nova York (SUNY) e fez doutorado na Universidade de Chicago, onde desenvolveu sua tese a partir da realização de um trabalho etnográfico em Madagascar, orientado pelo também antropólogo Marshall Sahlins. Além da carreira acadêmica de pesquisador e professor na Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE), ele é conhecido por suas participações nas manifestações do movimento *Occupy Wall Street* e pelo anarquismo que também permeia suas obras. Infelizmente, o autor faleceu em setembro de 2020, semanas após terminar de escrever o livro, não chegando, portanto, a ver as repercussões de sua obra. David Wengrow, por sua vez, é formado em arqueologia e antropologia pela Universidade de Oxford, onde também fez seu mestrado e doutorado, desta vez centrado na arqueologia do Egito e Oriente Médio. Atualmente é professor de Arqueologia Comparada no Colégio Universitário de Londres (UCL) e desenvolve trabalhos que utilizam as experiências de diferentes sociedades através do tempo como fio condutor para pensar questões do tempo presente, especialmente no que se refere à desigualdade social e às problemáticas ambientais.

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

A ideia central do livro traz à tona o principal ponto de convergência entre os autores: as críticas ao sistema político e econômico vigente. Dessa forma, a premissa do trabalho é pôr em xeque as noções arraigadas, tanto na academia, quanto no imaginário social, acerca da história da humanidade, reconceituando o que conhecemos sobre temas como agricultura, cidades, Estados, desigualdade e liberdade. Tudo isso, propondo novas formas de enxergar o passado, com o pressuposto de ampliar nossas perspectivas de futuro. Para fazê-lo, os autores se apoiam principalmente em extensos estudos de etnografia e arqueologia – desde os mais antigos aos mais recentes –, articulando as diferentes áreas do conhecimento e realizando um rico exercício de história comparada, a partir de conceitos desenvolvidos pelos autores clássicos da antropologia.

O ponto de partida dos autores é o presente; a pergunta unânime de como viemos parar aqui, em que momento no meio do caminho entre o homem pré-histórico e o homem contemporâneo nos tornamos tão egoístas e desiguais. O argumento desenvolvido por Graeber e Wengrow busca contrapor os paradigmas que se tornaram populares com os filósofos contratualistas dos séculos XVII e XVIII e predominam até os dias atuais. Se, por um lado, nunca houve um momento no qual vivíamos em paz, harmonia e igualdade, como pensava Jean-Jacques Rousseau, tampouco tivemos uma pré-história puramente violenta de uma espécie animalesca, tal qual os moldes de Thomas Hobbes. Nesse sentido, o exercício é de romper a noção de um Estado de Natureza, que em algum momento teria se desintegrado e nos levado ao que somos hoje. Na realidade, de acordo com a obra, não deveríamos classificar a trajetória humana a partir de rupturas propiciadas pela descoberta de novas tecnologias, que teriam nos tirado de um lugar de irracionalidade e

revolucionado a forma como nos relacionamos uns com os outros e com o resto da natureza. Ademais, a noção evolucionista que indica uma progressão dos arranjos sociais, que teriam saído de bandos para tribos, chefaturas e Estados, não é sustentada pelas evidências expostas.

É seguindo essa lógica que eles desmontam a ideia de Revolução Neolítica, a qual postula o surgimento da desigualdade a partir da descoberta da agricultura, que teria ocasionado o assentamento em cidades e proporcionado o surgimento de sociedades estratificadas. Esse paradigma se consolidou na academia em meados do século XX com os trabalhos do britânico V. Gordon Childe, arqueólogo largamente influenciado por abordagens marxistas e pela noção de rupturas radicais – algo ainda mais presente entre os marxistas no contexto pós-revolução de 1917 –, que informaram o conceito de Revolução Neolítica. No entanto, de acordo com as recentes pesquisas arqueológicas, nossa espécie já teria descoberto a agricultura milhares de anos antes de seu uso intensivo. Da mesma forma, populações se sedentarizaram sem utilizar o cultivo como fonte de alimentação primária, mas sim como “cultivo primitivo”, que se refere ao plantio para usos rituais e recreativos. Assim, historicamente, a adoção da agricultura não implicou necessariamente o surgimento da propriedade privada, da territorialidade, da centralização do poder e o fim do igualitarismo.

Tanto o fenômeno de sazonalidade – no qual as populações modificam seus arranjos sociais temporariamente, geralmente a partir das estações do ano, e depois retornam ao modelo anterior –, estudado pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, quanto a coexistência de centenas de diferentes tipos de arranjos coexistindo no mesmo período de tempo em áreas não muito distantes, comprovam a não aplicabilidade da noção de uma história da humanidade linear e progressiva. Os

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

autores apontam que, para combater essa ideia, surgiu o conceito de “áreas culturais”, que consiste nos conjuntos de povos que ocupavam uma determinada área geográfica e que possuíam traços culturais semelhantes. Eles, então, comparam a abordagem do conceito pelos antropólogos Franz Boas e Marcel Mauss para explicar como se formariam essas regiões de semelhança cultural. Enquanto a perspectiva de Boas vai na direção difusionista, explicando a adoção de traços culturais a partir da migração dos povos e do contato entre eles, Mauss chama a atenção para o fato de que esse movimento entre as populações era um fenômeno constante, permitindo a interação incessante entre elas. Dessa forma, mais uma questão é posta em voga: como explicar a adoção de certos elementos culturais em detrimento de outros.

É nesse momento que entra o conceito de “cismogênese”, que se refere à recusa de um traço de outra etnia na busca por diferenciação, processo que, segundo enfatizado por Graeber e Wengrow, se desenvolve a partir da autodeterminação dos povos. Um dos exemplos dados pelos autores é o dos povos indígenas que habitavam a região onde atualmente está o México. Enquanto a arte feita pelos maias era marcada pelas curvas, na cidade de Teotihuacan os habitantes utilizaram formas chapadas e angulares para, propositalmente, iniciar uma nova tradição artística, cujas obras valorizavam a coletividade e refletiam um corpo social igualitário – em oposição à sociedade maia, centralizada e estratificada. Ou seja, os teotihuacanos, ao usarem a arte para se distinguirem dos povos maias, realizaram um processo de cismogênese. Nesse fenômeno, uma população, ao ter contato com um traço característico de outra, faz uma escolha consciente, por meio da reflexão coletiva, sobre a adoção ou não de tal característica, com o intuito de se diferenciar desse outro grupo. No

entanto, vale ressaltar que essa escolha não está necessariamente condicionada pela ideia de produtividade máxima disseminada pelo Ocidente, mas está de acordo com os princípios e cosmovisões relativos de um povo.

Também se baseando nas noções desenvolvidas por Marcel Mauss, os autores postulam uma nova interpretação do conceito de civilização. Para eles, o termo não seria aplicado às sociedades urbanas cujo aumento demográfico teria causado uma centralização de poder nas mãos de uma figura autoritária e uma maior estratificação social, mas estaria relacionado às esferas de interação investigadas por Mauss, as quais consistiam em grandes redes ligadas por relações de parentesco e hospitalidade mútua, e mantidas através da circulação dos indivíduos. Segundo o antropólogo, esse fenômeno não se restringe a um território nacional, mas excede os aspectos geográficos e a duração das sociedades (MAUSS; DURKHEIM, 1913, p.46-50). Ademais, os núcleos contidos nessas áreas de cultura estariam relacionados, incorporando e recusando elementos externos, mas fazendo isso a partir de uma base moral comum, na qual as distinções são apenas particularidades locais. Assim, os autores propõem o questionamento acerca de quais motivos teriam levado ao fim dessa capacidade de mobilidade e interação constante do ser humano.

Voltando à questão da desigualdade, os autores desenvolvem argumentos indicando que o início das reflexões acerca desse tema, junto com a temática da igualdade e liberdade, atribuídas a pensadores iluministas, foram, na realidade, fruto do contato direto e indireto dos europeus com os nativos do Novo Mundo. Para sustentar essa hipótese, eles se apoiam em cartas e crônicas escritas por colonos sobre diálogos e reflexões com os ameríndios, que postulavam as divergências entre as sociedades europeias e americanas da época. A partir dessa interação, surge a “crítica indígena”, que consistiu nas críticas feitas pelos ameríndios à organização

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

social europeia, especialmente no que tange à subordinação a um soberano e à relação com a propriedade privada e com o dinheiro. Desse modo, a importância desses relatos reside no fato de não terem se restringido aos colonos nas Américas, mas também se difundido no Velho Mundo por meio da literatura de viagem, influenciando o imaginário daquela sociedade. O que buscam os autores a partir da inserção dessa temática na obra é o redirecionamento do olhar ocidentalizado aos conhecimentos das sociedades tradicionais e o procedimento de deixar de enxergá-las como povos atrasados e pensá-las como possibilidade de aprendizado.

Todavia, vale destacar que, apesar do caráter incontestavelmente inovador da obra, por vezes os autores se perdem ao tratar da questão da Natureza Humana, caindo nas mesmas armadilhas essencialistas que em outros momentos tentam combater. Esse aspecto pode ser percebido quando afirmam que:

Uma das coisas que nos diferenciam dos animais não humanos é que eles produzem única e exclusivamente aquilo de que precisam; os seres humanos produzem sempre mais. Somos criaturas de excessos, e é isso o que nos torna mais criativa e ao mesmo tempo mais destrutiva entre todas as espécies. (GRAEBER; WENGROW, 2022, p.147).

Nesse pequeno trecho podemos identificar três problemas que vão na contramão de tudo que postula a livro. Em primeiro plano, os autores definem a produção de excedentes como traço essencial da Natureza Humana, o que, além de definir uma regra universal à humanidade – exercício que os autores buscam romper –, é desmentido na seguinte página, quando somos apresentados ao povo hadza, que intencionalmente criou dispositivos para não acumular excedentes materiais. Além disso, ao fazer uma correlação entre a produção de excedentes e a criatividade da espécie humana, os autores inferiorizam os povos que se definem pela não acumulação material. Por fim, também ligam nosso potencial destrutivo a esse traço,

como se a acumulação necessariamente implicasse a desigualdade – não considerando a possibilidade de distribuição igualitária –, e como se os problemas causados pela espécie humana fossem um traço intrínseco a nós, e não uma consequência do sistema político e econômico vigente.

Inclusive, a obra deixa muito a desejar no que tange à ausência de uma crítica mais incisiva ao capitalismo. Durante todo o livro, os autores refletem sobre o que poderia ter acontecido durante o desenvolvimento da História Humana para que chegássemos onde chegamos; à beira de um colapso social e ambiental que parece irreversível. Em alguns momentos, eles até chegam a mencionar a Revolução Industrial ou a emergência de um sistema-mundo, mas não desenvolvem nenhuma dessas ideias. Nesse sentido, a impressão que deixam é a de que esse processo foi natural e inevitável, e não consequência do desenvolvimento do sistema capitalista que, apesar das resistências em quase todas as sociedades nas quais adentrou, conseguiu se estabelecer de modo planetário, homogeneizando as organizações sociais sob uma ideologia específica.

Todavia, mesmo com os pontos negativos, é impossível negar a importância do livro. A jogada genial de Graeber e Wengrow reside em trazer de volta os clássicos da antropologia – como Claude Lévi-Strauss, Pierre Clastres e Marcel Mauss –, que frequentemente são menosprezados e tidos como ultrapassados pelas gerações mais recentes, principalmente na academia anglo-americana, aplicá-los de forma conjunta às novas evidências levantadas pela etnografia e arqueologia e propor um desenvolvimento não-linear, que desconstrói as noções enraizadas de uma história da humanidade etnocêntrica. Ainda assim, cabe mencionar que as críticas e proposições do livro não estão completamente isoladas, mas dialogam, inclusive, com trabalhos feitos por autores brasileiros, como o arqueólogo Eduardo Góes Neves e o

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Por fim, a apresentação dos modos de vida de dezenas de sociedades através do tempo e das reflexões que surgem a partir delas parecem estar a serviço do rompimento da noção evolucionista que nos impede de olhar para arranjos sociais anteriores ao nosso – ou até mesmo contemporâneos, mas que não estejam de acordo com as normas da sociedade ocidental –, como igualmente válidos e aplicáveis. Desse modo, somos expostos a diferentes possibilidades de vida, que têm a capacidade de nos fazer questionar a forma como estamos organizados atualmente.

Assim, o livro nos tira da zona de conforto e questiona concepções filosóficas que estão presentes no imaginário social desde o início da Modernidade. Os autores nos convidam a reconstruir o conhecimento a partir de um novo olhar, incorporando as contribuições dos povos indígenas e combinando-as com dados mais recentes produzidos pela antropologia e arqueologia. Aos que buscam respostas prontas, regras universais e uma história de desenvolvimento coerente e linear, a obra pode ser um tanto quanto decepcionante, mas aos que estão dispostos a desnaturalizar os elementos que parecem indissociáveis da vida em sociedade, Graeber e Wengrow apontam caminhos para fazermos as perguntas que serão decisivas se quisermos desviar do rumo evidente da auto destruição planetária.

Referências bibliográficas

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo**: Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MAUSS, Marcel & DURKEIM, Émile. Note sur la notion de civilisation. **L'Année Sociologique**, Paris n. 12, p. 46- 50, 1913.

entrevista



“... eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

Entrevista

Alonso de Lucena Goulart

Eduardo Cação das Neves

Vitor de Lima Gallina

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1222-259

APRESENTAÇÃO

A Revista Epígrafe é um periódico semestral editado por estudantes de graduação em História da Universidade de São Paulo. Nosso objetivo é contribuir com a difusão científica criteriosa e, ao mesmo tempo, acessível, tanto para quem nos lê quanto para todes que nos procuram a fim de publicar seus artigos, ensaios e resenhas. Para isso, contamos com professores do Departamento de História da USP em nosso Conselho Editorial, bem como, sobretudo, com o compromisso de especialistas que, ao serem convidados, aceitam com muita generosidade participar de nosso processo editorial na condição de pareceristas. Também contamos com o trabalho voluntário de nossa Comissão Editorial, composta por estudantes interessades em pesquisa, extensão e divulgação científica. Para além dos três eixos nos quais os trabalhos que recebemos são organizados (artigos, ensaios e resenhas), contamos também com uma seção destinada à publicação de uma entrevista realizada com notáveis pesquisadores da área de História.

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

Nesta edição, apresentamos uma entrevista que visa a preparar o nosso público leitor para a nossa próxima publicação: um dossiê especial sobre Patrimônio, Cultura Material e Memória que conta com trabalhos de estudantes de graduação e recém-formades de todo o país, a ser lançado dentro em breve!

Nesse sentido, trazemos nas próximas páginas a voz de nossa muito generosa entrevistada, Anita Fattori! Anita é especialista em História Antiga, doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e à Université Paris 1 Sorbonne, desenvolvendo, com bolsa FAPESP, pesquisa sobre mulheres assírias e sua atuação nas redes de comércio do início do segundo milênio; mestra em Filosofia pelo Programa de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) (2018), com trabalho sobre cartas administrativas do período paleobabilônico, realizado com bolsa FAPESP; e graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2013). É também membra do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP-USP), do time Haroc do Laboratório ArScAn e foi integrante do Projeto USP-COFECUB intitulado “Memória familiar e patrimônio: sociedades antigas e medievais” (2019-2023), em parceria com a Université Bordeaux Montaigne.

Nas próximas páginas, segue-se uma agradável conversa com Anita, que, cabe repetir, foi muito generosa em nos conceder esta entrevista, além de atenta aos interesses do nosso público e extremamente responsável com o campo da pesquisa, tendo compartilhado conosco vários ensinamentos urgentes a serem aproveitados

não apenas por quem nutre interesse pela História Antiga, mas também por todes que se interessam pela área de História e, por que não, pelo campo sempre tão vasto e instigante das Humanidades como um todo! Nesse sentido, conversamos sobre sua formação, trajetória profissional (em sala de aula e na pesquisa), oportunidades de bolsas e estágios, experiências em sítios arqueológicos, relação com orientadores, interlocuções com os Estudos de Gênero, fontes históricas utilizadas em seus estudos e o difícil trabalho de interpretação inerente à escrita cuneiforme, entre outros temas.

Com o desejo de uma excelente leitura, esperamos que aproveitem bastante as páginas que seguem!

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

Revista Epígrafe: Anita, primeiro a gente queria agradecer muito você ter aceitado nos conceder a entrevista. Para a gente, está sendo muito incrível!

Anita Fattori: Eu fico bem feliz, porque eu sinto muita falta desse diálogo — quando a gente passa para a pós-graduação — com a graduação. Acho que é uma coisa que, aos poucos, a gente perde muito. Por isso eu sempre peço para o [Marcelo] Rede¹ para fazer monitoria de graduação — porque eu sinto falta... E sinto mais falta ainda de [um diálogo com a] sala de aula. Então fico bem feliz de vocês terem me convidado!

RE: Que bom! A gente queria começar pedindo para você falar um pouco da sua trajetória, desde lá do início, como você escolheu o curso de História, por que você decidiu fazer a Pós-Graduação, como chegou no seu tema de pesquisa atual...

AF: Na verdade, desde pequena eu tinha uma paixão por Biologia (isso é meio doido...) por causa dos professores que eu tive na minha infância e na minha adolescência. E aí em 2007 eu tive oportunidade de fazer um intercâmbio para a Turquia pelo *Rotary*, porque a gente recebeu uma turma na nossa casa, e aí eu não tinha previsão de fazer. Só que com o *Rotary* você vai para a casa de uma pessoa, então você não tem gasto, você só compra a passagem (não só, né, porque ainda é caro, mas é um intercâmbio mais acessível). E eu fui para a Turquia e lá eu visitei

¹ Professor de História Antiga do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

vários sítios arqueológicos. Eu fiquei maluca! E eu sempre gostei muito de ler. A literatura é uma coisa que faz parte da minha vida desde pequena... de os meus pais me incentivarem muito a ler, de me levarem para a biblioteca municipal desde que eu sou muito pequenininha... e meu irmão também lê muito, e eu herdava os livros dele, lia muitas coisas que ele tinha, né... E uma coisa levou a outra, acho que foi um pouco uma mudança radical no terceiro ano do Colegial (de Biologia para História), pela experiência que eu vivi... e todo aquele imaginário do que seria a Arqueologia, do contato com as civilizações do passado, que a gente sabe que não tem nada a ver — não tem nada de *Indiana Jones* —, mas isso ainda permeava muito o meu imaginário.

E eu comecei a fazer graduação de História, eu fiz um ano na UNESP, e aí era *muito* longe da minha casa, eu não tinha maturidade, não tinha nenhum preparo para ter saído da minha casa, e eu voltei e acabei fazendo na PUC. Durante a PUC, as coisas foram bem complicadas, porque eu trabalhava o dia todo e à noite eu fazia faculdade (para conseguir dar conta), e nunca trabalhei na área de História. Nos dois últimos anos, eu consegui fazer um estágio, o PIBID — eu não sei se ele ainda existe, se tem na USP —, que é o estágio de docência, e eu descobri que eu *amo* dar aula, foi uma coisa muito doida, uma paixão absurda!

Mas, ao mesmo tempo, eu tinha um contato com o professor de História Antiga da PUC, que era o Fábio Morales², que me orientou no TCC, e eu queria estudar Hititas na época, que era um tema muito fora, assim... E ele falou: “olha, não desiste...”. E eu falei: “eu quero dar aula, que é uma coisa que eu gosto de fazer”. E fui dar aula. Fiquei três anos dando aula na Prefeitura, no Estado e em escola particular. Eu acabei passando num concurso do Estado na época... Então tudo contribuiu para

² Professor Adjunto de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

eu ir para a sala de aula. E foi muito difícil escolher entre a sala [de aula] e a pesquisa, porque... não estou querendo romantizar, eu sei que a nossa profissão é muito difícil, mas, ao mesmo tempo, eu não sei... o contato com a formação de uma pessoa... contribuir para a formação de alguém é uma coisa que me toca muito... e olha que eu sempre falei que eu nunca ia dar aula, que eu ia fazer pesquisa... e foi tudo ao contrário.

E durante a graduação eu continuei indo aos eventos que a PUC organizava, que o Fábio Morales organizava, e eu escrevi um projeto de Mestrado, porque eu queria prestar o Mestrado e o incentivo me fez procurar professores especializados. E aí, na época, entrei em contato com o Marcelo Rede, na USP, e com o Carlos Gonçalves, que é professor da EACH³ e que também está no LAOP⁴ (os dois são coordenadores do LAOP). E os Hititas... Era impossível! Nenhum dos dois tinha especialização para orientar, ia ficar uma coisa muito fora... E aí o Carlos estava desenvolvendo um projeto de Matemática (mesopotâmica) e me falou: “olha, eu trabalho com tal região, tal período, te interessa?”. E eu já estava tão cansada de querer fazer uma coisa que ninguém queria me orientar que eu falei: interessa, Mesopotâmia me interessa muito! E aí eu comecei do zero, em 2015, a estudar, com o Carlos, acadiano. Ele me dava aula junto com dois colegas. A gente ia à EACH semanalmente, duas vezes por semana para fazer o manual de acadiano juntos, com o Professor Carlos, que era especialista. E fui construindo o meu projeto de Mestrado.

³ Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

⁴ Laboratório do Antigo Oriente Próximo, vinculado ao Departamento de História da Universidade de São Paulo.

E aí eu consegui, entrei no Mestrado, e Carlos falou: “olha, seria muito interessante para essa área que você tivesse bolsa, porque é muito difícil você fazer pesquisa numa área tão incipiente no Brasil sem se dedicar 100% a ela”. E eu nem sabia o que era FAPESP na época (*risos*), e aí eu fui descobrindo... porque na PUC eu não tive contato com pesquisa, foi realmente uma formação de docência. Eu mandei [o projeto] para a FAPESP e consegui a bolsa! Tive que largar a docência — fiquei com a carga mínima que a FAPESP permitia — e aí o Carlos conseguiu uma bolsa para ir à França — aqueles bolsas que os professores fazem, né, que eles tiram um semestre e podem ir — e foi uma bolsa de excelência, no Instituto de Estudos Avançados da França. E ele falou: “tem uns colegas muito bons aqui, especialistas na temática do [seu] Mestrado... por que a gente não pensa numa bolsa para você também vir?”. Foi uma coisa que nunca tinha passado na minha cabeça! E eu acabei indo, conseguindo a bolsa da FAPESP e da BEPE⁵, e fiquei seis meses em Paris, mal falando francês — nunca tive chance de estudar, comecei a estudar naquela época — e fui orientada aqui [Paris] pela Cécile Michel⁶, que hoje é a minha orientadora de Doutorado. [Há] não só uma questão de que a gente se deu muito bem — porque eu acho que isso é muito importante numa pesquisa, porque você vai estar lidando com uma pessoa durante quatro, cinco anos da tua vida quase semanalmente, né — mas também a forma como ela produzia ciência — ela é uma pessoa muito ética, muito comprometida, e aquilo me encantou muito! Na época, a gente conversou e eu falei: “queria fazer Doutorado” e ela falou: “olha, o que você estuda no Mestrado não é minha especialidade, mas eu estudo uma temática que é do mesmo período”. Mas eu estudava o Sul da Mesopotâmia, ela estuda Norte. Muda tudo! “E eu estudo mulheres,

⁵ Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior, da FAPESP.

⁶ Professora de arqueologia do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

te interessa?”. Eu comecei a olhar a documentação e fiquei *perdidamente* apaixonada e aí comecei a escrever o projeto [de Doutorado], já em colaboração com ela. Então, toda a [minha] trajetória já vem do Mestrado e... eu não sei se eu posso falar que foi sorte, mas todas as coisas foram aos pouquinhos se encaixando de uma maneira muito doida, né?

RE: Justamente, a próxima pergunta... A gente queria que você falasse um pouco sobre o seu Doutorado, o seu projeto atual. Vimos que sua pesquisa se concentra em recuperar e analisar a atuação de mulheres assírias em redes de comércio no início do Segundo Milênio. Como é trabalhar com esse tema? Quais fontes primárias você utiliza? Como consegue acessar a agência histórica dessas mulheres?

AF: Tentando encaminhar a última pergunta, [para] o acesso e a escolha do tema eu tive muita influência da minha orientadora (isso é fato), por um lado, mas num segundo momento... eu já trabalhava desde o Mestrado dentro do quadro do LAOP, então eu já tinha muito contato com o professor Marcelo Rede, que foi me ajudando junto com o Professor Carlos — o Carlos e ele foram essenciais para me ajudar a pensar e construir esse projeto —, e aí quando eu construí o projeto, eu construí baseado nas fontes a que eu tinha acesso. O que isso significa? Eu trabalho com uma das documentações mais amplas da Mesopotâmia. Em termos de arquivos privados, em números é o maior arquivo privado da história da Mesopotâmia. *São*

mais de 22 mil documentos sobre a vida de pessoas comuns. Eu não gosto do termo *arquivo privado*, eu prefiro *arquivo familiar*, mas na literatura ele aparece muito como *arquivo privado* — essa noção de público e privado é bem complicada.... E aí o que que eu fiz? Na época de construir o projeto, do Brasil eu não tinha acesso a quase nada (de bibliografia), a gente sabe que a biblioteca de Mesopotâmia é muito, muito pequena... Ao que eu tinha acesso eram dois volumes que a Cécile [Michel] tinha feito, que ela tinha me mandado (algumas coisas) e eu recortei em algumas famílias que os arquivos já tinham sido publicados.

E qual foi a minha proposta? Primeiro, eu precisava me formar muito solidamente no domínio. Eu já estudava acadiano desde 2015 — eu fui fazer o projeto entre 2018 e 2019 —, mas eu estava mudando de dialeto, isso significa que eu tinha que começar a estudar de novo a língua. E eu acho que para estudar documentação histórica, seja contemporânea seja do passado, a gente precisa ter o domínio da língua, porque a gente não pode contar com a interpretação de um segundo, para você ser o terceiro a interpretar. A gente precisa ter o acesso direto para entender o que está acontecendo, porque *toda tradução é uma interpretação*, não adianta, né? Então, eu comecei a me dedicar a esses documentos publicados, fiz o recorte de três famílias — duas que já tinham sido bem estudadas pela Cécile [Michel] e mais uma que tinha acabado de ser publicada, em 2017, e que as mulheres não eram o foco da publicação.

Então, o meu primeiro momento foi escolher fontes que tinham um *peso*, que eu pudesse construir um projeto, uma quantidade de documentos que fosse viável para um projeto de quatro a cinco anos e comecei a estudar a língua para acessar diretamente aquelas fontes. Obviamente, eu não estou falando que acessar as fontes significa que eu estou acessando o passado. A gente sabe que as fontes não são o

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

retrato... é como uma foto: a gente está falando de um ponto de vista do que está acontecendo! Mas eu acho que é muito importante dentro de uma pesquisa a gente se formar para conseguir acessar diretamente esse passado.

Uma segunda coisa que eu achei bastante importante foi me dedicar a traduzir essas fontes para a língua portuguesa, porque a gente quase não tem material de Mesopotâmia em língua portuguesa. E material para trabalhar tanto em Graduação como em Ensino Básico... E é uma documentação muito rica para trabalhar não só estudos de gênero, mas também questões sobre economia, sociedade, formação familiar... Então, isso para mim foi fundamental quando eu pensei meu projeto de Doutorado: trazer um segundo volume de tese — mesmo que isso me tomasse mais um ano de pesquisa — das traduções das cartas.

Para acessar a agência feminina, eu creio que... eu parto do princípio que eu não estudo as mulheres, mas eu estudo o gênero como uma das distinções sociais, e aí, para compreender qual é o papel das mulheres nessa sociedade — ou, mais do que o papel das mulheres nessa sociedade, mas quem são elas, etc — o que me interessa aqui, na verdade, é compreender como essas mulheres constroem as relações com as pessoas com quem elas interagem, mas não só essas relações (entre pessoas), mas também as relações materiais (então, quais são as interações concretas que elas estabelecem nesse contexto?). O que significa dizer isso? Significa que o meu estudo não se dá num *vazio*, eu estudo cartas de mulheres, escritas ou recebidas por essas mulheres — que é o que eu traduzo —; à parte disso, toda a documentação que de alguma forma toca nelas — então é quase um estudo

biográfico de cada uma dessas mulheres — e a partir disso eu insiro tudo isso dentro de uma rede familiar. Então, não me interessa eu fazer uma descrição, um autorretrato... um retrato dessas mulheres. Eu posso chegar aqui para vocês e fazer uma descrição de todas as atividades que elas fazem, que é a segunda parte da minha tese, mas ela não pode ser feita num vazio! Para eu acessar a agência, o papel, qual era a atuação delas nesse sistema comercial em que elas estavam inseridas, eu preciso fazer isso dentro do quadro de relações que elas desenvolviam. E que quadro é esse? É o quadro familiar. Então, minha análise para acessar [a agência dessas mulheres] é literalmente compreender qual é a posição dessas mulheres dentro das relações familiares que elas estabelecem — em primeiro lugar — porque é a partir da família que elas vão estabelecer as outras relações. E aí sim eu começo a olhar como a partir da posição que elas têm nessas famílias, que é muito particular, elas vão estabelecendo as outras relações.

As fontes a gente chama de tablete cuneiforme, que são tabletes feitos de argila, literalmente quadradinhos, feitos de argila, que às vezes não medem mais do que 5 centímetros (isso quer dizer a palma da nossa mão!). Eu trabalho só com cartas, apesar de na tese como um todo eu trabalhar com documentos administrativos e legais... mas a minha tradução é de cartas que vão de vinte a quarenta linhas — depende do tamanho e depende da confusão (*risos*) que eles têm que resolver na carta —, a escrita é cuneiforme, porque é em formato de cunha, e a língua é acadiano, mas é um dialeto que se chama paleoassírio (e ele tem muitas especificidades, porque não é uma língua escrita só por escribas, é uma língua escrita por pessoas comuns). Então, a gente estima que algumas dessas mulheres, sim, escreviam as suas próprias cartas ou tinham pelo menos um acesso, mesmo que instrumental, à leitura e à escrita dessa documentação, por n fatores.

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

RE: Dá para saber a posição social dessas mulheres? Quer dizer, elas tinham uma posição mais elevada por terem acesso à escrita?

AF: Primeiro, nos estudos de Antigo Oriente Próximo, as mulheres que têm acesso à escrita geralmente são da elite ou sacerdotisas, ou as mulheres mesmo de que a gente tem alguma notícia (que a gente consegue acessar a realidade delas) são rainhas, sacerdotisas ou, de certa forma, deusas. Mulheres comuns, com esse retrato social do período paleoassírio é uma coisa... é uma exceção completa!

Essas mulheres que a gente tem notícia no período paleoassírio, muitas delas são esposas de comerciantes ricos, abastados, comerciantes que têm muito sucesso nas suas empreitadas — às vezes comerciantes que têm sucesso por um período, depois perdem tudo —, a gente tem retratos também de mulheres que são esposas secundárias — o que a gente sabe que acontece, então —, mas nem em todas as famílias que a gente tem cartas e arquivos são mulheres de uma “elite” comercial.

A gente tem alguns retratos de servas também, não documentos assim de cartas, contando da família, etc, mas nessas cartas a gente tem algumas coisas que nos dão pistas para entender um pouco sobre essas mulheres que trabalhavam nas casas, então, por exemplo, na produção dos tecidos — a gente sabe que tinham muitas servas envolvidas.

Para a escrita: nesse cenário, não necessariamente ter o domínio da escrita significa ser da elite, porque a gente tá falando de um cenário comercial de longa

distância, em que as famílias percorriam mil quilômetros de um lugar para outro, às vezes até mais, porque se disseminavam por toda a Anatólia. A escrita, nesse caso, não é uma questão de domínio do saber. É uma questão de sobrevivência! Então, o comércio está impregnado em diversas práticas da escrita! E as famílias, conseqüentemente, têm a prática da escrita no seu cotidiano, não só para contabilidade dessas mercadorias que vêm e vão numa quantidade *absurda* — que, assim... a gente não imagina, mas são toneladas e toneladas de mercadorias circulando —, para contratos de empréstimo, para contratos judiciais — de casamento, de divórcio (porque a gente tem contratos de divórcio!), de testamento —, mais cartas que precisam se comunicar, porque eles estão percorrendo toda uma rota, e às vezes você precisa falar com uma pessoas que está no meio do caminho!

Então, o domínio da escrita aqui é mais uma necessidade. Isso não significa que todo mundo metrizava a escrita, mas a gente vê muitos erros nessas cartas — é difícil falar *erro*, porque eles não tinham manual de acadiano para estudar (*risos*), não iam a uma escola de escriba (são pessoas que podiam ir numa escola de escriba, mas muitos aprendiam dentro de casa, mesmo). Então, é mais ligado a uma questão da organização social, da organização do comércio do que propriamente um domínio do saber, o que é único também, na Mesopotâmia, porque geralmente a escrita é uma coisa das elites administrativas, principalmente.

RE: Falando sobre as mulheres... Sabemos que uma de suas áreas de atuação são os estudos de gênero. Tendo em vista a importância das proposições da historiadora Joan Scott no desenvolvimento desta área, gostaríamos de saber: o que você pensa do seu conceito de gênero? E da sua sugestão de se pensar o âmbito político do gênero, isto é, pensá-lo para além da sua dimensão interpessoal? Caso

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

dialogue com outras teóricas da área, quais conceitos utiliza e como? Qual o papel dos estudos de gênero no desenvolvimento da sua pesquisa?

AF: O gênero eu utilizo como uma ferramenta analítica. Acho que esse é o primeiro ponto de partida. Porque eu penso... o que me influenciou mais na escrita do projeto, para me aproximar das teorias de gênero, para conseguir colocar isso dentro da minha pesquisa, duas coisas um pouco diferentes: de um lado, a necessidade que eu sentia de pensar o gênero para as análises históricas a partir do que foi proposto pela crítica feminista. Que é literalmente a gente quebrar a ciência e começar a repensar o que é feito pela ciência. Acho que essa é a primeira coisa que para mim foi muito importante na minha formação como historiadora, mas também na minha formação como pessoa a partir das minhas leituras pessoais dos estudos feministas. E é perceber como os estudos de gênero vêm impactando... como a gente tem conseguido, de certa forma, cutucar e mostrar que a ciência não é neutra.

O que mais me tocou nessa formação; as leituras que mais pesaram para mim foram as leituras de Antropologia. Para mim, pesou muito as leituras da [Marilyn] Strathern, foi algo que marcou muito minha formação, muito mesmo. E da Donna Haraway também, que apesar de não ser exatamente a minha área, é o que eu carrego comigo, que é, literalmente, que a gente precisa, para fazer ciência, pensar de onde vêm nossas questões, para quem a gente está olhando, e como a gente está olhando para esse objeto. Então, é entender que não existe um ponto de vista zero. A Donna Haraway vai falar isso, que a gente sempre tem um ponto de partida, e assim,

qual é esse ponto de partida? Eu acho que a entrada da crítica feminista nas ciências — e não só nas ciências humanas, mas nas ciências — vem com muito peso para questionar isso. Porque se a gente olha até para as ciências que a gente pensa serem exatas, não são exatas. Se a gente pega a Medicina, e decide fazer uma comparação sobre o que tem de estudos sobre menopausa, por exemplo, vamos ver que quase não tem pesquisas sobre a menopausa, por exemplo.

São coisas que estão sendo muito questionadas por essa galera dos estudos feministas que vêm escrevendo sobre ciência, e tudo mais. Então, acho que esse foi um primeiro ponto que me carregou para a Assiriologia. Hoje, quando eu falo aqui, eu falo muito mais sobre a Assiriologia, muito mais do que está englobado nesses estudos sobre Antigo Oriente Próximo, que talvez entre Egíptologia, os Estudos Bíblicos, e eu parto da Assiriologia. E para a Assiriologia, a crítica feminista foi muito importante para repensar o que era feito, porque a gente parte de um duplo androcentrismo, que é uma crítica muito forte de uma autora que eu carrego também nos meus estudos, que é a Agnès Garcia-Ventura (que é uma estudiosa de assiriologia) e a minha própria orientadora, Cécile Michel, e tem um grupo enorme que desde os anos 2000 vem trabalhando os estudos de gênero — a cada dois anos eles fazem um evento voltado só para os estudos de gênero — ela, junto com a Couto Ferreira, mostraram muito bem que a assiriologia foi uma disciplina construída sobre um duplo androcentrismo. Porque se de um lado a gente tem uma ciência produzida por homens brancos, em sua maioria, e que obviamente as questões que vão surgir dessa produção são questões que interessam às pessoas que estão produzindo, por outro lado, as nossas fontes também são super androcêntricas. Porque a maior parte das fontes de Mesopotâmia são fontes feitas por homens, né? A gente quase não

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

tem... E aí vem a segunda coisa: a questão aqui não é colocar as mulheres de volta na história.

A Joan Scott fala muito sobre essa questão, sobre as questões de história e poder, que eu acho que é a contribuição principal da autora, mas a nossa questão não é só trazer a figura feminina, mas é de certa forma entender e, aqui, ampliar para fora da figura da mulher, que o gênero serve como uma ferramenta analítica porque ele também nos mostra que ele é uma categoria social. Isso significa dizer que o gênero é socialmente construído. Então o lugar que as pessoas ocupam dentro do social é único para aquela realidade. Então para a gente estudar uma realidade histórica, essas categorias como ferramentas analíticas — e não só o gênero, né? Daí vem também a interseccionalidade, porque a gente também tem outras categorias que contribuem para esse diálogo e para essa formação... mas é a gente entender que olhar para essas categorias sociais; mostrar que essas realidades são historicamente construídas faz com que o passado venha à tona de um ponto de vista muito mais interessante. [Faz com que] a gente consiga olhar não como um espelho, mas que a gente olhe esse passado como um lugar de negociação dessas pessoas.

Então, o que me interessa e o que eu acho que eu carrego mais, o porquê que o gênero é tão importante na pesquisa, é entender que ele é só uma das distinções — mas ele é uma distinção muito importante — e que para eu entender o que tá acontecendo ali, eu tenho que entender como as pessoas dialogam entre si e, de novo, tocando no dossiê que vocês estão fazendo sobre materialidade, também entender como as pessoas dialogam com o mundo material ao redor delas, e quais

são as diferenças de gênero, as distinções de gênero nesse diálogo. Quais são os marcadores do gênero nesse diálogo entre coisas e pessoas.

Por exemplo, muito do que eu lia era que as mulheres, durante a partida dos mercadores, ficavam em casa, tomando conta da casa, e como os homens se ausentaram, elas ganhavam uma maior expressão social. Isso me incomodava muito, que só a ausência masculina daria o lugar da reconfiguração, né? E aí, quando eu comecei a olhar, do meu ponto de vista, não é que a ausência masculina dá lugar à mulher, para que o feminino se destaque e tenha alguma agência. Não. A gente tem uma reconstrução dos papéis familiares, e aí dentro das relações familiares as pessoas começam a cumprir outras demandas, ou descumprir o que é esperado, quebrar expectativas, e aí se produzem os fenômenos históricos, e aí a gente tem que entender dentro desse quadro. Mas não no vazio entre relações de gênero. Então o homem saiu, a mulher ficou, 'uhu', explodiu a agência feminina. Não. Qual é o quadro familiar em que isso opera? Isso opera dentro de um quadro social familiar. Se você tem a ausência da figura paterna, por exemplo, como isso se reconfigura? Ou por exemplo, se o tio sai, como isso vai se reconfigurando? Quais são as figuras que entram? Como as outras figuras se relacionam entre si? E é daí um pouco que vem a minha ideia de pensar o gênero.

RE: Você possui trabalhos abordando a relação da materialidade da escrita com a escrita cuneiforme (forma pela qual foi escrita a maior parte dos documentos que você estudou em suas pesquisas). Você poderia falar um pouco sobre essa interlocução no seu trabalho atual, de doutorado? E numa dimensão mais geral, como o estudo da cultura material está presente em suas pesquisas?

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

AF: Essa é uma questão que sempre me interessou bastante, acho que tem a ver um pouco com a minha formação. Durante o mestrado, eu fiz muitas disciplinas no museu de arqueologia, e tive muito contato com teoria da materialidade (*material turn*). Também tem grande influência do Marcelo, pois acho que ele é um dos nomes do departamento que tem muita coisa publicada sobre o tema, e gosta muito da temática da *material turn*, de pensar a relação desse mundo de coisas e pessoas. É um tipo de leitura que sempre me fascinou muito. Atualmente na pesquisa, eu vejo que a entrada da materialidade se dá de duas formas — não distintas, pelo contrário. Além desse artigo que eu escrevi junto com meu colega, o Leandro Ranieri⁷, agora vai sair mais um, acho que em maio sai um, que eu falo um pouquinho, e deve sair um outro pro ano que vem que é um pouco disso que eu vou comentar agora, que são as ideias que eu tenho trabalhado na tese. Por um lado, eu acho que tem a questão que eu falei nas duas perguntas anteriores, que é meu interesse para entender como se dá a relação dessas mulheres com o mundo material que está no entorno. Então não só objetos em si, mas o próprio lugar dessas mulheres dentro das relações comerciais. Então, por exemplo, a gestão da casa (do *household*) do domínio doméstico. Como isso impacta, como isso é feito, como isso se dá. Mas principalmente a relação das mulheres com a escrita. Isso tem me interessado demais.

E aí que vem a segunda coisa, que é a questão da materialidade da escrita, que envolve as mulheres, porque as fontes da Mesopotâmia são tridimensionais. Elas são tabletas cuneiformes tridimensionais, que a gente lê na nossa mão, fazendo um

⁷ Doutor em Ciências, programa História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Membro do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP).

movimento parecido como se fosse um livro, mas a gente vira pelo eixo vertical: primeiro lemos a frente, depois a borda inferior, em seguida o verso e, por fim, a borda superior. Às vezes ainda encontramos sinais na borda esquerda. Essa é a ordem de leitura. Então, para ler o tablete, eu preciso pegar ele na mão, ele é tridimensional, ele não é uma folha de papel 2D. Então, para entender a escrita cuneiforme, já começa por aí: a gente tem que entender que ele [o tablete] é um objeto. Isso quer dizer que o peso de uma carta já importa. Por que uma carta é pequena? Porque eu não posso levar duzentas cartas no lombo de um asno se elas pesarem 1kg cada uma. Eu preciso de objetos pequenos, transportáveis, e que sejam possíveis de chegarem de um lado para outro. Além disso, para circular, eu preciso proteger esses tabletas. Então esses tabletas recebiam envelopes. Para os envelopes serem identificados, eu precisava gravar o nome, e às vezes identificar com selos cilíndricos, que são desenhos nesses tabletas.

Além da questão da materialidade desses tabletas, vem a questão da organização desse sistema. Tá, eu tô falando de 22 mil documentos. E o que eu faço com todos esses documentos? Eu preciso organizá-los. Então o próprio sistema de organização social da memória dessas pessoas, em que as mulheres estavam diretamente implicadas, envolvia uma organização material dessa escrita. Então esses documentos eram arquivados. Eles eram literalmente arquivados em espaços físicos, como se fossem quartos. Podiam ser arquivados em potes, jarros, caixas, em grupos pequenos, grupos maiores. Podiam receber etiqueta, podiam ser organizados por assunto, podiam ser organizados de acordo com quem escreveu ou quem recebeu. Mas o que é importante notar é que a organização é física. Existe uma organização visual, material daqueles arquivos em que as mulheres não só estavam envolvidas, como elas também produziam essa organização. Porque muitas vezes elas que

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

realmente ficavam na casa durante a viagem dos filhos, maridos, pais, e alguém podia chegar na casa para procurar um tablete, porque os contratos... (por exemplo, se eu emprestava dinheiro para você, você me devolvia o contrato e o contrato era quebrado, mas a partir do momento em que você não paga, é como se fosse uma nota promissória, eu guardo essa nota promissória, eu guardo esse contrato, [quando] eu vou pagar, eu preciso recuperar [esse contrato]). Elas precisavam saber da organização material daquele arquivo para conseguir retirar um tablete.

A gente tem documentos falando “vai lá e retira esse tablete”, “vai lá e guarda esse tablete”. Então, a vida dessas mulheres estava envolvida com questões de letramento. Elas tinham que saber se aproximar de alguma forma da escrita e da leitura, mesmo que fosse de alguma forma básica, de conhecimento. E elas precisavam ter uma organização daquele mundo, que é um mundo material. Então, não é porque a gente é historiador que a gente tem que ficar preso em documento escrito, né? O nosso universo documental é muito mais amplo. E às vezes, além da leitura dos documentos, a gente precisa ir além para entender como se davam essas interações, porque senão a gente nunca vai conseguir entender como se construiu esse universo.

Por isso, para mim foi muito importante ter ido para a Turquia. Porque lá eu tive acesso ao sítio arqueológico, às casas, às estruturas das casas. Mas não é o fetichismo do objeto, de ir para lá e ver, mas é literalmente conseguir visualizar como aquela sociedade se organizava, porque a gente tem um sítio bem escavado, e aí você

chega no sítio e parece que a gente vê as caravanas chegando. A gente precisava entender como esse mundo se organizava, acho que é um pouco isso.

RE: Achamos muito interessante você ter participado da equipe de escavação arqueológica no sítio de Kultepe-Kanesh, na Turquia, dirigida pelo Prof. Fikri Kulakoglu e realizada pela Universidade de Ankara e pelo Ministério da Cultura da Turquia. Poderia nos contar um pouco sobre essa experiência?

AF: Foi uma oportunidade bastante ímpar, que me deu alguns cabelos brancos de estresse. Porque para escavar na Turquia, a gente precisa de um visto de escavação. Então eu tive que fazer todo um processo administrativo. Como quase tudo que eu faço no doutorado, metade é pesquisa, metade é burocracia. É bom ficar claro porque é assim que a vida segue aqui (risos). O visto é pedido pelo diretor do sítio, e a gente tem que entrar na embaixada para conseguir. Nos dois anos que eu fui, tive que fazer esse procedimento.

O sítio não é um sítio-escola, não é um sítio para se aprender a escavar, não é nada disso. Mas, a minha orientadora há mais de trinta anos é membro da equipe. Então, como eu pesquisava a temática, a gente discutiu e concordou que seria formativo, seria muito importante para a minha formação que eu tivesse uma experiência arqueológica. Cabe dizer que eu não sou arqueóloga, né? O fato de eu ter ido duas vezes, de ter buscado me informar das disciplinas de arqueologia do MAE não me forma arqueóloga. O que foi bastante importante foi que eles têm uma equipe multidisciplinar. Lá a gente tem antropólogo, tem biólogo — que trabalha com a parte da fauna —, tem cientista forense — que trabalha a parte dos restos mortais que são encontrados, juntos dos antropólogos. E nos dois anos que eu fui tinham

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

profissionais de diversas áreas trabalhando no sítio, o que foi importantíssimo porque me deu uma formação muito ampla sobre a disciplina. Eu jamais, com a formação que eu tenho hoje, posso conduzir uma escavação. Mas eu tenho as ferramentas para participar como membro do time de escavação.

Lá, no primeiro ano eu trabalhei principalmente com a equipe turca, fazendo a escavação de um sítio do Bronze Tardio, que é na parte alta da cidade — porque na época, a parte do sítio que eu estudo não estava sendo escavado, que é a parte da casa dos mercadores. E esse primeiro ano foi incrível, porque os responsáveis tiveram muita paciência para me explicar tudo que vocês podem imaginar, desde desenho técnico até reconstrução de peças de cerâmica; até fazer desenho estratigráfico, desenhos das peças.

A gente escavou diversos tipos de material, desde ossadas humanas até metais e cerâmicas. Então, o trabalho dentro do sítio se dava num primeiro turno, que ia das 06h às 17h, de escavação — e quando eu falo de escavação, é pegar na enxada, tudo que vocês imaginam. Não é só ficar com “pincelzinho”, é muita força física. E num segundo momento a gente voltava, descansava, para das 20h às 22h catalogar tudo o que era achado e fazer todo o registro dos dados. É aí que você aprende a fazer os desenhos técnicos, a medição, todas as fotografias, e fazendo diário para que as informações não se percam. Porque num dia é *muita, muita, muita informação*. E outra parte do time trabalha com a cerâmica — com a separação da cerâmica — porque são centenas de caquinhos que a gente acha.

E o segundo ano foi incrível, porque a gente foi para a parte de baixo do sítio, que é onde eu estudo. E a gente escavou uma casa do Bronze Médio, a casa de um mercador, em parceria com a Universidade de Seul, da Coreia. Eu trabalhei junto com os turcos e com os coreanos, então foi incrível também porque você acaba entrando em contato com diversas formações, do ponto de vista do profissional da arqueologia. Não é conflitante, mas é curioso ver como as diferentes formações agem em campo.

E aí, dentro desse trabalho a gente repetiu toda essa ação, que é a catalogação etc., mas o que foi mais legal foi que a gente achou tabletas não *in situ*, não dentro das casas, mas caminhando por áreas já escavadas. Provavelmente deu uma chuva forte, algum muro caiu, e o tablete estava dentro de uma das casas já escavadas. Tinha um professor, que é um assiriólogo de formação — ele que fez a tradução dos tabletas — e ele me deixou trabalhar junto com ele. Foi a primeira vez que eu pude pegar um tablete do zero, um tablete não publicado, um tablete inédito, que a gente tinha acabado de encontrar, que ele vai publicar agora em 2024 nesse volume que eu falei, de maio.⁸

Quando eu falo que eu não sou arqueóloga, é porque provavelmente, se um dia eu for trabalhar dentro de um sítio, esse seria o meu trabalho, de lidar com os tabletas, com a fonte escrita.

É um trabalho surreal, porque a gente achou dentro de uma casa, aí a primeira coisa é pegar o mapa, para ver de que mercador era aquela casa; quando foi escavado; pegar o tablete e identificar que tipo de tablete é — então a gente

⁸ ANDERSON, Adam. Two New Tablets from the House of Kuliya, Son of Ali-abum, and One Broken Envelope: 2022 Kültepe Texts (Kt 22/k 02–03, 05). In: Kültepe at the Crossroads between Disciplines: Society, Settlement and Environment from the Fourth to the First Millennium bc. Fikri Kulakoğlu; Cécile Michel (Ed.), Subartu, 51 (Turnhout, 2024), 2024.

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

identificou, e era uma carta e um pedaço de envelope. Lemos o nome que estava escrito e ele batia com o da casa em que foi achado, então a gente sabia que era daquele mercador aquele tablete. Aí vai todo o trabalho, depois é a coleta, o tablete vai para o museu depois de fotografado. É manipulado com muito cuidado — por serem queimados, a gente pode mexer. Se eles fossem crus, eles poderiam se desfazer, então seria muito mais complicado. Mas é isso, foi uma experiência que se eu pudesse, eu repetiria todo ano. É muito cansativo, mas é incrível.

RE: Ao se falar de Oriente Próximo, muitas vezes o público geral, ou até historiadores, fazem a ressalva de se tratar de um período muito recuado e pouco conhecido, e, portanto, haveria uma desconexão entre passado e presente nas abordagens históricas sobre as sociedades antigo-orientais. Nesse sentido, a que você atribui essa desconexão? Você acredita que o estudo sobre a Antiguidade Oriental não ocupa o mesmo lugar que outros campos e objetos? Que meios você enxerga para a popularização do estudo sobre essas sociedades no Brasil?

AF: Eu acho que, assim, a gente tem a desvantagem que a gente não é *pop* como o Egito, né? A gente não tem o apelo hollywoodiano (*risos*). Brincadeiras à parte, eu acho que tem duas barreiras principais para os estudos de Mesopotâmia no Brasil. A primeira delas é a língua. A língua acadiana não é simples, faz quase dez anos que eu a estudo, e posso falar que é um estudo diário. Não lembro qual especialista disse uma vez que leva uma década para você começar a entender uma língua morta.

Como a gente não tem nenhum curso institucionalizado, isso tende [a fazer] com que o acesso seja marginal. Então, muitas vezes, as pessoas mais interessadas estudam sozinhas, e a gente tem que ter um pouco de humildade para admitir que a gente precisa de um longo estudo. Para começar a traduzir uma língua dessas, não é de um semestre para o outro. Por sorte, eu acho que a gente tá cada vez mais formando profissionais na área. A gente ofereceu no semestre passado o primeiro curso institucionalizado de acadiano na USP. A gente tinha oferecido três semestres de acadiano na EACH, organizado pelo professor Carlos Gonçalves e pelo professor Marcelo Rede, que contou com o colega Leandro Ranieri e comigo para ser feito, mas era um curso de difusão, então é um pouco diferente. A gente cumpriu a gramática da mesma forma, mas é um curso que é mais amplo, de certa forma. A gente conseguiu, no terceiro semestre e conseguimos começar a trabalhar com o Código de Hamurabi, foi muito bacana. E esse ano a Andreia Vilela⁹ chegou no Brasil para fazer seu pós-doutorado. Ela é franco-brasileira e tem uma formação muito especializada na área, e ela, pela primeira vez, conseguiu oferecer um curso de língua e gramática acadiana dentro da USP como curso de pós-graduação. E agora, eu acho que a gente tá conseguindo estabelecer, dentro do Laboratório de Antigo Oriente Próximo — a gente tem também, no Rio Grande do Sul, o laboratório coordenado pela professora Katia Pozzer¹⁰ — como espaço de produção desse conhecimento da Assiriologia.

Para vocês terem uma noção, a gente tem três professores formados em Assiriologia no Brasil. Tem a Katia Pozzer no Rio Grande do Sul, e aqui na USP a gente tem os outros dois, o Marcelo Rede, que ocupa a cadeira de História, e o professor

⁹ Doutora em Línguas, História e Civilizações dos Mundos Antigos pela Université Lumière Lyon 2 (2021) especializada em Assiriologia. Membro do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP).

¹⁰ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenadora do Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental (LEAO).

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

Carlos Gonçalves, que ocupa uma cadeira de matemática na EACH. Então, acho que isso já diz bastante sobre a questão do acesso. [Para] o Laboratório do Antigo Oriente Próximo, que é do qual eu vou falar porque é o que eu trabalho — mas creio que no LEAO (Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental), que é o laboratório da professora Katia, funcione da mesma forma — a procura tem crescido muito.

Desde quando eu comecei a fazer o mestrado, acho que a gente já triplicou de tamanho, de interessados que vêm vindo das disciplinas de graduação do Marcelo, de História Antiga I, e que começam a fazer IC, pesquisas e tudo mais. Além disso, a recém-formação nos últimos cinco anos de doutores na área de Mesopotâmia e de Assiriologia também tem contribuído para que a disciplina comece a aumentar. Faz uns quatro anos desde que o Leandro Ranieri terminou o doutorado, e que depois o Matheus Treuk¹¹ terminou. Eles fizeram pós-doc com o Marcelo. O Matheus ainda faz, o Leandro terminou e é pesquisador-associado na USP. Eles têm oferecido pelo menos uma vez por ano uma disciplina especializada sobre Assiriologia, com pessoas que se formaram na área e tiveram estudos fora do Brasil também.

Então, a primeira complicação, tentando organizar um pouco as coisas, é que a gente tem três especialistas com cadeiras. Quando eu falo especialistas, são pessoas que têm uma formação de Assiriologia, que têm inserção na área de Assiriologia, mas têm cadeiras. A gente tem agora os recém-doutores, que são da Katia e do Marcelo, que têm contribuído muito com a área oferecendo disciplinas de pós-graduação e fazendo atividades dentro dos laboratórios. Por exemplo, no LAOP a gente tem esse

¹¹ Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Membro do LAOP.

oferecimento das disciplinas de pós-graduação, mas a gente tem tentado organizar congressos. Esse é o terceiro ano que a gente conseguiu fazer o colóquio do LAOP com presença de pesquisadores internacionais de altíssimo nível, que deram cursos de pós-graduação. Temos tentado publicar cada vez mais em língua portuguesa, para termos acesso à bibliografia, porque vocês [entrevistadores] fizeram as disciplinas e sabem o quão difícil é a gente ter acesso a uma bibliografia em língua portuguesa.

E tem uma segunda coisa que é muito mais difícil: se a gente for comparar com a História Clássica, quantos professores a gente tem em cadeira, que são especialistas em Grécia e Roma, e quantos a gente tem em Assiriologia? Então, acho que a questão da institucionalização não é simples. Mas o cenário está melhor, nós estamos vendo novas vagas surgindo. Espero muito ver esses colegas em cargos, são pessoas muito competentes com formações muito amplas.

RE: Como você percebe a interlocução dos historiadores brasileiros com os europeus, especialmente nos últimos anos? Além disso, para um aluno de graduação interessado em pesquisar História Antiga, qual seria, na sua opinião, um aspecto fundamental a se considerar?

AF: Eu acho que temos que ficar muito orgulhosos, porque nos últimos cinco anos a gente tem falado de igual para igual. Os pesquisadores de Assiriologia têm circulado. Não só nos últimos cinco anos, porque o Marcelo, a Katia e o Carlos circulam há muito tempo nesses espaços, mas eu digo dos alunos de pós-graduação hoje. A gente tem conseguido bolsas para passar um tempo no exterior, e nesse tempo que a gente tem passado, a gente tem conseguido produzir material, expor em

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

conferências, publicar em revistas de [avaliação] duplo-cega de muito respeito fora do país.

Acho que os pesquisadores brasileiros têm começado a ter voz no quadro mundial da produção assiriológica. A gente não perde em nada. Como historiadores, a gente tem uma formação muito sólida, o que nos falta é acesso à biblioteca. Eu acho que durante os períodos que eu passei [fora do país] — a minha relação hoje é com a França, por causa da minha cotutela — as bolsas que eu tive, os períodos que eu estive aqui, foram muito essenciais para o contato com a bibliografia.

É muito difícil fazer uma tese sem biblioteca. Eu agradeço sempre os colegas que disponibilizam seus artigos, que enviam os seus artigos. O *open access* é essencial para a produção da ciência, porque fazer uma tese sem biblioteca... Durante a pandemia foi infernal, mas é quase como se a gente vivesse uma situação pandêmica com relação à biblioteca o tempo inteiro, porque a gente não tem acesso. Eu venho para cá [França], eu fico enfurnada, porque eu quero aproveitar o máximo. “Ah, mas tem PDF”. Gente, fazer leitura em PDF vinte e quatro horas por dia não é gostoso. Acho que essa é a primeira coisa.

A segunda é a formação da língua. De novo, eu bato na tecla. Acho que a partir do momento que a gente conseguir, e acho que a gente está caminhando para conseguir formar os nossos alunos nessas línguas, aí não tem para ninguém (*risos*). É brincadeira, mas é um passo muito importante para que a gente tenha autonomia. Hoje a gente acaba dependendo muito, principalmente os alunos que vêm chegando. A gente tem tentado treiná-los para que no doutorado eles sejam bem

independentes, como eu tenho tentado ser, no acesso às fontes. Mas até então a gente é dependente dessas traduções.

E aí entra a terceira coisa: a História Antiga é muito elitista. A gente tem que saber língua estrangeira, e quem tem dinheiro para estudar língua estrangeira? Eu lembro que na minha cidade tinha um professor de francês, caríssimo. Eu fui fazer francês no começo do doutorado, que eu comecei a fazer com a bolsa, porque aí dava para pagar um professor de francês. A gente vai aprendendo muito sozinho. Você tem que saber pelo menos duas línguas, de repente três ou quatro. Eu ainda tenho penado porque o alemão me falta muito, eu tenho um nível básico para compreender o quebra-cabeça do texto. Mas assim, é uma formação elitista se a gente for pensar no quadro brasileiro.

Que aluno que chega na USP tem uma formação em inglês e francês, ou inglês e italiano, ou inglês e alemão? É preciso dizer, é uma formação que dispensa muito. Essa é uma das maiores barreiras para que a gente consiga acessá-la. Por isso eu fico muito orgulhosa de ver os colegas brasileiros produzindo coisas de muita qualidade, que a gente pode ler, confiar, e ficar muito feliz com o que está sendo produzido, porque a gente precisa ter acesso à informação.

Para os alunos, eu começaria a partir das disciplinas — falando no quadro da USP — e dentro das disciplinas tentar encontrar algo. Porque a disciplina do Marcelo é bastante ampla, ele tenta percorrer os três milênios, e durante a disciplina ele tenta apresentar um quadro bastante amplo de fontes, do que são as coisas de Mesopotâmia. E aí dá para ter uma noção do que pode ser interessante para você. Porque é isso, pesquisa é um casamento, se você não está feliz com o que você faz... Então você tem que escolher um tema que você vai dormir pensando nesse tema e

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

acordar pensando nesse tema, é o amor da sua vida. É um comprometimento que toma a maior parte do seu pensamento no dia.

Então, acho que a primeira coisa é ter uma noção do que são as fontes de Mesopotâmia para tentar entender um recorte e entrar no caminho de começar a pesquisa: pedir bibliografia pro professor — os professores de História Antiga da USP são muito acessíveis, o professor Marcelo, o professor Júlio¹² e o professor Rafael¹³ são muito acessíveis para esse tipo de diálogo.

Uma segunda coisa, é começar a frequentar o laboratório. O professor Júlio tem o Grupo dos Subalternos¹⁴, que discute as fontes da Antiguidade Clássica e que tem uma abordagem muito interessante, com a qual eu tenho muito diálogo — assim como com os alunos do Júlio — ou o próprio LAOP. A gente frequentemente faz reuniões abertas — é só escrever e pedir para frequentar —, discute os projetos, artigos, o que tá sendo produzido, mas a gente também tem tentado com certa frequência promover palestras, encontros, conferências etc. Eu acho que são esses dois espaços para um aluno de graduação, o espaço do laboratório e o espaço do contato com o professor. E por que não os alunos da pós-graduação também? Eu sempre estou muito disponível para tudo. Não sou orientadora, mas podemos conversar para ajudar, para dar caminho, porque a gente sabe a dor de cabeça que é para acessar conhecimento e produzir conhecimento.

¹² Professor Julio Cesar Magalhães de Oliveira, da área de História Antiga na Universidade de São Paulo.

¹³ Professor Rafael Scopacasa, da área de História Antiga na Universidade de São Paulo.

¹⁴ Grupo de Pesquisas Subalternos e Populares na Antiguidade.

RE: Vimos que você realiza doutorado em regime de duplo diploma, na Universidade de São Paulo e na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Poderia falar um pouco sobre como está sendo essa experiência? Como é a sua relação com seus dois orientadores (Prof. Dr. Marcelo Rede, no Brasil, e Prof.^a Dr.^a Cécile Michel, na França)?

AF: Vocês vão achar que eu vou rasgar elogios só para puxar o saco, mas eu tenho uma relação excelente com os dois. Eu não tenho “um A” para falar de nenhum dos dois. Em relação à cotutela eu tenho vários “As” para falar.

A palavra que mais define minha cotutela é “burocracia”. Eu passei de 9 a 10 meses negociando um contrato de cotutela, porque era pandemia e porque a gente tá falando de duas burocracias “maravilhosas”, que é a francesa e a brasileira. Se vocês acham que o Brasil é burocrático, bom... Bem-vindos à França. Então, do ponto de vista administrativo, foi muito complicado para mim, porque eu acordava de madrugada esperando e-mail da França, por causa do fuso-horário. Eu perdi as contas de quantos dias eu acordava às 3h ou 4h da manhã já com e-mail da França, e começava meu dia assim. E tinha que esperar até 17h para falar na USP, então essa era a loucura da minha rotina para negociar cláusula de contrato jurídico que eu não sabia bulhufas.

Então, apesar do incentivo que a gente tem para a cotutela, a parte burocrática é bem penosa. Além disso, tem a segunda questão que eu acho que para mim foi o mais difícil, que é o francês. Eu tive que fazer um esforço monumental para chegar a um nível de escrita aceitável da língua francesa, em pouco tempo. Eu fiz muitos cursos que a Sorbonne deu quando eu passei um ano na França, para a escrita da

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

tese em francês. Foi muito difícil, foi bastante cansativo, porque uma das coisas que eu preciso fazer é que uma parte substancial da tese tem que estar em francês. Ela é em português, mas eu preciso fazer um resumo de 20% da tese em francês.

São muitas questões burocráticas. Eu tenho uma qualificação anual na França, eu tenho relatórios para entregar para a USP, para a Sorbonne, para a FAPESP. Todas essas coisas vão tirando muito tempo do doutorado, é fato. Então, o maior contra de uma cotutela é a burocracia. Porém, isso só foi possível porque eu tenho dois orientadores que nunca me deixaram na mão. Eu não tenho sobrecarga emocional da pesquisa. A minha carga emocional pesada são essas coisas que tenho que cumprir do ponto de vista administrativo. Eu acho que isso foi a única coisa que não me fez adoecer no doutorado.

Eu posso dizer muito feliz, ao contrário de quase 100% das pessoas que eu conheço que fazem doutorado, que eu tenho minha cabeça tranquila porque eu tenho dois orientadores que sabem muito bem o papel deles como orientadores. Eu tenho uma sorte imensa. Vocês podem conversar com os colegas que vocês quiserem, e eu sei que as coisas não são fáceis, mas eu não tenho “um A” para falar.

E eu tenho a sorte ainda de ter o melhor dos dois mundos, porque eu tenho a Cécile Michel, que não foi só uma orientadora, mas que também foi muito humana em saber que eu era uma estrangeira chegando no país, porque apesar de eu ter vindo no mestrado, foi uma situação muito diferente. Ela me acolheu muito e me deu todo o suporte que eu precisava, e não é obrigação dela me dar suporte emocional nenhum, mas ela me deu muito. E por outro lado, ela é a maior especialista de

acadiano paleoassírio do mundo, e é a maior especialista de História das Mulheres no período paleoassírio. Então, do ponto de vista acadêmico, eu conto com uma pessoa que lê meus textos e faz as críticas com a maior... Ela sabe o que está fazendo. Ela tem o domínio da fonte para trabalhar isso comigo.

Aqui na França eu trabalho na sala dela, eu tenho uma mesa na sala dela, então eu vejo ela praticamente todos os dias. Eu a vejo pelo menos três vezes na semana. Eu estou escrevendo e traduzindo um texto, eu levanto a mão, pergunto se ela está ocupada, e ela vem até minha mesa e me ajuda. É muito privilégio, mesmo.

E por outro lado, o Marcelo vocês conhecem, eu nem tenho que abrir a boca. Com o Marcelo, eu tenho o segundo dos melhores mundos, porque ele é um dos historiadores mais fantásticos que eu conheço, e ele fez críticas tão profundas à tese que eu acho que não chegaria onde eu estou hoje se eu não tivesse o olhar que o Marcelo tem para as fontes históricas. O Marcelo também me dá muito suporte, ele apoia todas as minhas decisões. Ele foi incansável para enfrentar todas essas burocracias comigo. Pedir bolsa é burocracia em cima de burocracia, e todas as bolsas que eu tive foram cartas, projetos, aprovações, e tudo passa pelo Marcelo. Em nenhum momento ele falou “Anita, eu tenho muitos doutorandos, eu não dou conta”. Pelo contrário, ele sempre confiou em mim e me deu carta livre para fazer o que eu julgava que era certo. Então, eu tenho realmente uma excelente relação com os dois.

Eu acho que todo mundo deveria ter esse tipo de relação, porque se um professor topa orientar um aluno, ele tem que entender que ele tem um papel na formação desse aluno, por mais que no doutorado a gente seja bastante independente. Mas a gente precisa de orientação em muitos momentos durante esse trajeto. Por isso que é bom, além do tema, a gente saber com quem a gente trabalha, porque é tempo da nossa vida que a gente passa com essas pessoas e elas têm um

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

peso muito grande na nossa formação. Então, trabalhar com gente humana, para mim, é o meu requisito zero.

RE: Sabemos que você foi selecionada no programa *Bourse de Mobilité Internationale des Doctorants*, da Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne; no NINO *Incoming Mobility Grant*, do The Netherlands Institute for the Near East; e no programa de mobilidade Santander para doutorandos da USP. Como você vê esses programas e seu impacto na produção acadêmica?

AF: Não dá para fazer pesquisa sem financiamento. Que bom que a gente esteja tendo de novo a oportunidade, porque eu lembro que em 2019, quando eu fui tentar o doutorado, meu maior pânico era não conseguir bolsa, porque era um cenário em que as bolsas, para as Humanidades, estavam sendo esvaziadas. Eu não imagino como eu teria feito essa pesquisa sem bolsa, ela não teria metade do tamanho que ela tem. Eu não conseguiria ter feito esse projeto, ter pensado esse projeto sem as bolsas. Cada uma dessas bolsas teve um papel bastante particular na formação da pesquisa.

A NINO é uma bolsa do Instituto de Antigo-Oriente Próximo da Universidade de Leiden, na Holanda. E eu precisava ver alguns tabletes que estavam lá, que nunca foram publicados. Alguns deles têm desenhos, e eu não tinha acesso às fotos. E eu queria muito ver as fotos, queria muito ver o tablete, porque às vezes o desenho não é o tablete, mas é uma interpretação dele. E eu escrevi pedindo para ver, e eles me

disseram “Olha, a gente tem uma bolsa para estudantes, e você pode tentar. Não é garantido, a gente recebe muitos pedidos, mas você pode tentar”. E eu nunca tinha pedido uma bolsa internacional, achei que eu não ia ter chance. A gente sempre acha que não vai ter chance, né? E eu consegui a bolsa. Não era uma bolsa enorme, era uma bolsa para passar uma semana lá, eles pagavam o hotel e o deslocamento, e era o que eu precisava.

A FAPESP eu não posso deixar de falar... Porque sem a FAPESP eu não teria passado um ano e meio na França. E a FAPESP tem uma coisa que é muito importante, que se chama reserva técnica, que é um valor suplementar para fazer algumas coisas relacionadas ao trabalho, como comprar material, mas no meu caso sobretudo foi imprescindível para eu poder fazer as visitas. Então a FAPESP me permitiu colecionar tabletes no Museu Britânico, o *British Museum*. Louvre eu fiz, mas eu já estava em Paris, então era natural... E em Berlim. Eu consegui ir para Leiden, Berlim e Londres por causa da FAPESP.

A NINO foi um complemento, ela pagou hospedagem mas não pagava alimentação, por exemplo. E a FAPESP é *uma mãe*, porque se você pede autorização e eles autorizam, você pode aceitar — de forma justificada — essas bolsas. E era muito justificado, porque eu realmente acabei fazendo muito estudo de campo durante a tese. Então, todas as bolsas foram autorizadas pela FAPESP.

Depois, a segunda bolsa, que é a da *Mobilité Internationale* da França, é uma bolsa que os doutorandos daqui podem pedir, que é um dinheiro da Escola Doutoral, que é como se fosse nossa CAPES. E aí o que é mais incrível da cotutela é que eu sou considerada uma aluna francesa, então eu tenho todos os contras da burocracia mas eu tenho todos os prós de poder acessar sistema de saúde, sistema de alimentação, as bibliotecas e a própria bolsa.

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

E não é uma bolsa para todo mundo. De novo, eu tive que escrever mais um projeto, mais diversas cartas de recomendação, e aí com a bolsa da mobilidade da Escola Doutoral, eu fui para a segunda escavação em Kultep [sítio arqueológico Kultep-Kanesh], porque a escavação aconteceu num período em que eu já não tinha mais reserva técnica, e eu não conseguiria ir de novo porque só a passagem para a Turquia era 700 euros, porque era época de alta temporada.

Escavação é sempre no auge do verão, quando tá todo mundo indo para praia e tirando férias a gente tá escavando, é sempre assim... Porque é o período que tem mais sol, e a gente precisa do sol para tirar os objetos. Então esse auxílio financeiro me proporcionou poder ir pela primeira vez.

E agora do Santander eu não imaginava que eu ia conseguir... Foram 13 ou 17 bolsas de três meses, para todas as USPs, para todos os programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo, e eu fui a única bolsa da FFLCH. Eu fiquei muito, muito feliz. Eu fui escolhida pelo programa de História, acho que tinham 4 ou 5 candidatos do programa de História, não me lembro. E a segunda etapa foi entre todos os programas de pós-graduação da USP, e eu fui a única da FFLCH, e fiquei muito feliz. E foi imprescindível porque eu estou no fim da tese, e se eu não tivesse a bolsa do Santander, talvez eu não conseguiria fechar algumas abas dessa tese, porque eu estava precisando muito vir para cá, muito mesmo. Então, do ponto de vista formativo, não só para acesso à bibliografia, mas também para o acesso às minhas fontes que estão espalhadas por mais de vinte museus do mundo todo.

RE: Nós agradecemos muito a entrevista! Gostaria de dizer algumas palavras finais e/ou deixar, talvez, uma mensagem às e aos estudantes de História?

AF: Não vou dar uma de *coach* da História, fazer todo aquele discurso e tudo o mais, mas eu acho que o mais importante é escolher uma coisa que você se sinta confortável; trabalhar com pessoas com quem você se sinta confortável, porque eu acho que nada nessa vida paga a saúde mental da gente.

Cada vez mais eu ouço a galera que tá procurando carreira acadêmica destruída, porque é um mundo que esmaga mesmo. Então a gente precisa procurar pessoas com quem a gente se sinta à vontade trabalhando, com temas que a gente goste de trabalhar.

Mas eu acho que também [é importante] procurar entender quais são os caminhos profissionais possíveis a partir disso, porque eu acho que a gente esquece às vezes de pensar no depois, mas é tentar entender um pouco o que você quer fazer com isso. Eu, por exemplo, nunca tive problema para trabalhar com sala de aula, pelo contrário, eu falei desde o começo que é o que eu gosto muito. Então, para mim, terminar o doutorado e voltar para a sala de aula vai ser uma coisa que eu tô com muita saudade. E tô com muita saudade de aplicar conhecimento em divulgação científica, mas também voltar para a sala de aula e aplicar minha formação e devolver isso de alguma forma para a sociedade. Eu acho que a pós-graduação tem que servir para um retorno social maior.

Então, para minha formação, essas três coisas foram muito importantes: trabalhar com uma temática que fizesse sentido, não só dentro da sociedade que eu vivo mas para mim; trabalhar com pessoas que eu sinta prazer em trabalhar; e

“(...) eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para que ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente”

entender que tudo que eu tenho feito pode ser revertido em uma profissão para o depois, não é um hobby, é a minha profissão.

Por mais que doutorando hoje em dia seja visto como um estudante, a gente não é estudante, a gente é pesquisador em formação, pesquisador-doutorando, mas eu acho muito forte tratar um pesquisador de doutorado como um estudante. Eu acho isso *muito, muito forte*, porque a gente fez a etapa formativa do mestrado, o doutorado é uma pesquisa. É um absurdo a gente não ter uma previdência, a gente não poder ter previdência. É um absurdo a gente perder tempo de contagem profissional com isso.

Então, eu acho que a gente tem que tratar a pesquisa acadêmica como pesquisa profissional, e tem que enquadrar isso com os nossos planos para o que vem depois. Não é nada bonitinho o que eu tenho para falar, mas é que eu acho que é bastante importante a gente entender qual é o lugar da pesquisa acadêmica hoje no país, para quê ela serve e para onde isso vai nos levar, mas também o lugar da pesquisa na vida da gente.